

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL  
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**VERÔNICA MARTINS TIENGO**

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ENCANTADO MUNDO DO CAPITAL E  
RESPOSTAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

VITÓRIA

2023

VERÔNICA MARTINS TIENGO

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ENCANTADO MUNDO DO CAPITAL E  
RESPOSTAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Política Social.

VITÓRIA

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

T559p Tiengo, Verônica Martins, 1989-  
População em situação de rua no encantado mundo do capital e respostas das políticas sociais / Verônica Martins Tiengo. - 2023. 309 f. : il.

Orientador: Mauricio de Souza Sabadini.  
Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Pessoas desabrigadas. 2. Capitalismo. 3. Política Social. I. Sabadini, Mauricio de Souza. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

---

VERÔNICA MARTINS TIENGO

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ENCANTADO MUNDO DO CAPITAL E  
RESPOSTAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Política Social.

**Aprovada em 12 de abril de 2023**

COMISSÃO EXAMINADORA



**Professor Doutor Mauricio de Souza Sabadini  
Orientador/Universidade Federal do Espírito Santo**



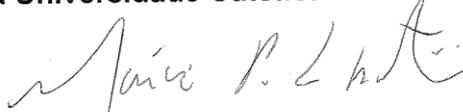
**Professora Doutora Livia de Cassia Godoi Moraes  
Universidade Federal do Espírito Santo**



**Professor Doutor Rafael Vieira Teixeira  
Universidade Federal do Espírito Santo**

p/ 

**Professora Doutora Jane Cruz Prates  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**



**Prof. Dr. Márcio Paschoino Lupatini  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri**

VITÓRIA

2023

## Dedicatória

À minha mãe, Terezinha, e meu pai, Célio.

Ao Benjamim, à Maria Eduarda, Manu, Rebeca e toda a minha família.

Aos profissionais que trabalham com a população em situação de rua.

Ao Movimento Nacional da População em Situação de Rua e a todos aqueles que passam ou passaram pelo processo de rualização.

À Alda Costa Miranda Tiengo (*in memoriam*).

## Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me abençoar com a realização de um sonho: entrar, cursar e concluir o doutorado.

Agradeço aos meus maravilhosos pais, Terezinha Cristo Martins Tiengo e Célio Tiengo, apoiadores em todos os momentos. Ao meu pai, sempre presente, acompanhando cada passo da minha caminhada, zelando por mim. À minha mãe, por suas sábias palavras para cada momento, por suas orações, pela torcida e por viver meus sonhos junto comigo, minha companheira para todos os momentos. Às minhas tias, aos meus tios, primos e à minha avó Maria, pelas orações e apoio, especialmente tia Regina, Rebeca e Thays.

Agradeço à Prof. Dr.<sup>a</sup> Livia de Cássia Godoi Moraes, a quem tive o privilégio de conhecer ao cursar o mestrado. Agradeço pelo apoio com todos os projetos para os processos seletivos do doutorado e pelo incentivo a prosseguir. Suas orientações são fundamentais para a minha formação acadêmica. Agradeço pelas dicas de leitura ao longo dos últimos anos, durante o mestrado e o doutorado, e pela generosidade em ensinar. Agradeço também pelas contribuições trazidas na banca de qualificação.

Agradeço ao Prof. Dr. Mauricio Sabadini, que além de trazer elementos necessários para a melhoria da tese na qualificação, mais uma vez aceitou me orientar com o trabalho já iniciado, pelas leituras atentas, pelos acertos, pelas críticas necessárias ao avanço da tese, pela disponibilidade, ensinamentos, sugestões de leitura, e por permanecer orientando mesmo por meio das telas nos encontros virtuais trazidos pela pandemia.

Agradeço ao Prof. Dr. Rafael Vieira Teixeira, pelo apoio e ajuda importantíssima na elaboração do projeto para a submissão ao processo seletivo do doutorado, lendo e fazendo as críticas necessárias ao avanço, e por todas as contribuições ao longo da minha formação, desde a graduação.

Agradeço à Prof. Dr.<sup>a</sup> Jane Prates por suas observações na banca de qualificação, pelas riquíssimas contribuições e comentários ao falar sobre população em situação de rua, desde o mestrado, pelas sugestões de leitura sobre o tema, pelas críticas que levam ao avanço e pela aula no minicurso do Encontro Nacional e Internacional de Política Social sobre metodologia de pesquisa, de grande relevância para a tese.

Agradeço à Prof. Dr.<sup>a</sup> Renata Couto Moreira, pela acolhida nos primeiros semestres do curso, quando foi orientadora da tese, e por me ensinar a acessar bases de dados.

Agradeço ao professor Dr. Márcio Paschoino Lupatini por aceitar participar da banca de defesa.

Agradeço aos colegas do doutorado: Renata, Talita, Arelys, Andressa e Bruno, pelo compartilhamento de conhecimento nas disciplinas.

Agradeço aos colegas do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Situação de Rua, especialmente ao Dr. Igor de Souza Rodrigues, pelas trocas e construções coletivas.

Agradeço às amigas Andréia, Lurdinha, Bianca, Dayana e Priscila, assistentes sociais com quem trabalhei no CRAS de Jardim Asteca. Agradeço pela acolhida, pela disponibilidade e pela paciência.

Agradeço ao Jorge, Mara, Marcos, Márcio, Gabriel e ao Jair, que aceitaram participar da pesquisa contando suas histórias, especialmente ao líder do movimento, com quem iniciamos as entrevistas, e também fez o contato convidando os demais.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social e também do Departamento de Serviço Social, que contribuíram diretamente com a minha formação e à Universidade Federal do Espírito Santo, onde cursei a graduação, o mestrado e o doutorado. Agradeço pela excelência em ensinar, pelo compromisso e pelo rigor, especialmente à Prof. Dr.<sup>a</sup> Maria Lúcia Teixeira Garcia, ministrante da disciplina *Metodologia da Pesquisa*, cursada no mestrado e fundamental para a construção da tese e à Prof. Dr.<sup>a</sup> Livia de Cássia Godoi Moraes que ministrou a disciplina *Trabalho, Ideologia e Questão Social*, substancial para o debate construído ao longo da tese.

Agradeço também à secretária do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Adriana Pratti, por atender todas as minhas solicitações administrativas ao longo dos últimos anos, de forma rápida e eficiente.

Por fim, agradeço à Fapes, pelos 31 meses de bolsa durante o tempo em que pude me dedicar exclusivamente à tese, de abril de 2018 a novembro de 2020.

E edificarão casas, e as habitarão;  
e plantarão vinhas, e comerão o seu fruto.  
Não edificarão para que outros habitem;  
não plantarão para que outros comam [...]

**Isaías 65:21**

Já faz muito tempo,  
Que a rua é a minha casa.  
Tem dias que como muito.  
Tem dias que como nada.

Minha vida não é triste,  
Triste é a minha situação.  
Há dias que sou agredido,  
E demonstro indignação.

Nunca quis morar na rua,  
Mais a vida obrigou.  
Tinha sonho como qualquer pessoa,  
Mais um dia fracassou.

Tentei um dia me mudar,  
Para buscar melhor condição.  
Mais que engano da minha cabeça,  
Fiquei sem abrigo, sem teto e sem chão.

Se vê alguém na rua,  
Não despreze, por favor!  
Somos pessoas humildes.  
Que a oportunidade acabou.

Você quer um futuro justo,  
E estudar para ser doutor.  
Mais lembre dos que moram na rua,  
E se puder, nos ajude. Por favor!

**Lupercino Lima<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> POESIA: Moradores de rua. **Blog do Instituto Cure o Mundo**, 3 ago. 2016. Disponível em: <http://blogcureomundo.blogspot.com/2016/08/poesia-moradores-de-rua.html>. Acesso em: 21 set. 2018.

## RESUMO

A tese objetiva discutir quem é a população em situação de rua diante das contradições inerentes à lei geral de acumulação capitalista, debatendo suas implicações para a inserção no trabalho informal e para as respostas oferecidas pelas políticas sociais voltadas para esses despossuídos. O objeto de pesquisa é a relação entre a população em situação de rua e as políticas sociais no contexto da lei geral de acumulação capitalista. O problema de pesquisa proposto é: Como a população em situação de rua integra a superpopulação relativa e quais são as respostas das políticas sociais? Trata-se de uma pesquisa qualitativa, documental, bibliográfica, pautada no materialismo histórico-dialético e foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Apresentamos o aspecto ampliado a respeito da classe trabalhadora, debatemos sobre quem é a classe trabalhadora hoje e concluimos que fazem parte dela todos os assalariados que não possuem os meios de produção, inclusive os desempregados, pois esses também necessitam vender sua força de trabalho para manter a própria sobrevivência. Trabalhamos na tese com a associação entre o proletariado e a classe trabalhadora, como sinônimos. Discutimos a população em situação de rua enquanto parte da classe trabalhadora e da superpopulação relativa, em cada uma de suas formas básicas e no pauperismo, debatendo também sobre o lumpemproletariado enquanto categoria. Apresentamos as respostas das políticas sociais para o processo de rualização, sendo embasado no “modelo de escada” nos países da América Latina, onde há ampla inserção no trabalho informal, imprescindível para a sobrevivência da maioria deles. Conforme argumentado na presente tese, a superpopulação relativa e seu sedimento mais baixo (os *paupers*) cumprem seu papel nesse modo de produção. Compõem a lei geral de acumulação capitalista, logo é uma condição de existência para esse modo de produção, e funcionam como sua alavanca. Assim, não há capitalismo sem a produção e reprodução de um grupo parcial ou inteiramente desocupado. Um grupo acumulador de miséria é pressuposto da existência de outro acumulador de riquezas, a população em situação de rua é representante por excelência dos despossuídos. A superpopulação relativa é integrante dessa lei. Os que vivenciam o processo de rualização fazem parte desse grupo em todas as suas formas, tanto as básicas (flutuante, latente, estagnada) quanto o sedimento mais baixo (pauperismo). Concentra-se especialmente na forma estagnada, visto que a maioria vive do

trabalho informal, todavia, pode passar por cada uma das formas, e, cada vez mais as formas básicas vivem numa maior pauperização, o que torna a linha que as diferencia cada vez mais tênue e as formas se entrelaçam cada vez mais entre si.

## ABSTRACT

The thesis aims to discuss who is the homeless in face of the contradictions inherent in the general law of capitalist accumulation, discussing its implications for insertion into informal work and for the responses offered by social policies aimed at these dispossessed. The object of the research is the relationship between the homeless and social policies in the context of the general law of capitalist accumulation. The proposed research problem is: How does the homeless integrate the relative overpopulation and what are the social policy responses? This is a qualitative, documental, bibliographic research, based on the historical-dialectical materialism, and semi-structured interviews were carried out. We present the expanded aspect concerning the working class, since the defense of its restriction may indicate ignorance of translation problems and taking what some versions call the working class when in reality Marx represented the working class. We discuss who the working class is today and conclude that all wage earners who do not own the means of production, including the unemployed, are part of it, since they also need to sell their labor power to maintain their own survival. We work in the thesis with the association between the proletariat and the working class, as synonyms. We discuss the homeless as part of the working class and the relative overpopulation in each of its basic forms and in pauperism, discussing also the lumpenproletariat as a category. We present the responses of social policies to the homeless, based on the "ladder model" in Latin American countries, where there is wide insertion in informal work, essential for the survival of most of them. As argued in this thesis, relative overpopulation and its lowest sediment (the paupers) play their role in this mode of production. They compose the general law of capitalist accumulation, hence it is a condition of existence for this mode of production, and function as its lever. Thus, there is no capitalism without the production and reproduction of a partially or entirely unoccupied group. An accumulating group of misery is a prerequisite for the existence of another accumulating group of wealth, the homeless population is the representative par excellence of the dispossessed. Relative overpopulation is part of this law. The homeless are part of this group in all forms, both the basic ones (floating, latent, stagnant) and the lower sediment (pauperism). It is especially concentrated in the stagnant form, since most live on informal labor, however, it can pass through each of the forms, and increasingly the basic forms live in greater

pauperization, which makes the line that differentiates them increasingly blurred and the forms increasingly intertwine with each other.

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Foto do cartaz do seminário sobre os dez anos da Política Nacional para a População em Situação de Rua .....	21
Figura 2 - Cartaz do I Seminário Nacional Brasileiro sobre População de Rua .....	21
Figura 3 - Triangulação na coleta de dados .....	29
Figura 4 - Análise de conteúdo.....	33
Figura 5 - Pré-análise .....	34
Figura 6 - Formas da superpopulação relativa .....	52
Figura 7 - Composição da superpopulação relativa .....	53
Figura 8 - Formas da superpopulação relativa atual .....	55
Figura 9 – <i>Housing First</i> nos países europeus .....	139
Figura 10 - Escada da Superação.....	146
Figura 11 - Passos da Superação na Colômbia .....	150
Figura 12 - Caminho apontado pelo Brasil para a superação do processo de rualização .....	157
Figura 13 - Nuvem de palavras Entrevista 1 .....	167
Figura 14 - Nuvem de palavras Entrevistas 2.....	167
Figura 15 - Análise de similitude de todas as entrevistas.....	168
Figura 16 - Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente da Sobrevivência nas ruas para Entrevistado 1 .....	170
Figura 17 - Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente sobre a vida nas ruas (Entrevistas 2) .....	177
Figura 18 - Perfil.....	199
Figura 19 - Populações em situação de rua.....	200
Figura 20 - Momentos do processo de rualização.....	212
Figura 21 - Processo de rualização segundo o tempo .....	215
Figura 22 - Principais motivos na América Latina .....	230
Figura 23 - Motivos do processo de rualização nos países centrais .....	236

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Pessoas em situação de rua no Brasil.....	23
Gráfico 2- Famílias em situação de rua inscritas do Cadúnico e beneficiárias do Programa Bolsa Família.....	110
Gráfico 3 - Gastos sociais OCDE (% PIB).....	124
Gráfico 4 - Gastos sociais brasileiros (% PIB).....	125
Gráfico 5 - Arrecadação de impostos (em %).....	128

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Guarda Móvel Proletária (em %) .....	74
Tabela 2 - Gastos sociais <i>per capita</i> na América Latina .....	126
Tabela 3 - Informalidade urbana na América Latina.....	131

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- Acesso à política social X trabalho.....	108
Quadro 2 - Serviços para população em situação de rua (Brasil) .....	157
Quadro 3 - ETHOS Light .....	165
Quadro 4 – População em situação de rua no Brasil .....	197
Quadro 5 - Trabalho e sobrevivência nas entrevistas .....	202
Quadro 6 - Principais doenças e deficiências.....	219
Quadro 7- População em situação de rua em outros locais da América Latina .....	231
Quadro 8- População em situação de rua no Canadá e na Austrália.....	235
Quadro 9- População em situação de rua nos Estados Unidos .....	238

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	18
<b>Procedimentos metodológicos.....</b>	<b>25</b>
<b>1 LEI GERAL DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA .....</b>	<b>38</b>
<b>1.1 A substancialidade da Lei Geral de Acumulação Capitalista para o debate da população em situação de rua .....</b>	<b>40</b>
<b>1.2 Por uma visão ampliada da classe trabalhadora .....</b>	<b>43</b>
<b>1.3 O que é superpopulação relativa e quem faz parte desse grupo? .....</b>	<b>48</b>
<b>1.4 Pauperismo e polêmicas acerca do lumpemproletariado .....</b>	<b>66</b>
<b>1.5 Uma visão crítica sobre a exclusão social.....</b>	<b>98</b>
<b>1.6 Totalizações provisórias .....</b>	<b>103</b>
<b>2 POLÍTICAS SOCIAIS: RESPOSTAS AO PROCESSO DE RUALIZAÇÃO.....</b>	<b>106</b>
<b>2.1 Respostas antigas à pobreza e a mendicância e sua relação com as políticas sociais de matriz residual.....</b>	<b>113</b>
<b>2.2 Preponderância da matriz residual nas políticas sociais.....</b>	<b>117</b>
<b>2.3 Fundo público .....</b>	<b>123</b>
<b>2.4 A grandeza do trabalho informal na vida da classe trabalhadora .....</b>	<b>129</b>
<b>2.5 Países centrais .....</b>	<b>134</b>
<b>2.6 América Latina .....</b>	<b>142</b>
<b>2.7 Totalizações provisórias .....</b>	<b>159</b>
<b>3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CARACTERÍSTICAS E QUESTÕES</b>	<b>162</b>
<b>3.1 Questões gerais presentes nas entrevistas: Análise Iramuteq .....</b>	<b>166</b>
<b>3.2 Escolha ou contingência: expressão da liberdade? .....</b>	<b>180</b>
<b>3.3 Contravenções penais: punições à população em situação de rua ....</b>	<b>187</b>
<b>3.4 Como são tratados.....</b>	<b>190</b>
<b>3.5 Perfil e forma de vida da população em situação de rua.....</b>	<b>196</b>
3.5.1 Trabalho .....	201
3.5.2 Obstáculos à inserção em trabalhos que lhe permitam uma sobrevivência fora das ruas .....	209
3.5.3 Tempo de rua .....	211
3.5.4 Saúde e processos de adoecimento.....	216

3.5.5	Motivos aparentes .....	229
3.5.6	Resistência: “direito a ter direitos” .....	239
<b>3.6</b>	<b>Há caminhos possíveis? .....</b>	<b>241</b>
<b>3.7</b>	<b>Totalizações provisórias .....</b>	<b>256</b>
CONCLUSÃO.....		259
REFERÊNCIAS.....		264
APÊNDICES.....		292
	<b>Apêndice I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE .....</b>	<b>293</b>
	<b>Apêndice II – Roteiro .....</b>	<b>295</b>
	<b>Apêndice III – Grade de análise .....</b>	<b>297</b>
	<b>Apêndice IV – Roteiro para Pesquisa documental sobre população em situação de rua.....</b>	<b>297</b>
	<b>Apêndice V – Quadros.....</b>	<b>298</b>

## INTRODUÇÃO

Casa de Papelão

Olho nos olhos sem dar sermão  
Nada na boca e no coração  
Seus amigos são cachimbo e um cão  
Casa de papelão

Olhos nos olhos, preste atenção  
Olha a ocupação  
Só ficou você, só restou você  
Uivo louco, sangue em choro  
Pra agradar opressão

Não de foice ou faca  
Esquartejada a alma amarga,  
Amassa lata  
Estoura pulmão  
Toda pedra acaba,  
Toda brisa passa  
Toda morte chega e laça  
São pra mais de um milhão

Prédios vão se erguer  
E o glamour vai colher  
Corpos na multidão

Na minha mente várias portas  
E em cada porta uma comporta  
Que se retrai e às vezes se desloca  
E quantos segredos não foram guardados nessa maloca?  
Flutuar no céu poluído da cidade e beber toda a sua mentira  
Esperança à míngua, torneira sem água  
Moeda? É religião que alicia  
Vamos cantar pra nossos mortos  
Vamos chorar pelos que ficam  
Orar por melhores dias  
E se humilhar por um novo abrigo [...] (CRIOLO, 2017)

Muitos são os termos para tratar sobre o tema **população em situação de rua**: mendigos, pedintes, marginalizados, sofredores de rua, desafortunados, vagabundos, moradores de rua, população de rua, *homeless*, *couche dehors*, *sans domicile fixe*<sup>2</sup>, *poblaciones callejeras*, *personas sin hogar* e população em situação de rua são alguns deles.

A existência de múltiplos termos para designar esse grupo populacional indica, de acordo com Rosa (2005), uma falta de nitidez, de entendimento sobre essa multifacetada expressão da questão social.

---

<sup>2</sup> Esses dois são usados na França. Sobre *couche dehors*, de acordo com Giorgetti (2007, p. 221), a tradução é “dormir fora”, enquanto do outro, “sem domicílio fixo”.

Um dos termos mais usados no contexto do ideário popular é “mendigo”. A literatura adotou-o até a década de 1980. Todavia é inadequado, pois, além de tratar-se de um termo depreciativo, é pequena a representatividade da parcela que vive da mendicância. Há também aqueles que a praticam, mas não vivem nas ruas, retornando para suas casas ao final do dia.

Há alguns autores que preferem usar “moradores de rua” ou “população de rua”. Camila Giorgetti (2006), em seu livro *Moradores de rua: uma questão social?*, defende a utilização de *moradores de rua*, pois entende *mendigo* como pejorativo. Ela fez um estudo comparativo entre Paris e São Paulo. Em Paris, *mendigo* era usado somente até os Trinta Anos Gloriosos. A partir de então, costuma-se usar *sans-domicile-fixe*.

Camila Potyara Pereira, em *Rua Sem Saída*<sup>3</sup>, também opta por *moradores de rua*. Seu objetivo é reiterar exatamente a dificuldade de sair das ruas. Para ela, *população em situação de rua* traz a concepção de algo passageiro, e isso não condiz com o processo de rualização<sup>4</sup>.

Prates, Prates e Machado (2011) defendem que considerar alguma pessoa como de rua é o mesmo que considerar outras de casa ou de apartamento. A expressão “morador de rua” reduz a situação de rua a um estado, perdendo de vista o processo inerente à ida para as ruas, e acaba por reiterar a vida nelas, sem perspectiva de rompimento.

O termo “população em situação de rua” indica uma condição de vida que não foi buscada pelos que passam pela rualização, e sim faz parte de múltiplas determinações inerentes ao capitalismo. Silva (2009) considera esse o termo mais apropriado no sentido de demonstrar, para além das questões subjetivas, a sua existência como parte da acumulação de capital.

Estamos de acordo com essa perspectiva, e, considerando todo o debate crítico feito por nós, é o termo que escolhemos para trabalhar. Aponta para uma situação que não foi escolhida, mas sim um produto do capitalismo, ao invés de algo fixo, imobilizado. Indica um processo. Está em movimento.

---

<sup>3</sup> A autora publicou sua dissertação de mestrado intitulada “Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília” no formato livro, com o título *Rua Sem Saída*. A dissertação pode ser acessada em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1542>.

<sup>4</sup> Esse termo é usado por Prates, Prates e Machado (2011, p. 194) para expressar essa “condição que vai se conformando a partir de múltiplos condicionantes, num continuum, razão pela qual processos preventivos e a intervenção junto àqueles que estão ainda há pouco tempo em situação de rua parecem ser fundamentais para que se logre maior efetividade em termos de políticas públicas.”

Por que existem pessoas morando nas ruas em meio à abundância de mercadorias no modo de produção capitalista? O lumpemproletariado é uma categoria de análise e possui validade ao trabalharmos com o tema *população em situação de rua*? Quais são as respostas das políticas sociais para esse grupo de pessoas? Quais as características da população em situação de rua? Esses são alguns dos questionamentos que serão abordados ao longo da tese. Pensar o processo de realização no contexto do modo de produção capitalista é algo intrigante. Ver pessoas em situação de rua é incomodativo, pois o lugar de nenhuma pessoa é a rua.

A vida nas ruas é a transgressão de um conjunto de direitos humanos básicos. Quando a reflexão busca uma visão um pouco mais ampla, percebendo as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, vemos o processo de realização vinculado à lei geral de acumulação do capital. Faz parte de um grupo essencial ao capital, a superpopulação relativa – sem esta o capitalismo não subsiste.

No Brasil e nos outros países latino-americanos que serão destacados na tese, a população em situação de rua sobrevive primordialmente pelo trabalho informal, conforme dados apresentados ao longo da tese. E além “[...] de ser um espaço de abrigo, em todos os casos, a rua também é fonte de sobrevivência. O espaço de morar é o mesmo de trabalhar, o espaço de produção e de reprodução.” (TOSTA, 2000, p. 224).

Ainda que seja o trabalho informal o primordial, não a mendicância, ainda há recorrência da associação direta entre morar nas ruas e mendigar, conforme demonstrado pelo cartaz seguinte.

Figura 1 - Foto do cartaz do seminário sobre os dez anos da Política Nacional para a População em Situação de Rua



Fonte: MPCE (2020)

Contrastando com a ideia do cartaz, de um evento recente, de 2019, apresentamos a figura seguinte, de um seminário ocorrido em 1992. Vejamos que os artistas expuseram um dos trabalhos informais desenvolvidos pela população em situação de rua.

Figura 2 - Cartaz do I Seminário Nacional Brasileiro sobre População de Rua



Fonte: Arte de Paulo Humberto Ludovico de Almeida e Carlo Zuffellato (ROSA, 1995, p. 18).

O destaque dos artistas à questão do trabalho desenvolvido nas ruas nos chama atenção, pois o cartaz é criado mesmo num contexto em que havia grande associação entre a moradia nas ruas e a figura do mendigo. Assim, por meio da arte, temos a vinculação do processo de realização ao trabalho informal. Salientamos que permanece atual no presente.

Em nossa busca na Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações, no índice da literatura científica e técnica da América Latina e Caribe, em livros, artigos, no SciELO e nos periódicos da Capes, encontramos pesquisas que estudam sobre a população em situação de rua, traçam seu perfil, apresentam suas principais características, histórias de vida, mostram suas representações sociais, versam acerca da assistência social e seus direitos. Outras que discutiram sobre política social ou sobre a superpopulação relativa. Entretanto não encontramos pesquisa na qual esses três temas estivessem interligados, conforme fazemos na tese. Assim, trata-se de uma pesquisa inédita.

Nossa pesquisa perpassa também pelo entendimento sobre o trabalho enquanto elemento que diferencia o ser social dos animais, fundamental para a própria humanização. E ao mesmo tempo que é negado em sua forma assalariada para a população em situação de rua, visto que o desemprego é um dos elementos que integra as multifacetadas expressões da questão social presentes no processo de realização, é afirmado pelo trabalho informal<sup>5</sup> desenvolvido nas ruas, como catar materiais recicláveis, lavar e vigiar carros, descarregar caminhões, praticar venda ambulante, entre outros.

Um fator que indica a relevância dessa proposta é o crescimento do número de pessoas que moram nas ruas<sup>6</sup>, o que remete à maior necessidade de políticas

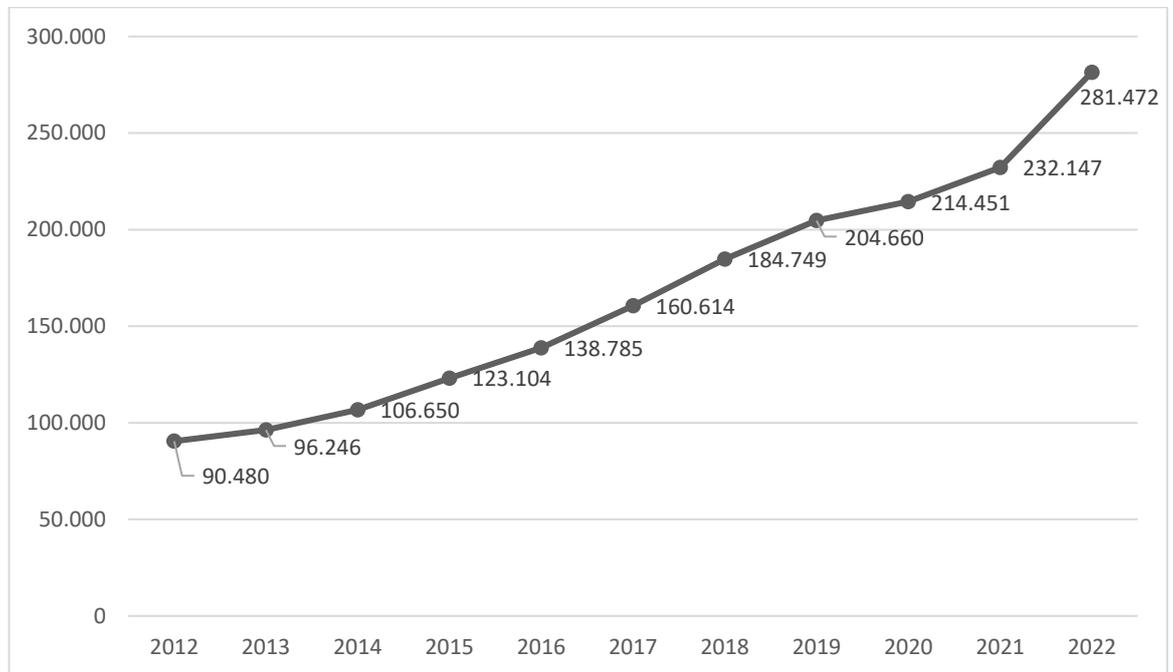
---

<sup>5</sup> Há um grande debate sobre o trabalho informal, conforme pode ser visto em Tavares (2002, 2004), Soares (2008), Prandi (1978) e Pamplona (2001). Para a Organização Internacional do Trabalho, a informalidade vincula-se àqueles trabalhos cuja carteira não é assinada e não há acesso a direitos trabalhistas. Concordando com Tavares (2002, 2004) e Soares (2008), pois a informalidade envolve muito além do que a assinatura da carteira de trabalho, todavia não temos espaço para esse debate. Lembramos que o trabalho informal desenvolvido pela população em situação de rua é tradicional, o mais precário e instável possível, e gera poucos rendimentos (ANTUNES, 2011; TIENGO, 2020).

<sup>6</sup> Para citar exemplos, Vilela (2017) indica um crescimento de 150% no Rio de Janeiro; em São Paulo, há 15 anos havia 8,7 mil, e em 2016 chegou a 16 mil pessoas, segundo Teixeira (2016); e em Buenos Aires teve um aumento de 23,1% entre 2016 e 2017 (CRESCER..., 2017). Acompanhando censos e estimativas municipais brasileiras sobre a população em situação de rua, percebemos um aumento considerável nos últimos anos. Por exemplo, São Paulo, apresentava 8.706 pessoas em 2000, número que subiu para 13.666 em 2009, e 15.905 em 2015; em Porto Alegre, aumentou de 1.203 em 2007/2008 para 1753 em 2016; Belo Horizonte apresentava 1.120 em 1998 e subiu para 4.553 em 2018; em Niterói, entre janeiro e agosto de 2019, subiu de 400 para 860 pessoas; no Distrito Federal,

sociais que os atendam, de forma a ir além da mitigação. Demonstrando tal crescimento, seguem os dados brasileiros dos últimos dez anos.

Gráfico 1- Pessoas em situação de rua no Brasil



Fonte: elaboração própria, com dados do IPEA (2022).

Estudar acerca das políticas sociais é preponderante para lidar com essa multifacetada expressão da questão social; afinal, a investigação é fator imprescindível para a reflexão acerca das políticas sociais e de sua reformulação e aperfeiçoamento.

Além disso, adensamos a discussão sobre a superpopulação relativa, seu sedimento mais baixo, o pauperismo, e o chamado lumpemproletariado. Na tese relacionamos com o tema *população em situação de rua*, todavia o estudo feito pode ser utilizado para pensar outros objetos.

Ponderando sobre o campo do Serviço Social, o debate sobre a lei geral e a superpopulação relativa é imprescindível para refletir sobre a questão social, que é chamada por lamamoto (2008) de matéria-prima do trabalho dos assistentes sociais. São reflexões fundamentais para o Serviço Social, pois, ao falarmos da

---

não é diferente – segundo dados oficiais, o aumento foi de 2.500 em 2016 para mais de 3.000 em 2017. Organizações sociais que trabalham com esse grupo populacional estimam que o número passe de 6.000 pessoas. Em Ribeirão Preto, subiu de 414 para 3.405 entre 2013 e 2018. Em nível nacional, a estimativa do Ipea de 2020 demonstra um aumento exponencial entre 2012 e 2020, pois passa de 92.515 mil para 221.869 mil pessoas em situação de rua (NATALINO, 2020).

superpopulação relativa, estamos discutindo sobre o grupo que funciona como uma alavanca ao processo de acumulação capitalista e ao mesmo tempo é um de seus frutos, e estamos tratando sobre parte do público atendido pelos assistentes sociais diariamente, nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais.

Além disso, no que diz respeito à relevância científica e social, pretendemos com esta pesquisa contribuir com o adensamento teórico nesse âmbito, visto ser inédita, servir como fonte para repensar as políticas sociais que atendem a população em situação de rua, aprofundar reflexões sobre a superpopulação relativa, subsidiando reflexões dos assistentes sociais, estudantes e pesquisadores sobre a relação intrínseca entre os fundamentos do Serviço Social, contribuir para a gestão e formulação de novos serviços a compor a política social e também para instrumentalizar a luta dos movimentos sociais da população em situação de rua.

Diante do exposto, temos como objeto de pesquisa da tese a relação entre a população em situação de rua e as políticas sociais no contexto da lei geral de acumulação capitalista. Pautamos os debates embasados no método crítico. A linha geral que perpassa toda a tese é a lei geral de acumulação capitalista. O problema de pesquisa que propomos é: *Como a população em situação de rua integra a superpopulação relativa e quais são as respostas das políticas sociais?*

Objetivamos discutir quem é a população em situação de rua diante das contradições inerentes à lei geral de acumulação capitalista, debatendo suas implicações para a inserção no trabalho informal e para as respostas oferecidas pelas políticas sociais voltadas para esses despossuídos.

Elencamos a seguir os objetivos específicos:

- Debater sobre a lei geral de acumulação capitalista e suas implicações na vida da população em situação de rua;
- Estudar acerca da superpopulação relativa, investigando sua configuração atual e sobre a vinculação da população em situação de rua a esse grupo;
- Argumentar sobre o pauperismo e o chamado lumpemproletariado;
- Compreender a questão do acesso da população em situação de rua às políticas sociais;

- Discutir sobre as trajetórias dos que vivem o processo de realização explorando como possuem relação com o debate da lei geral de acumulação capitalista.

### **Procedimentos metodológicos**

Conforme Minayo (2009), a metodologia é o caminho percorrido pelo pesquisador para alcançar seus objetivos. Define como responderá ao seu problema de pesquisa. Envolve atividades voltadas para sua finalidade de investigação. É o planejamento no processo de pesquisa. Diversos caminhos poderiam ser escolhidos para o estudo do objeto, portanto é necessário selecionar aquele que está de acordo com seu estudo, tendo em vista seu problema e seus objetivos. Com isso em mente, ele escolherá cada passo do caminho e quais ferramentas utilizará. Um conjunto de técnicas está presente na metodologia, porém ela não se reduz ao conjunto de instrumentos e técnicas realizadas.

Entre os fatores presentes nas pesquisas em Ciências Humanas que são essenciais para a metodologia, apontamos a relação da vida do pesquisador com a escolha de seu tema, considerando que não existe neutralidade na pesquisa, e desde a pergunta feita identificamos suas opiniões.

Aproveito para salientar o meu interesse no tema *população em situação de rua* desde antes da entrada na Universidade. Desde criança, ao ver pessoas em situação de rua, no meu trajeto de casa para a escola, algumas perguntas surgiam, tais como: quem são e por que estão morando nas ruas? O que ocorreu para que eles passassem a viver nessas condições? Por que existem pessoas que vivem numa situação tão desumana? A partir desse momento, questiono a barbárie que é a vida nas ruas. Uma situação inaceitável, pois a essas pessoas são negados direitos básicos e fundamentais para a sobrevivência humana.

Quando estava na metade do curso de graduação em Serviço Social, no início de 2010, fui convocada para ocupar o cargo de educadora social na Prefeitura de Vila Velha (ES) e, ao assumir, fui enviada para trabalhar em um abrigo destinado ao acolhimento de adultos em situação de rua. Por dois anos, eu me aproximei

daqueles que viviam em situação de rua e conheci as trajetórias dos que utilizaram aquele serviço de acolhimento.

No mesmo ano, cursei a disciplina de pesquisa e não tive dúvidas ao escolher o tema do trabalho de conclusão de curso. Seria o momento de buscar as respostas para aquelas perguntas que tanto me intrigavam. Na monografia, tracei o perfil da população em situação de rua de Vila Velha, utilizando dados das duas instituições de acolhimento do município.

Em 2014, entrei no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Ufes e permaneci pesquisando sobre essa multifacetada expressão da questão social. Na dissertação, discutimos a relação entre a população em situação de rua e o trabalho informal, e percebemos a imprescindibilidade do trabalho informal na sobrevivência desse grupo de pessoas nas ruas. Demonstramos de que forma a população em situação de rua e o trabalho informal são frutos do modo de produção capitalista.

Em 2018, iniciei o doutorado em Política Social no mesmo programa e continuei a pesquisa, aprofundando elementos da lei geral de acumulação capitalista, especialmente no debate sobre a superpopulação relativa e avançando para um olhar sobre a política social, especialmente as suas estratégias para trabalhar com o grupo pesquisado, e sobre quem é a população em situação de rua num âmbito maior do que o Brasil, mas enquanto uma expressão da questão social presente no mundo, por meio da pesquisa documental e bibliográfica realizada, e um espaço para ouvir a voz dos sujeitos que vivenciaram o processo de rualização, apresentando suas histórias, suas trajetórias, suas denúncias e demandas.

A seleção do material utilizado como fonte de pesquisa documental e bibliográfica é um dos elementos da metodologia, tanto para a revisão de literatura, quanto para a justificativa da escolha das fontes utilizadas. A criatividade é outro ponto relevante, visto que essa capacidade permitirá diferenciar seu trabalho perante os outros, trará a novidade, que é essencial à produção de conhecimento. A metodologia é uma “prática artesanalmente construída.” (OLIVEIRA, 1998, p. 19).

Percebemos que o método mais apropriado para tratarmos do objeto proposto é o crítico-dialético, pois é o que melhor nos permite buscar a totalidade, em um processo contínuo de superação e contradição. Por meio dele, reconhecemos a aparência como parte do real, todavia ampliamos o olhar em busca da totalidade, percebendo o modo de produção capitalista como determinante para a existência de

peças que passam pelo processo de realização. Temos consciência de que a totalidade em si não cabe em nenhuma pesquisa, considerando as constantes mudanças que superam a capacidade do pesquisador de apreendê-las. Ainda assim consideramos como fundamental a sua busca, pois pretendemos estudar de forma a perceber o máximo de determinações possíveis para que os nossos argumentos se aproximem cada vez mais do real.

O [...] mais importante sentido da palavra crítica diz respeito à ênfase na análise das condições de regulação social, desigualdade e poder. [...] A diferença básica entre a teoria crítica e as demais abordagens qualitativas está, portanto, na motivação política dos pesquisadores e nas questões sobre desigualdade e dominação, que, em consequência, permeiam seus trabalhos. (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998, p. 139).

“O método dialético nos incita a rever o passado à luz do que está acontecendo no presente; ele questiona o presente em nome do futuro.” (KONDER, 2008, p. 82). O referencial crítico-dialético permite percorrer o caminho que a nosso ver é o único que nos leva ao cumprimento dos objetivos com esta pesquisa, visto que considera a sociedade em movimento, de maneira que essência e aparência são partes do real, porém não se reduz ao aparente.

A perspectiva dialética consiste, antes de tudo, em ver a vida como movimento permanente, como processo e provisoriamente, o que precisa ser contemplado na análise das formas e fenômenos sociais, de modo a superar uma visão estagnada de estados na medida em que se reconhece o movimento, o devir, que será novamente negado para que o próprio movimento siga seu curso. (PRATES, 2012, p. 118).

### A pesquisa qualitativa

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2009, p. 22).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, documental e de campo. Os instrumentos utilizados foram roteiros de análise e de entrevistas, que foram gravadas e posteriormente transcritas de modo integral. Fizemos análise de conteúdo e análise documental. Criamos um banco de dados com as transcrições das entrevistas, que foram codificadas por cores, segundo cada tema, para a

seleção de quais falas comporiam a tese. E utilizamos o Programa Iramuteq<sup>7</sup> para nos auxiliar no processo de análise.

Ainda que se trate de uma pesquisa qualitativa, apresentamos diversos dados para consubstanciar o debate realizado, os quais foram levantados a partir de pesquisa documental. E ainda que o foco seja no qualitativo, fizemos análise estatística simples e apresentamos gráficos e figuras com dados quantitativos.

Utilizamos a técnica de triangulação na coleta de dados, que tem como “objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo.” (TRIVIÑOS, 1987 p. 138). Entendemos que a pesquisa qualitativa, especialmente a que se propõe a fazer um debate crítico, é enriquecida pela triangulação, que permite uma visão mais ampla da expressão da questão social estudada, considerando o papel do sujeito, dos documentos e do contexto social, econômico e político em que o tema estudado está inserido.

Triviños (1987, p. 138) apresenta três componentes da triangulação na coleta de dados:

- “Processos e produtos centrados nos sujeitos”;

É evidenciada aqui a voz dos sujeitos em questão nos estudos propostos, por meio de entrevistas, questionários, autobiografias, cartas, composições musicais.

- “Elementos produzidos pelo meio dos sujeitos e que têm incumbência em seu desempenho na comunidade”;

Temos aqui o que não é produzido pelo pesquisador nem pelo sujeito da pesquisa, mas pelo meio externo. Estão nesse componente os documentos, as leis, regulamentos, regimentos, memorandos e códigos de ética.

- “Processo e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro-organismo social no qual está inserido o sujeito”.

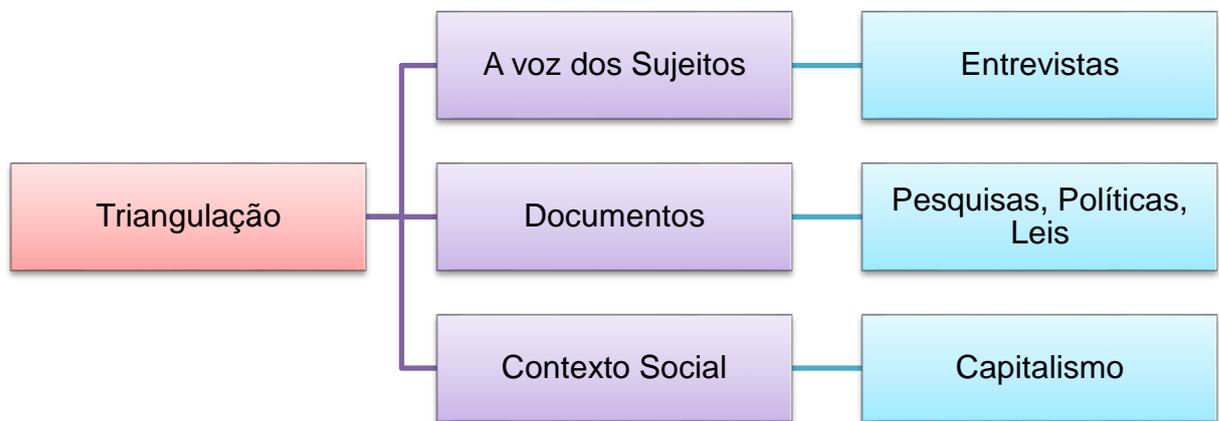
Nesse último ponto, temos o contexto social em que vive o sujeito, visto que este afeta sua vida em diversos ângulos: “refere-se aos modos de produção (escravagismo, capitalismo, socialismo), às forças e relações de produção, à

---

<sup>7</sup> Esse programa usa como base o R para fazer análises de textos. Nele podem ser criadas nuvens de palavras, análise de similitude e estatísticas, e nos ajuda a perceber quais palavras são mais faladas, quais temas são mais relevantes no contexto do corpus textual que inserimos para rodar a análise e quais palavras aparecem em oposição a outras. Lembramos que para a utilização do Iramuteq precisamos criar arquivos com linhas de comando, assim as entrevistas foram colocadas no formato exigido para que o programa rodasse as informações. Também usamos informações da pesquisa documental na criação de corpus textuais para serem lidos pelo Iramuteq.

propriedade dos meios de produção e às classes sociais (burguesia, média [pequena burguesia] — e operária).” (TRIVIÑOS, 1987, p. 139). Conforme bem salientado pelo autor, esses elementos não estão separados, mas vinculados um ao outro e em movimento na realidade. A figura que segue expressa os importantes momentos da triangulação discutidos, aplicados ao que propomos em nossa pesquisa.

Figura 3 - Triangulação na coleta de dados



Fonte: elaboração própria com base em Triviños (1987, p. 140).

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (MARCONI, LAKATOS, 2002, p. 92).

Sobre a entrevista, seu objetivo é conseguir informações dos entrevistados sobre determinados temas. Escolhemos a semiestruturada porque nos permite certa liberdade para fazer as perguntas para além do que propomos no roteiro, favorecendo a melhor exploração dos temas de nosso interesse (BONI; QUARESMA, 2005).

A entrevista é um meio de enriquecimento das reflexões abordadas pelo trabalho. Afinal, é a fala do sujeito em destaque, a explicitação da forma como ele percebe a própria situação vivida.

Para a seleção dos entrevistados, utilizamos a técnica da bola de neve: iniciamos as entrevistas com a liderança do Movimento Nacional da População em

Situação de Rua, que nos indicou os próximos entrevistados, e encerramos quando percebemos saturação dos dados.

Sobre essa técnica<sup>8</sup>, trata-se de um método útil para trabalhar com populações difíceis de serem acessadas ou estudadas. É iniciada com a delimitação de pessoas que indicarão os entrevistados, que por sua vez indicarão outras pessoas, até haver saturação. No momento em que as novas entrevistas não trouxeram mais elementos novos, com informações repetidas, finalizamos com essa etapa (VINUTO, 2014).

O momento de realização das entrevistas foi durante o período inicial da pandemia da Covid-19. Considerando as notícias de violência contra a população em situação de rua em 2020, e pensando que os participantes se sentiriam mais confortáveis em falar com a presença de uma pessoa do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, um líder do movimento foi convidado a acompanhar as entrevistas, e, além de acompanhar, ele ficou com a responsabilidade de conversar previamente com as pessoas em situação de rua, convidando-as a participar da pesquisa. O líder<sup>9</sup> participante usou seu tempo tanto para entrar em contato com as pessoas quanto fazendo o convite para que participassem, assim como para marcar o dia e acompanhar a entrevista, por isso combinamos o preço para que ele fizesse esse trabalho.

Com isso, quando cheguei para fazer a entrevista havia um grupo de cinco pessoas, além do líder do movimento. Eles estavam deitados em uma praça, no local combinado. Expliquei sobre a pesquisa, reforcei o convite para sua participação, enfatizando o caráter voluntário e a grande contribuição que trariam para a pesquisa. Alguns assinaram o termo de consentimento; outros preferiram que eu gravasse o áudio do consentimento.

Somente a primeira, com a liderança do movimento, foi individual. As demais foram em grupo, com os cinco que aceitaram participar. Eu fazia as perguntas do roteiro e cada um respondia. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, mediante autorização prévia dos entrevistados. Foram realizadas no total seis

---

<sup>8</sup> Salientamos o fato de a técnica da bola de neve não ter se concretizado da maneira como foi planejada, pois a ideia inicial era começar com o representante da população em situação de rua, entrevistá-lo, conhecer sua história de realização e pegar sugestão de uma pessoa com ele e seguir com novas sugestões de cada entrevistado até os dados ficarem saturados.

Programamos fazer duas entrevistas individuais, sugeridas pela referida liderança, porém, no dia marcado para sua realização, mais três pessoas se interessaram em participar. Com isso, atingimos a saturação dos dados com o total de seis entrevistas.

<sup>9</sup> A pessoa marcou um dia em que estava acampada junto à população em situação de rua.

entrevistas, sendo cinco homens e uma mulher. A definição do número de entrevistados foi segundo a saturação dos dados, conforme já salientado. Ao transcrevermos todas as entrevistas, identificamos dados suficientes para trabalhar na tese e percebemos que, caso continuássemos e fizéssemos mais entrevistas, não teríamos espaço nem tempo suficiente para o devido debate.

Assim, trabalhamos com uma entrevista individual semiestruturada, e entrevistas grupais semiestruturadas, que contaram com a participação de cinco entrevistados. E considerando a entrevista em meio a um grupo, a fala de um pode ter influenciado a fala dos outros, concordando e complementando a fala uns dos outros.

A resposta de um remetia a outras questões expostas por outros. Um exemplo foi quando Jair destacava a necessidade de um número maior de terras para a construção de abrigos com hortas, onde os acolhidos pudessem trabalhar, visto que essa foi uma boa experiência de acolhimento em um local onde ficou por mais de dois anos. Nesse momento, Gabriel falou sobre a quantidade de lotes vazios que poderiam ser usados para habitação social. Com isso entendemos que a entrevista em grupo foi um momento de reflexão coletiva.<sup>10</sup>

Com relação ao local da pesquisa de campo, escolhemos o Brasil, visto que possui a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua e a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua.

Usamos dois critérios de inclusão: usar as ruas e/ou instituições de acolhimento para pernoite e ser maior de 18 anos. O critério de exclusão é estar impossibilitado de responder às perguntas, seja por uma adversidade ou por não desejar.

Com relação aos riscos possíveis, estão o desconforto ao responder alguma pergunta e pensar em situações sensíveis na sua vida, ao lembrar-se de uma situação traumática, e o último risco que destacamos é ocupar o seu tempo. Objetivando minimizar esses riscos, os participantes foram avisados sobre o caráter voluntário da participação, que podiam se sentir livres para não responder às questões que lhes deixassem constrangidos. Enfatizamos que não haveria identificação dos participantes e nos comprometemos a divulgar os resultados da

---

<sup>10</sup> Salientamos que não usamos grupo focal. Tivemos como norte as perguntas do roteiro. Ao longo da entrevista, não precisamos usar todas, visto que ao responder uma eles responderam outras e tiveram espaço para falar sobre temas que não estavam presentes no roteiro. As questões semiestruturadas permitiram isso.

pesquisa, após a conclusão da tese; será enviada para a biblioteca de teses e dissertações para pesquisa pública e submeteremos artigos em eventos científicos e revistas. Seu benefício possível em participar da pesquisa é conhecer melhor seus direitos e indicar quais são as suas necessidades em relação às políticas sociais.

A identidade dos entrevistados foi preservada;<sup>11</sup> eles foram identificados por um nome fictício, escolhido por eles, e, de acordo com os procedimentos éticos, explicamos os objetivos da pesquisa e a relevância de sua participação, sendo esta voluntária. Foi apresentado para assinatura um termo de consentimento livre e esclarecido evidenciando tais elementos.<sup>12</sup> Três dos seis entrevistados assinaram o termo de consentimento. Os outros três preferiram ter seu consentimento gravado. E, finalmente, foi entregue a todos uma cópia do referido termo.

A primeira entrevista que iniciou a bola de neve ocorreu numa Secretaria de um estado, local escolhido pela liderança do movimento, sendo que ocorreu em janeiro de 2020 e foi longa. A pessoa entrevistada foi bem comunicativa e levantou pontos essenciais ao debate proposto na tese.

As demais entrevistas foram realizadas nos locais em que estavam os sujeitos indicados pela bola de neve, ou seja, aconteceram na rua, em outubro de 2020, e também foram importantíssimas para a construção da tese. O tempo entre a primeira e as demais justifica-se por conta da pandemia do coronavírus. Esperamos a classificação de risco baixo para voltarmos a campo.

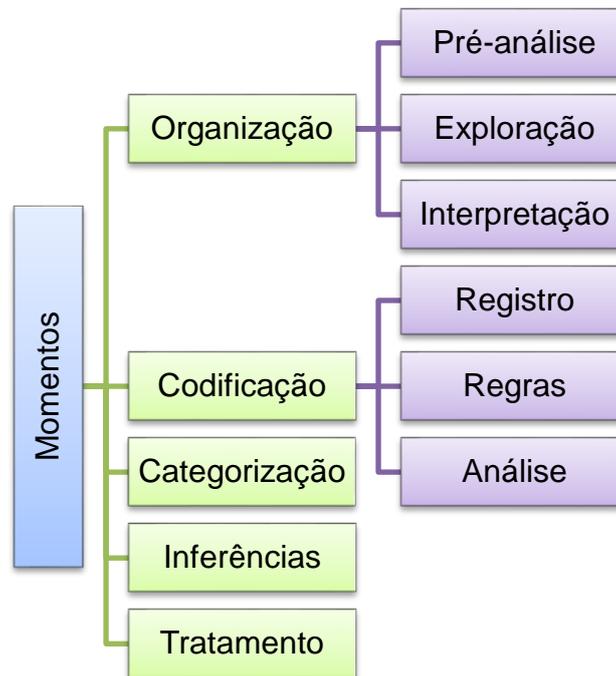
A técnica de interpretação escolhida foi a análise de conteúdo. Bardin (1977) destaca momentos básicos de tal análise, expostos por meio da figura seguinte.

---

<sup>11</sup> Com o intuito de garantir o anonimato, optamos por não revelar o estado brasileiro escolhido para a pesquisa de campo.

<sup>12</sup> Considerando que no Brasil a minoria não sabe ler e escrever (17,1%), o instrumento que propomos é válido. Todavia, considerando a possibilidade de algum entrevistado estar nesse grupo, após lermos e explicarmos o termo de consentimento, gravamos seu consentimento para a pesquisa em áudio.

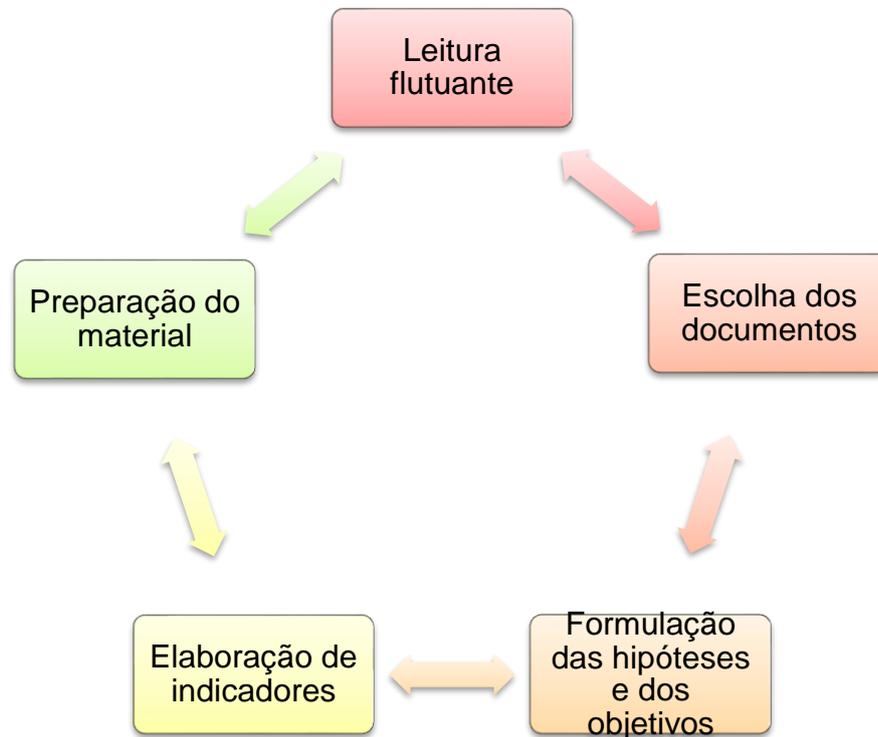
Figura 4 - Análise de conteúdo



Fonte: elaboração própria com base em Bardin (1977)

A pré-análise é um momento de organização. Tem como norte a sistematização de ideias tendo em vista o desenvolvimento de um plano de análise. Envolve a escolha dos documentos, formulação das hipóteses e objetivos e elaboração de indicadores que servirão para a interpretação, que possuem íntima vinculação de uma com a outra. A próxima figura evidencia tais elementos (BARDIN, 1977).

Figura 5 - Pré-análise



Fonte: elaboração própria com base em Bardin (1977).

O primeiro momento é a leitura flutuante, onde há contato inicial com o material a ser trabalhado, e progressivamente a leitura torna-se mais precisa. Envolve a escolha dos documentos e a definição do universo que será trabalhado na pesquisa. A elaboração de indicadores é o momento de escolha dos textos, e como ele será categorizado e codificado (BARDIN, 1977).

A pré-análise abarca a preparação do material. Fizemos nesse momento a transcrição das entrevistas, tomamos notas de pontos a serem trabalhados nos documentos e livros, e também preparamos os instrumentos que facilitaríamos a análise, destacando os pontos de interesse da pesquisa<sup>13</sup>.

A exploração do material, caracterizada por Bardin (1977, p. 101) como uma fase “longa e fastidiosa”, abrange o momento da codificação dos dados e oferece a base para seguir com o tratamento e interpretação.

A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto. (BARDIN, 1977, p.103).

<sup>13</sup> Os instrumentos elaborados para essa pesquisa, como o roteiro para a pesquisa documental e para as entrevistas, assim como a grade de análise para as entrevistas, constam no apêndice.

Na categorização temos a classificação de componentes de um conjunto. Entre os critérios de categorização, temos o semântico, que segue temas, sintático, que atenta para verbos e adjetivos, e, por fim, o léxico, que classifica as palavras de acordo com seu sentido, vendo seus sinônimos e expressivos (BARDIN, 1977, p. 118).

A inferência “não passa de um termo elegante, efeito de moda, para designar a indução, a partir dos factos.” (BARDIN, 1977, p. 136). A produção de inferências válidas é, de acordo com o autor, um objetivo das investigações. E, por fim, temos o último momento da análise de conteúdo: o tratamento dos dados.

Usamos também o software Iramuteq para nos ajudar com a codificação e tratamento do texto. Ele é um programa específico para trabalhar com análise de discurso, e, quando usado para análise de conteúdo, faz parte da fase de tratamento dos dados de Bardin, utilizado especialmente para a análise lexical, de relação e temática.<sup>14</sup>

O programa fez uma separação das palavras em suas classes gramaticais e considera o número de vezes em que elas apareceram no texto; além disso, traça a relação entre elas. Com a análise de similitude do Iramuteq, temos a análise da relação entre as palavras no texto. No dendrograma temos análise lexical, de relação, e temática, conforme será apresentado por meio das figuras feitas com base nas análises do programa. Reservamos um ponto específico para destacar as análises feitas com auxílio do programa.

Entre as possíveis análises do programa, temos a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), a Análise de similitude, a classificação pelo Método de Reinert, Especificidade e a Análise Fatorial por correspondência, Estatísticas e Nuvem de Palavras. A base usada para rodar as análises de dados é o programa R. Assim, além da instalação do Iramuteq, instalamos também o R para a realização das análises.

Em um primeiro momento, fizemos a codificação do texto de acordo com as exigências do software, preparamos as linhas de comando, separamos algumas categorias de análise e salvamos segundo as especificações exigidas. Ao rodar as análises, as palavras cortadas foram definidas de acordo com uma conta-padrão simples para limparmos da análise as palavras com menor frequência. Dividimos o

---

<sup>14</sup> Ver mais em Minayo (2014).

número de ocorrência das palavras pelo número de formas e multiplicamos por dois para sabermos o número de corte a ser considerado. Por tratar-se de entrevistas com respostas longas, utilizamos a análise de segmentos de textos (KAISEN, 2021).

Ainda no tratamento do *corpus* textual, algumas palavras foram marcadas como expressão, para serem lidas pelo programa como uma só palavra:<sup>15</sup> *população em situação de rua, moradores de rua, moradores em situação de rua, pessoas em situação de rua e situação de rua* foram as expressões demarcadas.

Além do software, fizemos uma codificação própria, para facilitar nossa organização para a seleção de quais falas dos entrevistados seriam citadas na tese. Separamos algumas palavras por cores para nos ajudar nesse processo e negritamos as frases já utilizadas do texto, evitando repetições ao longo da tese.

Utilizamos na pesquisa documental pesquisas oficiais de países, estados e municípios, escolhidos de acordo com a presença de pesquisa nacional sobre população em situação de rua ou presença de política nacional, decretos e políticas que versem sobre o tema. Destacamos também experiências de diversas formas de trabalhar com a população em situação de rua no âmbito das políticas sociais. Acessamos dados de diversos países para enriquecer as reflexões sobre o assunto. Nossa fonte para a revisão bibliográfica, presente em todo o processo da pesquisa, são as teses, dissertações, artigos, pesquisas e livros sobre o assunto.

Salientamos que a diferença entre pesquisa documental e bibliográfica é que na bibliográfica trabalhamos com a colaboração de diversos autores em torno do tema pesquisados, enquanto na pesquisa documental os materiais “não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.” (PRATES; PRATES, 2009, p. 118).

Considerando que a pesquisa envolve entrevista, pedimos autorização ao comitê de ética da Universidade Federal do Espírito Santo e tomamos os devidos cuidados quanto ao sigilo, usando uma codificação específica para os entrevistados. Seus nomes foram suprimidos para resguardarmos o anonimato – os que constam na tese foram escolhidos pelos entrevistados.

Enviamos ao comitê de ética da Universidade Federal do Espírito Santo, por meio da Plataforma Brasil, o projeto, o termo de consentimento livre e esclarecido e a folha de rosto com as assinaturas requeridas, e todos os documentos foram

---

<sup>15</sup> A forma de fazer isso é usar \_ no lugar do espaço.

aceitos. A realização das entrevistas foi aprovada por meio do Parecer Consubstanciado nº 3.703.908.

Para o bom andamento da organização dos dados e dos passos da análise de conteúdo, fizemos a transcrição de todas as entrevistas, de maneira integral, para então podermos trabalhar com a grade de análise e com as informações advindas delas.

Para nortear a escolha sobre a bibliografia a ser acessada, fizemos quadros com as pesquisas relevantes encontradas, cujas informações básicas foram destacadas, conforme pode ser visto no apêndice.

Ressaltamos que escolhemos trabalhar com os dados da pesquisa documental e da pesquisa de campo ao longo da tese, ao invés de fazer um capítulo com esse propósito no final. Dessa forma, indicamos em todos os capítulos a relação entre a teoria e a realidade, em uma conversa entre o abstrato e o concreto, o singular e o universal<sup>16</sup>, um movimento entre o plano real e das ideias, evidenciando a interligação da teoria com os elementos encontrados no real. Assim, trabalhamos em busca da totalidade e apresentamos a particularidade por meio da pesquisa empírica. O debate geral apresentado com base em pesquisa bibliográfica e documental está articulado às visões individuais das entrevistas, usadas para qualificar a discussão.

Com o destaque das entrevistas, não objetivamos reduzir a complexa expressão da questão social às falas dos sujeitos entrevistados, mas sim ilustrar os pontos discutidos, consubstanciando os argumentos trabalhados na tese, e oferecer um espaço para ouvir a voz dos sujeitos, pois os sobreviventes do processo de rualização têm opinião, voz, propostas, sonhos e projetos de futuro. Precisamos escutá-los.

Portanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa pautada sob o materialismo histórico-dialético, em que utilizaremos a pesquisa documental, bibliográfica e empírica. Usamos a técnica da triangulação para a coleta dos dados e análise de conteúdo para sua interpretação. Conscientes do caráter ético do pesquisador em compartilhar os dados da pesquisa, submeteremos trabalhos para publicação em revistas e para apresentação em eventos, e entregaremos uma cópia à liderança do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, participante da pesquisa.

---

<sup>16</sup> Sobre a relação entre universal, particular e singular, ver Moraes (2021).

## 1 LEI GERAL DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA

Quem construiu a Tebas de sete portas?  
 Nos livros estão nomes de reis:  
 Arrastaram eles os blocos de pedra?  
 E a Babilônia várias vezes destruída  
 Quem a reconstruiu tantas vezes?  
 Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?  
 Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou  
 pronta?  
 A grande Roma está cheia de arcos do triunfo:  
 Quem os ergueu?  
 Sobre quem triunfaram os Césares? (BRECHT, 1982, s/p).

O entendimento sobre o funcionamento do modo de produção capitalista é de fundamental importância para um olhar que persegue a totalidade no âmbito do tema *população em situação de rua*. Essa visão geral do capitalismo nos permite ver a existência desse grupo populacional vinculado ao capitalismo, enquanto parte de um grupo que é fruto desse modo de produção.

Um dos aspectos fundamentais de nossa discussão nesse capítulo é a lei geral de acumulação capitalista, baseada numa concentração tão desigual que promove, de um lado, riqueza, e de outro, a miséria, que produz uma superpopulação relativa, formada por todos aqueles parcial ou inteiramente desocupados, cuja população em situação de rua faz parte. Vejamos, conforme a citação que segue como é o mundo do capital.

Em capital – lucro, ou, melhor ainda, capital – juros, terra – renda fundiária, trabalho – salário, [...] está completa a mistificação do modo produção capitalista, a reificação das relações sociais, a aglutinação imediata das relações materiais de produção com sua determinação histórico-social: o **mundo encantado, distorcido e posto de cabeça para baixo**, no qual Monsieur Le Capital e Madame la Terre exercem suas fantasmagorias ao mesmo tempo como caracteres sociais e imediatamente como meras coisas. (MARX, 1985, p. 279, grifo nosso).

A ideologia<sup>17</sup> dominante é um aspecto fundamental para que a sociedade permaneça como está, de forma a naturalizar a desigualdade, a pobreza, o desemprego e a existência de pessoas em situação de rua, e, além disso, culpabiliza os sujeitos que vivem nessa condição, como se não houvessem se esforçado o suficiente.

---

<sup>17</sup> Sobre a relação entre ideologia e população em situação de rua, ver Tiengo (2019).

Tal ideologia é desmantelada quando entendemos que a existência da miséria é tão fruto do capitalismo quanto a riqueza, e que a presença de pessoas que não estão inseridas em um trabalho ou o fazem de forma irregular é próprio do capitalismo.

O mundo do capital é permeado por contradições. Há produção material suficiente para erradicar a fome, a miséria, o desemprego e a produção e reprodução do processo de realização. Todavia isso não ocorre porque fazem parte da composição do capitalismo, em que os produtores da riqueza trabalham para enriquecimento alheio, no qual a riqueza produzida pelo trabalho é apropriada pelo capital, aparentemente pertencente a ele por direito. Apresenta-se como o reino da liberdade, visto que é a superação do escravismo e da servidão, porém aprisiona os trabalhadores à forma de trabalho assalariado, e condiciona sua existência à venda de sua força de trabalho. Seguem as falas de Gabriel (2020)<sup>18</sup> e Mara (2020), que demonstram a distorção desse mundo de cabeça para baixo.

**Gabriel:** *Aqui eu não vi não. Não tem nem um banheiro pro cê ir. Se você tiver que urinar ou fazer uma situação você tem que ir no meio do mato.*

**Mara:** *O banheiro que tem é fechado. Só abre a noite pra feirinha, pra ninguém mais usar. Só por causa da feirinha aí. Só no dia de feira. Se for no dia de feira ele abre de noite.*

**Gabriel:** *Esse pessoal rico entrar aí, o banheiro tá até mais arrumado pra eles.*

**Mara:** *Dá até pra nós dormir lá dentro. Mais eles num deixa aberto.*

O mundo do capital é caracterizado pelo individualismo, no qual cada um é responsável por si mesmo e o Estado deve afastar-se da intervenção quando isso for beneficiar necessidades humanas e servir como um laçao para atender aos desejos de expansão do capital, compensando as perdas em suas crises cíclicas. Um mundo tão bárbaro que produz continuamente pessoas que são destituídas de tudo e, sem opção, precisam viver nas ruas.

As últimas falas destacadas reiteram isso. Enquanto as pessoas que possuem moradia podem usar o banheiro na praça em que ocorre a feira noturna de artesanato, aqueles que não tem sua própria habitação são limitados de utilizá-lo, visto que durante o dia fica trancado.

---

<sup>18</sup> Ao longo da tese, optamos, por finalidade estética e para melhor diferenciar as demais citações das provenientes de falas dos sujeitos entrevistados, onde um complementava a fala do outro, usar duas formas para citar as entrevistas. Quando tratar-se de citação direta da fala de somente um dos entrevistados, usaremos o sistema autor-data, e quando for citação direta contendo a fala de dois ou mais entrevistados, colocaremos somente o nome, antes da fala de cada um, em negrito, seguido de dois pontos.

Além disso, o banheiro funcionar somente nos dias de feira apontam para o fato de que onde há circulação de mercadorias, os consumidores não podem ser atrapalhados por pessoas urinando e defecando nas ruas.

Qual a relação entre a superpopulação relativa e a população em situação de rua? Como um grupo considerado por muitos primordialmente lumpemproletariado pode compor a classe trabalhadora? O lumpemproletariado é parte integrante da superpopulação relativa ou uma forma separada, tão escoriada que sequer faz parte dela? Essas questões serão discutidas ao longo do presente capítulo.

### 1.1 A substancialidade da Lei Geral de Acumulação Capitalista para o debate da população em situação de rua

O capitalismo está alicerçado na exploração de uma classe sobre a outra. Um grande diferencial de Marx é evidenciar que a riqueza, ao invés de vir da propriedade sobre a terra, ou sobre os meios de produção, vem do trabalho abstrato, afinal a mais-valia é produzida pelos trabalhadores e apropriada pelo capitalista, que remunera a força de trabalho com um salário bem inferior ao que de fato foi produzido. O trabalhador esfalha-se de tanto trabalhar para enriquecimento alheio, em um contexto no qual “as taxas de exploração sejam travestidas de lucratividade.” (FONTES, 2010, p. 21).

Vejamos como Jorge (2020) percebe a relevância das contradições da sociedade capitalista para aqueles que vivem em situação de rua.

*Porque os anos de violações, que a gente trata como violação. Ah, mas porque que todo mundo é violado? É sim! **Ninguém tá na rua porque quer. Muitos já se conformaram com essa situação, mas ninguém está ali porque quer não!** Infelizmente a gente vê as pessoas como vítimas de um Estado opressor, que ele tem o porém, é capitalista, e aonde as pessoas vão perdendo seus espaços, elas vão ganhando novos espaços, aonde não é o lugar delas. Mas sim, aonde a sociedade higienista, vai os empurrando. É como se fosse uma grande mesa, e os mais fracos não conseguissem sentar nela para comer, tivessem que ficar catando debaixo da mesa, e, mesmo assim, toda hora um dá um chute nele. Né? Empurra ele prum lado, chuta pra lá, então assim, essa pessoa está tentando subir para sentar, tentar uma alimentação digna, pra ele não comer do lixo, é muito angustiante né? (JORGE, 2020, grifo nosso).*

O lugar de ninguém morar é na rua, porém o desenvolvimento do capitalismo chegou ao ponto de permitir e produzir situações nas quais as pessoas ficam sem opção, perdem tudo e passam a viver destituídas de quase tudo. Reproduzindo a

própria sobrevivência por meio de um trabalho que não lhes oferece perspectiva de saída da situação de rua e que, por mais que trabalhem, as faz continuar presas às ruas.

Para a existência da relação social entre capital e trabalho, são necessários trabalhadores supostamente livres. O capital existe em meio à produção de mais-valia, adquirida por meio da exploração da força de trabalho. O capital carece da existência de pessoas livres de tudo, cuja venda de sua força de trabalho seja basilar para sua sobrevivência, e da presença de supranumerários entre esses. Vejamos como a poesia que segue expressa as relações capitalistas.

Entre a fome e o comer  
Existe uma ponte injusta [...]  
Poucos metros de riqueza  
Com quilômetros de pobreza  
São dois lados que me frustra [...]

Se o País fica mais rico  
O povo é quem padece  
Pois lá em cima sobe mais  
E aqui de baixo mais desce [...]

Tem gente ganhando muito  
Sem nunca ter trabalhado  
Gente vive trabalhando  
E ganha apenas trocado. (CAMELO, 2013).

Destacamos que o debate sobre a lei geral é imprescindível para entendermos a reprodução da população em situação de rua em uma sociedade dividida entre alguns que monopolizam a riqueza mundial e a grande maioria que possui muito pouco, vive na miséria. Essa discussão nos ajudará a responder às seguintes questões: por que existem pessoas morando nas ruas? A população em situação de rua possui alguma função no capitalismo? Eles são o lumpemproletariado?

O capitalismo, para existir, se desenvolver e se reproduzir, necessita de trabalhadores, afinal a força de trabalho é uma mercadoria especial capaz de criar valor (a única). Logo, o capital precisa da reprodução de uma força de trabalho que se incorpore ao capital como meio de valorização. “Acumulação do capital, é, portanto, multiplicação do proletariado.” (MARX, 2013, p. 690).

Mandeville, um liberal, evidencia a necessidade da existência de pobres na sociedade, pois são eles que trabalham e produzem a riqueza apropriada pelos

ricos, e que há o interesse por parte das nações de que o pobre permaneça pobre e “gaste continuamente o que ganha”. Vejamos mais alguns pontos de suas palavras:

Os que ganham a vida com seu trabalho diário [...] não têm nada que os estimule a serem serviçais senão suas necessidades, que é prudente mitigar, mas insensato curar. A única coisa que pode tornar diligente o homem trabalhador é um salário moderado. Um pequeno demais o torna, a depender de seu temperamento, desanimado ou desesperançado, um grande demais o torna insolente e preguiçoso [...], numa nação livre em que escravos não sejam permitidos, **a riqueza mais segura está numa multidão de pobres laboriosos**. Além de constituírem uma inesgotável fonte de homens para a marinha e o exército, **sem eles não haveria qualquer satisfação e nenhum produto de nenhum país seria valorizável**. Para fazer feliz a sociedade (que, naturalmente é formada de não trabalhadores) “e satisfazer ao povo mesmo nas circunstâncias mais adversas, é necessário que **a grande maioria permaneça tão ignorante quanto pobre**. O conhecimento expande e multiplica nossos desejos, enquanto menos um homem deseja, tanto mais facilmente se podem satisfazer suas necessidades”. (MANDEVILLE *apud* MARX, 2013, p. 691).

Para Marx (2013), Mandeville não compreendeu que com o aumento da acumulação aumenta o capital e a massa dos assalariados, que aplicam sua força de trabalho em força de valorização do capital, perpetuando uma relação de dependência com o capitalista. Segundo palavras de um de nossos entrevistados, “A pobreza dá lucro.” (JORGE, 2020). A citação seguinte, agora de Eden, usada por Marx, traz um ponto importante para entender as relações capitalistas e evidencia a diferença entre pobres e ricos.

Pessoas dotadas de fortuna [...] devem sua fortuna quase inteiramente ao trabalho de outrem, e não à sua própria habilidade, que de modo algum é superior à dos outros; o que distingue os ricos dos pobres não é a propriedade de terras e o dinheiro, mas o comando sobre o trabalho. (EDEN *apud* MARX, 2013, p. 692).

Mesmo havendo o aumento do salário em virtude da demanda maior do que a oferta, com os trabalhadores tendo uma vida melhor, podendo ampliar o seu consumo de vestuário, móveis, celulares, eletrodomésticos, televisões, entre outros, formando uma reserva em dinheiro, há exploração. Assim “como a melhoria de vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não suprimem a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco suprimem as do assalariado.” (MARX, 2013, p. 695).

Assim como os escravos eram presos, amarrados a grilhões, os trabalhadores estão igualmente presos ao seu trabalho assalariado alienante do capitalismo, e, mesmo nos momentos em que seu salário é alto e conseguem comprar os meios de sua subsistência e deter um fundo de dinheiro, ainda assim há

exploração. A diferença é que os grilhões que lhes prendem estão um pouco menos apertados, todavia permanecem amarrados às correntes da sociedade capitalista.

Usando as palavras de Marx: “O aumento do preço do trabalho, que decorre da acumulação do capital, significa apenas que, na realidade, o tamanho e o peso dos grilhões de ouro que o trabalhador forjou para si mesmo permitem torná-las menos constringentes<sup>19</sup>.” (MARX, 2013, p. 695).

A compra da mercadoria *força de trabalho* não ocorre para satisfazer a uma necessidade pessoal do comprador, e sim para a valorização do capital. Produzir “mercadorias que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção.” (MARX, 2013, p. 695).

O que torna a força de trabalho “vendável” é exatamente o fornecimento de uma fonte de “capital adicional em trabalho não pago.” (MARX, 2013, p. 695). O aumento dos salários é nada mais do que uma redução da quantia não paga da força de trabalho. “O aumento do preço do trabalho é confinado, portanto, dentro dos limites que não só deixam intactos os fundamentos do sistema capitalista, mas asseguram sua reprodução em escala cada vez maior.” (MARX, 2013, p. 697).

Ainda que haja aumento salarial, não há ameaça ao capitalismo. Isso não poderia acontecer considerando que no capitalismo os trabalhadores servem “às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimentos do trabalhador.” (MARX, 2013, p. 697).

Um pressuposto básico do modo de produção capitalista é a acumulação de riquezas em contraponto com a acumulação de miséria, visto que de um lado o “capital cresce nas mãos de um homem até atingir grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros homens.” (MARX, 2013, p.702).

## 1.2 Por uma visão ampliada da classe trabalhadora

O debate das classes sociais aponta para a desigualdade social, produzida pelo capitalismo, evidenciando a necessidade da luta. Ignorar a relevância da classe trabalhadora hoje é um fortalecimento da ideologia dominante. Reconhecemos

---

<sup>19</sup> Nesse contexto significa que o grilhão está menos apertado no pescoço.

mudanças ao longo do tempo. A classe trabalhadora é ainda mais ampla do que no capitalismo nascente, pois esse modo de produção conseguiu submeter uma gama maior de trabalhadores sob sua égide.<sup>20</sup>

As classes sociais não surgiram de repente, sem determinantes histórico-sociais; ao falar de classes sociais, de classe trabalhadora, falamos de processo. “Não se trata de uma estrutura imóvel nem de uma categoria definitiva, mas de um fenômeno histórico que não se pode cristalizar em um momento particular de seu desenvolvimento.” (BENSAID, 2008, p. 37).

Uma classe social é formada à medida que os indivíduos que o integram “têm que promover uma luta contra uma outra classe.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 63). Ao debatermos sobre classes sociais, trata-se de uma coletividade cuja diferença entre seus integrantes se estabelece por meio dos seguintes pontos principais: a sua posição em relação aos meios de produção; sua relação com a organização social do trabalho; pela forma com que participa de parte da riqueza produzida; pela apropriação da força de trabalho de um grupo por outro.<sup>21</sup>

A classe trabalhadora continua assim como quando Marx escreveu um termo amplo, que não se reduz aos trabalhadores produtivos nem somente aos trabalhadores de indústrias. A tradução da palavra usada por Marx (*Arbeiterklasse*<sup>22</sup>) como classe operária causou a confusão de restrição da classe trabalhadora aos trabalhadores produtivos das indústrias, todavia não é esse o sentido presente na obra de Marx, que o utiliza como um termo genérico que abarca diversos trabalhadores (MATTOS, 2012).

E ao tratar da classe trabalhadora, mesmo em seus textos de crítica da economia política, Marx nunca a restringiu ao operariado industrial, nem por meio de uma associação restritiva com os submetidos à subsunção real, nem tampouco por uma definição que fechasse a classe no setor produtivo. (MATTOS, 2012, p. 67).

Mattos (2019) indica o problema de tradução já citado como elemento obstaculizante da concepção de classe trabalhadora. A tradução mais apropriada para a palavra alemã *Arbeiterklasse* é classe trabalhadora ou proletariado. Classe operária é uma tradução latina, todavia não existe um equivalente na língua original

<sup>20</sup> Uma evidência disso são os trabalhos no estilo Uber, nos quais os níveis de precarização tornam-se ainda maiores.

<sup>21</sup> Ver mais em Lenin (1984).

<sup>22</sup> Mattos (2012, p. 66) coloca em pauta essa discussão e revela os problemas de tradução inerentes a essa palavra, que quando traduzida como classe operária revela uma redução da classe trabalhadora que Marx em nenhum momento propôs.

da obra de Marx e pode remeter a restrições de sentido da composição da classe trabalhadora. Vejamos as palavras de Mattos sobre o assunto em seu livro cujo tema é a classe trabalhadora:

Marx e Engels trataram, portanto, da classe trabalhadora historicamente existente, que começa a manifestar a consciência de si como classe. Nesse ponto é necessário, além de historicizar o vocabulário, explicar as diferenças de tratamento dos termos referentes à classe em distintos idiomas. Falamos português. Assim como os que falam línguas hispânicas e francês, temos o hábito de usar a expressão “classe operária” - às vezes como sinônimo de classe trabalhadora e outras vezes de forma mais restrita (como trabalhadores industriais). Na língua alemã, de Marx e Engels não há expressão equivalente. Na língua inglesa, que foi a fonte da maior parte de suas leituras sobre o tema, há a palavra “*labourer*” (*laborer* na grafia estadunidense), cujo emprego, entretanto, é muito mais restrito, sendo aplicada aos trabalhadores manuais (especialmente da construção). Marx utilizava expressões que podemos traduzir literalmente como “classe trabalhadora” ou “proletariado”. (MATTOS, 2019, p. 23).

Bensaïd (2008) também compartilha da ideia de amplitude do termo *Arbeiterklasse*, que jamais poderia ser reduzido aos que fazem trabalho produtivo. E operariado traz denotação reduzida aos trabalhadores de indústrias, que fazem trabalho manual, excluindo trabalhadores de serviços e de comércios. Lembro o fato de esses últimos, além de serem também explorados, fazerem parte do grupo de trabalhadores coletivos.

“Marx fala de proletários. Apesar de seu aparente desuso, o termo é ao mesmo tempo mais rigoroso e mais abrangente do que classe operária.” (BENSAÏD, 2008, p. 36). Concordamos com Mattos (2019) e Bensaïd (2008): a imagem formada na mente ao se ouvir a expressão “classe operária” remete ao operário da fábrica, uniformizado, trabalhando perante alguma máquina. Todavia o proletariado é um grupo muito maior, e a produção ou não de mais-valia não é o âmago da identidade da classe trabalhadora, ainda que seja fundamental. O determinante é a sua destituição dos meios de trabalho, tendo a própria força de trabalho como única mercadoria.

Em um sentido ampliado, a classe trabalhadora deve incorporar tanto os/as trabalhadores/as produtivos/as, que agregam diretamente valor, como também o amplo conjunto de assalariados improdutivos, que não geram diretamente mais-valia, mas que são imprescindíveis nesse processo de trabalho capitalista e que vivenciam, tanto objetiva quanto subjetivamente, situações que têm clara similitude com aquelas experimentadas pelos trabalhadores produtivos. Embora ela tenha como núcleo central os trabalhadores produtivos, a classe trabalhadora abrange também, em nosso entendimento, os trabalhadores improdutivos, que não criam mais-valia, mas que são imprescindíveis para a criação de valor e parte constitutiva do conjunto dos assalariados. (ANTUNES, 2014, p. 50).

É necessário enfatizar sobre o aspecto ampliado visto que a defesa de uma classe trabalhadora reduzida pode advir do desconhecimento de tais problemas de tradução e toma o que algumas versões chamam de classe operária quando na realidade Marx representou a classe trabalhadora. Entendemos que fazem parte da classe trabalhadora todos os assalariados que não possuem os meios de produção, inclusive os desempregados, afinal esses também necessitam vender sua força de trabalho para manter a própria sobrevivência.

Trabalhamos na tese com a associação entre o proletariado e a classe trabalhadora, como sinônimos. Formada por aquele grupo que para sobreviver precisa vender a sua força de trabalho. Nosso entendimento do proletariado está consoante a visão de Engels:

O proletariado é aquela classe da sociedade que tira o seu sustento única e somente da venda do seu trabalho e não do lucro de qualquer capital [aquela classe] cujo bem e cujo sofrimento, cuja vida e cuja morte, cuja total existência dependem da procura do trabalho e, portanto, da alternância dos bons e dos maus tempos para o negócio, das flutuações de uma concorrência desenfreada. Numa palavra, o proletariado ou a classe dos proletários é a classe trabalhadora do século XIX. (ENGELS, 1847, p. 1).

Nessa citação, o autor evidencia uma classe trabalhadora ampliada, composta por todos aqueles que dependem do trabalho para sobreviver. Reiteramos que essa é a ideia defendida por nós nessa tese.

Um dos aspectos envolvidos na consideração da classe ampliada é a concepção de quem é o sujeito revolucionário. Com o desenvolvimento do capitalismo, as formas de trabalho foram modificadas, de maneira que temos hoje diversos meios de venda da força de trabalho, como o trabalho informal, autoemprego, empreendedorismo e trabalho em domicílio, em uma sociedade que reduz a cada ano a quantidade de trabalhos formais, enquanto os informais<sup>23</sup>, que para nós também fazem parte da classe trabalhadora, crescem.

De acordo com Linden (2016), Marx utiliza com maior frequência *proletariado* ao invés de *classe trabalhadora*, que é menos usado. O autor questiona o conceito marxiano de proletariado, pois para ele é reduzido por Marx. Linden (2016) apresenta uma ampliação no proletariado, sendo composto pelo lumpemproletariado

<sup>23</sup> Não temos espaço para levantar o debate sobre a informalidade, que é bem amplo. O trabalho informal da população em situação de rua é aquele submetido a um maior grau de exploração, cuja remuneração é baixa, exige pouca qualificação e normalmente envolve a utilização da força física. Chamados por Antunes (2011) de trabalhadores informais tradicionais. Ver mais em Antunes (2011), Soares (2008) e Tavares (2004).

e pelos escravos. Estamos de acordo com a necessidade de uma visão ampliada da classe trabalhadora, pois ela é muito maior do que os trabalhadores do chão de fábrica.

Linden (2016) e Mattos (2012) concordam com a necessidade de uma visão ampliada da classe trabalhadora. Porém discordam quanto à presença ou não dessa ampliação em Marx. Enquanto Mattos vê em Marx a concepção mais ampliada de classe trabalhadora, Linden critica Marx argumentando que sua concepção é muito restrita. E concordando com Mattos, também vemos uma noção ampliada.

Linden (2016) questiona Marx por, segundo a sua interpretação, considerar o proletariado o único com potencial revolucionário e o lumpemproletariado como uma escória social. Para Linden (2016), o lumpemproletariado é consequência de ideais morais do autor e faz parte do proletariado. Entendemos o sedimento mais baixo da superpopulação relativa como integrante do proletariado, tanto os inseridos no pauperismo quanto aqueles chamados por Marx (2013) de lúmpen, ao discutir a superpopulação relativa no *Capital*. Teremos um ponto à frente para debater esse assunto.

As fronteiras do proletariado foram demarcadas de todos os lados. A luta de classes é vista como sendo travada principalmente entre capitalistas, proprietários de terras e assalariados. As outras classes, intermediárias, são historicamente menos importantes e não exercem nenhuma função política independente; elas “entram em declínio e finalmente desapareceriam diante da Indústria Moderna”. (LINDEN, 2016, p. 91).

Concordamos com Mattos (2012) e Linden (2016) sobre a necessidade de uma noção ampliada da classe trabalhadora, para além dos trabalhadores produtivos. A classe trabalhadora, ao invés de ser restringida aos operários, que desenvolvem trabalho produtivo, contém uma diversa gama de pessoas que possuem a sua força de trabalho como única mercadoria.

A classe trabalhadora carrega um potencial de mudança, é o agente da emancipação humana, possível somente com a dissolução da sociedade dividida em classes. Sua constituição ocorre em oposição à outra classe. No contexto do movimento dialético, da mesma forma que a criação de riquezas na sociedade capitalista tem como contraponto a criação de miséria, e a miséria existe por causa da riqueza, o proletariado só existe em contraponto com a burguesia, e o contrário também é válido. As classes sociais só podem existir em contraponto umas às outras (MATTOS, 2012).

O único capaz de lutar pelas mudanças indispensáveis para a superação desse modo de produção é o proletariado. Não é uma pessoa isolada, visto que o indivíduo sozinho pode fazer pouco, todavia, quando está consciente de sua própria condição e junto aos demais integrantes de sua classe, pode fazer a luta em prol de mudanças substantivas. São os sujeitos com a possibilidade de levar a uma alteração substancial do modo de produção.

Evidenciamos que, ao tratar do que chama de indigentes, que vivem no pauperismo e dependem da caridade, Marx explicita sua integração à classe trabalhadora, segundo seu pensamento: “uma palavra sobre o pauperismo oficial ou a **parte da classe trabalhadora que perdeu sua condição de existência**, a venda da força de trabalho, e que vegeta graças à caridade pública.” (MARX, 1996, p. 282, grifo nosso).

Entendemos que a população em situação de rua consubstancia uma série de expressões da questão social, é produzida e reproduzida pelo capitalismo. Nesse contexto é um dos produtos de sua lei geral, cuja acumulação de riqueza e de miséria está em seu cerne, assim como a produção contínua de um grupo de supranumerários sobre o qual discutiremos a seguir.

### **1.3 O que é superpopulação relativa e quem faz parte desse grupo?**

Nesse ponto desenvolveremos reflexões sobre um grupo imprescindível à acumulação capitalista, que atua como uma alavanca ao processo produtivo: a superpopulação relativa. Sua existência e reprodução compõem a lei geral. Veremos que a população em situação de rua é integrante desse produto do modo de produção capitalista. “A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.” (MARX, 2013, p. 705).

Conforme evidenciado por Marx nessa citação, é própria do modo de produção capitalista a produção de pessoas que não serão diretamente aproveitadas, compondo um grupo excedente de trabalhadores. É a população trabalhadora que produz a acumulação, assim também “produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária.”

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. (MARX, 2013, p.708).

O capitalismo precisa de pessoas que componham a superpopulação relativa, esse grupo supérfluo às necessidades médias de valorização do capital, pronto para ser explorado, e, caso precise, esteja disponível para ser alocada nos locais que o capital necessitar, sem haver quebra na escala de produção.

O processo estudado por Marx intensificou-se ainda mais com o passar do tempo, de forma a exigir de nós, enquanto pesquisadores, que nos debruçemos em análises sobre o assunto, visto que se a superpopulação já havia crescido na época de Marx, passou por uma expansão ainda maior no período atual, pós-mundialização do capital.

Temos na produção e reprodução da acumulação capitalista a “transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão-de-obra desempregada ou semiempregada.” (MARX, 2013, p.708).

A produção da superpopulação relativa tem tamanha importância que chega a ser tratada por Marx como “condição vital da indústria moderna” (MARX, 2013, p. 709). Sobre sua composição, temos que “Todo trabalhador a integra durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado.” (MARX, 2013, p. 716). Uma das serventias da superpopulação relativa é pressionar os ativos a submeterem-se a condições cada vez mais degradantes de trabalho. Ao mesmo tempo, o sobretalho da parte ocupada engrossa cada vez mais as fileiras da reserva (MARX, 2013, p. 711).

A superpopulação relativa, na qual consideramos incluídos os *paupers*, conforme apresentado ao longo do capítulo, nas palavras de Marx, “formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza.” (MARX, 2013, p. 719).

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e rigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva [...] A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora

e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta da acumulação capitalista. (MARX, 2013, p. 719).

A lei geral de acumulação capitalista ocasiona uma acumulação desigual de riquezas: enquanto de um lado há acumulação de capital, e esse grupo acumula riquezas, o outro grupo, dos despossuídos, acumula miséria. “A acumulação de riquezas num polo é ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.” (MARX, 2013, p. 721). A desigualdade inerente à referida lei geral é enfatizada na seguinte fala de um de nossos entrevistados:

*Mais em, agora, eu vou falar, de tanto negócio, de tanto lote que tem aí, vazio aí, espalhado por aí, tanta pessoa que tá na rua, necessitando de uma casa, e as vezes a pessoa nem é usuária de droga e tá necessitando de uma casa. Aí, tanta pessoa com lote aí, aí abre uma coisa, abre outra, e a pessoa tem que ficar na rua, aí o povo, a comunidade, ainda reclama. Se eles pudessem comprar uma casa pra nós, ou um lote, pelo menos, pra nós construir, tava bom. Mais eles não faiz. (GABRIEL, 2020).*

Reiteramos que a riqueza vem do trabalho. A remuneração do capital que se converteu em mercadoria não vem de dinheiro que simplesmente se multiplicou e criou filhotes. Vem do trabalho expropriado e não pago. É parte da mais-valia produzida extraída por capitalistas que têm como atividade a extração do sobretrabalho (FONTES, 2010, p.23).

O capitalismo existe somente atrelado à produção e à reprodução de expressões da questão social, da qual a realização é uma delas. Vejamos na fala seguinte o papel da população em situação de rua na opinião do entrevistado e observemos a nítida relação com a superpopulação relativa:

*Então, e isso é muito notório que as pessoas criticam as pessoas na beira da praia, mas quando dá o verão, eles querem a população de rua para levar as cadeiras e montar as praças na areia. Chama praça, aquela, na frente dos quiosques eles montam, aquele monte de cadeiras, guarda-sol, cava com a cavadeira provento não levar, aí é interessante a população de rua tá ali pra ajudar. Mas quando acaba o verão, eles são incômodo, são num sei o quê, são noiados, são ladrão, são bandidos, mas no verão são trabalhadores.*

*— Ah não esses meninos aqui é trabalhadores, eu gosto deles. Até bate no ombro. E a pessoa quase chega a acreditar que a pessoa gosta dele mesmo. Pela ingenuidade, das pessoas, que muitas vezes, as pessoas tem pouco estudo e são ingênuas, mas aí como diz o nosso grande amigo né, o Paulo Freire, fala que são uma ingenuidade as classes dominadas pensar*

*que as classes dominantes dariam um ensino que faria compreender as injustiças sociais.* (JORGE, 2020)<sup>24</sup>.

Destacamos a expressividade da fala ao considerarmos o mundo do capital, caracterizado por Marx como “encantado, distorcido e posto de cabeça para baixo.” (MARX, 1985, p. 279). Um mundo onde os trabalhadores que passaram pelo processo de rualização, ao mesmo tempo que são vistos como vagabundos e discriminados, são chamados a alguns trabalhos, normalmente mal remunerados, e há uma confusão de entendimento, pois ora eles servem para que alguém lucre, ora não servem para nada.

Outro ponto dessa fala é a superpopulação relativa, que serve ao capital tanto como um meio de incentivo para que os trabalhadores continuem se submetendo às formas mais precárias de trabalho quanto como um grupo de pessoas disponíveis às necessidades do capital, prontos para o exército ativo.

Sobre isso, há autores que discordam por considerarem a população em situação de rua somente como lúmpen, e enquanto componente dessa forma não estaria apta à submissão aos ditames do capital como exército ativo. Debateremos o assunto num ponto à frente. Na fala que segue, destacamos parte da entrevista, quando falam sobre a discriminação sofrida por eles, indicando momentos em que utilizam a estratégia da mendicância e sobre a demanda por trabalho. “E o pessoal ainda reclama que você está aqui pedindo um prato de comida ou tá deitado num papelão.” (GABRIEL, 2020).

Salientamos que não existe capitalismo sem a formação de um grupo que não esteja inteiramente inserido, e que necessite de outras formas para sobreviver, como o trabalho informal, por exemplo. É inerente ao modo de produção capitalista a produção e reprodução da desigualdade e a concentração de renda. Sua existência não é um equívoco, é seu fruto, e serve aos interesses do capital.

Marx apresenta três formas da superpopulação relativa e o seu sedimento mais baixo, o pauperismo. Entendemos que o pauperismo integra a superpopulação relativa. É uma forma mais baixa, no sentido de que as condições de vida dos que ali se encontram são piores que as dos outros trabalhadores, vive na miséria e nem sempre consegue atender sequer às suas necessidades básicas. Ainda assim, é

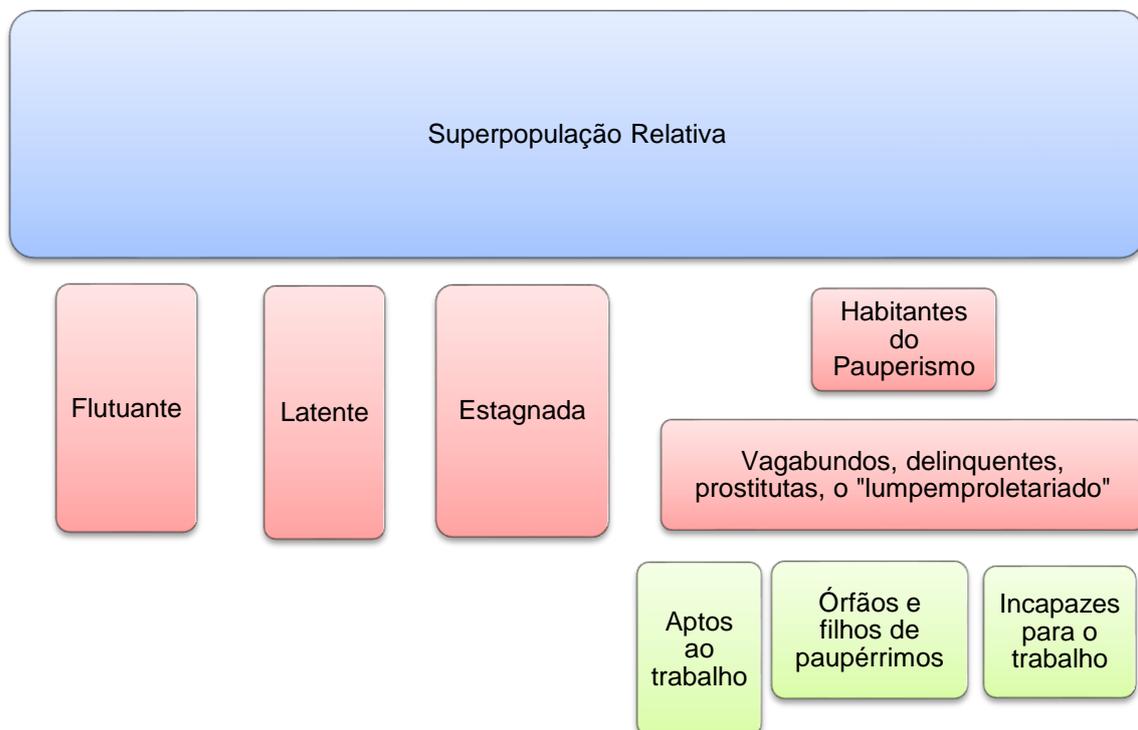
---

<sup>24</sup> A citação de Paulo Freire exatamente diz assim: “Seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.” E está presente no livro *Ação cultural para a liberdade*.

parte da superpopulação relativa, conforme evidenciado nas figuras seguintes sobre o assunto.

As figuras **não devem ser observadas com olhar determinista**, de forma a tentar encaixar cada um que se encontra parcial ou inteiramente desocupado num grupo. Tampouco demonstramos que primeiro a pessoa passará pela forma flutuante, depois latente, depois estagnada e depois pauperismo. Esse não é o nosso objetivo, tampouco nossa leitura. A realidade passa por diversas mudanças, de maneira que as formas apresentadas não abrangem a totalidade da realidade. Além disso, há uma gama diversa de determinações que a permeiam. Assim, essas formas aparecem na realidade das mais diferentes maneiras possíveis. Ao apresentar as figuras e destacar as falas da pesquisa empírica, nosso intuito, longe de reduzir ou simplesmente enquadrar as situações, é dialogar com as categorias e ilustrar o conteúdo apresentado por meio de exemplos.

Figura 6 - Formas da superpopulação relativa



Fonte: elaboração própria com base em Marx (2013)

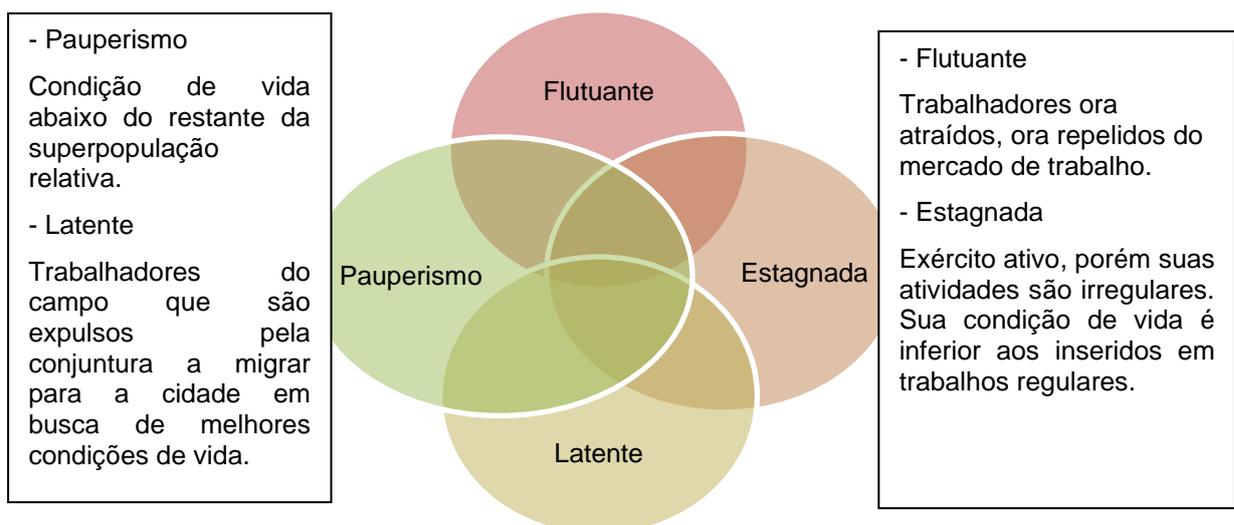
Reiteramos que indicamos na última figura<sup>25</sup> as formas básicas apontadas por Marx, e o que ele chama de sedimento mais baixo da superpopulação relativa, o pauperismo, que por sua vez é dividido em três categorias. Na próxima figura, destacamos elementos de cada uma das formas.

A última figura e a seguinte mostram as formas constantes da superpopulação relativa apontadas por Marx (2013). Porém precisamos considerar dois pontos:

1º) Marx (2013, p. 716) explicou que não trabalharia com as “grandes formas, periodicamente recorrentes”, e sim com as constantes, assim desde sua época existem outras formas com as quais ele não trabalhou.

2º) O método crítico-dialético com o qual trabalhamos evidencia as diversas mudanças existentes ao longo do modo de produção capitalista, que fez diversas alterações na sociedade capitalista e na forma como a humanidade vive. Opõe-se à ideia de que tudo é como sempre foi e permanecerá eternamente. Pelo contrário, muito do que é naturalizado e percebido como consequência de ações individuais é produto e produtor da reprodução e desenvolvimento do capitalismo. E, considerando as especificidades do método, uma mesma pessoa não precisa estar necessariamente em somente uma das formas.

Figura 7 - Composição da superpopulação relativa



<sup>25</sup> Evidenciamos que a realidade é muito mais ampla do que poderia caber em qualquer texto, e as contradições e formas, maiores do que poderíamos mensurar em qualquer esquema. Nosso intuito ao elaborarmos as figuras é didático, uma forma de nos aproximarmos melhor de como entendemos os temas trabalhados.

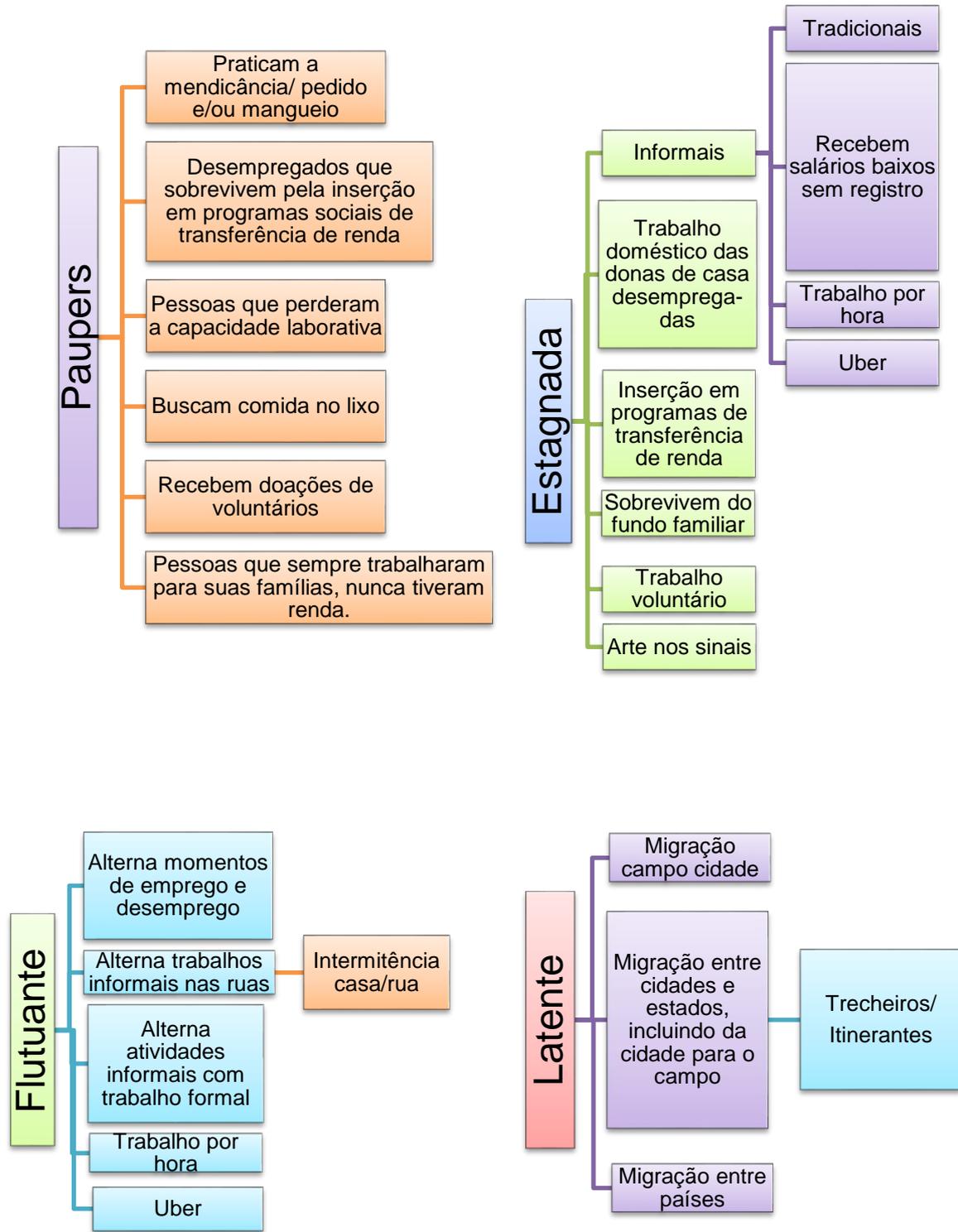
Fonte: elaboração própria com base em Marx (2013)

Tal método nos convida a entender o que foi pesquisado pelos demais autores e avançar no debate, visto que com o passar do tempo temos novas particularidades que nos levam a fazer outras perguntas ao concreto, que por consequência exige novas respostas.

Vemos a necessidade de continuar os estudos sobre o assunto, tendo a obra de Marx como algo fundamental e basilar. Seus estudos sobre os determinantes da sociedade capitalista e a forma com que se desenvolve ainda são válidos hoje e continuarão sendo enquanto existir capitalismo.

Refletindo sobre a composição da superpopulação relativa hoje, vemos uma abertura das formas apontadas por Marx (2013). Em cada uma delas, podemos pensar num grande leque de possibilidades de existência, algumas das quais podem ser vividas pelas pessoas em situação de rua. Para melhor visualização, apresentamos a figura que segue.

Figura 8 - Formas da superpopulação relativa atual



Fonte: elaboração própria com base em Marx (2013)

O objetivo das figuras anteriores é a ênfase no fato de que a superpopulação relativa está em constante movimento, e, pensando nas formas básicas e seu sedimento mais baixo, é possível lembrar diferentes situações na atualidade. E há possibilidade de pessoas ao mesmo tempo comporem diferentes formas. Lembramos que a questão-chave da realidade é o movimento. A complexidade da realidade é imensa, e os trabalhadores podem estar ao mesmo tempo no exército ativo<sup>26</sup> e na superpopulação relativa. Nos casos, por exemplo, em que o salário recebido não lhes rende o suficiente para sobreviver e eles utilizam o trabalho informal como forma de complementar a renda.

Apresentamos uma ampliação da interpretação das formas da superpopulação relativa. Pois mudanças ocorreram no capitalismo, desde o momento histórico dos escritos de Marx até os dias de hoje, e as formas de trabalho passaram por alterações, o que nos exige pensá-las considerando o atual contexto. A forma latente, por exemplo, abarca, além da migração do campo para a cidade, todos os tipos de migração, incluindo entre cidades, da cidade para o campo e entre países.

Ao longo da tese, apresentamos a população em situação de rua enquanto parte da superpopulação relativa. Suas trajetórias de vida demonstram aprofundamento das expressões da questão social. As histórias de nossos entrevistados ilustram essa realidade. Jorge, por exemplo, trabalha desde criança. Sua renda era voltada para ajudar a família. Trabalhava na lavoura, nos cafés e nas matas. Após a morte de sua mãe, sentiu-se pressionado por seu padrasto, que lhe cobrava muito e batia nele. Ele conta que recebeu o primeiro salário mínimo aos 13 anos, pagamento pelo trabalho na lavoura. Era uma regra em sua família a entrega de metade de seus ganhos, em prol do sustento de sua casa. Vejamos seu relato a seguir:

---

<sup>26</sup> Marx (2013) aponta uma divisão da classe trabalhadora entre exército ativo e a superpopulação relativa. Enquanto o primeiro grupo era formado por aqueles trabalhadores ocupados inseridos em atividades regulares, o exército de reserva abarca os trabalhadores parcial ou inteiramente desocupados e também aquela parte do exército ativo inserido em atividades irregulares. Assim, o exército ativo é formado pelos trabalhadores ocupados em atividades regulares por outro lado, a superpopulação relativa, além de abarcar os demais trabalhadores, desocupados, é composta pelos ativos em atividades irregulares. Os trabalhadores inseridos no mercado informal, são um exemplo de ao mesmo tempo fazerem parte da superpopulação e do exército ativo, enquanto forma estagnada. Sobre a vinculação dos trabalhadores informais ao exército ativo, Sadadini e Nakatani destacam: [...] “ampliaram-se as ocupações informais no mercado capitalista de trabalho, sendo que esses trabalhadores servem como reservatório ativo de força de trabalho disponível para o capital.” (2002, p.285).

*[...] aquele lugar que era o nosso, era o nosso, éhhh nossa fortaleza, foi se tornando pra mim o meu terror. Né? Ali eu apanhava, eu perdi minha mãe, onde eu perdi uma vista e aquilo ali foi me afastando. E quanto mais eu me afastava da minha família, mais eu se aproximava da rua. Porque eu ia pros sítios, apanhava café, eu ia pros eventos, trabalhos eventuais da lavoura. Só que quando acabava eu me via sem lugar para ir, eu num num queria mais voltar pra dentro da minha casa. Aí que eu me deparava, aí, eu me deparava com a galera da rua, eu vinha pra cidade, éhh, muitas vezes eu alugava um lugar para morar, aí o dinheiro acabava, não tinha mais o que comer, não tinha mais o que pagar os outros, eu, aí não tinha como. Quem não tem dinheiro para pagar, a, é rua né. (JORGE, 2020).*

Vejamos que o lugar que era tão central para ele, considerado como sua fortaleza, tornou-se num terror. Aqui, indicamos o fato de o processo de realização iniciar antes das ruas, conforme expresso a seguir:

*[...] o processo de realização pode iniciar na esfera doméstica, esfera das relações primárias, e resulta na rua como espaço de sobrevivência e/ou moradia. Em algumas situações a ida para a rua pode se constituir em alternativa de resistência a abusos, exploração e outras formas de violação de direitos que ocorrem em casa ou no território. (NUNES, 2019, p.122).*

Além do afastamento da família, que ocorreu especialmente a partir da perda da mãe e o tratamento diferenciado que recebia de seu padrasto, é nítida a vida de trabalho que teve, tanto nas colheitas de café quanto em outros trabalhos eventuais na lavoura. O trabalho realizado por ele produzia uma mais-valia apropriada pelo fazendeiro que o contratava, e depois de realizar trabalhos pesados, que deixavam suas mãos “estouradas”<sup>27</sup>, ele se via sem dinheiro nem mesmo para comer e precisava ir para a situação de rua.

Nesses momentos em que era contratado para trabalhar nas lavouras, ele compunha o exército ativo de trabalhadores, mas a colheita terminava, o plantio terminava e ele era repellido. Destacamos a forma flutuante da superpopulação relativa neste momento da vida de Jorge:

*Você não fala assim: eu vou pra rua. Quando você não tem para onde ir você já se vê naquela situação. E aí quando eu menos percebia eu me via na rua. Aí mas só que não era fixo. Era temporário, tinha as panhas, ia para a lavoura, me alojava lá, ganhava um dinheiro, fazia lindos planos, agora eu começo a minha vida, vou pra cidade arrumar um bom emprego, vou trabalhar de ajudante, vou ter uma bela vida, e, aqueles sonhos que são*

---

<sup>27</sup> A TMD considera o esfalfamento do trabalhador pelo trabalho como uma expropriação do fundo de vida dos trabalhadores, que podem desenvolver diversas doenças decorrentes do trabalho. Ver mais em Osorio (2013) e Osorio (2018).

*frustrados quando acaba o seu dinheiro e num tem um emprego né. (JORGE, 2020)<sup>28</sup>.*

Outro ponto que observamos é a sua migração para a cidade em busca de um sonho, ter uma bela vida, e acreditava que conseguiria isso trabalhando como ajudante. Considerando o debate já realizado e a ampliação que defendemos para a forma latente, vemos nessa migração essa forma da superpopulação relativa.

Além disso, a forma flutuante não ocorre somente antes da situação de rua. Isso fica claro na história de Jorge, que alternava momentos em que estava inserido no trabalho no campo com momentos em que o dinheiro acabava e ele ia para a situação de rua, conforme reforça em seu relato.

*Aí todo ano trabalhava, fazia economia numa lavoura, vinha com as mãos tudo estourada de carregar peça, costa, coluna, de carregar aqueles sacos pesados né. E chegar aqui na cidade pagar aluguel, pagar aluguel e depois não ter mais dinheiro e cair na rua. (JORGE, 2020).*

Em situação de rua, Jorge trabalhou arrumando jogos de cadeiras com guarda-sol nos quiosques no verão. Durante o ano todo, catava latas, lavava e vigiava carros. Além disso, já pediu dinheiro. Com isso, temos a última forma básica da superpopulação relativa, estagnada, e também seu sedimento mais baixo. Os trabalhos desenvolvidos em situação de rua apontam para a forma estagnada e o pedido para o pauperismo.

Sobre a grandeza da forma estagnada, segundo as palavras de Marx (2013, p. 718), “[...] constitui ao mesmo tempo, um elemento da classe trabalhadora que se reproduz e perpetua a si mesmo e participa no crescimento total dessa classe numa proporção maior do que os demais elementos.”

A história de Jorge corrobora a argumentação desenvolvida e traz um vislumbre para o debate feito ao evidenciar a pauperização crescente na vida da classe trabalhadora, com condições de vida cada vez mais próximas ao sedimento mais baixo da superpopulação relativa.

Destacamos que a vida de Jorge é marcada pelo trabalho, porém, ao contrário do defendido pela ideologia liberal e neoliberal, que basta trabalhar, se esforçar, buscar melhores condições de vida que todos vão prosperar, ocorreu a

---

<sup>28</sup> O presente extrato da fala de Jorge foi publicado em artigo próprio, na revista *História & Luta de classes*, edição de setembro de 2020, volume 30, intitulado “População em situação de rua: a evidência da barbárie”.

reprodução e o aprofundamento da miséria na vida de um homem cuja marca é o trabalho.

Lembramos que quando Marx escreveu sobre o assunto o capitalismo não possuía o nível de desenvolvimento da atualidade. Hoje vemos como necessária uma perspectiva ampliada das formas básicas e também do sedimento mais baixo. Pensando na forma latente, por exemplo, enquanto no início do capitalismo na Europa a principal forma de migração era do campo para a cidade, no contexto da Revolução Industrial e no Brasil, isso ocorreu especialmente no período conhecido como o *êxodo rural*, que acompanhou a urbanização e a industrialização do país. Hoje vemos uma migração entre cidades maior do que entre campo e cidade. A migração, especialmente em direção às metrópoles, dentro de um mesmo estado e entre estados, está presente nas trajetórias da população em situação de rua.

Jorge, por exemplo, morava no campo e começou a trabalhar desde muito cedo na colheita e no plantio na região rural. Sofreu muitas perdas ao longo de sua vida, como a morte de sua mãe, a perda de sua visão e de sua casa, visto que era muito cobrado pelo padrasto, e acabou deixando de ver sua casa como um lugar de segurança. Quando o período de plantio ou colheita terminava, ele alugava um local para morar na cidade, porém o dinheiro logo acabava e ele passava a viver nas ruas. Intercalava a moradia nas ruas, em habitações alugadas e nas acomodações nos locais de trabalho. Enquanto seu dinheiro durava, vivia em algum local alugado. Quando acabava, voltava para as ruas, até que percebeu que seu dinheiro duraria mais tempo e lhe permitiria comprar alimento, roupas e calçados por um período maior se não gastasse com o aluguel e ficasse nas ruas logo após os trabalhos rurais. Ao perceber isso, ele diz que precisou “enfrentar a rua de frente”.

Até aqui vemos duas formas da superpopulação relativa pelas quais Jorge passou: a flutuante, visto que ele paira entre um emprego sazonal e outro; e a latente, pois ele saiu do campo e veio para a cidade. Lembramos que também consideramos como integrantes da forma latente os que fazem o caminho inverso, da cidade para o campo, e os que migram de uma cidade para outra. Isso também está presente na história de Jorge:

*Vivi bastante tempo, aí depois comecei a ir pra outros estados, e também em situação de rua, porque tinha a galera que ce mais encontra: ah, eu sou do Rio de Janeiro nós tamos indo pro Rio, um grupo de três quatro aí tinha esses negócios dos grupos né, aí a gente, na minha época era mais isso daí. Ia pra outro estado, escondido em lona de caminhão, debaixo,*

*escondido né, em carga de caminhão, que está indo para outra cidade, a gente ia pros postos a noite, aí quando o caminhoneiro parava para dormir a gente escondia debaixo da lona, dormia lá mesmo, debaixo da lona e quando o caminhão saía a gente num sabia para onde tava indo. Aonde ele parasse pra descarregar era ali que a gente ia conhecer e ficar e tentar uma vida nova. E sempre nessa daí. E foi muito assim. (JORGE, 2020).*

Jorge conta sobre sua migração, e, ao final, destacamos o seu objetivo ao sair de seu estado de origem, buscar uma vida nova. Esse propósito é comum a muitos que passam pelo processo de rualização. A migração na vida da população em situação de rua é inerente ao desejo de sair das ruas.

Todavia é muito difícil alcançar a vida nova tão desejada em meio ao capitalismo, e mais ainda nas sociedades de capitalismo dependentes, cujas expressões da questão social são aprofundadas. Ainda que a liberdade seja aparentemente uma bandeira principal, ela não se concretiza, visto que não é mensurável uma liberdade genuína sem a presença da igualdade.

Ao contar como era sua vida nas ruas, Jorge destacou vários trabalhos informais fundamentais para sua sobrevivência. Os principais eram a catação de latinhas, lavar e vigiar carros e a venda ambulante, conforme segue.

*Ééé, eu era assim, sempre procurei alguma coisa pra mim fazer de bom, que seja útil, que seja trabalho. Eu já catei latinha, jááá vigiei carro, já lavei carro, já trabalhei pra quiosqueiro, é de praia, já fiz inúmeros trabalhos de rua, é, eeeee já pedi, já pedi esmola também, já fui pedinte também. (JORGE, 2020)<sup>29</sup>.*

Vemos a forma estagnada, pois estava inserido em atividades irregulares, que são esses trabalhos informais realizados nas ruas. E a última estratégia de sobrevivência utilizada por Jorge, segundo seu relato, é pedir esmola. Aqui aparece o pauperismo. Salientamos a ênfase de Jorge às diferentes formas de trabalho, antes e durante o processo de rualização. A mendicância, por outro lado, aparece de maneira pontual, e não contínua.

Ressaltamos que a vida de Jorge demonstra uma oscilação entre as formas da superpopulação relativa, tanto antes da vida nas ruas como durante, e também nos períodos em que intercala as ruas com os trabalhos sazonais no campo. Jorge viveu todas as formas da superpopulação relativa.

Na literatura sobre a população em situação de rua, é comum considerá-los como lumpemproletariado; em alguns casos, sem a devida mediação com o debate

---

<sup>29</sup> O presente extrato da fala de Jorge foi publicado em artigo próprio, na revista *História & Luta de classes*, edição de setembro de 2020, volume 30, em artigo próprio, intitulado “População em situação de rua: a evidência da barbárie”.

em torno da superpopulação relativa. Aparece como algo dado, irrefutável, implicando a recusa da reflexão sobre o assunto:

[...] estudos incluíam os “mendigos” da época à categoria denominada por Marx de lumpemproletariado. Essa tendência prevaleceu entre os sociólogos brasileiros até muito pouco tempo atrás, mesmo quando o número de moradores de rua começou a atingir patamares expressivos. Ao proceder dessa maneira, eles conseguiram justificar as distorções do capitalismo, apontando o lumpen como o maior exemplo das injustiças do sistema, não se preocuparam porém, em construir categorias de análise que levassem em conta as especificidades dessa população, contribuindo, assim, para a reflexão sobre suas reais necessidades e para a elaboração de políticas sociais. (GIORGETTI, 2006, p.41).

Segundo Giorgetti (2006, p. 42), os chamados “mendigos” eram automaticamente tomados como lumpen, o que servia para cercear o debate sobre o tema, de forma a não refletir sobre as múltiplas determinações inerentes ao processo de realização. Porém uma marca preponderante é a heterogeneidade. Assim rotulá-los como lumpemproletariado é uma forma de homogeneização, o que atrapalha a percepção de suas particularidades e dispensa “informações adicionais que permitissem uma melhor caracterização dessa população.”

Os mendigos estão incluídos num resíduo nitidamente distinto das outras categorias, dentro da faixa relativamente periférica que é o lumpemproletariado. Superpopulação flutuante, estagnada e latente, são vinculados, embora intermitente, à escola do trabalho [...] nas subcategorias do “inferno do pauperismo” os mendigos pertencem ao “lumpemproletariado” no sentido estrito, ao mundo particular das classes perigosas. (STOFFELS, 1977, p.48).

Stoffels (1977), conforme revelado, especifica claramente a inserção do grupo aqui estudado enquanto lumpemproletariado, visto que as outras formas da superpopulação vinculam-se ao trabalho. Um dos pontos de nosso argumento é esse, todavia não para restringi-los ao lumpemproletariado, e sim para ampliar a sua presença nas formas básicas, ao perceber a centralidade do trabalho mesmo em situação de rua.

Outro autor, também associando a população em situação de rua ao lumpen, diz o seguinte: “A população de rua, conceitualmente, faz parte do chamado *lumpemproletariado* e, no limite, do exército industrial de reserva.” (WANDERLEY, 1995, p. 180).

Di Flora (1987) considera que a população em situação de rua vive no pauperismo, porém diz que a maioria foi expulsa da zona rural. Ela não fala sobre a

forma latente, todavia é a que mais se aproxima, no contexto de sua pesquisa, no final da década de 1980.

Bursztyn (2000) apresenta uma diferenciação entre os biscateiros da década de 1970 e a população em situação de rua atual. Enquanto os primeiros, apesar de sobreviverem de uma economia subterrânea, possuíam endereço e tinham relações de trabalho informal de prestação de serviços, com acesso às casas dos clientes,

[...] os novos habitantes das ruas não são como os biscateiros, ainda que possuam uma característica similar a estes: a flexibilidade de trabalho, mesmo que já não possuam profissão ou ofício. Podem ser meramente lúmpen, que sobrevivem de esmolas, da caridade pública ou de pequenos furtos, mas podem também desempenhar atividades econômicas úteis. (BURSZTYN, 2000, p. 43).

Vejamos que o autor indica a associação entre população em situação de rua e lúmpen, mas não fecha. E os que desenvolvem atividades úteis para ele não seriam lumpens. O autor pauta seu debate pela exclusão e apresenta o que seriam os novos pobres, para apresentar o que chama de *nova população de rua*. Ele chama dessa forma porque, enquanto antes era composto pelos incapazes ao trabalho, agora era integrada também pelos trabalhadores “involuntariamente desvinculados do mundo do trabalho.” (BURSZTYN, 2000, p. 42).

Salientamos que essa característica tida como nova pelo autor, a presença de trabalhadores desempregados, já havia sido percebida por autores décadas antes, como Vieira, Bezerra e Rosa (2004), cuja pesquisa foi realizada na década de 1990, assim como Stoffels (1977) e Di Flora (1987).

A conclusão de Escorel (2006) é um pouco diferente dos demais autores. Enquanto os outros afirmam que a população em situação de rua é lumpemproletariado, exceto Silva (2009), que num momento também afirma que são lúmpen, mas em outro reconhece a sua integração à forma estagnada, para Escorel (2006) o grupo estudado é excluído. Apresentamos o entendimento dela a seguir.

Apesar de Escorel (2006) ter apresentado as formas da superpopulação relativa presentes no capítulo XXIII de *O Capital*, ela parece tirar suas conclusões embasada na obra de Castel, que é uma de suas principais referências. Ela olha para a população em situação de rua sob a ótica desse autor, que possui uma visão de sociedade que contrasta muito com a de Marx e Engels.

Castel apresenta a divisão entre excluídos e incluídos. Os excluídos vivem sob uma franja à margem da sociedade. Aqueles que estão próximos a essa

margem estão em situação de risco e “vulnerabilidade”<sup>30</sup>. A proposta de ação é incluir os excluídos. A visão é individualista. Cada pessoa está incluída ou excluída. E há um grupo considerado supérfluo que são inúteis ao mundo (CASTEL, 2013).

Marx e Engels percebem a sociedade embasada numa relação contraditória fundamental: entre capital e trabalho. Na qual o capital explora a força de trabalho, vindo dessa a riqueza, permanecendo, porém, explorada e subjugada. A divisão básica é entre o capital e o trabalho, os acumuladores de riqueza e os acumuladores de miséria. Em meio a esse processo, existem aqueles que estão parcial ou inteiramente desocupados, integram a superpopulação relativa. Porém eles não são inúteis ao mundo, conforme a visão de Castel. Esse grupo é considerado por Marx em *O Capital* como um produto do capitalismo e funciona como uma alavanca ao processo de produção.

Portanto, temos aqui uma<sup>31</sup> diferença substancial. O grupo que para Marx é produzido e reproduzido pelo modo de produção capitalista e atua como uma alavanca ao seu processo reprodutivo, logo possui seu papel na sociedade capitalista, é considerado por Castel como desnecessário, inútil ao mundo. Fica evidente que os autores trazem uma visão divergente uma com a outra. Assim, não há possibilidade de concordar com ambos sobre o assunto.

E no capítulo em que Escorel (2006) fala sobre o lúmpen, intitulado “Trabalho e Rendimentos: supérfluos e desnecessários, os inúteis ao mundo”, já há indicação de seu posicionamento em concordância com Castel.

Escorel (2006) traz o debate da superpopulação relativa e do lumpemproletariado. Ela apresenta suas formas básicas, o pauperismo e o lúmpen, com as características que lhe são inerentes. A marca do pauperismo, seu “traço essencial [...] não é a posição do trabalhador no processo de produção, e sim o

---

<sup>30</sup> Optamos por apresentar o termo entre aspas para indicar nossa posição crítica em relação a ele. Com o mesmo intuito, ao longo do trabalho utilizamos também a expressão *dos chamados riscos*. A política social brasileira foi permeada por termos como risco e vulnerabilidade, inspirados em autores como Castel e Rosanvallon. Discordamos, pois consideramos como termos que encobrem a discussão sobre classes sociais em disputa no capitalismo em crise e obstaculizam a percepção da luta de classes. São termos estratégicos para tentar culpabilizar os sujeitos usuários das políticas sociais, como se a forma para sair do suposto risco e vulnerabilidade seria através de ações individuais, não de sujeitos coletivos. “Os organismos internacionais, ao redefinirem o conceito da palavra pobreza, não mais fundamentado somente no critério de renda e redistribuição, mas também e, principalmente, na ausência de capacidades, acompanhada da vulnerabilidade do indivíduo e de sua exposição ao risco indicam que não há espaço ou razão para estranhar a estrutura desigual da sociedade capitalista, basta criar estratégias que fortaleçam as capacidades individuais das pessoas. Ideia com a qual não comungamos.” (ALVARENGA, 2012, p. 121).

<sup>31</sup> Optamos aqui por destacar somente essa diferença entre os autores, por conta do espaço e nosso objetivo ao levantar esse argumento.

modo de existência – ele vegeta na indigência, na caridade – e o caráter de dependência daqueles que se tornam continuamente supérfluos, antepondo-se à autonomia obtida através do trabalho.” (SCOREL, 2006, p.209).

Scorel (2006) aponta o caráter moral como a diferenciação entre a classe trabalhadora e aqueles que não lhe integram mais.

As formas de existência da superpopulação relativa [...] são estabelecidas a partir da posição que os trabalhadores ocupam na produção de riquezas e do grau de exploração a que estão submetidos. Já as características do lumpemproletariado, encontradas nos escritos políticos de Marx, têm por referência as posições políticas do grupo analisado sob os parâmetros de ordem moral. (SCOREL, 2006, p. 209).

Apesar de a autora afirmar a existência de um grupo na classe trabalhadora e outro que não faria mais parte dela, o lumpen, marcado pela diferenciação moral, caracterizado pela integração ao pauperismo, comportamento criminoso, configurando um lixo humano, ela conclui que o lumpen é a “última franja da classe trabalhadora, [...] indivíduos que estão não somente à margem mas fora da dinâmica econômica, porque não têm valor de troca como força de trabalho.” (SCOREL, 2006, p. 2010).

Após esse debate, Scorel (2006, p. 211) posiciona-se da seguinte forma: “Os excluídos não constituem um ‘exército de reserva’ mas tampouco podem ser classificados como lumpen.” Seu argumento para tal defesa é a alteração de uma sociedade industrial, no período analisado por Marx, para uma sociedade cujo polo financeiro e de serviços predomina, que apresenta um exército de reserva diferente, pois não seria mais industrial, mas sim terciário, logo esses não teriam “funcionalidade para a acumulação capitalista.” (SCOREL, 2006, p. 212).

Assim, para Scorel (2006), a população em situação de rua não é classe trabalhadora, tampouco compõe a superpopulação relativa nem o lumpen – são excluídos. A autora parece partir de um entendimento de que o exército de reserva está intrinsecamente ligado à indústria, como se de outra forma não existisse esse grupo. Isso explica sua defesa, porém temos questionamentos quanto a isso, pois essa visão restringe a classe trabalhadora, e, para evitar esse entendimento, que consideramos oposto à obra marxiana, optamos por trabalhar com superpopulação relativa, o que nos parece uma expressão mais adequada para demonstrar a amplitude que lhe cabe.

Silva (2009) avança, a nosso ver, ao resgatar a discussão de superpopulação relativa, com destaque para sua relação com a vida da população em situação de rua; todavia ela concorda com a visão de Wanderley (1995), e para ela “a quase totalidade desse contingente se encontra nesse profundo sedimento da superpopulação relativa” (SILVA, 2009, p.101), marcado pelo pauperismo. Para ela, sua origem é nas três formas básicas e em situação de rua. Na citação a seguir, fica nítida a não restrição ao lumpem:

[...] suas características e seu perfil possibilitam associá-lo ao lumpemproletariado (parte da classe trabalhadora que se encontra no pauperismo, é apta ao trabalho mas não é absorvida pelo mercado), ou, no máximo, ao exército industrial de reserva, na forma da superpopulação relativa estagnada, que sobrevive do trabalho precarizado. (SILVA, 2009, p. 101).

Concordamos com Silva (2009) no que diz respeito à presença das formas da superpopulação relativa antes de a população em situação de rua passar pela rualização. Todavia depois da rualização ela pode também compor uma das três formas básicas da superpopulação relativa. A pesquisa nacional brasileira revelou que 70,9% desse grupo populacional sobrevivem por meio de sua inserção em trabalhos informais. Em sua esfera mais instável e precarizada possível, a forma estagnada é a que de forma geral melhor representa os que vivenciam a rualização, e não o lumpem (BRASIL, 2009).

Portanto, indicamos que a existência da população em situação de rua ocorre como fruto do capitalismo, um modo de produção cuja base é a exploração, alicerçado tanto na acumulação de riquezas como na acumulação de miséria, e tem como alavanca a produção de uma superpopulação relativa, um grupo de pessoas expelidas pelo capital, supérfluas para sua necessidade de reprodução, mas fundamentais para a produção e reprodução capitalista. A população em situação de rua é integrante da superpopulação relativa, podendo compor cada uma de suas formas.

Vimos que é comum a associação da população em situação de rua ao lumpemproletariado, como feito por Stoffels (1977); Wanderley (1995); Di Flora (1987); Bursztyn (2000) e Silva (2009). Importa uma aproximação sobre quem é o lumpemproletariado e quais são as características desse grupo para nos posicionarmos perante sua relação com a população em situação de rua. Por isso debatemos sobre o assunto no ponto seguinte.

#### 1.4 Pauperismo e polémicas acerca do lumpemproletariado

De acordo com o *Dicionário de Filosofia Moral e Política*<sup>32</sup>, a palavra *Proletari* era usada para os mais pobres, que não compunham o ordenamento centurial em 509 a.C. Sua inserção no censo ocorria tão somente por poderem ter filhos (prole). Logo, a ideia de proletariado remete à história romana. Faziam parte dele homens livres, pobres, cujos filhos poderiam se tornar soldados do Império Romano. No final do século XVIII, a expressão voltou a ser usada, agora na Inglaterra, para as pessoas que não possuíam nenhuma propriedade e que eram divididos entre: a) trabalhadores; b) mendigos; c) ladrões; e d) prostitutas (LINDEN, 2013, p. 58).

Com o passar do tempo, essa visão foi sendo alterada. Enquanto parte dos trabalhadores não se considerava proletariado, e sim um grupo diferente, outra parte se considerava, porém via outros grupos com discriminação e precisava de outra palavra para diferenciação. Para eles, prostitutas, mendigos e ladrões eram considerados inferiores e por isso não faziam parte do proletariado (LINDEN, 2016). Segue uma nota dos tradutores presente na *Ideologia Alemã* que explica o termo “lúmpen”.

A palavra *Lumpen* tem o significado original de “farrapo velho e sujo”, “pano de chão”, mas também é usada no sentido de “andrajo”. Figuradamente, *Lumpen* pode significar “vadio”, “vagabundo”, enquanto a derivação *Lump* é usada com o sentido fortemente pejorativo de “escória”, “mau-caráter”, “trapaceiro”. Marx utiliza *Lump* e *Lumpen* para designar o indivíduo vadio, que não se ocupa de nenhuma atividade socialmente produtiva. Portanto, traduzimos *Lump* e *Lumpen* por “vadio(s)”, acompanhando-as sempre do original entre colchetes. *Lumperei* foi traduzido por “vadiagem”, ao passo que o termo *Lumpenproletariat* foi traduzido por “lumpemproletariado”, conceito já consagrado na literatura marxista. (MARX; ENGELS, 2007, p. 558).

Até a década de 1830, a pobreza era a principal característica dos chamados proletários. A partir desse período, o assalariamento tornou-se a característica mais relevante. E quanto à utilização do prefixo “lúmpen”, mesmo no período anterior aos escritos de Marx, já trazia significado pejorativo, representando trapaça, malandragem, vadiagem, algo mau e desprezível (BUSSARD, 1987).

---

<sup>32</sup> Disponível em: <http://www.dicionariofmp-ifilnova.pt/wp-content/uploads/2019/07/Proletariado.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

Entre as décadas de 1830 e 1840, houve alteração do significado de proletariado, que não se concretizou instantaneamente, mas com o tempo, e aquele antigo proletariado agora precisava ser distinto da nova concepção, associada aos trabalhadores. Com isso, os trabalhadores passaram a ser chamados de proletários, enquanto a camada discriminada, leia-se os ladrões, as prostitutas, “vagabundos” e mendigos, formariam o lumpemproletariado (DRAPER, 1972).

Um dos grupos que causam mais desdém, discriminação, nesse sentido de diferenciação, é a população em situação de rua, e mesmo entre os que passam pelo processo de rualização há a ideia na qual vê a si mesmo como um trabalhador destituído das condições básicas de sobrevivência e os outros como uns drogados que não querem sair das ruas.

Isso foi visto nas falas de Mara e Gabriel, quando enfatizam o seu desejo de sair das ruas, ansiando por um trabalho que sirva para romper com a rualização, ao mesmo tempo de se diferenciarem de um outro grupo, que, segundo a opinião deles, está nas ruas porque quer, não gosta de trabalhar.

Bourdin (2013) indica a separação entre proletários e o lumpemproletários como uma estratégia estigmatizante. Ele afirma:

The pejorative descriptions and the stigmatization of the lumpenproletariat are part of a precise strategy: to separate the working class and the value of its struggles from the lumpenproletariat [...] Foucault believed that it was the bourgeoisie itself which made the distinction between the proletariat and the “nonproletarian plebeians,” creating a permanent conflict among plebeians in order to “build the wall intended to separate the delinquents from all the lower classes that they came from and with which they remained linked”. y presenting the nonproletarian plebeians to the proletariat as dangerous, the penalty measure forced proletarians to accept campaigns to “moralize” the poor.<sup>33</sup> (BORDIN, 2013, p. 40).

Com relação à diferenciação feita pelos próprios trabalhadores entre os antigos proletários, a quem Marx chamou de lúmpen, e aqueles cuja principal característica era a sobrevivência por meio do trabalho assalariado, chamado por Marx de proletariado, desconsiderar seus pares como se fossem superiores aos

---

<sup>33</sup> Tradução livre: “As descrições pejorativas e a estigmatização do lumpemproletariado são parte de uma estratégia precisa: separar a classe trabalhadora e o valor de suas lutas do lumpemproletariado [...] Foucault acreditava que a própria burguesia fez a distinção entre o proletariado e o “não-proletariado plebeu”, criando um conflito permanente entre plebeus na ordem para “construir o muro destinado a separar os delinquentes de todos as classes mais baixas de onde eles vieram e com as quais permaneceram.” Ao apresentar os plebeus não proletários ao proletariado como perigosos, a medida de penalidade forçou os proletários a aceitarem campanhas para “moralizar” os pobres.

grupos do lumpemproletariado era uma forma de separar mendigos, ladrões e prostitutas dos demais trabalhadores.

Ponderando a respeito da população em situação de rua, há também entre eles uma certa diferenciação. Nem todos os integrantes da população em situação de rua se consideram como tais. Muitos deles veem a si mesmos como trabalhadores desempregados e não se relacionam com os que aos seus olhos são “mendigos”, “moradores de rua” ou “pessoas em situação de rua”.

Essa diferenciação gera uma ausência de identificação com os demais. É mais comum quanto menor for o tempo de rua. À medida que o tempo passa, os que vivem o processo de rualização familiarizam-se progressivamente, tanto no que diz respeito a conhecer a rua e as estratégias de sobrevivência possíveis nela, como os trabalhos informais e atividades como o manguieio, a mendicância, o pedido, e passam a conhecer os locais de distribuição de comida, instituições de acolhimento, e progressivamente há uma associação com outras pessoas que vivem na mesma condição e também uma identificação de si mesmos enquanto “mendigos”, “moradores de rua”, “em situação de rua” (VIEIRA *et al.*, 2004; ROSA, 2005; SNOW; ANDERSON, 1998).

Refletir sobre a utilização da palavra “proletário” no contexto vivido por Marx e Engels importa para pensarmos a respeito de sua diferenciação em relação ao lúmpen. Na década de 1840, existiam duas concepções: uma, mais tradicional, via o proletariado como aquele grupo de pessoas pobres e perigosas, malvistas na sociedade, da qual os mendigos faziam parte. Marx chamou-os de lumpemproletariado; a outra apontava para as classes assalariadas, os não proprietários. Para Marx, estes seriam o proletariado (BUSSARD, 1987).

Dessa forma, Marx traz novo significado ao proletariado e apresenta o lúmpen como um grupo depravado, antigamente associado ao proletariado, agora dissociado dele. “Before Marx, *proletarian (prolétaire)* was one of the central signifiers of the passive specter of poverty.”<sup>34</sup> (STALLVBRASS, 1990, p. 84, grifo do autor).

Assim, o proletariado para Marx não seria mais um grupo malvisto na sociedade, mas sim trabalhadores. A degradação moral associada até então ao chamado proletariado passa a ser usado pelo autor para falar sobre o lúmpen, no

---

<sup>34</sup> Livre tradução: “Antes de Marx o proletário era um dos significantes centrais do espectro passivo da pobreza.”

qual estão presentes ricos e pobres, portadores da força de trabalho e portadores dos meios de produção, desde que afastados do trabalho produtivo e com características como a violência, prostituição, corrupção e mentira. Tais ideias, defendidas por Stallvbrass (1990), reforçam a associação do lumpen à uma depreciação.

The proletariat, in other words, was not the working class: it was the poor, the ragpickers, the nomads. And even when, in 1838, A. G. de Cassagnac defined the proletariat as including workers, they were only one of four groups, of which the other three were beggars, thieves, and prostitutes. By the end of the century, proletarian was still defined as a term for "pauper". (STALLVBRASS, 1990, p. 84)<sup>35</sup>.

Mattos (2019) defende que o proletariado está vinculado à ausência de capital e de terra. São aqueles despossuídos de quase tudo, donos somente de sua força de trabalho; refletindo sobre a população em situação de rua, são representantes desses despossuídos cuja única mercadoria é a força de trabalho.

Amentamos acerca da divisão da sociedade entre duas classes fundamentais: a burguesia, na qual estão os proprietários de terras e de capital, e o proletariado, formado pela classe trabalhadora<sup>36</sup>. Engels (1847) reforça a percepção dessas duas grandes classes, que “absorvem todas as restantes” e são caracterizadas como:

- 1) A classe dos grandes capitalistas que, em todos os países civilizados, estão quase exclusivamente na posse de todos os meios de existência e das matérias-primas e dos instrumentos (máquinas, fábricas) necessários para a produção dos meios de existência; esta é a classe dos burgueses, ou a burguesia.
- 2) A classe dos que nada possuem, os quais, em virtude disso, estão obrigados a vender o seu trabalho aos burgueses a fim de obter em troca os meios de existência necessários ao seu sustento. Esta classe chama-se a classe dos proletários, ou o proletariado. (ENGELS, 1847, p. 3).

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx fala de proletários em condições abaixo da própria classe: “O operário torna-se num indigente [Pauper] e o pauperismo [Pauperismus] desenvolve-se ainda mais depressa do que a população e a riqueza.” (MARX, 1997, p. 41).

---

<sup>35</sup> Livre tradução: “O proletariado, por outras palavras, não era a classe trabalhadora: eram os pobres, os trapaceiros, os nômades. E mesmo quando, em 1838, A. G. de Cassagnac definiu o proletariado como incluindo trabalhadores, eles eram apenas um de quatro grupos, dos quais os outros três eram mendigos, ladrões e prostitutas. [...] No final do século, o proletário ainda era definido como um termo para ‘pauper’ ”.

<sup>36</sup> No livro III do *Capital*, Marx apresenta três grandes classes, os donos do capital, das terras e da força de trabalho.

A nossa utilização de pauperismo percorre esse caminho, tomando a classe trabalhadora ou proletariado como esse trabalhador, cuja condição de vida é abaixo de sua própria classe. Há uma degradação de sua qualidade de vida, de seu poder de compra, de seu acesso a direitos sociais. Pessoas que vivem numa miséria tal que a palavra “pobreza” não é suficiente para retratar sua situação. E precisamos falar de um contexto ainda mais profundo, o pauperismo, no qual a reprodução da força de trabalho atinge os níveis mais baixos possíveis.

Prosseguindo nosso debate, considerando as intercorrências da palavra “lumpemproletariado” nas obras de Marx e Engels, em *O Capital* a única menção ao termo aparece no capítulo XXIII, em meio ao debate da superpopulação relativa, ao tratar de seu sedimento mais baixo, conforme segue: “O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, do lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias.” (MARX, 2013, p. 719). Salientamos que as três categorias destacadas pelo autor são as dos *paupers*. O chamado lúmpen não está aqui incluído, pois estaria numa posição ainda mais baixa, conforme veremos em outras obras, discutidas no desenvolvimento do presente ponto.

Mattos (2019) traz algumas contribuições ao entendimento do assunto, especialmente no que diz respeito à última citação, conforme segue.

Marx acrescenta a essas três formas<sup>37</sup> um “sedimento mais baixo”, que habita o “pauperismo”, por ele dividido também em três categorias [...] Tais camadas do pauperismo são, entretanto, distintas do lumpemproletariado [...] aqui apresentado de uma forma mais “ocupacional” como “vagabundos, delinquentes, prostitutas”.

Os comentaristas, em geral, destacam essas taxonomias da “superpopulação relativa” e de seus sedimentos *paupers* e procuram relacioná-las a situações concretas do mercado de trabalho capitalista. Cabe ressaltar, entretanto, que Marx não apresenta uma classificação nem de extratos distintos da classe trabalhadora nem de parcelas homogêneas e estáveis dessa classe. Em vez disso, destaca que tais formas (ou experiências) são parte constitutiva da “existência” da classe, uma existência dinâmica, em que os trabalhadores individualmente podem passar por várias dessas experiências ao longo da vida. (MATTOS, 2019, p. 38).

Temos as seguintes ideias centrais trazidas pelo autor:

- Marx não categoriza o lumpemproletariado, e sim o pauperismo, indicando três categorias que compõem esses *paupers*;

<sup>37</sup> O autor refere-se às três formas básicas da superpopulação relativa: flutuante, latente e estagnada.

- Para o autor, essas formas do pauperismo distinguem-se do lumpemproletariado;
- Vincula o lumpemproletariado aos vagabundos, delinquentes e prostitutas;
- Destaca o caráter dinâmico da superpopulação relativa.

Sobre esse último ponto, lembramos que o “[...] capitalismo é um sistema dinâmico por natureza. Ele cria novas formas de acumulação, ele muda para manter e amplificar suas relações de dominação.” (SABADINI, 2013, p. 588). Assim como o próprio capitalismo é permeado por diversas e constantes modificações, as categorias de análise são formadas em processo, ao longo das obras.

E ao se posicionar perante o debate do lumpen como categoria, Mattos afirma: “[...] nos parece válida, ao menos para alguns momentos da obra de Marx, a crítica de Linden de que o lumpemproletariado muitas vezes ‘não correspondia a uma categoria analítica, mas sim a uma categoria moral’.”<sup>38</sup> (MATTOS, 2019, p. 132).

Em *O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*, é mencionada pela primeira vez no contexto da Insurreição de Junho, uma revolta proletária que ocorreu em 1848 (23 a 26 de junho). Foi uma luta entre burguesia e proletariado, na qual a primeira foi vitoriosa e teve o apoio da aristocracia financeira, burguesia industrial, classe média, pequeno-burgueses, exército, intelectuais, padres, população do campo e do chamado lumpen, que foi usado como guarda móvel.

Com vistas a fortalecer a República Burguesa e desarticular o proletariado, alguns que compunham o chamado lumpemproletariado foram cooptados para a guarda móvel, receberam um uniforme e passaram a lutar ao lado da burguesia, contra o proletariado, que estava sozinho na luta e perdeu. A vitória na Insurreição de Junho foi imprescindível para que a república burguesa se erguesse. Essa “representava o despotismo irrestrito de uma classe sobre outras classes.” (MARX, 2011a, p. 36).

Durante o mês de junho, todas as classes e todos os partidos se uniram no *Partido da Ordem* contra a classe proletária, considerada o *partido da anarquia*, do socialismo, do comunismo. Eles “salvaram” a sociedade dos “inimigos da sociedade”. O lema repassado por eles às suas tropas consistia nas palavras-chave da antiga sociedade: “*Propriedade, família, religião, ordem*”, instigando a cruzada contrarrevolucionária com a frase: “Sob este signo vencerás!” (MARX, 2011a, p.36).

<sup>38</sup> LINDEN *apud* MATTOS (2019, p. 132).

No mesmo contexto, da constituição da Guarda Móvel na França, Marx (2012, p. 42), na obra *As lutas de classes na França*, fala sobre a existência de diferenças entre o proletariado e o lumpemproletariado. Incluídos nesse último estavam os criminosos de todo tipo, pessoas que viviam das sobras da sociedade, que não possuíam trabalho fixo, “vadios” e “sem-teto”, conforme segue:

[...] o governo provisório instituiu os 24 batalhões da Guarda Móvel, cada um composto de mil homens recrutados entre os jovens de quinze a vinte anos, oriundos, em grande parte, do lumpemproletariado, que, em todas as grandes cidades, compunha uma massa que se distinguia claramente do proletariado industrial e na qual eram recrutados ladrões e criminosos de todo tipo, que viviam das sobras da sociedade, gente sem trabalho fixo, vadios, *gens sans feu et sans aveu* [gente sem-teto], distinguindo-se de acordo com o nível de educação da nação à qual pertenciam, mas nunca renegando seu caráter lazarônico; na jovem idade em que o governo provisório os recrutou, eram perfeitamente influenciáveis, capazes dos maiores heroísmos e da mais exaltada abnegação, bem como do mais ordinário banditismo e da mais nojenta venalidade. (MARX, 2012, p. 41).

O governo selecionou entre eles os mais jovens, que serviram muito bem ao propósito e eram distintos pelo uniforme, diferente da roupa dos operários, e recebiam do governo um franco e cinquenta cêntimos por dia, uma forma de comprá-los, segundo Marx (2012).

Em *As lutas de classes na França*, o autor evidencia a vinculação do lumpen ao proletariado, indicando que o lumpemproletariado faz parte do proletariado da seguinte forma: “Desse modo, o proletariado parisiense passou a defrontar-se com um exército de 24 mil homens intrépidos no pleno vigor de sua juventude, recrutados do seu próprio meio.” (MARX, 2012, p. 42). A guarda móvel era vista como uma guarda proletária, que estava à frente nas batalhas. Apesar de ser formada por parte do proletariado, lutava pelos interesses burgueses, contra o proletariado, e aqui está o seu caráter lumpen, atuar contra sua própria classe, formando uma camada reacionária.

Marx (2012) estava indignado com aquela parte do proletariado que foi usada como guarda móvel e agiu violentamente contra aqueles que compunham sua própria classe. Esse foi um dos motivos para o autor ter suprimido do proletariado o que chamou de lumpen, aceitando uma diferenciação entre trabalhadores.

**O primeiro grande destaque** que fazemos sobre o lumpen é, portanto, a sua vinculação a movimentos reacionários. Ressaltamos o caráter histórico presente nas menções ao lumpen. Marx e Engels olhavam para a revolução proletária na França

no século XIX e precisaram diferenciar aqueles que mesmo tendo somente a força de trabalho lutaram pelo lado reacionário, contra aqueles que viviam nas mesmas condições de vida deles. Assim, o lumpen é formado por aquelas pessoas dispostas a lutar ao lado da burguesia contra revoluções proletárias. São vistos como um tipo de mercenários, lutam pelos que lhes concedem um uniforme e um salário. Mais à frente veremos que também são chamados de traidores de movimento.

Linden (2013) discorda da concepção de Marx ao restringir o lumpen ao lado reacionário da batalha. Ele aponta a presença de trabalhadores de ambos os lados da barricada. No contexto das revoltas na França, ele vê a separação feita por Marx (2012) entre os que lutavam pela causa proletária, o proletariado, e os que foram tomados para lutar contra ela, o lumpemproletariado, como uma forma de separar os proletários que estavam do “lado certo” dos que se encontravam do “lado errado” da luta, remetendo a uma desvalorização.

Linden (2013) cita o estudo de Traugott<sup>39</sup> feito com seis batalhões da Guarda Móvel de 1848, que contradiz o que Marx (2012) defende para sua composição lumpemproletária, sobre a qual destacamos na tabela à frente. A minoria dos integrantes da guarda móvel seria composta pelos citados no parágrafo anterior.

Para Linden (2013, p. 62), o lumpen nem sempre é reacionário. Em diversas vezes, une-se aos proletários, sendo até mesmo uma “força motriz nas lutas sociais”. Ora, esse argumento possui grande relevância, pois servir como massa de manobra ao lado reacionário é um dos elementos de identificação primordiais apontado por Marx e Engels. Aqui, Linden sustenta que o chamado lumpen também pode unir-se aos proletários.

Corroborando essa ideia, temos as pesquisas sobre as guardas móveis parisienses feitas por Traugott (1980). Ele demonstra que seus integrantes eram parte do proletariado parisiense. Ao comparar os componentes da Guarda Móvel e os Insurgentes, ele evidencia tratar-se de um mesmo grupo de pessoas. Assim, tanto os que lutaram em prol da revolução quanto aqueles que defenderam a aristocracia e a burguesia, em sua maioria, saíram do mesmo grupo, o proletariado, e possuíam características bem similares, conforme a tabela seguinte:

---

<sup>39</sup> TRAUGOTT, Mark. **Armies of the Poor**: Determinants of Working – Class Participation in the Parisian Insurrection of June 1848. Princeton: Princeton University Press, 1985. Citado por Linden (2013, p. 62).

Tabela 1- Guarda Móvel Proletária (em %)

<b>Categoria Ocupacional</b>	<b>Guarda Móvel</b>	<b>Insurgentes</b>
Alimentação	3.7	4.1
Construção	15.0	18.4
Marcenaria	8.1	6.0
Roupas e acessórios	8.7	9.2
Têxtil	4.9	3.1
Peles e couro	1.5	0.7
Fabricação de carruagens	1.7	2.4
Cerâmicas	1.7	1.3
Metais de base	8.0	11.8
Metais preciosos	3.7	2.1
Tanoaria e cestaria	2.4	1.2
Artigos de luxo	2.5	1.9
Tipografia	4.7	3.9
Transportes	2.0	4.7
Serviços e outros	14.	14.7
Profissões liberais	2.2	2.8
Comércio	6.6	7.1
Militar	8.5	4.4
Total	99.9%	99.9%

Fonte: livre tradução de Traugott (1980, p. 702)<sup>40</sup>

O autor demonstra, ao elencar as profissões daqueles que faziam parte da guarda móvel e dos insurgentes, na área da construção civil, no ramo da alimentação, vestuário e calçados, têxtil, peles, metais, entre outros, que há muita similaridade, apontando para o fato de serem um mesmo grupo. Desse modo, Traugott (1980) demonstra que os grupos chamados por Marx de lumpemproletariado no *18 Brumário de Luis Bonaparte* não possuíam expressividade entre a guarda móvel. Vejamos uma de suas conclusões a seguir:

If the lumpenproletariat theses were correct, we might expect Mobile Guardsmen to be drawn from occupational groups in which workers tended to be poorly paid, illiterate, of unsettled residential habits, and unemployed. In fact, we find that no relationship exists between salary levels and rates of participation in the Mobile Guard. (TRAUGOTT, 1980, p. 706)<sup>41</sup>.

Dessa forma, conforme a última citação, é esperado que a guarda móvel seja formada por trabalhadores entre os grupos com menores remunerações e desempregados. Traugott (1980, p. 706) reconhece que, de fato, muitos estavam

<sup>40</sup> Alteramos o *design* da tabela, porém, quanto ao conteúdo, somente a primeira linha sofreu mudança.

<sup>41</sup> Livre tradução: “Se as teses do lumpemproletariado estivessem corretas, poderíamos esperar que as guardas móveis sejam grupos profissionais em que os trabalhadores tendem a ser mal pagos, analfabetos, de hábitos residenciais instáveis, e desempregados. De fato, não há relação entre os níveis salariais e as taxas de participação na guarda móvel.”

desempregados no momento em que passaram a fazer parte da força reacionária. Todavia ele salienta o fato de o desemprego ter sofrido uma forte ampliação no período. Ao contrário de um pequeno grupo, os desempregados formavam a maioria do povo de Paris. Logo, assim como na guarda móvel, na força revolucionária também estavam presentes desempregados, e as experiências de trabalho são bem semelhantes entre os dois grupos.

Ainda sobre a guarda móvel, Draper (1972) conta que os mesmos “vagabundos”, mendigos e ladrões, considerados anteriormente como malandros, que não poderiam ser tolerados, passam a ser condecorados como heróis, ao lutar em prol dos interesses da burguesia. O mesmo grupo chamado

[...] in March and April every bourgeois called a rascally band of brigands fit for any infamy and not to be tolerated any longer; when this band of brigands is now petted, praised, rewarded and decorated because these “young heroes”, these “children of Paris” of incomparable valor who scaled the barricades with the grandest courage.<sup>42</sup> (ENGELS *apud* DRAPER, 1972, p. 2.292).

Essa citação nos lembra das palavras de um dos entrevistados para nossa tese, Jorge, quando ele compara a população em situação de rua a uma fruta que ora parece apodrecida, são taxados como vagabundos, como se nada valessem, e depois volta a ficar apropriada para o consumo novamente, para ser explorada nos piores trabalhos, com baixíssimas remunerações, que ninguém deseja, como aqueles nos quais o pagamento é um lanche, mesmo após trabalhar por horas. Segue a parte da entrevista em que há esse destaque:

*Então assim, é muito complicado, porque a, muitas das vezes ah, aaa gente achar que eles vão nos libertar dessa escravidão do capitalismo, que ele escraviza a pessoa, suga até a última gota, e quando você num, aí quando passa aquele tempo ali que ele tá ganhando dinheiro, que ele tá lucrando com você, você já não serve mais para ele, aí no outro verão você já é bom de novo. Parece eu você é uma fruta que apodrece e volta de novo a ser boa né? Comestível. Então é uma coisa assim que deixa a gente até confuso. As pessoas não sabem mais se ele é bom ou se ele não presta. Né? Meio ano ele presta, meio ano ele não presta. Aí já causa uma confusão na cabeça das pessoas. Muitas vezes de tanto a pessoa falar na cabeça a pessoa já acaba se tornando né? Uma pessoa ruim, uma pessoa violenta, uma pessoa agressiva, uma pessoa que não quer a presença de ninguém por perto, que não dialoga. (JORGE, 2020).*

---

<sup>42</sup> Livre tradução: “[...] em março e abril, eram chamados pelos burgueses de um bando de bandidos malandros, aptos para qualquer infâmia e não deveriam mais serem tolerados; agora este bando de bandidos é acariciado, elogiado, recompensado e condecorado porque estes ‘jovens heróis’, estes ‘filhos de Paris’ de valor incomparável escalaram as barricadas com a mais grandiosa coragem.”

Permanecendo no debate sobre o primeiro grande ponto destacado, no *Manifesto do Partido Comunista*, quando os autores trazem o conceito do lúmpen, dizem o seguinte:

O lumpenproletariado, esta putrefacção passiva das camadas mais baixas da velha sociedade, é aqui e ali atirado para o movimento por uma revolução proletária, e por toda a sua situação de vida estará mais disposto a deixar-se comprar para maquinações reacionárias. (MARX; ENGELS 1997, p. 40).

Observemos que Marx evidencia o fato de ser formado pelas camadas mais baixas da sociedade, não entre a burguesia, mas entre os mais pobres.

Na obra *Ideologia Alemã*, ao falar sobre o contexto do escravismo em Roma, diz que os plebeus, “que se situavam entre os livres e os escravos, jamais superaram a condição de uma espécie de lumpemproletariado.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 70).

Nessa obra, Marx debate o lúmpen com outros autores e discorda da visão de alguns deles de considerar o lúmpen como parte do proletariado, conforme veremos a seguir. Observemos que, enquanto a última citação do *Manifesto do Partido Comunista* enfatizava sua composição entre as camadas mais baixas, em *Ideologia Alemã* ele adiciona burgueses arruinados. Isso possui relação com as camadas mais baixas.

[O] proletariado inteiro se compõe, portanto, de burgueses arruinados e proletários arruinados, de um conjunto de vadios [Lumpen] que existiram em todas as épocas e cuja existência maciça, desde o ocaso da Idade Média, precedeu ao surgimento maciço do proletariado profano, [...] São Max [...] também identifica proletariado com pauperismo, ao passo que o pauperismo representa apenas a condição do proletariado arruinado, o último estágio no qual se afunda o proletário que se tornou incapaz de oferecer resistência à pressão da burguesia, e só o proletário privado de toda e qualquer energia é um pauper. (MARX; ENGELS, 2007, p.199)<sup>43</sup>.

Bordin (2013) apresenta duas características básicas do lúmpen apontando para o caráter moral: pode ser comprado e possui a capacidade de trair a própria classe, conforme citação seguinte.

---

<sup>43</sup> Na obra referida, encontramos várias intercorrências das palavras “Lumpen” e “Lump”. A maior parte delas refere-se a questões vinculadas à visão crítica a Max Stirner, com o qual não trabalharemos aqui pela falta de espaço. Salientamos que essas palavras usadas por Marx remetiam a “vadio”, “vadios” e “vadiagem”.

Lumpenproletariat” must be taken more as a predicate designating a set of moral characteristics seen in various social categories (the mobile guards in this case) than as a subject. This ambiguity can be reduced by saying that the lumpenproletariat, as a moral disposition, encapsulates a whole range of individuals or groups outside of capitalist working and production relationships. In social terms, the lumpenproletariat refers to both behaviors and moral attitudes seen throughout society, right up to the highest strata. Rancière thus spoke of the “lumpen” within each class: for the proletariat, these people were the workers renouncing their revolutionary vocation and resorting to self-preservation, while for the industrial bourgeoisie, they were the financial aristocracy with their ways of snatching productive wealth: “Every class is virtually its own lumpen, in that its members defend their ‘social interests’”.<sup>44</sup> (BORDIN, 2013, p. 46).

Tendo como norte as obras de Marx e Engels, concordamos com essa ideia de Bordin. A presença do lúmpen em outras esferas de classe contribui para o argumento da associação a um elemento moral, não uma categoria, e podemos ver isso nitidamente em *Lutas de classes na França*, onde a aristocracia financeira é chamada de lúmpen, como uma maneira de pejorar aqueles chamados dessa forma, conforme segue: “A aristocracia financeira, tanto no modo de obter seus ganhos quanto no modo de desfrutar deles, nada mais é que o renascimento do lumpemproletariado nas camadas mais altas da sociedade burguesa.” (MARX, 2012, p. 157).

Vejamos que temos aqui um novo elemento. Até o momento, o destaque da composição do lúmpen era para aqueles que possuem somente a força de trabalho para trocar no mercado de coisas e burgueses arruinados; agora, nessa última citação, temos incluída a aristocracia financeira. O contexto dessa utilização seria a associação do lumpemproletariado ao grupo que não vive do capital produtivo, em que a acumulação não passa diretamente pela produção.

Portanto a última citação evidencia um grupo para além dos *paupers* no lumpemproletariado: a aristocracia financeira. Draper, ao comentar sobre o assunto,

---

<sup>44</sup> Livre tradução: “O ‘Lumpenproletariat’ deve ser tomado mais como um predicado que designa um conjunto de características morais vistas em várias classes sociais (a guarda móvel neste caso) do que como um sujeito. Esta ambigüidade pode ser reduzida dizendo que o lumpemproletariado, como uma disposição moral, encapsula uma gama de indivíduos ou grupos fora do mundo do trabalho capitalista e relações de produção. Em termos sociais, o lumpemproletariado refere-se tanto aos comportamentos como às atitudes morais vistas em toda a sociedade, até para os estratos mais altos. Rancière falava assim do ‘lumpen’ dentro de cada classe: para o proletariado, essas pessoas eram os trabalhadores que renunciavam a sua vocação revolucionária e o recurso à autopreservação, enquanto para a burguesia industrial, eles eram a aristocracia financeira com seus caminhos de roubar a riqueza produtiva: ‘Cada classe é virtualmente seu próprio lúmpen, na medida em que seus membros defendem seus ‘interesses sociais’.”

chama-os de “[...] vultures and raiders who swing from speculation to swindling; who do not gain their wealth ‘by production’.”<sup>45</sup> (DRAPER, 1972, p. 2306).

A justificação de Barrow (2020) para a aristocracia financeira fazer parte do lumpen é porque, além deles não terem ligação direta com a produção, seus interesses individuais podem contrariar sua própria classe. Utilizam especulação, roubo, e estão imersos em práticas fraudulentas e corruptas.

Sobre isso, Cowling (2008) defende uma não generalização, pois, ainda que possam existir esses elementos, fazem parte das relações capitalistas, e é improvável um capitalismo no nível de desenvolvimento atual que dispense bolsa de valores e as especulações inerentes a elas.

No *Grundrisse*, temos três intercorrências de lumpemproletariado. A primeira é apresentada no contexto do debate sobre trabalho produtivo e improdutivo, no âmbito dos serviços. Não pode haver caracterização de produtivo quando o contratante

[...] não se contrapõe ao outro como capitalista, tal prestação de serviço não pode entrar na categoria de trabalho produtivo. Da puta ao papa, há uma multidão dessa ralé. Mas também faz parte dela o lumpemproletariado honesto e “trabalhador”; p. ex., grandes bandos de serviçais etc. que prestam serviço nas cidades portuárias etc. (MARX, 2011b, p. 212)<sup>46</sup>.

Olhando para essa citação, tendo em vista também todas as outras mencionadas ao longo desse ponto, há duas questões a serem destacadas sobre a visão do autor acerca do lumpen: 1ª) De forma geral, o lumpemproletariado não é honesto, tampouco trabalhador; 2ª) Os trabalhadores honestos do lumpen são aqueles inseridos no setor de serviços, cujo trabalho não é produtivo. Eis um elemento importante para o entendimento do lumpen em Marx: enquanto o proletariado é aquele grupo envolvido no trabalho produtivo<sup>47</sup>, os que desenvolvem trabalho improdutivo são lumpens, ainda que trabalhem. Aliás, essa ideia de vinculação do lumpen ao trabalho improdutivo ocorre também para pensar a própria aristocracia financeira. **Temos aqui nosso segundo grande destaque sobre o**

<sup>45</sup> Livre tradução: “[...] abutres e saqueadores que transitam da especulação à fraude; que não ganham sua riqueza ‘pela produção’.”

<sup>46</sup> Vejamos que essa citação evidencia a possibilidade do lumpen trabalhar.

<sup>47</sup> Ora, considerando somente o contexto do debate do lumpen, proletariado aparece dessa forma. Todavia salientamos que, ao percebermos a construção da categoria proletariado, Marx e Engels fazem um debate muito mais amplo, e não podemos reduzir o proletariado somente aos que desenvolvem trabalho produtivo.

**lúmpen:** é formado por aqueles inseridos em trabalhos improdutivos. Estão incluídos tanto trabalhadores quanto a aristocracia financeira.

O lumpemproletariado, na concepção de Barrow (2020), é a classe mais baixa da sociedade, com potencial destrutivo e carrega uma “influência desmoralizante” (BARROW, 2020, p. 94). É composto por pessoas que odeiam o trabalho e não querem um emprego. Não são explorados porque não produzem mais-valia, logo não há sua apropriação por outra classe, e não compartilham um interesse de classe comum ao proletariado. Vejamos na citação a seguir a relação apontada pelo autor com os interesses de outras classes: “Instead, the lumpenproletariat lives a parasitic existence, and thus it structurally shares more in common politically with other classes that also extract value parasitically at the margins of capitalist society.”<sup>48</sup> (BARROW, 2020, p. 78).

O ponto alto do livro de Barrow (2020) é apontar o lúmpen como uma categoria e sua defesa do grande diferencial de identificá-lo pela não relação com a produção, sendo caracterizado como uma classe não trabalhadora, em suas palavras:

The fundamental structural characteristic of the lumpenproletariat, properly speaking, is its nonrelation to production—its existence as a nonworking class.

However, as Marx develops the concept of the lumpenproletariat in *Capital*, it is not a fixed and static social category with clear boundaries, but like all other classes, it is structured in layers and gradations that are always in a fluid process of composition and de-composition.<sup>49</sup> (BARROW, 2020, p. 137).

E ao comentar sobre o desenvolvimento capitalista, que à medida da ampliação da produção há redução da necessidade de trabalhadores, aumentando a riqueza e diminuindo a proporção dos trabalhadores assalariados envolvidos, faz a seguinte afirmação.

Thus, a larger and larger proportion of the total population in capitalist social formations quite literally becomes a surplus population from the standpoint of capitalist production. The surplus population does not have any direct relation to production; on the contrary, it is a byproduct of capitalist

---

<sup>48</sup> Livre tradução: “Em vez disso, o lumpemproletariado vive uma existência parasitária, e por isso partilha estruturalmente mais em comum politicamente com outras classes que também extraem valor parasitariamente à margem da sociedade capitalista.”

<sup>49</sup> Livre tradução: “A característica estrutural fundamental do lumpemproletariado, propriamente falando, é a sua não-relação com a produção - a sua existência como uma classe não-trabalhadora. Contudo, à medida que Marx desenvolve o conceito de lumpemproletariado no *Capital*, não é uma categoria social fixa e estática com limites claros, mas como todas as outras classes, está estruturada em camadas e gradações que estão sempre num processo fluido de composição e decomposição”.

production that is wholly unnecessary to its continuing functioning.<sup>50</sup> (BARROW, 2020, p. 138).

Com a citação, fica nítida a visão da superpopulação relativa como um grupo inútil, desnecessário para o funcionamento do capitalismo. Ora, conforme argumentado na presente tese, a superpopulação relativa e seu sedimento mais baixo (os *paupers*) cumprem seu papel nesse modo de produção. Compõem a lei geral de acumulação capitalista – é uma condição de existência para esse modo de produção – e funcionam como sua alavanca. Logo, não há capitalismo sem a produção e reprodução de um grupo parcial ou inteiramente desocupado. Um grupo acumulador de miséria é pressuposto da existência de outro acumulador de riquezas.

Barrow (2020) defende a existência do lumpen enquanto uma categoria cultural, sobrevivendo às margens da sociedade capitalista, sem nenhuma relação direta com a produção, inseridos em trabalhos irregulares ou não inseridos em qualquer trabalho, em ocupações como a mendicância, prostituição, roubos, furtos, jogos de azar, matadores de aluguel, com poucos rendimentos. Marcados por viverem na sujeira, vivenciarem a fome, a drogadição, as doenças e a violência. Parte desse grupo passa a viver migrando, como “homeless vagabounds” (BARROW, 2020, p. 16).

Ele defende a impossibilidade do desenvolvimento da consciência de classe por parte do lumpen, e quando participa politicamente, sua forma de irromper algum movimento espontâneo contra sua condição miserável de sobrevivência, o faz por meio de motins, espancamentos, vandalismo, chegando a cometer homicídios. A luta da população em situação de rua, identificada como lumpen pelo autor, por meio de seu movimento nacional brasileiro, é uma evidência contrária ao argumento de Barrow (2020).

Voltando para a obra *Grundrisse*, na segunda intercorrência a palavra “lumpemproletariado” aparece em meio ao debate da necessidade de os trabalhadores pouparem em períodos de bons negócios em prol da sobrevivência em momentos difíceis, mantendo-se vivos mesmo diante da redução dos salários ou redução das jornadas de trabalho. Na terceira, está em meio à discussão sobre

---

<sup>50</sup> Livre tradução: “Assim, uma proporção cada vez maior da população total nas formações sociais capitalistas tornam-se, literalmente, uma superpopulação relativa do ponto de vista da produção capitalista. A superpopulação relativa não tem qualquer relação direta com a produção; pelo contrário, é um subproduto da produção capitalista que é totalmente desnecessária para seu funcionamento.”

trabalho necessário e trabalho excedente, na qual ele caracteriza o momento em que o trabalhador se torna lúmpen, aquele onde ele passa a ser “mantido pela piedade alheia” (MARX, 2011b, p. 815)<sup>51</sup>. **Encontramos aqui o terceiro destaque:** o lúmpen é composto por aqueles que dependem da caridade de outros para sobreviver.

Voltando ao *Dezoito de Brumário*, o autor destaca como integrando o lumpemproletariado:

Roués [rufiões] decadentes com meios de subsistência duvidosos e de origem duvidosa, rebentos arruinados e aventurecos da burguesia eram ladeados por vagabundos, soldados exonerados, ex-presidiários, escravos fugidos das galeras, gatunos, trapaceiros, lazzaroni [lazarones], batedores de carteira, prestidigitadores, jogadores, maquereaux [cafetões], donos de bordel, carregadores, literatos, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de tesouras, funileiros, mendigos, em suma, toda essa massa indefinida, desestruturada e jogada de um lado para outro [...]. Esse Bonaparte se constitui como chefe do lumpemproletariado, porque é nele que identifica maciçamente os interesses que persegue pessoalmente, reconhecendo, nessa escória, nesse dejetos, nesse refugio de todas as classes, a única classe na qual pode se apoiar incondicionalmente; esse é o verdadeiro Bonaparte, o Bonaparte sans phrase [sem retoques]. (MARX, 2011a, p. 91).

O fato de Marx (2011) trazer para a composição do lúmpen, no *Dezoito Brumário*, além dos chamados mendigos, ladrões e prostitutas, os “vagabundos”, ex-presidiários, pessoas decadentes da burguesia e aristocracia, escravos fugitivos, jogadores, pessoas que sobrevivem de trapanças, ex-soldados e saltimbancos, indica para Linden (2013, p. 61) “que Marx tentou agrupar como lumpemproletariado: i) os camponeses expulsos do campo; ii) os proletários desempregados; e iii) os que exerciam profissões duvidosas.”

Marx (2011) coloca no mesmo grupo do lumpemproletariado pessoas com meios de subsistência duvidosos e de origem duvidosa, burgueses que andam com vagabundos, soldados exonerados, ex-presidiários, ladrões, cafetões, donos de bordel, escravos fugitivos e mendigos, entre outros. Ora, qual o determinante central para eles serem colocados no mesmo grupo? O que lhes é comum?

Enquanto os autores que discordam da utilização do termo enquanto categoria, como Cowling (2002) e Linden (2013) destacam o fato de tratar-se de grupos discriminados pela sociedade, inseridos em atividades moralmente questionáveis; aqueles que veem o termo como uma categoria, como Thoburn (2002), Barrow (2020) e Hayes (1988), justificam a composição dessas pessoas

---

<sup>51</sup> Na edição da 3ª reimpressão, de abril de 2016, as menções a lúmpen estão respectivamente nas páginas 212, 225 e 508.

como um único grupo pela sua dissociação ao trabalho produtivo. Com o intuito de sintetizar o debate e evidenciar o posicionamento dos autores estudados, segue um quadro com a divisão entre os que veem o lumpen como categoria e os que discordam disso. Após o quadro veremos o pensamento dos autores que desconsideram o lumpen enquanto uma categoria.

A última citação é uma das mais amplas sobre o lumpen. Há uma gama diversificada de pessoas incluídas nela, tanto mendigos quanto trabalhadores informais, vagabundos e pessoas que decaíram da burguesia. Bordin (2013) explica a utilização de tamanha diversidade na composição do lumpen pelo afastamento da noção de categoria, reforçando a tese do moralismo. Conforme suas palavras: “It is because the lumpenproletariat lacks conceptual vitality that Marx as an author must add a multitude of particular figures who cannot by definition make up a concrete whole.”<sup>52</sup> (BORDIN, 2013, p. 46).

Bussard (1987) nesse ponto faz uma defesa semelhante. Para ele, a utilização do termo “lumpemproletariado” por Marx e Engels é problemática. E poucas são as pesquisas que se debruçam a entender o surgimento de sua utilização no campo da esquerda. Assim como destacado por outros autores, indica a ausência de explicações suficientes para uma categoria de análise, tratando-se de uma expressão que carece de nitidez.

Sua análise demonstra uma visão sentimental do termo, conforme a citação seguinte. “I hope to show that their use of the notion provides a revealing glimpse into their characteristic way of emotionally envisioning the general shape of social reality.”<sup>53</sup> (BUSSARD, 1987, p. 676).

Na citação seguinte, apresentamos a conclusão de Bussard, indicando quais os elementos determinantes para o lumpen. “The term had become a catch-all for anyone who behaved like the lumpenproletariat, those who were corrupt, reactionary and without a clear sense of class-consciousness.”<sup>54</sup> (BUSSARD, 1987, p. 685). Vejamos a associação que outro autor faz entre a concepção de proletariado e um moralismo.

---

<sup>52</sup> Livre tradução: “É porque o lumpemproletariado carece de vitalidade conceitual que Marx, como autor, deve acrescentar uma multidão de figuras particulares que, por definição, não podem constituir um todo concreto.”

<sup>53</sup> Livre tradução: “Pretendo mostrar que a sua utilização da noção proporciona um olhar elucidativo sobre a sua forma de conceber emocionalmente a forma geral da realidade social.”

<sup>54</sup> Livre tradução: “O termo havia se tornado um ‘catch-all’ para qualquer um que se comportasse como o lumpemproletariado, ou seja, aqueles que eram corruptos, reacionários e sem uma percepção adequada de consciência de classe.”

Eu argumentaria que as delimitações feitas por Marx sobre o proletariado não seguiram sempre o desenvolvimento lógico de sua crítica da economia política, que seus impulsos morais, cogitações e vontades políticas provavelmente tiveram um importante papel em suas considerações. Por conseguinte, não foi possível evitar significativas contradições, e mesmo fatos históricos foram negados. (LINDEN, 2013, p. 60).

Cowling (2008) também critica o lumpemproletariado enquanto categoria. Para ele, não há rigor teórico na utilização do termo, é um conceito duvidoso, utilizado como uma forma depreciativa, a parte do proletariado que lutou contra os insurgentes, integrando a guarda móvel.

Cowling (2002) apresenta cinco grupos do lúmpen: 1) classes perigosas; 2) pessoas expulsas de suas classes; 3) pessoas que não sobrevivem pelo trabalho regular; 4) criminosos; 5) pessoas que utilizavam as pilhagens ilícitas para sobreviver. Para ele, a diferença entre proletariado e lumpemproletariado está na atitude, e não na relação com os meios de produção. O autor considera o lumpemproletariado um termo inconsistente e que não possui clareza.

*As a personal example I would put people who slaughter animals and sell meat, estate agents, people who pressurise children to buy useless toys and people who send spam emails or do telephone cold calling and roofers from Hartlepool on my list of dubious characters deserving to be part of the lumpenproletariat, but remove from it people who offer useful services such as prostitutes and drug dealer. What is going on here seems to be that Marx is including an assortment of occupations which command widespread dislike to make the lumpenproletariat seem less reputable rather than engaging in any kind of serious social (or socialist) analysis.<sup>55</sup> (COWLING, 2002, p.4, grifo do autor).*

O autor acentua o caráter moral do lúmpen e sua desassociação enquanto categoria ao expor o exemplo. Cowling (2002) apresenta uma questão importante para o fim dessa diferenciação entre lúmpen e proletários. Afinal, se mantivermos o lúmpen, poderíamos incluir nele todos os trabalhos malvistas, de que não gostamos, ou pensamos serem imorais ou errados.

Enquanto os autores citados nos últimos parágrafos argumentam contra a utilização do lúmpen enquanto categoria, os que traremos a seguir pensam de

---

<sup>55</sup> Livre tradução: “Como um exemplo pessoal, eu colocaria pessoas que abatem animais e vendem a sua carne, agentes imobiliários, pessoas que pressionam as crianças a comprar brinquedos inúteis e pessoas que enviam e-mails de spam ou fazem telefonemas frios e ‘roofers from Hartlepool’ na minha lista de personagens duvidosos que merecem fazer parte do lumpemproletariado, mas removeria dele as pessoas que oferecem serviços úteis, como prostitutas e traficantes de drogas. O que está acontecendo aqui parece ser que Marx está incluindo ocupações que não gosta, fazendo o lúmpen parecer menos respeitável em vez de se envolverem em qualquer tipo de análise.”

maneira divergente. Para eles, trata-se de uma categoria. Seguem seus argumentos para tal defesa e um debate sobre o assunto.

Draper (1972) vincula o lumpen a uma existência parasitária, conforme segue:

A classe lumpen é o termo que designa todos aqueles que caem fora da estrutura social existente, de modo a deixarem de ser parte integrante da sociedade. Para sobreviverem de todo, nos interstícios da mesma sociedade, têm de adoptar um modo de existência parasitário. A tendência para a ilegalidade resulta simplesmente da escassez de outras opções. (DRAPER, 1972, p.2309).

Para Thoburn (2002), tanto o proletariado quanto o lumpemproletariado são categorias de análise. Entende o lumpemproletariado como um grupo “não revolucionário” que forma uma “não- classe”. Um ponto importante apontado pelo autor é a vinculação do proletariado ao capitalismo, pois as classes não existem meramente como figuras autônomas, e sim em meio às relações sociais do capitalismo. “Crucially, these additions show the first signs of the proletariat not in the form of an autonomous identity – something which might ‘face’ capital as an opposing subject – but as a movement immanent to capitalist relations.”<sup>56</sup> (THOBURN, 2002, p. 449).

Assim, Thoburn discorda da visão do lumpen como algo moral. Um de seus principais argumentos é o fato de que para ele Marx não trata de grupos sociais, e sim “modos de composição política” (THOBURN, 2002, p. 435). Na opinião dele, ao invés de um moralismo burguês por parte de Marx, o que existe é um sofisticado entendimento materialista. E a diferença entre proletariado e lumpemproletariado está na relação com a produção. Enquanto o proletariado está inserido em atividades produtivas para sobreviver, o lumpen não o faz.

Hayes (1988) também percebe a utilização do lumpen para distinguir os violentos grupos reacionários dos proletários. O autor traz os seguintes marcadores para o entendimento acerca dos lumpens: 1) não possuem propriedade alguma;<sup>57</sup> 2) desempregados; 3) sobrevivência baseada em elementos fora do processo produtivo; 4) têm atitude, moral e estado de consciência distinto do proletariado, servindo aos propósitos de lutas segundo seus próprios interesses, importando o que ganharão imediatamente, não uma luta mais ampla.

<sup>56</sup> Livre tradução: “Essencialmente, estas adições mostram os primeiros sinais do proletariado não sob a forma de uma identidade autônoma – algo que pode ‘enfrentar’ o capital como um sujeito oposto - mas como um movimento imanente às relações capitalistas.”

<sup>57</sup> Apesar disso, ele percebe a possibilidade do compartilhamento da visão moral do lumpen por aqueles que possuem propriedades (HAYES, 1988, p. 446).

Hayes (1988), para justificar o lúmpen, parece fazer uma distinção entre trabalhadores bons, vinculados ao trabalho, acostumados a fazer parte de atividades produtivas, e trabalhadores maus, preguiçosos, suscetíveis a viver de mendicância, roubos, furtos ou prostituição, como se a não vinculação a atividades produtivas trouxesse uma degeneração. Vejamos como suas ideias reiteram o ponto já destacado da desvinculação ao trabalho produtivo, conforme é dito na próxima citação.

Further, the longer that they stayed outside the productive process, the more likely it became that they or their descendants would degenerate, lose their former class consciousness, and adopt instead the lazy, thieving attitudes congenial to their conditions of life, relating to society only through their interest in taking products from it without engaging in productive relations.<sup>58</sup> (HAYES, 1988, p. 446).

Barrow (2020) defende o lumpemproletariado como uma categoria analítica com um papel central na superpopulação relativa. Ele expressa a seguir sua defesa e o objetivo de seu livro.

In particular, this book argues that despite the many obstacles to arriving at a coherent and well-defined concept of the lumpenproletariat, Marx and Engels did anchor this concept in their analysis of the historical origins of capitalism and in their economic analysis of its extended reproduction as a mode of production. [...] I also suggest that there is an overlooked dystopian logic in *Capital* (and also *Grundrisse*) that points to a scenario where the proletariat is actually destined to decay into an ever-burgeoning lumpenproletariat and surplus population.<sup>59</sup> (BARROW, 2020, 14).

Barrow (2020) aponta como problemático nas críticas ao lúmpen a utilização de escritos históricos para a compreensão do termo, como *Luta de Classes na França e 18 de Brumário de Luiz Bonaparte*. A sugestão do autor é iniciar com o aprofundamento em *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* e o livro I do *Capital*, e daí buscar entender os escritos históricos. Ainda que admita que a palavra “lumpemproletariado” não apareça na primeira.

---

<sup>58</sup> Livre tradução: “Além disso, quanto mais tempo ficavam fora do processo produtivo, mais provável era que eles ou os seus descendentes se degenerassem, perdessem a sua antiga consciência de classe e adotassem em vez disso as atitudes preguiçosas, relacionadas com as suas condições de vida, relacionadas com a sociedade apenas através do seu interesse em retirar produtos da mesma sem se envolverem em relações de produção.”

<sup>59</sup> Livre tradução: “Em particular, este livro argumenta que, apesar dos muitos obstáculos para chegar a um conceito coerente e bem definido do lumpemproletariado, Marx e Engels ancoraram este conceito na sua análise das origens históricas do capitalismo e na sua análise econômica da sua reprodução alargada como um modo de produção. [...] Eu também sugiro que haja uma lógica distópica negligenciada no *Capital* (e também *Grundrisse*) que aponta para um cenário em que o proletariado é na realidade destinado a decompor-se num lumpemproletariado e superpopulação relativa.”

Barrow (2020) desconsidera o lumpen como integrante funcional do modo de produção capitalista por não estar vinculado ao trabalho produtivo, conforme nitidamente é visto a seguir. Seus argumentos são semelhantes aos de Hayes (1988).

When conceptualized through the lens of these extended discussions by Engels and Marx, it becomes clear that the lumpenproletariat is not functionally part of the capitalist mode of production, because it neither produces nor appropriates surplus value as a result of its structural location within capitalist relations of production [...] As an economic category, Marx and Engels define the lumpenproletariat by its nonrelation to economic production and by its position outside capitalist relations of production.<sup>60</sup> (BARROW, 2020, p. 15).

Barrow (2020) admite que Bussard está correto ao apresentar o lumpemproletariado como um termo problemático. Evidencia que apesar do lumpen ter o proletariado em seu nome, seriam um grupo “unproletarian”. Ele vê o proletariado como trabalhadores industriais e aponta uma diferenciação entre trabalhadores e supostos não trabalhadores, (em concordância com Bussard), conforme evidenciado a seguir.

Thus, one hypothesis (and one that this author accepts as correct) is that Marx and Engels adopted the term lumpenproletariat to distinguish the nonworking (bread and circuses) underclass from the newly emergent industrial working class, which as a class-for-itself becomes the proletariat politically and ideologically.<sup>61</sup> (BARROW, 2020, p. 24).

O autor indica a utilização de outras palavras mesmo quando se refere aos lumpens, tais como “paupers, ragamuffins, town mobs, the dangerous class, offal, and social scum”<sup>62</sup>. Além dessas, há também a palavra italiana *lazzaroni*, vista pelo autor como uma tradução de lumpen. Aliás, ele defende ainda que o fato da ausência da utilização do termo *lumpenproletariat* não significa sua ausência na construção da categoria, pois em algumas obras pode-se identificar o lumpen,

---

<sup>60</sup> Livre tradução: “Quando conceitualizada através da lente destas discussões alargadas por Engels e Marx, torna-se claro que o lumpemproletariado não é funcionalmente parte do modo de produção capitalista, porque não produz nem se apropria de mais-valia como resultado da sua localização estrutural dentro das relações capitalistas de produção. [...] Como categoria econômica, Marx e Engels definem o lumpemproletariado pela sua não-relação com a produção econômica e pela sua posição fora das relações capitalistas de produção.”

<sup>61</sup> Livre tradução: “Assim, uma hipótese (e uma que este autor-Bussard- aceita como correta) é que Marx e Engels adotaram o termo lumpenproletariat para distinguir os não-trabalhadores (pão e circo) da subclasse da classe trabalhadora industrial, que como uma classe por si própria se torna política e ideologicamente o proletariado.”

<sup>62</sup> Livre tradução: “os paupers, os delinquentes, as multidões da cidade, a classe perigosa e a escória.”

mesmo sem ter sido chamado dessa forma. Um exemplo disso, de acordo com Barrow (2020), é na obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de Engels.

Na obra *Speeches in Elberfeld*, de Engels, apesar de a palavra também não aparecer, Barrow (2020) aponta o seguinte fragmento como essencial para a construção da categoria.

[...] in every civilized society there are large numbers of unemployed people who would gladly work but cannot find work and their number is larger than is commonly believed. And so we find these people prostituting themselves in one way or another, begging, sweeping the streets, standing on corners, only barely keeping body and soul together by occasional small jobs, hawking and peddling all manner of petty wares or, as we saw a couple of poor girls doing this evening, going from place to place with a guitar, playing and singing for money, compelled to put up with all kinds of shameless talk, every insulting suggestion in order to earn a couple of groschen.<sup>63</sup>  
(ENGELS, 1845, s/p)

O pensamento de Engels nessa citação remete ao capítulo intitulado “Concorrência”, no livro *A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, no qual ele fala sobre um grupo de reserva de trabalhadores que são aproveitados pela indústria somente em momentos de grande prosperidade. Os grupos citados por Engels em seu discurso são os pedintes, varredores de rua, inseridos em pequenos serviços e vendedores ambulantes.

Eles integram a superpopulação relativa, aquele grupo descrito por Marx em *O Capital* como parcial ou inteiramente desocupado, não o lumpen, como defendido por Barrow (2020). Engels (2010, p. 125) usa a expressão “reserva de trabalhadores desempregados” remetendo diretamente ao que Marx chamou de exército de reserva. Mais à frente, usa a palavra “supérfluos”.

Esses trabalhadores que se tornam superfúos especialmente em momentos de crise sobrevivem de diversos trabalhos informais. No período estudado por Engels (2010), eles faziam biscates, mendigavam, roubavam, varriam ruas, percorriam as cidades com carrinhos de mão recolhendo imundícies e estavam inseridos na venda ambulante.

---

<sup>63</sup> Livre tradução: “em toda sociedade civilizada há um grande número de desempregados que ficariam felizes em trabalhar, mas não conseguem encontrar trabalho, e, o seu número é maior do que se pensa. E assim encontramos estas pessoas a prostituir-se de uma forma ou de outra, a mendigar, a varrer as ruas, a ficar em pé nas esquinas, apenas mantendo o corpo e a alma unidos por pequenos trabalhos ocasionais, a vadiar e a vender todo o tipo de artigos insignificantes ou, como vimos um par de pobres raparigas a fazer esta noite, a ir de lugar em lugar com um violão, a tocar e a cantar por dinheiro, obrigadas a suportar todo o tipo de conversa sem vergonha, todas as sugestões insultuosas a fim de ganhar um par de moedas.”

Ora, vejamos como isso possui relação com a população em situação de rua, que, ao invés de carrinhos de mão, percorre as cidades com pesados carrinhos usados para a catação de materiais recicláveis, e também usa a venda ambulante e uma série de outras atividades para sobreviver, podendo usar a mendicância, principalmente como uma maneira de complementar a renda. Fica implícito que para Engels ladrões e mendigos também compunham esse grupo de “supérfluos” ao capital. Vejamos nas palavras dele.

Essa reserva – que durante as crises envolve uma enorme massa e, nos períodos que medeiam entre uma crise e outra, uma grande quantidade de trabalhadores – é a “população supérflua” da Inglaterra, que arrasta uma existência penosa, mendigando e roubando, varrendo ruas e recolhendo imundícies, transportando coisas com um carrinho de mão ou um burro, fazendo comércio ambulante ou biscates. Em todas as grandes cidades inglesas encontram-se multidões desses indivíduos que, como dizem os ingleses, “mantêm o corpo e a alma juntos” graças a pequenos ganhos ocasionais. São espantosos os expedientes a que esses indivíduos recorrem para ganhar qualquer coisa. (ENGELS, 2010, p. 126).

Assim, encontramos inferência tão grande entre *Speeches in Elberfeld* e *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* que até mesmo a expressão “manter corpo e alma juntos” é usada em ambas as falas de Engels. Poderíamos esperar alguma semelhança entre eles, pois o tema é o mesmo – a concorrência. As passagens remetem à superpopulação relativa, não ao lumpen. E ainda oferecem mais um argumento para a classe trabalhadora ampliada, da forma que defendemos aqui, pois Engels coloca no grupo de trabalhadores desempregados: prostitutas, pedintes, ladrões e pessoas inseridas nos mais diversos trabalhos informais.

Na obra *The Peasant War in Germany* (1850), Engels usa a palavra *lumpenproletariat* duas vezes: na primeira, como uma ralé de elementos decadentes de todas as classes, com presença em todas as grandes cidades, cuja marca é agir como traidores do movimento, conforme citação seguinte.

The lumpenproletariat, this scum of the decaying elements of all classes, which establishes headquarters in all the big cities, is the worst of all possible allies. It is an absolutely venal, an absolutely brazen crew. If the French workers, in the course of the Revolution, inscribed on the houses: Mort aux voleurs! (Death to the thieves!) and even shot down many, they did it, not out of enthusiasm for property, but because they rightly considered it necessary to hold that band at arm's length. Every leader of the workers who utilises these gutter-proletarians as guards or supports, proves himself by this action alone a traitor to the movement.<sup>64</sup> (ENGELS, 1850, p. 8).

---

<sup>64</sup> Livre tradução: “O lumpenproletariado, esta escória dos elementos decadentes de todas as classes, que estabelece sedes em todas as grandes cidades, é o pior de todos os aliados possíveis. É um grupo venal e atrevido. Se os trabalhadores franceses, no decurso do Revolução, inscrita nas

A segunda indica sua composição entre uma oposição plebeia, caracterizada como sem direitos de cidadania, segundo o presente a seguir.

The plebeian opposition consisted of ruined members of the middle-class and that mass of the city population which possessed no citizenship rights: the journeymen, the day labourers, and the numerous beginnings of the lumpenproletariat which can be found even in the lowest stages of development of city life. This low-grade proletariat is, generally speaking, a phenomenon which, in a more or less developed form, can be found in all the phases of society hitherto observed.<sup>65</sup> (ENGELS, 1850, p. 23).

Engels (1850) segue falando sobre o crescimento de pessoas sem ocupação definida e sem moradia estável com a decadência do feudalismo, e aponta um alto número de “vagabundos” na Alemanha no século XVI – alguns dos quais eram usados no exército, em tempos de guerra, enquanto alguns mendigavam e outros se inseriam em trabalhos por dia. Todos esses grupos foram utilizados nas guerras camponesas. Os do exército, em defesa do príncipe, os mendigos, ao lado dos camponeses, e os jornaleiros nas lutas partidárias, nas cidades.

A seguinte frase evidencia bem o caráter moralizante e até mesmo discriminatório da utilização dos mendigos na luta camponesa: “the second in the conspiracies and in the troops of the peasants where its demoralising influence was manifested every moment.”<sup>66</sup> (ENGELS, 1850, p. 23).

Observamos um detalhe que reforça a tese de a palavra “lúmpen” estar associada a uma visão pejorativa de parte da classe trabalhadora. O fato é que quando o chamado lúmpen age como um traidor de movimento, atuando contra sua própria classe, apoiando a burguesia na luta contra o proletariado, ele é tido como útil para a burguesia, chega a ser condecorado e visto como um herói, conforme Draper (1972). Porém, quando ele luta ao lado dos trabalhadores, no contexto das revoluções camponesas, ele é um elemento que pesou contra a luta, pois traz uma influência desmoralizante e está sempre pronto a abandonar as barricadas. Dessa

---

casas: Mort aux voleurs! (Morte aos ladrões!) e até abateram muitos, fizeram-no, não por entusiasmo pela propriedade, mas porque com razão considerou necessário segurar essa faixa ao longo do braço. Todos os líderes dos trabalhadores que utilizam estes vagabundos ou se apoiam neles, provam-se a si próprios apenas como traidores do movimento.”

<sup>65</sup> Livre tradução: “A oposição plebeia consistia em membros arruinados da classe média e dessa massa da população da cidade que não possuía direitos de cidadania: os viajantes, os trabalhadores por dia, e os numerosos representantes do lumpemproletariado que podem ser encontrados até nas fases mais baixas de desenvolvimento da vida da cidade. Essa ralé proletária é, em geral, um fenômeno que, de forma mais ou menos desenvolvido, pode ser encontrado em todas as fases da sociedade até agora observadas.”

<sup>66</sup> Livre tradução: “o segundo nas conspirações e nas tropas dos camponeses onde sua influência desmoralizante se manifestava a cada momento.”

forma, o lumpem sempre aparece como aquele que atrapalha, seja ao se associar ao lado reacionário, seja também ao lutar ao lado de sua própria classe.

Em *Socialismo Jurídico*, de Engels e Kautsky (2012), encontramos duas intercorrências de “lumpemproletários” em um mesmo parágrafo, conforme citação seguinte. O contexto histórico do fragmento é o do período romano, quando houve o despovoamento da terra para promover a pecuária e a sua pulverização em pequenos arrendamentos. Eles indicam a presença do lumpem mesmo em outro modo de produção, reafirmando suas palavras ao tratar sobre as lutas camponesas onde apresentou esse grupo existente em tempos diferentes.

Ao lado destes, havia proletários livres, mas não trabalhadores, e sim lumpemproletários. Em medida crescente, a sociedade hoje se baseia no trabalho dos proletários, que são cada vez mais imprescindíveis à sua existência; os lumpemproletários romanos eram parasitas, não somente inúteis, mas até mesmo prejudiciais à sociedade e, por isso, sem força concreta. (ENGELS, KAUTSKY, 2012, p.26).

Barrow (2020) defende a existência da análise do lumpemproletariado no capítulo *O proletariado agrícola* da obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. É inegável a condição degradante de vida, saúde e trabalho descrita por Engels em todos os capítulos, configurando o pauperismo nitidamente visto em todos os exemplos e dados demonstrados pelo autor. Porém discordamos tratar-se do lumpemproletariado. Engels está falando sobre a superpopulação relativa como um todo, e seu sedimento mais baixo, o pauperismo, não necessariamente sobre o lumpem.

No capítulo supracitado, sobre o proletariado agrícola, há duas intercorrências, que se vistas isoladamente poderiam remeter<sup>67</sup> ao lumpem, se o considerarmos como o grupo composto por mendigos, ladrões e prostitutas<sup>68</sup>, recorrentemente apontados como integrantes dele nas obras de Marx e Engels.

A primeira, uma citação de um parlamentar liberal, na qual fala de um camponês que não possui o suficiente nem mesmo para alimentar-se adequadamente, fato presente desde sua infância, e quando tem oportunidade rouba e ensina seus filhos a roubar, conforme segue.

---

<sup>67</sup> Reiteramos que na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* Engels não usou a palavra “lumpemproletariado”, por isso falamos aqui que poderiam remeter.

<sup>68</sup> Salientamos que há pesquisas que desvinculam o trabalho das prostitutas ao lumpemproletariado.

Camponês e pobre: essas palavras são sinônimas na Inglaterra [...]. Desde a infância foi mal alimentado e nunca conseguiu matar a fome [...]. Está semivestido, só tem fogo para cozer sua comida pouca, o frio e a umidade instalam-se em sua casa no inverno e só saem no verão [...]. Sua mulher e seus filhos, esfaimados, raramente aquecidos, freqüentemente doentes e fracos, sempre preocupados e desesperançados como ele, são naturalmente ávidos, egoístas e irritadiços [...]. Precisa manter a família, mas não pode fazê-lo; daí a mendicância e os expedientes de toda sorte, que degeneram, enfim, na mais completa desonestidade. Mesmo que quisesse, falta-lhe a coragem para se tornar, como outros elementos mais enérgicos de sua classe, um caçador clandestino ou um contrabandista; mas rouba quando tem oportunidade e ensina a seus filhos mentir e roubar. (WAKEFIELD *apud* ENGELS, 2010, p. 296).

Ora, temos aqui não a defesa de Engels, mas uma citação usada por ele, na qual de fato poderíamos identificar o grupo chamado por Marx e Engels de lumpemproletariado, pela mendicância e propensão ao roubo e à desonestidade. Todavia Engels (2010) explica que a palavra “camponeses” usada na citação remete a trabalhadores rurais que trabalham por jornada – são os jornaleiros agrícolas. Assim, ainda que possamos associar com o que ele e Marx chamam de lúmpen, ele está falando de trabalhadores rurais, componentes do exército ativo e, quando desempregados, superpopulação relativa. Isso fica evidenciado também quando ele comenta sobre a citação, revelando que era uma situação comum aos trabalhadores agrícolas da Inglaterra, cujo custo de vida era alto, e os salários, baixíssimos. Vejamos as palavras do autor a seguir:

Pode-se imaginar a vida dessa gente: sua alimentação é ruim e parca, têm roupas em farrapos, casas exíguas e miseráveis (um barraco de extrema pobreza, sem o mínimo conforto [...]). Poucos dias de desemprego num mês são suficientes para lançar esses indivíduos na mais negra miséria. Na medida em que vivem dispersos, não podem unir-se numa associação para a defesa dos salários e, se um deles se recusa a trabalhar por um salário de fome, há dezenas de desempregados e tutelados das Casas dos Pobres que se dispõem a substituí-lo – e a administração da assistência pública nega qualquer auxílio (exceto a tutela das odiadas Casas dos Pobres) àquele que recusou um trabalho, qualificando-o como um vagabundo insatisfeito. Aliás, a administração da assistência pública é formada por proprietários ou arrendatários e só eles oferecem emprego. (ENGELS, 2010, p. 297).

A segunda intercorrência em que poderíamos inferir o lúmpen, mesmo sem a palavra aparecer no texto, trata sobre a miséria vivida pelo povo irlandês, tão grande que as mulheres precisavam sair com as crianças para mendigar enquanto os homens buscavam um trabalho até o período da colheita, conforme segue:

As pessoas moram em casas que são verdadeiros estábulos, mal comem durante o inverno – ou, para retomar as expressões do relatório citado, durante 30 semanas têm batatas que mal chegam para matar a fome e

durante as outras 22 nada lhes resta; na primavera, a provisão esgota-se ou as batatas não podem ser comidas porque começaram a germinar, e a mulher sai com as crianças a mendigar, vagando pelas redondezas com o bule de chá na mão, enquanto o homem, depois do plantio de batatas, sai em busca de trabalho no país ou na Inglaterra, para retornar na época da colheita. Essas são as condições em que vivem nove décimos da população rural irlandesa. Pobres como Jó, vestem-se com farrapos e têm o nível cultural mais baixo que pode haver em países semicivilizados. (ENGELS, 2010, p. 303).

A família descrita por Engels compõe a classe trabalhadora inglesa. Em alguns momentos, o homem está no exército ativo, ao trabalhar no campo, tanto no plantio quanto na colheita, e quando consegue trabalhos em outras localidades; em outros momentos, quando há desocupação, ele integra a superpopulação relativa. Ao intercalar momentos de emprego e desemprego, remete à forma flutuante, e ao sair do campo em busca de emprego, a forma latente aparece. E mesmo quando trabalha, seja como jornaleiro ou em terras arrendadas, vive em condição pauperizada.

Além desses dois grupos, há associação à prática de atividades ilegais, e a mendicância está presente também em uma inferência à etimologia da palavra “lúmpen”, ao descrever as pessoas vestindo “roupas em farrapos” (ELGES, 2010, p. 297).

Conforme ressaltamos, Barrow (2020) considera a presença do lumpemproletariado em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* mesmo quando o autor não chama o grupo dessa forma. E observamos que Barrow utiliza fragmentos em que Engels trata sobre a superpopulação relativa e defende como se Engels estivesse se referindo ao lúmpen.

Nossa discordância de Barrow (2020) em relação à confusão feita entre a superpopulação relativa e o lúmpen, de forma a associar o lúmpen aos momentos em que Engels se refere à superpopulação relativa, é corroborada quando levamos em conta que palavras evidentemente associadas à superpopulação relativa aparecem dezenas de vezes na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, conforme destacado a seguir.

A palavra *excedente populacional* aparece duas vezes, ambas apontando para a forma latente da superpopulação relativa, uma explícita e outra implicitamente. *Excedente da população* aparece uma vez, assim como *população supérflua e excedente* e nos “*excedentes*”. Para *população excedente*, temos seis intercorrências. A palavra *supérfluos* está presente 14 vezes e em todas elas remete

à população, formada por proletários. A palavra *supérflua* possui 11 intercorrências, das quais oito acompanham a palavra *população*. Em uma das 11 repetições, não está acompanhada, mas implicitamente identificamos pelo contexto que também se refere à população. As duas restantes remetem a outras questões. Para *supérfluo* constam quatro repetições, sendo uma referindo-se a indivíduos. *Superpopulação* aparece uma vez. Assim, temos o total de trinta e seis vezes que Engels usa tais palavras, remetendo àquele grupo descrito em *O Capital* como parcial ou inteiramente desocupado – a superpopulação relativa.

Ao tratar sobre o sedimento mais baixo da superpopulação relativa, Barrow tece o seguinte comentário:

Marx identifies what he calls the “lowest sediment” of the relative surplus population, which “dwells in the sphere of pauperism” and which, unlike the previous three categories of the relative surplus population, are not strictly speaking even marginally a part of the working class.<sup>69</sup> (BARROW, 2020, p. 41).

Portanto, Barrow (2020) desconsidera os *paupers* como trabalhadores e nega sua inserção e vinculação à classe trabalhadora. Discordamos de tal negação porque Marx trata de um sedimento mais baixo da superpopulação relativa, não de um sedimento sem ligação com esse grupo. Assim, tal sedimento faz parte do grupo parcial ou inteiramente desocupado.

Com vistas a destacar esse argumento, podemos pensar na utilização do trabalho informal pela população em situação de rua como principal estratégia de sobrevivência, visto que mesmo eles, que sobrevivem no sedimento mais baixo, em condições inquestionavelmente pauperizadas, podem compor a forma estagnada e, ainda que não trabalhem, são parte integrante da classe trabalhadora, pois possuem em potência a força de trabalho para trocar no mercado de coisas.

Barrow (2020, p. 48) caracteriza o sedimento mais baixo da superpopulação relativa como “nonparticipants in the labor force, who consequently do not show up as part of the official unemployment statistics. They do show up as recipients of

---

<sup>69</sup> Livre tradução: “Marx identifica o que ele chama de ‘sedimento mais baixo’ da superpopulação relativa, que ‘habita na esfera do pauperismo’ e que, ao contrário das três categorias anteriores da superpopulação relativa, não são, a rigor, nem mesmo marginalmente uma parte da classe trabalhadora.”

public assistance, prisoners, residents of mental institutions and nursing homes, pensioners, and in counts of homelessness.”<sup>70</sup>

Um indício da vinculação do lumpem a algo moral em Barrow (2020) é a diferenciação feita por ele entre o lumpemproletariado “propriamente dito” e o lumpemproletariado “honesto”. A diferença entre eles é o fato de o segundo permanecer de alguma forma trabalhando. Fazem parte do lumpemproletariado desempregados crônicos, viúvas, órfãos, pessoas com deficiência, doentes crônicos, criminosos, vagabundos, idosos e pessoas em situação de rua descritos como sem habilidade e sem funcionalidade.

Lembramos que tal diferenciação entre “honestos” e “propriamente dito” pode ser inferida das obras de Marx e Engels, especialmente naquelas em que há vinculação entre os trabalhadores inseridos no trabalho improdutivo como “honestos” enquanto os “desonestos” são os que não trabalham ou estão inseridos em atividades moralmente questionáveis.

As formas básicas da superpopulação relativa são consideradas por Barrow (2020) como o lumpemproletariado “honesto”, que seria sua localização de classe, enquanto sua situação de status é *pauper*. De fato, a condição de vida da superpopulação relativa é cada vez mais degradante e mesmo recorrendo a uma série de trabalhos vive em condições precárias. Todavia permanece nas formas da superpopulação relativa, mesmo quando em condição *pauper*. E isso não é contraditório, afinal o pauperismo é o sedimento mais baixo da superpopulação relativa.

Barrow (2020) dilui o lumpem na superpopulação relativa. E por sua defesa deste enquanto lumpem, em momentos nos quais pretende argumentar sobre esse enquanto categoria, ele traz exemplos e citações que, conforme demonstramos, remetem à superpopulação de forma geral ou a alguma de suas formas básicas.

Para Barrow (2020), há uma fluidez e maleabilidade entre o lumpemproletariado, considerado como categoria, e o proletariado. Havendo mudança de uma para outra, enquanto nos momentos de crise há aumento no número do lumpem, nos de expansão há crescimento do proletariado.

---

<sup>70</sup> Livre tradução: “Não participantes da força de trabalho, que conseqüentemente não aparece como parte dos números oficiais das estatísticas de desemprego. Eles aparecem como usuários da assistência social, prisioneiros, residentes de instituições de saúde mental, casas de acolhimento, pensionistas desabrigados.”

Braga (2013) faz uma defesa semelhante à de Barrow (2020). Há uma confusão entre lumpemproletariado e superpopulação relativa. Braga (2013) vê o lumpemproletariado como uma “classe social” pouco discutida teoricamente, visto que os debates costumam centrar-se na burguesia e no proletariado<sup>71</sup>. Em sua obra *Classe em Farrapos*, ele analisa o que chama de processo de lumpemproletarização no Brasil, no período a partir de 1990, visando entender o crescimento do desemprego, subemprego, mendicância e da presença de pessoas em situação de rua:

[...] o conceito de lumpemproletariado equivale à classe social formada pelos indivíduos que se encontram marginalizados na divisão social do trabalho e aliados do mercado de consumo, e que compõem os setores mais empobrecidos de desempregados, mendigos, sem-teto, prostitutas, delinquentes, subempregados etc. da sociedade capitalista. (BRAGA, 2013, 18).

Braga (2013, p. 25) defende que se trata “[...] de um grande equívoco considerar os desempregados como pertencentes à classe trabalhadora conforme fazem diversos teóricos”, pois, para ele, compõem a classe trabalhadora os empregados, especificamente os que produzem mais-valia. Os desempregados, em sua concepção, fariam parte do lumpemproletariado, conforme suas palavras:

Para nós, os indivíduos antes pertencentes à classe trabalhadora em geral ou ao proletariado, compõe o lumpemproletariado, durante todo o tempo em que estão desempregados parcial ou inteiramente, independente do período em que se encontram nessa condição, seja uma semana, um mês, um ano ou tempo que for. (BRAGA, 2013, p. 26).

Discordamos de sua análise, pois consideramos os desempregados como integrantes da classe trabalhadora, que não se reduz aos trabalhadores empregados, muito menos aos do chão de fábrica, que produzem diretamente mais-valia (ANTUNES, 2009).

Sobre a última citação, destacamos também a confusão feita pelo autor entre lumpemproletariado e superpopulação relativa. Marx (2013, p. 870) diz que todo o trabalhador compõe a superpopulação relativa “no tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado.” Assim, essa é a caracterização geral da superpopulação, aplicável a todas as suas formas básicas, não está restrita ao pauperismo.

---

<sup>71</sup> Para nós, conforme evidenciado em nosso debate, a superpopulação relativa de forma geral, inclusive seus substrato mais baixo, o lumpen, faz parte do proletariado (este, em nossa concepção, não se restringe ao fabril).

De início gostaríamos de enfatizar que o lumpemproletariado é considerado por nós uma classe social composta pela totalidade do exército industrial de reserva (superpopulação relativa) e não apenas pelos extratos mais baixos dessa superpopulação relativa, conforme exposto por Marx no capítulo XXIII do volume 2 de O Capital – A lei geral da acumulação capitalista. (BRAGA, 2013, p. 33).

Braga (2013) discorda de Marx ao considerar a superpopulação relativa como lumpemproletariado, de forma a ignorar as outras formas presentes na superpopulação (flutuante, latente e estagnada), tratando todas elas como lúmpen. Alega que quanto maior for o lumpemproletariado maior será a pressão sobre os trabalhadores de aceitarem condições cada vez mais precárias de trabalho. Vejamos que essa é uma característica da superpopulação como um todo, em cada uma de suas formas. A análise do autor ignora as particularidades das formas apontadas por Marx e a possibilidade de outras formas pensadas para momentos posteriores do capitalismo. Evidenciamos melhor essa ideia do autor a seguir:

Posteriormente, o próprio desenvolvimento da produção capitalista de mercadorias e toda a sua dinâmica alimentarão o desenvolvimento de um lumpemproletariado que tende a crescer assustadoramente na sociedade capitalista. No fundo, essa classe social, após a consolidação do capitalismo, deriva da luta de classes estabelecida entre burguesia e proletariado na produção e formará aquilo que Marx denominou de “exército industrial de reserva” e cumprirá duas funções essenciais no capitalismo que consiste em pressionar os salários para baixo e manter a classe trabalhadora dividida e enfraquecida na disputa por espaço no mercado de trabalho. A totalidade desse exército industrial compõe a classe social aqui denominada de lumpemproletariado e a mesma passa a ser parte integrante da lógica reprodutora do modo de produção capitalista, tendendo a crescer assustadoramente em períodos de crise econômica. (BRAGA, 2013, p. 16).

Braga (2013, p. 34) evidencia como componentes do lumpemproletariado “os setores mais empobrecidos de desempregados, mendigos, sem-teto, prostitutas, delinquentes, subempregados da sociedade capitalista.” Lembramos que os subempregados estão na forma estagnada, não no lúmpen, e os desempregados empobrecidos podem compor os *paupers*, ou, se flutuarem entre um emprego e outro, passam a remeter à forma flutuante, logo também não fazem parte do lúmpen.

Ao expor seu objetivo no primeiro capítulo, o autor evidencia a redução da superpopulação ao lúmpen: “o objetivo é resgatar a discussão realizada por Karl Marx sobre o processo de acumulação de capital e sua dinâmica geradora de uma superpopulação relativa ou do lumpemproletariado.” (BRAGA, 2013, p. 34). Em um outro momento do texto, o autor reforça essa ideia:

Portanto, aqui reside a lei geral da acumulação capitalista: quanto maior a riqueza social e a grandeza absoluta do proletariado e sua força produtiva, tanto maior o exército industrial de reserva ou, conforme definido por nós, o lumpemproletariado. (BRAGA, 2013, p. 41).

A diluição da superpopulação relativa ao lumpen, sem uma linha de diferenciação entre elas, é evidenciada mais uma vez a seguir.

Dessa forma, afirmamos que o lumpemproletariado é composto pela totalidade do exército industrial de reserva (desempregados, subempregados, mendigos, sem-teto, prostitutas etc.) uma vez que os indivíduos que compõem essa totalidade possuem características em comum e que possibilitam sua definição como classe, da mesma forma divisões apontadas pelo conceito de frações de classe. (BRAGA, 2013, p. 43).

Portanto, a tese desse autor é a divisão da sociedade capitalista em três grandes classes: a burguesia, o proletariado e o lumpemproletariado. Ele defende que com o desenvolvimento capitalista ocorreu uma ampliação do lumpemproletariado (usado como sinônimo da superpopulação relativa), por isso ele fala de uma lumpemproletarização.

Apesar de discordarmos das ideias defendidas pelo autor, especialmente no que diz respeito à diluição das formas básicas da superpopulação relativa e seu sedimento mais baixo ao lumpen, Braga tem razão quando fala da ampliação desse grupo de desempregados e subempregados, que para nós forma a superpopulação relativa, tanto as formas básicas quanto o sedimento mais baixo, que é o pauperismo. Assim, o que ele chama de lumpen vemos como integrantes das formas flutuante, latente, estagnada e/ou pauperismo.

Tendo em vista o debate feito, entendemos que a ideia de um lumpen separado da superpopulação relativa, permeado por visões morais, atrapalha o debate, contribui para perder o foco, trazendo a necessidade da discussão de sua integração à classe trabalhadora. Além disso, a visão discriminatória e pejorativa implícita ao termo pode servir para reiterar uma forma de tratamento inadequada e um certo conformismo com expressões da questão social como o processo de rualização.

O chamado lumpemproletariado faz parte do pauperismo e das demais formas da superpopulação relativa. A diferenciação só contribui com a discriminação, obstaculizando a discussão. Aqueles grupos que Marx chamou de lumpen são principalmente integrantes da forma estagnada e *paupers*, podendo

ainda fazer parte de outras formas da superpopulação relativa. A diferenciação do lumpen atrapalha a análise, pois, conforme bem explicitado por Linden (2016, p. 94), “não é uma categoria analítica, mas sim moral.”

Ora, o deslocamento do lumpen como externo à classe trabalhadora é perigoso. Pois ao categorizar pessoas fora de uma classe que lhes é inerente contribui para fragmentar essa classe.

Portanto, considerando a leitura das intercorrências da palavra “lumpen” em todas as obras citadas, de Marx e Engels, e tendo em conta as opiniões dos diferentes autores trabalhados, optamos por não associar a população em situação de rua ao chamado lumpen.

Por conseguinte, a população em situação de rua não está restrita a somente uma das formas da superpopulação relativa. Está presente na totalidade das formas básicas, tanto em suas trajetórias quanto em situação de rua. Todavia as condições de vida das formas básicas são tão pauperizadas que lhe assemelha ao seu sedimento mais baixo – são *paupers*.

Até o presente ponto, destacamos a relação entre a expressão da questão social e o modo de produção capitalista, pautado sobre a lei geral de acumulação capitalista. Percebemos que há uma ligação intrínseca entre a produção e reprodução do capitalismo e a presença de expressões da questão social. A seguir, refletiremos sobre um termo que contrasta com essas ideias e é frequentemente usado para caracterizar a população em situação de rua: a exclusão.

### **1.5 Uma visão crítica sobre a exclusão social**

É comum aos autores, tais como Escorel (2006), Bursztyn e Araújo (2000c), Nascimento (2000), Bursztyn (2000a; 2000b), Tosta (2000) e Broide *et al.* (2018), ao trabalharem o tema *população em situação de rua*, trazerem a questão da exclusão, defendendo a ideia de que são excluídos, vulneráveis, supérfluos.

A utilização desse conceito ocorre de forma bem próxima ao “automático”, como se essa drástica expressão da questão social apontasse diretamente para a exclusão. E as explicações do processo de realização são feitas em nível imediato, superficial, utilizando a exclusão para explicar quase tudo, reduzindo o debate, que em alguns casos nem aparece. Ora, isso contribui para a não reflexão sobre o tema,

ignorando a vinculação de motivadores aparentes, presentes na maioria das pesquisas sobre o tema, com o cerne da questão social, a relação contraditória existente entre capital e trabalho.

No contexto dos defensores da exclusão, não cabe pensar a classe trabalhadora; afinal, se são excluídos não são classe trabalhadora. Nesta tese almejamos apresentar uma relação que não é instantânea, pois sabemos que em um primeiro momento o olhar tende a ver o aparente. Observar pessoas morando nas ruas pode remeter a uma suposta exclusão. Dificilmente a primeira percepção será a integração dessas pessoas à classe trabalhadora. Nesse ponto discutiremos sobre o porquê da nossa discordância na utilização do termo “exclusão”. Segue a opinião de um de nossos entrevistados sobre exclusão e reinserção:

*Mais, é, porque assim, muita gente fala de reinserir na sociedade, e a gente [...] não acredita na reinserção, porque todos estão na sociedade, só que é a sociedade que não no vê como parte dela, então a gente não tem esse olhar de reinserção, porque nós tamos inseridos. Nós tamos aí, para quem quiser ver. Nas calçadas, nas marquises, nas ponte, nas casas abandonadas, nos logradouros públicos, então a gente tamos aí. Então, a gente não tem que ser reinserido, isso aí é uma falácia, que as pessoas tem, pra ludibriar alguns projetos, para angariar recursos pra modificar o olhar das pessoas e transformar as pessoas em pessoas não civilizadas. Aí assim, porque é tipo, tudo aquilo que é ruim, não é parte da sociedade. Eu tenho a minha sociedade e você não faz parte dela. Então assim, pra ser sócio você precisa fazer tudo conforme os conformes e vestir o uniforme né? De escola, fazer jurar a bandeira e cantar o hino nacional, aí você faz parte de uma sociedade. (JORGE, 2020).*

Atentemos que Jorge discorda dessa separação entre supostos incluídos e excluídos, pois compreende que todos fazem parte da sociedade, portanto estão nela incluídas, ainda que alguns não os percebam como sua parte integrante.

Afinal, faz sentido falar de exclusão e inclusão em uma sociedade cujo cerne é a separação entre produtores da riqueza e os que a acumulam, cujo âmago é a exploração, que gera um grupo de pessoas que integra a superpopulação relativa?

Vejamos a próxima citação e observemos tanto a configuração do processo de rualização como um emaranhado de expressões e a ênfase na exclusão, como se ela tudo explicasse e evitasse questionamentos:

*[...] chegar a morar na rua era o ponto final de uma série de rupturas dos vínculos sociais – com o mundo do trabalho, e com a esfera familiar – com consequências no âmbito da cidadania e da própria vida. Produto de processos variados, a condição de morador de rua expressava por si um estado permanente de desvinculação e um estatuto de excluído. (SCOREL, 2006, p. 84).*

Escorel (2006) é bem coerente com a linha teórica a que se vincula. Uma de suas principais fontes é Castel (2013), o que explica a presença em seu trabalho de termos como “vulnerabilidade”, “desvinculação” e “exclusão”. E quanto à última citação, discordamos que a ida para a situação de rua seja um ponto final. A saída das ruas é difícil, visto que muitos são os obstáculos. A própria estrutura da sociedade capitalista tenta inviabilizar. Situação ainda mais complicada nas sociedades dependentes. Todavia não é impossível, e o Estado precisa assumir seu papel e oferecer respostas às necessidades humanas. Claro, essa possibilidade num contexto individual, é possível contribuir para a saída de pessoas das ruas, mas nesse modo de produção é impossível romper com as expressões da questão social que lhe são fundantes sem romper com próprio modo de produção.

Termos como “marginalizados” e “excluídos” nos levam à ideia de que existem pessoas de fora do sistema e outras que estão dentro, umas que são excluídas e outras incluídas, os marginais e os integrados, como se o problema fosse a falta de integração ou de inclusão. O que pode contribuir com a naturalização de sua existência, em uma perspectiva de isentar a sociedade de classes por sua responsabilidade perante a produção e reprodução da questão social com todas as suas expressões. Conforme apontamos ao longo de nosso debate nos itens anteriores, a existência dos chamados marginais e excluídos é parte da reprodução da acumulação no modo de produção em que vivemos.

Entendemos que termos como esses (assim como “vulnerabilidade” e risco social, presentes nas políticas sociais) tendem a encobrir a responsabilidade histórica do capitalismo enquanto seu produtor e retiram a categoria classe social do debate, bem como culpabilizam os sujeitos pelas situações vividas, ignorando o fato de serem expressões da questão social, suprimíveis somente com o fim do modo de produção capitalista, em que o proletariado possui como antítese a propriedade privada.

Sua utilização aparenta apontar por uma solução para a “marginalidade” e “exclusão” dentro do capitalismo, bastando inserir os marginais e incluir os excluídos. Fazendo com que se perca de perspectiva a lei geral de acumulação capitalista, pautada sobre a exploração da força de trabalho.

O termo “exclusão social” é impreciso e de difícil definição. Quase todos são chamados de excluídos, tais como os que não acessam à moradia, minorias étnicas, desempregados, pessoas com deficiência, idosos e jovens. Uma das defesas dos

que argumentam pela utilização do termo é a diferenciação entre a sociedade do período do capitalismo nascente e a atual. Ao invés da esfera de divisão em classes, como no passado, na atualidade a divisão ocorre entre qualificados profissionalmente e não qualificados (OLIVEIRA, 2004).

Percebe-se uma tentativa de esvaziamento da luta de classes, com essa justificativa, perdendo o centro da questão, que é quase sempre uma questão de classe. E a proposta normalmente é incluir esses que são chamados de excluídos. A suposta inclusão é dentro da perspectiva capitalista, dentro das relações de classe, sem nem pensar em romper com o modo de produção, que continuamente produz uma superpopulação relativa. O que é chamado “exclusão” é a nosso ver um produto do capitalismo. “Em termos gerais ou como concepção teórica abrangente, já foi suficientemente demonstrado que não existe propriamente exclusão – que a exclusão está incluída na lógica do capital.” (OLIVEIRA, 2004, p. 182).

A existência da chamada marginalidade e da exclusão findará somente quando cessarem as condições que lhe originaram, a relação contraditória existente entre capital e trabalho. Dessa forma, as chamadas políticas de inclusão, ou inserção, são necessárias no sentido de mitigar o problema, e não de resolvê-lo, pois não toca seu cerne.

O fenômeno da exclusão social tem sido compreendido, assim, como um processo simultaneamente econômico, cultural e social que afeta grupos sociais que **não possuem os requisitos mínimos** para ingressar no mundo do trabalho, portanto, **desnecessários economicamente** e sem terem os seus direitos reconhecidos, estando sujeitos à ruptura dos vínculos sociais e comunitários. (LIMA, 2005, p. 93, grifo nosso).

Para Demo (2002, p. 19), a exclusão, para além da pobreza, que é sua marca, envolve a “perda do senso de pertença, dando a entender que tais populações experimentaram o sentimento de abandono por parte de todos, acompanhado da incapacidade de reagir.” Envolve a ideia de oposição a uma suposta coesão social.

O termo “exclusão social” é tomado por perspectivas que retiram a relação contraditória entre capital e trabalho do centro da análise, ignora a presença da luta de classes e da condição da classe trabalhadora na história do capitalismo. É usado como um termo amplo e vazio, que deseja representar muito, mas que na realidade é vazio de sentido (MARTINS, 2003).

Vejamos que Lima (2005, p. 93), conforme a citação, desconsidera a totalidade das relações capitalistas e de sua lei geral. Há uma responsabilização dos próprios sujeitos pela chamada exclusão social, ao precisarem buscar os “requisitos mínimos para ingressar no mundo do trabalho”. Outro ponto abordado pelo autor é que são “desnecessários economicamente”. Conforme discutimos ao tratar sobre a lei geral, o capitalismo precisa de pessoas parcial ou inteiramente desocupadas que compõem a superpopulação relativa e funcionam como um exército de reserva ao capital, sendo esta ao mesmo tempo um produto do modo de produção capitalista e uma alavanca de sua acumulação. Possuem tal papel e, ao invés de desnecessários, são indispensáveis à acumulação capitalista.

A categoria exclusão é resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuravam explicar a ordenação social que resultou do desenvolvimento capitalista [...], expressa incerteza e uma grande insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea. (MARTINS, 2003, p. 27).

Vejamos que uma ênfase da utilização da categoria exclusão social é a destituição da classe. As pessoas não são mais vistas como integrantes de uma classe, sujeitos da história, que vivem em meio a contradições e que possuem o papel de superação, visto serem os únicos capazes de alcançar a consciência necessária, consciência de classe, que possui o caráter de mudança radical, destruindo o que está posto para a construção de um modo de produção sem opressão ou exploração de nenhuma forma (MARTINS, 2003).

“Excluído” é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum sujeito de destino: não há possibilidade histórica nem destino histórico nas pessoas e nos grupos sociais submetidos a essa rotulação [...]. O discurso sobre a exclusão é o discurso [...] dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhe correspondem. Dificilmente se pode ver nele um discurso anticapitalista. (MARTINS, 2003, p. 31).

A categoria exclusão remete ao cunho evidentemente conservador, ignora as contradições inerentes à sociedade capitalista, “apenas as lamentam” (MARTINS, 2003, p. 35). Buscar a chamada inclusão social desses supostos excluídos é uma maneira de ignorar as relações de classe e não lutar pela transformação social e superação das contradições inerentes ao capitalismo.

Estamos de total acordo com Martins quando ele afirma que a exclusão é uma

Expressão ideológica de uma práxis limitada, de classe média [...]. A categoria “exclusão” expressa, ao mesmo tempo uma verdade e um equívoco. Revela o supérfluo e oculta o essencial [...], exclusão não diz respeito aos “excluídos”. É, antes, uma impressão superficial sobre o outro por parte daqueles que se consideram “incluídos” (humanizados) e não o são de fato. (MARTINS, 2003, p. 43).

Além dos pontos aqui expostos, a ideologia da exclusão/inclusão remete ao reforço da concepção de que não há outra saída – o caminho é incluir os excluídos. Tal inclusão é no contexto capitalista, em políticas capitalistas, como se o local dos incluídos fosse o melhor a ser alcançado, ainda que permaneça a existência da miséria. Não rompe com o capitalismo, nem com seu cerne básico de alienar os trabalhadores dos meios de produção.

## 1.6 Totalizações provisórias

O debate da lei geral de acumulação capitalista é crucial para nossa tese, pois ele nos permite compreender melhor essa realidade tão opressora em que vivemos, na qual há tanto sofrimento, pobreza e miséria na vida de um expressivo número de pessoas, enquanto poucos usufruem de uma riqueza incomensurável. Acumulação desigual de riquezas por poucos e de miséria por muitos está no centro dessa lei, que revela uma relação de contradição entre capital e trabalho.

A superpopulação relativa é integrante dessa lei. E a população em situação de rua faz parte desse grupo em todas as formas, tanto as básicas (flutuante, latente, estagnada) quanto o sedimento mais baixo (pauperismo). Concentra-se especialmente na forma estagnada, visto que a maioria vive do trabalho informal, todavia, pode passar por cada uma das formas, e, cada vez mais as formas básicas vivem numa maior pauperização, o que torna a linha que as diferencia cada vez mais tênue e as formas se entrelaçam cada vez mais entre si.

Jair e Gabriel (2020) resumem bem o debate presente neste capítulo: é a sociedade capitalista que produz o processo de rualização. Vejamos a citação seguinte:

**Jair:** *Vou dizer que é a sociedade mesmo que joga o ser humano no lixo.*  
**Gabriel:** *A comunidade joga o ser humano pra baixo um querendo ser maior do que o outro. E os que tá precisando mesmo ninguém vê, vê aqueles que tão lá em cima. Ah, o prefeito ta lá em cima, aí eles fala: Ah,*

*aquele lá, e tal, e tal, mais não vê o mendigo que tá caído lá precisando de ajuda.*

Com relação ao lumpemproletariado, considerando todas as obras de Marx e Engels acessadas e discutidas aqui, e também a visão dos autores envolvidos no debate, temos os seguintes determinantes presentes no chamado lumpemproletariado:

- Vinculam-se a lutas reacionárias. Isso está associado a uma vida de “imoralidade” e crime, afastamento do trabalho, pautando a vida pela “vagabundagem”;
- Estão fora do âmbito do trabalho produtivo, cabendo aqui tanto aqueles trabalhadores que prestam serviços quanto a aristocracia financeira;
- Dependem da caridade alheia.

Ora, pesando aqui as diferenças no tempo histórico, Marx e Engels viveram em um período inicial do capitalismo, enquanto nós olhamos para um grupo de despossuídos em outro contexto, no atual. Portanto, vemos o chamado lumpem de outra forma. Talvez em seu tempo realmente tivesse a aplicação necessária. Afinal, quando eles olhavam para a luta revolucionária no contexto do bonapartismo e viam que a burguesia teve seu exército ampliado e fortalecido por conta da presença daqueles que negavam sua própria classe, eles precisavam de um termo para separá-los.

Assim, ainda que pudesse ser um termo válido em sua época, as transformações pelas quais o capitalismo passou e o aprofundamento das expressões da questão social vivenciadas não nos permitem ver o que eles chamam de lumpemproletariado hoje como uma categoria.

A superpopulação relativa é imprescindível para a análise e faz parte dela a população em situação de rua, ora em suas formas básicas, ora em seu sedimento mais baixo. E somos inclinados a concordar com Linden (2016), Traugott (1980), Bourdin (2013), Bussard (1987) e Cowling (2008): o lumpem não nos parece uma categoria de análise, ou pelo menos não para nosso tempo. O termo aparece como uma maneira de diferenciar aquela parte dos trabalhadores capaz de lutar pela revolução daqueles propensos a lutar contra os insurgentes. Trabalhadores vistos com bons olhos, chamados de honestos, que mesmo no pauperismo buscam

sobreviver pelo trabalho, daqueles que caem na vida da vagabundagem, do crime e da prostituição.

## 2 POLÍTICAS SOCIAIS: RESPOSTAS AO PROCESSO DE REALIZAÇÃO

Nas trilhas abertas pela luta dos povos latino-americanos em direção à emancipação humana, a análise crítica das políticas sociais tem como horizonte a realização de uma práxis teórica e política potencializada pelas estratégias organizativas populares de pertencimento a um projeto coletivo de classe, radicalmente democrático, portanto revolucionário e anticapitalista. (PAIVA; OURIQUES, 2006, p.167).

As políticas sociais não são a solução para a superação da barbárie inerente ao capitalismo, e sim uma área de luta, disputada pelos trabalhadores em prol de melhores condições de vida, e pelo capital com vistas à acumulação crescente. Em seu período de maior expansão, após a Segunda Guerra Mundial, foi importante para contrastar com o socialismo real, uma estratégia capitalista para manter esse modo de produção diante de tal ameaça.

Não são a resolutiva necessária para alterar substancialmente um capitalismo opressor, pois o capitalismo sempre terá a separação entre acumuladores de riqueza e acumuladores de miséria, cuja base da riqueza é a exploração da força de trabalho. Tal relação está no seu âmago e pode ser alterada somente com a supressão desse modo de produção. Porém, ainda que seja permeada por contradições, é de grande importância para a sobrevivência da classe trabalhadora.

Falar sobre políticas sociais no âmbito do capitalismo partindo do método crítico nos deixa em uma certa encruzilhada, pois estamos conscientes de que elas não vão romper com o capitalismo. Todavia temos em mente que esse grupo radicalmente despossuído, cujo pauperismo é explícito, necessita de respostas e, apesar de em um primeiro momento tratar-se de uma saída dentro do capitalismo, aponta para fora dele, reconhece a barbárie opressora desse modo de produção e a imprescindibilidade de caminhos que transpassem os limites do modo de produção capitalista.

Este capítulo versa sobre a configuração das políticas sociais. Nele trazemos dados do Brasil e de outros países. No contexto latino-americano, focalização e seletividade estão no centro, reproduzem características da matriz residual, que deveria atender aos mais necessitados, todavia respondem de maneira reduzida a um dos grupos que, segundo os princípios da seletividade, deveriam ser “selecionados”<sup>72</sup>: a população em situação de rua.

---

<sup>72</sup> Afinal, tratamos de um heterogêneo grupo que possui em comum a pobreza extrema, foco das políticas residuais. A população em situação de rua sobrevive em condições miseráveis, não acessa

Entre as principais matrizes teóricas sobre a política social, temos: a residual, a social-democrata e a socialista. A residual caracteriza-se por ser mínima, a social-democrata é ampla e pode ser universal ou focalizada, e a socialista é universal.

A escolha do termo *residual* para qualificar a Matriz que será discutida neste capítulo não é inocente e nem despida de significado. Esse vocábulo, já utilizado por expoentes do campo da Política Social, como Richard Titmuss e Gøsta Esping-Andersen, para indicar um perfil politicamente avarento de proteção social pública. (PEREIRA, 2016, p. 91).

As políticas sociais latino-americanas possuem características da matriz residual, com proteção mínima, em que o caráter de direito é perdido e os recursos destinados ao seu financiamento são escassos. Há seletividade na escolha dos beneficiários, de forma que o acesso é voltado aos mais necessitados, escolhidos entre os mais pobres que acessam serviços cada vez mais defasados, especialmente no que diz respeito à política de assistência social, que no Brasil é o que compõe o tripé da seguridade social e recebe menos recursos, destinados primordialmente para programas de transferência de renda.

Os dados sobre o acesso às políticas sociais pela população em situação de rua na América Latina e na Europa mostram diferenças substanciais, pois, enquanto na América Latina os que passam pela rualização sobrevivem principalmente por meio do trabalho informal e têm menor acesso às políticas sociais, na Europa a sobrevivência pauta-se pelo acesso às políticas sociais, conforme pode ser visto no quadro seguinte e nos dados apresentados no debate em seguida.<sup>73</sup>

---

meios básicos de subsistência, como a moradia, e compõe o grupo que vive na miséria a que se destinam as políticas sociais; todavia, conforme mostram dados de pesquisas latino-americanas, possuem um acesso reduzido.

<sup>73</sup> Lembramos que no próximo capítulo, ao debatermos sobre população em situação de rua, apresentamos dados mais detalhados dessas pesquisas, com um debate sobre a saúde, destacando as principais doenças que acometem esse grupo, os motivos aparentes para o processo de rualização, o tempo de rua e sua relação com as características de cada momento do processo, e o perfil da população em situação de rua.

Quadro 1- Acesso à política social X trabalho

<i>País</i>	<i>Ano</i>	<i>Total de população em situação de rua</i>	<i>Acesso às políticas sociais</i>	<i>Principal fonte de renda</i>	<i>Onde dorme (rua/abrigo)</i>
<i>Chile</i>	2015	12.255	28% recebem benefícios vinculados ao Chile Solidário.	76,4% dos adultos trabalham.	56,2%/43%
<i>Costa Rica (Ugarte)</i>	2018	2.608	79% não acessam o seguro social.	51% no trabalho informal	-
<i>Brasil</i>	2009a	31.922	88,5% não recebem nenhum tipo de benefício governamental, 2,3% recebem Bolsa Família e 1,3% o BPC.	70,9% exercem atividade remunerada, e 15,7% pedem dinheiro.	69,6%/22,1% e 8,3% alternam
<i>Uruguai (Mides)</i>	2011	1.274	11,2% dos abrigados com mais de 18 anos acessam alguma transferência de renda. Entre os maiores de 64, são 70,2%.	-	34,3%/65,7%

Fonte: elaboração própria

Notamos um acesso reduzido aos programas de transferência de renda nos quatro países cujos dados são apresentados na tabela. O Brasil apresenta um dos piores percentuais de inserção, sendo somente 3,6% os que acessavam o Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa Família. Além disso, a sobrevivência da maioria ocorre primordialmente pelo trabalho, conforme evidenciado pelos dados do Chile, Costa Rica e Brasil.

Diferentemente da realidade presente nos países latino-americanos indicados no último quadro, os países centrais apresentam uma maior inserção da população em situação de rua no recebimento de transferências monetárias do governo. A Austrália é um exemplo disso. Em 2013, contabilizaram 244.176 pessoas em situação de rua, das quais 81% recebem subsídio do governo, e para 81% a principal fonte de renda é a transferência de renda recebida do governo. Somente 7% trabalham (AUSTRALIA, 2013).

Em 2018, Toronto identificou 8.715 pessoas em situação de rua, 71% estavam inseridos em programas de transferência de renda, e essa era sua principal estratégia de sobrevivência, enquanto somente 16% vivem do trabalho (TORONTO, 2018).

Também em 2018, Abbotsford identificou 233 pessoas em situação de rua, das quais 50,5% recebiam transferência de renda. Considerando os inseridos em trabalhos parciais e por tempo integral, somente 5,9% trabalham, 27,2% obtinham

sua renda por meio da assistência social, e 23,3% recebiam benefícios voltados à pessoas com deficiência (ABBOTSFORD, 2018).

Voltando ao contexto latino-americano, dados de pesquisas locais também apontam para o acesso reduzido às políticas sociais. No município de São Paulo, uma pesquisa feita em 2019 apontou 24.344 pessoas em situação de rua, das quais 45% são beneficiários do Bolsa Família, e 3,9%, do BPC. Mesmo com um acesso ao programa de transferência de renda brasileiro por quase a metade, 87,8% trabalham. Com isso podemos inferir a insuficiência da transferência recebida para assistir as necessidades das pessoas, servindo como um complemento ao trabalho informal. A respeito do local de pernoite, 48% usam instituições de acolhimento, e 52%, as ruas (SÃO PAULO, 2019a).

Em Bogotá (2018), de acordo com uma pesquisa realizada em 2017, eram 9.538 pessoas em situação de rua, 48,1% acessam programas e serviços por meio de instituições oficiais, 59,9% trabalham, enquanto 19,5% pedem dinheiro, manguêiam ou mendigam.

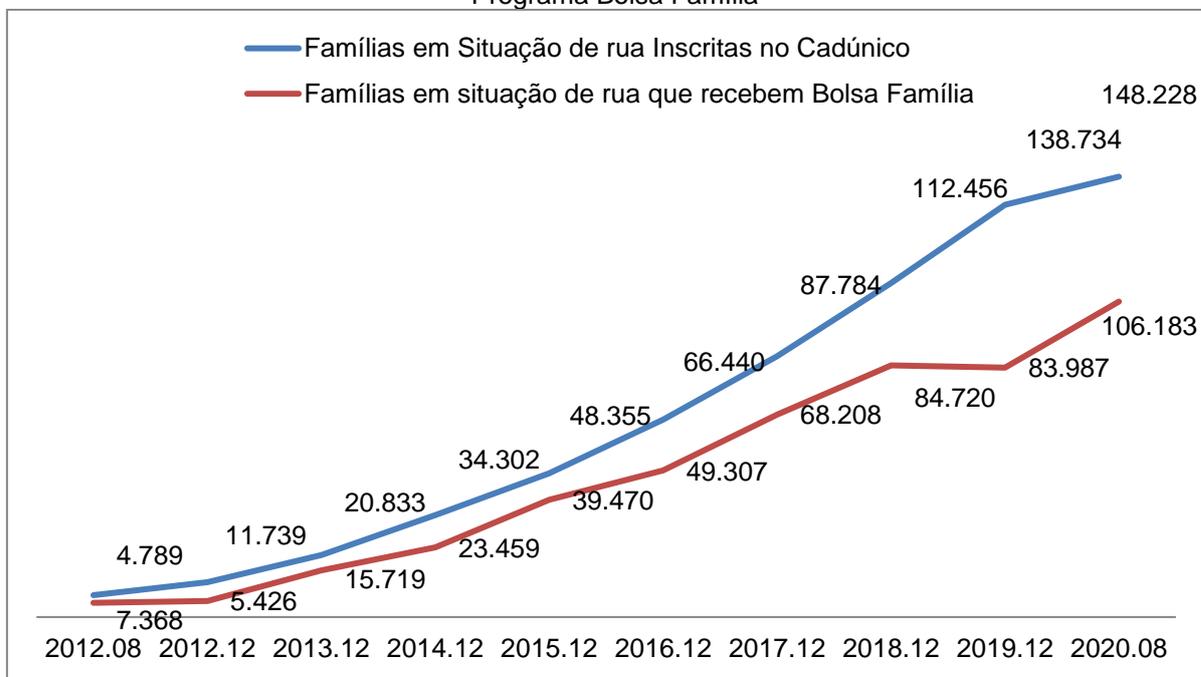
Não temos como intuito comparar realidades tão díspares, com formações sócio-históricas tão diferentes quanto América Latina e Europa, porém não podemos deixar de notar um fosso entre o acesso às políticas sociais em cada um desses locais. Além do acesso ser maior na Europa, mesmo quando há crescimento no acesso na América Latina não é suficiente para a sobrevivência das pessoas, que continuam tendo no trabalho sua principal fonte de subsistência.

Não é nosso intuito comparar dados de pesquisas com metodologias diversas, feitos em anos e locais diferentes, como é o caso das pesquisas apresentadas, e sim demonstrar como a questão do acesso às políticas sociais garantidoras da sobrevivência é uma realidade em países centrais, diferentemente dos dependentes, onde o trabalho permanece fundamental, mesmo quando há o acesso às políticas sociais.

Pensando especificamente nos programas de transferência de renda brasileiros, temos, além do Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada. Para acessá-los, é necessário realizar o Cadastro Único do Governo Federal e mantê-lo atualizado. Para isso, é necessário a cada dois anos o comparecimento do responsável familiar nos locais onde é feito ou atualizado o Cadastro Único portando os documentos exigidos por cada município. A não atualização do cadastro gera a sua exclusão. Surge uma questão: a população em situação de rua tem condições

de realizar a atualização cadastral a cada dois anos? Segue um gráfico com os dados federais das famílias em situação de rua beneficiárias do Bolsa Família.

Gráfico 2- Famílias em situação de rua inscritas do CadÚnico e beneficiárias do Programa Bolsa Família



Fonte: elaboração própria, com dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI, 2021b; SAGI, 2021a).

Vemos um aumento no número de cadastros feitos de famílias em situação de rua, que são em sua maioria unifamiliares, e também do Bolsa Família<sup>74</sup>, porém em nenhum momento da linha histórica vemos o mesmo número de famílias inscritas e beneficiárias. Sempre o número de beneficiários é menor do que o total de inscritos.

Percebemos também que, a partir de 2016, houve uma diferença maior entre o número de inscritos e beneficiários, acentuada a partir de 2018, nitidamente visível por meio do gráfico. E entre 2018 e 2019 houve uma redução de beneficiários, de 84.720 mil pessoas em 2018 para 83.987 mil em 2019, subindo em 2020 para 106.183 mil.

Pensemos em duas questões:

<sup>74</sup> Em 2021, o Bolsa Família foi findado e criado em seu lugar o Auxílio Brasil. Aqui, ainda trazemos o nome Bolsa Família porque durante os anos apresentados ainda era o programa em vigor. Além disso, com o retorno do presidente Lula em 2022, o Programa retornou ao nome original.

1ª) Por que nem todos os inscritos recebem o Bolsa Família? Será que todas essas pessoas inscritas que não acessaram ao PBF não necessitam da transferência monetária?

A seleção de quem será beneficiário do Programa é feito pelo Ministério de Cidadania, com base no Cadastro Único. São levadas em consideração a composição familiar e a renda *per capita*. O critério para acesso era até R\$ 89,00<sup>75</sup> *per capita* para compor o perfil do benefício básico e de até R\$ 178,00 se tiver crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes na casa. Com o Auxílio Brasil, houve aumento do corte para R\$ 105,00 e R\$ 210,00<sup>76</sup> (CAIXA, 2020).

Considerando essas informações, e tendo em vista o perfil mais comum da população em situação de rua, formada majoritariamente por homens que vivem sozinhos ou em grupos, e normalmente longe de suas famílias, para acessar ao benefício é necessário declarar no momento do cadastro único, em caso de pessoa que mora sem a família na rua, uma renda máxima de R\$ 89, atendendo assim ao critério de renda para seleção. Porém entendemos que mesmo aqueles que recebem mais de R\$ 89, e até mesmo mais do que R\$ 178, considerando o preço de alimentação e produtos básicos hoje, precisa acessar uma transferência de renda, mesmo que não more nas ruas, e se está em situação de rua a necessidade da transferência é ainda maior.

Isso nos ajuda a pensar sobre as políticas sociais com caráter residual, cuja defesa é o atendimento das necessidades básicas daqueles que supostamente mais necessitam. Isso é questionável em uma realidade como a vivida pela América Latina, em meio a um aprofundamento da pobreza, da miséria, e da desigualdade, cuja grandeza da superpopulação relativa é maior, possuindo maior número de desempregados e de pessoas inseridas no trabalho informal.

2ª) O dinheiro recebido pelos que acessaram é suficiente para sanar suas necessidades básicas, oferece-lhes condições suficientes para sair das ruas?

---

<sup>75</sup> Não temos espaço suficiente para discutir em detalhes a forma como foi definida essa renda como extrema pobreza e R\$ 178,00 como pobreza. Mas deixamos um questionamento: esses critérios de renda são adequados para definir quem necessita desse benefício de transferência de renda? Será que a família que obtém R\$ 179,00 por pessoa está em condições de pagar por moradia, alimentação, vestuário (isso sem falar nas demais necessidades, que, aliás, estão garantidas constitucionalmente como direito) e pode ser considerada não pobre o suficiente para receber o benefício?

<sup>76</sup> Houve algumas outras diferenças, especialmente os nomes. Além disso, o jovem até 21 anos pode receber uma quantia, e tornou-se obrigatória a frequência na educação infantil a partir de 4 anos.

O benefício recebido mensalmente era de R\$ 89,00 para famílias consideradas em situação de extrema pobreza. Aquelas que possuíam na composição familiar, crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos, gestantes ou mães que amamentam, recebem, além do benefício básico, uma quantia extra, de R\$ 41,00, podendo chegar a até cinco benefícios. Havia também um benefício para os adolescentes de 16 e 17 anos: o valor era de R\$ 48,00 reais por mês, e a família podia acumular no máximo dois (CAIXA, 2020).

Com o Auxílio Brasil, são considerados extremamente pobres aqueles cuja renda *per capita* seja de até R\$ 105,00. Assim como no Bolsa Família, há benefícios variáveis segundo a idade dos jovens até 21 anos, ou quando há gestantes e nutrizes na família. Havendo algum desses últimos citados, a renda *per capita* pode ser de até R\$ 210,00 que a família se torna elegível à transferência financeira, sendo considerados os dados do Cadastro Único para programas sociais do governo federal para seleção. E quanto à quantia recebida, cada família recebe mensalmente pelo menos R\$ 400,00<sup>77</sup> (BRASIL, 2021a; BRASIL, 2021b).

Em nível geral, quando lembramos do salário mínimo necessário, divulgado mensalmente pelo DIEESE<sup>78</sup>, e vemos quanto é pago às famílias beneficiárias do Bolsa Família, percebemos o fosso entre um e outro, indicando uma imensa diferença entre aquilo que é necessário e aquilo que é recebido. E, considerando um contexto político-econômico conturbado como o vivido na pandemia, desde 2020, com a presença de uma inflação alta, com a subida de preço em produtos da cesta básica, como arroz, feijão, carne, óleo, energia e gás<sup>79</sup>, a transferência do Bolsa Família tornou-se ainda mais insuficiente. Para entendemos melhor essas questões, precisamos apreender as características da matriz residual, presente na América Latina, que será debatido à frente. Segue uma reflexão sobre a forma de lidar com a pobreza e mendicância antes do capitalismo e em seus primórdios, e apontamos a presença de algumas características que ainda permanecem atualmente.

---

<sup>77</sup> Atualizado para R\$ 600,00 pouco antes do pleito eleitoral presidencial de 2022.

<sup>78</sup> Será apresentada uma tabela com o salário mínimo necessário no presente capítulo.

<sup>79</sup> Sobre as porcentagens de crescimento de preço, temos os seguintes reajustes acumulados entre abril e maio de 2020: “arroz (76%), feijão (45%), carnes (18%), leite (27%) e óleo de soja (104%), além das tarifas de energia (9,2%) e do gás de botijão (9,1%)” (SAKAMOTO, 2021).

## 2.1 Respostas antigas à pobreza e a mendicância e sua relação com as políticas sociais de matriz residual

Identificaremos agora como princípios e características de séculos atrás inspiraram traços da política social hoje. Perceberemos que algumas características do passado, ainda que estivesse em vigor antes do atual modo de produção, ou em seu período inicial, permanecem como heranças das políticas sociais hoje, especialmente no contexto das respostas do Estado ao processo de rualização.

De acordo com Pereira (2016, p. 164), nos Estados Unidos, para acessar a assistência pública, era necessário comprovar a residência. Os que vinham de outros lugares tinham duas opções: “*warning out*”, na qual os migrantes pobres eram obrigados a seguir viagem para outro local, e “*passing on*”, que consistia no seu escoltamento de volta ao seu lugar de origem. Lembramos aqui das passagens oferecidas atualmente pelo poder público à população em situação de rua, sob a justificativa de contribuir para a restauração dos vínculos familiares e comunitários, que se apresenta como uma forma de passar “o problema” para outro município.

Do mesmo modo como no passado, na Europa cada paróquia responsabilizava-se, em último caso, pelos pobres considerados merecedores de assistência, e nos Estados Unidos havia essa comprovação de residência para acesso à assistência. Hoje cada município responde pelos que nele residem e entre as exigências formais para a inserção nos programas está a comprovação de residência e frequentemente são oferecidos cursos que visam à promoção de empregos.

Citamos como outro exemplo da responsabilização municipal projetos de prefeituras que condicionam o acesso a certo tempo de moradia no município que executa o projeto.<sup>80</sup> Também as notícias veiculadas na mídia que revelam municípios retirando pessoas em situação de rua de seus limites e levando-os para

---

<sup>80</sup> O município de Vitória (ES), capital do estado do Espírito Santo, com seu projeto Moradias Alternativas, oferece duas opções: o pagamento do aluguel de até um salário mínimo e a carta de crédito de até R\$ 39 mil para a compra de uma moradia. Reconhecemos como um avanço a existência desse projeto, todavia enfatizamos aqui a presença de características do passado nas políticas sociais atuais. Segundo o site da prefeitura: “Os moradores que serão beneficiados com o Moradias Alternativas devem possuir mais de um ano nos abrigos da capital e passar por uma triagem envolvendo todas as secretarias, não abrindo qualquer margem para que outros moradores de rua venham a Vitória com o intuito de entrar no projeto.” (VITÓRIA, 2018).

municípios vizinhos reiteram essa noção de responsabilização local e a de afastamento do problema presentes no “*warning out*” e “*passing on*”<sup>81</sup>.

Ainda refletindo sobre como tais características e princípios da forma de lidar com a pobreza desde muito tempo atrás presentes ainda na contemporaneidade, em agosto de 2022 um município do Estado da Bahia, Teixeira de Freitas, deixou um grupo de 25 indígenas venezuelanos, incluídos nestes 14 crianças, na cidade de Vitória (ES). O município baiano justificou dizendo que eles quiseram sair da Bahia e a prefeitura prontamente disponibilizou um ônibus para levá-los, porém os venezuelanos revelaram terem sido expulsos da cidade baiana. Esse é outro exemplo do “*warning out*” com a clara desresponsabilização do poder público pelos que necessitam de assistência social (SILVA, 2022).

O fortalecimento de vínculos familiares é um dos meios apontados pela Política Nacional de Assistência Social brasileira para a prevenção das chamadas situações de risco, no âmbito da Proteção Social Básica. Na Proteção Social Especial, em que estão os serviços e programas voltados para a população em situação de rua, consta o seguinte: “[...] é preciso desencadear estratégias de atenção sociofamiliar que visem a reestruturação do grupo familiar e a elaboração de novas referências morais e afetivas, no sentido de fortalecê-lo para o exercício de suas funções de proteção.” (PNAS, 2005, p. 37). A tônica da proteção social brasileira é centrada na família. Atentemos para a opinião de Jorge sobre o assunto:

*[...] tem pessoas que [...] foi violentado por um padrasto, que a mãe arrumou, mesmo ela não estando com aquela pessoa, dificilmente, ele vai querer voltar praquela lugar que ele levou um tapa. Uma menina, um garoto que foi espancado, que vivia sendo agredido pelo pai, ou mãe alcoólatra. Mesmo que eles pararam de beber, que ele achou na rua seu refúgio, a fuga para essa violência, mesmo que esse pai não beba mais, não agrida, mas é uma pessoa amorosa, tem amor por ele, dificilmente ele vai querer voltar para a companhia dessa pessoa, porque assim, a cicatriz vão falar por si. Vão dizer pra ele, ele vai ver aquilo ali vai marcar sua trajetória para sempre.*

*Então eu acho que a gente tem que parar com essa bestagem de empurrar a pessoa pra um lar aonde não cabe mais. Onde não é mais o lar daquela pessoa. Tem é que criar, produzir um lar pra essa pessoa. Agora o dever é do Estado. Não é só da pessoa. Que muitas vezes fica assim: Ah, o primeiro passo quem dá é a pessoa. Não senhor, o primeiro passo quem tem que dar é o Estado porque a pessoa já deu passos demais né. E quando ela cai tem que ter uma mão para levantar ela, e muitas das vezes tem mais mãos para dar pazada, e jogar em cima do cara, enterrar ele vivo. (JORGE, 2020).*

---

<sup>81</sup> Ribeiro (2014) exemplifica isso ao trazer o relato do que ocorreu em São Paulo.

A responsabilização da família por seus integrantes é antiga. A concretização do princípio da subsidiariedade remete a tempos longínquos, todavia ainda permanece na política social hoje. E é bom lembrar que, além do fato destacado por Jorge, da dificuldade de restaurar vínculos familiares rompidos, especialmente quando houve violência, são famílias em grande parte muito pobres, que vivem com dificuldade, para as quais manter um fundo de consumo para todos os seus membros não é uma opção.<sup>82</sup> Assim, concordamos com Jorge – o Estado deve assumir sua responsabilidade.

Marx (2013), ao falar sobre o tratamento oferecido aos migrantes que não tinham licença para mendigar, revela que os aptos ao trabalho que vagavam eram açoitados até o sangue escorrer de seu corpo, tinham parte da orelha decepada, eram presos em altas torres e poderiam até mesmo ser assassinados em praça pública, como forma de punição de sua suposta vagabundagem.

Os incapacitados para o trabalho eram considerados merecedores de assistência, porém dois princípios básicos eram seguidos: a subsidiariedade e a menor elegibilidade. Segundo estas, primeiro a família e comunidade deveriam agir; depois de esgotadas as opções, quando não há alternativas, uma medida era tomada, e o benefício recebido deveria ser menor que a remuneração do pior trabalho existente.

Engels (2010), ao discutir sobre a situação de vida da classe trabalhadora na Inglaterra, demonstra bem como era a condição dos trabalhadores que recebiam o pior salário. Eles sobreviviam em condições degradantes. Nosso intuito é explicitar melhor acerca do princípio da menor elegibilidade hoje, visto que marca presença nas políticas sociais atualmente, especialmente no contexto da matriz residual.

A forma de assistência descrita por Engels (2010), segundo ele a única, pois os subsídios em dinheiro foram suprimidos, eram as *workhouses*. Elas apresentavam condições de vida ainda mais deploráveis que as já vivenciadas pelos demais trabalhadores, pois a assistência ofertada seguia o princípio da menor elegibilidade; assim, precisava ser inferior ao pior emprego.

Ora, a classe trabalhadora vivia em condições degradantes, em todos os aspectos da vida. As fábricas eram locais insalubres, sem ventilação, o tempo de

---

<sup>82</sup> Dados de dezembro de 2020 mostram 13.923.660 pessoas vivendo na pobreza extrema identificadas pelo cadastro único. Quase 14 milhões de brasileiros vivem com até 89 reais por mês. É evidente que essas famílias não possuem condições de arcar com um fundo de consumo de seus membros. Precisam desenvolver diversas estratégias para alimentar-se (SAGI, 2021a).

trabalho era alto, em ritmo quase incessante, as crianças eram colocadas para trabalhar desde muito novas, visto que alguns dos trabalhos poderiam ser realizados somente por elas, a alimentação era pobre, pois o pagamento não era o suficiente para comprar alimentação adequada.

Quase nunca podiam consumir frutas e verduras. Quando o faziam, elas estavam a ponto de serem jogadas no lixo, assim como a carne, comprada normalmente apodrecida. Isso quando o dinheiro era suficiente para comprá-la. A base de sua alimentação era de batatas, e às vezes comiam pão, quando podiam comprar trigo.

As roupas não protegiam do frio. Eram tão remendadas que ficava difícil diferenciar qual era o tecido original. E raramente eram lavadas, visto serem a única peça que possuíam. Nas suas casas, essas roupas com tecidos inadequados para o clima frio eram muitas vezes a única proteção.

Em uma mesma habitação, moravam várias famílias. Os móveis eram quase ausentes. Poucos tinham camas. Era comum dormir em cima de um monte de palha. E aqueles que ainda possuíam algum móvel costumavam vendê-los para comprar alimento.

Considerando a alimentação, moradia e vestuário inadequados e o longo tempo em que ficavam nas mesmas posições nas fábricas, trabalhando, a saúde deles também era afetada. As crianças não se desenvolviam o suficiente, tinham problemas nas pernas e na coluna, por conta do trabalho feito desde muito cedo e alimentação inadequada. Os adultos também eram acometidos por diversas doenças advindas desses fatores e agravadas por certos trabalhos.

Os trabalhadores da fiação de algodão e linho, por exemplo, sofriam com doenças pulmonares, e, entre os tecelões de meias, prevaleciam problemas na visão, e precisavam continuar trabalhando, pois era a sua fonte de sobrevivência. Era comum ver trabalhadores deformados pela própria repetição do prolongado trabalho e mutilados, pois os acidentes eram comuns.

Assim, as condições das *workhouses* deviam ser piores do que esse panorama. O espaço é o mais repugnante possível, a alimentação “é pior que a de um operário mal pago, enquanto o trabalho é mais penoso – caso contrário, os desempregados prefeririam a estada na casa à miserável existência fora delas.” (ENGELS, 2010, p. 318).

Até mesmo as prisões eram melhores que essas casas, pois a comida era menos ruim, e Engels (2010) conta que alguns cometiam delitos para poder ir para as prisões. Nas casas de trabalho, somente tinham direito ao alimento aqueles que conseguissem cumprir sua meta diária de trabalho, e, para sair, só o podiam fazer caso tivessem autorização do diretor. Além disso, as famílias eram separadas.

Engels (2010) apresenta em detalhes a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, tanto as condições de trabalho quanto das habitações, alimentação, educação e saúde. Suas histórias apontam para modos de vida desumanos desde o desenvolvimento mais primitivo do modo de produção capitalista.

Trouxemos as questões do passado, no período do início do capitalismo, para exemplificar o quanto as novas tendências da política social são revestidas de traços antigos. Conforme citação que segue:

[...] dentre os mecanismos e práticas sociais presentes nas políticas sociais contemporâneas de corte residual, que exercem decisiva influência nos circuitos decisórios da política social, destacam-se aqueles que, já no século XIX, receberam a seguinte denominação: critério da menor elegibilidade; testes de meios; e focalização na pobreza extrema. E associados a eles encontram-se medidas de controle do paternalismo e de desvios dos objetivos emancipatórios que só pela via do trabalho assalariado deveriam ser alcançados, quais sejam: as condicionalidades ou contrapartidas e a substituição do welfare (bem-estar como direito) pelo workfare (bem-estar em troca de trabalho). (PEREIRA, 2016, p. 188).

Sabemos tratar-se de formações sócio-históricas diversas, diametralmente diferentes, logo não temos a pretensão de comparar dados ou políticas sociais, mas sim apresentar o que existe na realidade concreta e deixar elementos que podem contribuir para a catalisação do debate sobre como lidar com a expressão da questão social população em situação de rua. Com isso em mente, nossa discussão a seguir diz respeito às características da matriz residual nas políticas sociais.

## **2.2 Preponderância da matriz residual nas políticas sociais**

Refletiremos aqui acerca da matriz residual, especialmente sob os aspectos da Nova Direita<sup>83</sup>, visto que a proteção social brasileira traz elementos dessa matriz,

---

<sup>83</sup> Tem como base ideologia antagônica aos princípios de universalidade e equidade na proteção social. Critica o intervencionismo presente no ideário keynesiano fordista que pautou as ações dos países desenvolvidos no pós-segunda guerra. Neoliberalismo e neoconservadorismo são norte da Nova Direita. Ver mais em Pereira (2016).

guardadas as devidas particularidades.<sup>84</sup> Pretendemos com esse ponto debater sobre a insuficiência dessa matriz e seus desdobramentos no atendimento à população em situação de rua.

Em primeiro lugar, a proteção social não é percebida como direito. Focalização e condicionalidades possuem papel fundamental. Estão presentes aqui as ideologias do neoliberalismo e neoconservadorismo. Para os defensores da Nova Direita, é necessário ter cuidado com a dependência que os benefícios advindos da proteção social podem gerar, pressupondo que as pessoas preferem acessá-los a trabalhar, e assim motivaria um aumento no desemprego (PEREIRA, 2016).

Os programas e projetos são organizados como uma rede que promove a proteção social, em que o agente coordenador faz parcerias com outros que compõem a rede em prol de tal promoção, voltada ao atendimento dos que estão em “situação de vulnerabilidade”.

Sobre essas redes, além daquela na qual se encontram os serviços e instituições públicas, governamentais, há a rede espontânea, de âmbito doméstico, na qual estão a família e amigos, que responde a demandas individuais. Outra rede é a sociocomunitária, em que se encontram as comunidades religiosas e a vizinhança. Respondem demandas coletivas, que não foram atendidas pelas políticas sociais. Além dessas, temos a rede privada, em que o mercado está no centro e os serviços oferecidos são comprados pelos que podem pagar. Por fim, a rede movimentalista, que luta por direitos e visa ao aperfeiçoamento das políticas sociais (PEREIRA, 2016).

Percebe-se com isso uma gestão dos chamados riscos sociais. A responsabilização dos próprios indivíduos por sua condição é nítida e uma fundamental defesa da Nova Direita.<sup>85</sup> A utilização do termo “risco” é intencional e tenta esconder as relações capitalistas que produzem esses chamados riscos, e as

---

<sup>84</sup> O Brasil, enquanto país periférico, possui a forma de desenvolvimento dependente, o que influencia diretamente as condições de vida do trabalhador e promove um patamar de proteção social diferente dos países centrais, que passaram pelo momento do *Welfare State*, *État Providence* e *Sozialstaat*, viveram no que Castel (2005) chama de sociedade salarial, caracterizado pelo pleno emprego, e por necessidades sociais sanadas. "Uma sociedade salarial não é apenas uma sociedade na qual a maioria da população ativa é assalariada. É sobretudo uma sociedade na qual a imensa maioria da população tem acesso à cidadania social, primordialmente, a partir da consolidação do estatuto do trabalho." (CASTEL, 2005, p. 33). Tais sociedades, que vivenciaram esse processo, sabem o que perderam. As sociedades latino-americanas nem chegaram a passar por esse momento. Além disso, a própria presença da superexploração da força de trabalho também influencia para que as políticas sociais sejam reduzidas quando comparadas aos países centrais.

<sup>85</sup> Essas características não são novas. Estão presentes desde a propagação de ideias liberais. A Nova Direita as retoma. É como se não houvesse outra opção.

noções de necessidades e direitos, que cobram respostas do Estado, não dos próprios indivíduos: “o termo necessidade é prescritivo (exige respostas políticas), enquanto o termo risco é mais descritivo de um fenômeno que não incita resolução.” (PEREIRA, 2016, p. 158). Por meio do trabalho assalariado, esses chamados riscos seriam supostamente evitados.

A respeito dessa noção de risco, Castel (2005, p. 27) caracteriza como “um evento que compromete a capacidade dos indivíduos assegurarem por si mesmo sua independência social. Se ele não estiver assegurado contra esses imprevistos, vive na insegurança.” A forma de lidar com esses chamados riscos, de acordo com esse mesmo autor, é individualmente. Em suas palavras, “o controle dos riscos não é mais um empreendimento coletivo, mas uma estratégia individual.” (CASTEL, 2005, p. 66).

Beck (1997) fala sobre a presença de uma individualização, enfatiza o exponencial aumento da função do indivíduo, de forma que a família e a comunidade perderam papéis que agora cabem à própria pessoa. Osorio (2018) chama atenção para o perigo dessa exacerbação do particular. Pois quando cidadãos de direito são colocados no centro do debate, atuam sujeitos, não classes sociais, de forma que perdemos as relações sociais presentes no processo e a dimensão da organização da classe trabalhadora para a luta.<sup>86</sup>

Osorio (2018) fala de uma “ficção” em que vivemos, na qual aparentemente esses indivíduos são livres, iguais, e possuem em suas mãos a decisão política, independentemente de sua classe social. Ignorando o fato de que vivemos em um Estado de direito no qual as “regras do jogo” foram demarcadas pela classe dominante e são impostas para que sejam seguidas.

Um fator importante da matriz residual no âmbito aqui trabalhado da Nova Direita é a forma de lidar com os chamados riscos, por meio de transferências de renda aos extrema e comprovadamente pobres, que devem cumprir uma série de condicionalidades para serem assistidos dessa forma.<sup>87</sup> O Estado cumpre o papel de incentivador para que eles saiam dessa condição de “dependência” de benefícios.

---

<sup>86</sup> OSORIO, Jaime. 6º Encontro Internacional e 13º Encontro Nacional de Política Social. Vitória, 2018. Minicurso: O Estado Capitalista Dependente Questões Teóricas e Históricas.

<sup>87</sup> Reitero o fato de não se tratar de ideias originais. Pelo contrário, reforça práticas retrógradas. Ao pensar em cumprir algo determinado em troca de assistência, a presença das *workhouses* é um exemplo. Assim, as ideias da Nova Direita não se originam com ela e remetem a práticas há muito tempo utilizadas, mas que agora aparecem sob uma suposta nova roupagem, e em um discurso que tenta convencer sobre a resolução das questões apresentadas.

Uma forma de incentivo preponderante é a ativação para empregos. Sobre a busca por trabalho, vejamos a fala que segue, de nossa entrevistada.

*Nóis entregou um monte de currículo. Nóis eu e ele saímo e entregamo aí. Fizemos vinte e poucos reais de currículo, hum minha filha, uma pilha assim óh (nesse momento ela mostrou o tamanho da pilha com as duas mãos, equivalia a umas 300 páginas). Mais até agora, ná-da. Ninguém chama, ninguém faz nada. Entendeu? Como que você vai pagar um aluguel? Os aluguel só aumentando. Você paga água e luz de aluguel, como que você vai? Sem emprego? Nem a reciclagem você tira mais, o dinheiro que você paga um aluguel. Não tem como. (MARA, 2020).*

Tal ativação ocorre mais no nível de incentivo, como uma “reeducação ao trabalho”, como se eles não trabalhassem desde muito cedo. O encaminhamento a empregos que lhes ofereçam as condições suficientes para sair das ruas é uma demanda da população em situação de rua identificada em nossas entrevistas. Jair associa o início de seu processo de rualização com a perda de seu emprego e de sua família, conforme suas palavras: “Eu perdi o emprego, perdi tudo. Perdi família, perdi tudo.” (JAIR, 2020). Mara, Gabriel e Jair apontaram o trabalho como a sua maior necessidade, aquilo que lhes é primordial para sair das ruas.

O trabalho é um determinante presente nos processos de rualização, e isso transparece nas histórias dos relatos dos entrevistados. Vejamos como um deles conta como passou a viver em situação de rua:

*Ajudante de obras e às vezes fazia biscate, quando o patrão pegava serviço pra fazer, aí, casa, pra construir, aí ele me chamava para trabalhar de ajudante. As vezes eu já catei reciclagem, coisa assim, pra num poder ficar na rua né? Mais fato de perder serviço, num ter mais como você conseguir o emprego, porque o que tinha acabou, faliu a firma, aí eu não consegui mais encontrar né? Aí nós viemos parar na rua. Aí estamos aqui. (GABRIEL, 2020).*

Olhando essa fala, será que os que vivem nas ruas precisam de ativação ao trabalho, no sentido de reeducação aqui exposto, ou necessitam de fato de inserção em trabalhos<sup>88</sup> que lhes permitam sair da condição da superpopulação relativa?

Além das redes de proteção, de que falamos, destacamos a noção de trampolim, como se a atuação do Estado nesse contexto de transferências de rendas e condicionalidades servisse como trampolim para que as pessoas saiam da

---

<sup>88</sup> Conforme evidenciamos na tese, o processo de rualização seria superado somente com a superação do modo de produção capitalista. Porém o trabalho em nossa sociedade é imprescindível para a sobrevivência, dos trabalhadores e do próprio sistema. Afinal, a força de trabalho é a única mercadoria capaz de produzir outras. Lembramos que a existência da superpopulação relativa é uma condição de existência do capitalismo, logo o desemprego sempre existirá.

pobreza, saltando para longe dos chamados riscos sociais a que estão submetidos. Servirá também para alavancar “a economia local, o mercado de trabalho a ‘solidariedade entre classes’.” (PEREIRA, 2016, p. 160).

Em nossas entrevistas, há destaque para o acesso ao Bolsa Família, recebido por Mara, Gabriel, Márcio e Jair. Somente Marcos não é beneficiário do programa. Nossa entrevistada relata: “O que ajuda nós é o Bolsa, né? Nós recebe o Bolsa, faz uma comprinha, guarda pra ir comendo.” (MARA, 2020).

A justificativa da defesa da focalização é canalizar os gastos públicos para os que de fato precisam de assistência, buscando uma suposta eficácia. Quanto às condicionalidades, trata-se de uma forma de justificar os gastos públicos e de prova dos beneficiários de que não fazem parte das “classes perigosas”. São cobradas sob a noção de que “adultos pobres são incapazes de cuidar de si mesmos e de suas famílias, precisando não de apoio legítimo das instituições públicas competentes, mas de coerção e incisiva interferência estatal em suas vidas.” (PEREIRA, 2016, p. 161).

Os que defendem a adoção da seletividade, “que não é outra coisa senão a focalização na pobreza” (PEREIRA; STEIN, 2010, p. 113), argumentam que promoveria o acesso a grupos que de fato merecem o acesso. Pereira e Stein (2010) indicam o fracasso da focalização motivado pelos seguintes fatores: problemas estruturais são vistos como faltas morais; para merecer assistência é necessário permanecer na pobreza; aumentam a pobreza, pois deixam de atender pessoas que se lograssem acesso não chegariam à condição de empobrecimento que lhes habilitaria a acessar as políticas focalizadas; “são na maioria das vezes, mais dispendiosas do que políticas universais porque uma de suas principais funções é controlar filtrações de não merecedores nos grupos selecionados.” (PEREIRA; STEIN, 2010, p. 117).

As políticas sociais latino-americanas passaram por alterações advindas dos ajustes estruturais a partir da década de 1980. Ganhou destaque a substituição do princípio da universalidade pelo foco em políticas de combate à pobreza. Com a ênfase em uma suposta eficiência e focalização, houve a instauração da focalização, privatização e seletividade, visando aos mínimos sociais direcionados aos extremamente pobres, que utilizam como suas principais ferramentas as políticas de transferências de renda, tendo como contrapartida as condicionalidades e os

programas que visavam a processos de desenvolvimento local, pautados sob a ideologia do empreendedorismo (PEREIRA; STEIN, 2010).

Os discursos em torno do empreendedorismo e de negócios éticos têm caráter ideológico, porque, em tempos de crise, tenta arrancar do trabalhador, que passa a superpopulação relativa, mediante o desenvolvimento capitalista, tudo o que tem e mais tudo o que pode produzir ao longo de muitos anos, via endividamentos gigantescos, que servirão como lucros reais e fictícios aos que já concentram capital em suas mãos ou em suas carteiras financeiras. Ratifica-se o fato de que a “questão social” não pode ser resolvida por reformismos, e muito menos pelo mercado financeiro, mas apenas e tão somente pela derrota do capital. (MORAES, 2016, p. 34)

Cabe ressaltar que 19 países da América Latina desenvolvem programas de transferência de renda, que cobrem 22 milhões de famílias, sendo 12 milhões no Brasil e 5 milhões no México. Com relação ao investimento, considerando o produto interno bruto, não chegam sequer a 1%. No Equador, foi de -0,84%; no Brasil, de 0,41%; e no México, 0,43%. Os programas de transferência de renda assumem um papel fundamental para a assistência social: neles estão presentes a exigência de contrapartidas e a destinação a famílias que vivem na pobreza extrema (PEREIRA; STEIN, 2010).

Ao refletir a respeito das novas tendências das políticas sociais, temos a presença das contrarreformas<sup>89</sup> neoliberais, que representaram a redução das políticas sociais, baseadas na focalização e seletividade, e exigem a submissão de seus beneficiários por meio de condicionalidades em prol do recebimento de benefícios de transferência de renda. Outros elementos presentes são o combate aos chamados riscos sociais e atendimento seletivo e focalizado.

No próximo item, voltaremos nosso debate para a destinação do fundo público<sup>90</sup> brasileiro. O discurso dominante atrela-se à ideia de ausência de recursos. Porém, quando olhamos para o fundo público, vemos tratar-se de uma falácia, pois os recursos existem. Apesar disso, não estão disponíveis para sanar necessidades sociais, coletivas, e sim para atender à voracidade do capital, conforme veremos a seguir. Isso é substancial para entendermos as características das políticas sociais voltadas para a população em situação de rua.

---

<sup>89</sup> Termo usado por Behring (2010).

<sup>90</sup> O fundo público possui forte relação com o debate da superexploração. Ver mais em COSTA, Renata Gomes da. O fundo público e a superexploração do trabalho no Brasil. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

### 2.3 Fundo público

O fundo público, de acordo com Behring (2010), é parte do trabalho excedente. Serve à reprodução do capital e também ao trabalho, ao implementar políticas sociais, porém, nos momentos de crise, a sua função como preservador do capitalismo fica nítida. Behring (2010, p. 32) expõe a função do fundo público da seguinte forma: “tem um papel estrutural no circuito do valor, criando contratendências à queda das taxas de lucro, atuando permanente e visceralmente na reprodução ampliada do capital.”

Uma incumbência do fundo público em períodos de crise é a preservação do modo de produção capitalista, que precisa ser salvo, ainda que para isso seja extraído da seguridade social para investimento no capital, como ocorre no Brasil por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Parte do que se destinava à seguridade social passa a servir para compor o superávit primário. Assim, ao invés do aumento de recursos na área social, aumenta o seu sucateamento para a composição do superávit primário, e a política que visa à sua promoção obstaculiza os chamados gastos com os serviços sociais (SALVADOR, 2010; SOUZA FILHO, 2016).

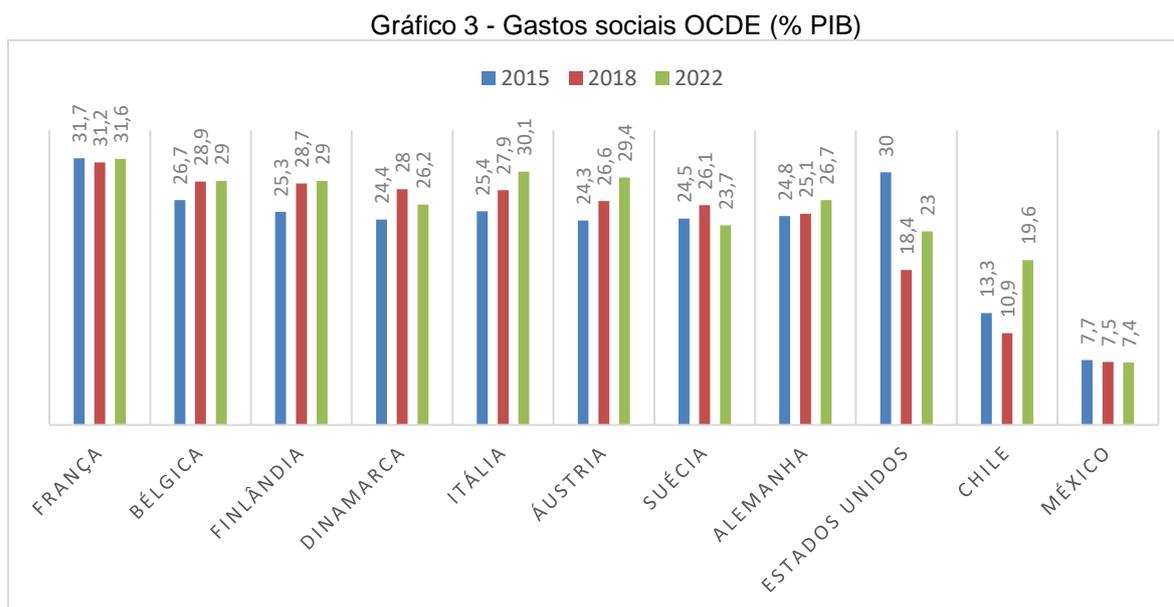
Uma das formas de responder à crise, de acordo com Boschetti (2010), é controlar a dívida pública. Para isso há um investimento menor na área social, tendo em vista a geração de superávit primário. A seguridade social brasileira perdeu US\$ 100 bilhões entre 2001 e 2007, por intermédio da DRU. Segundo Anfip (2017), a retirada dos recursos da seguridade pela DRU passou de 63,4 bilhões para 99,4 bilhões, entre 2013 e 2016. A seguir apresentamos dados mais atualizados.

O papel do fundo público é muito importante para o delineamento das políticas sociais, visto que nos países dependentes os recursos destinados às políticas sociais são ainda mais escassos, no contexto das duas questões norteadoras: seletividade e focalização.

Ao pensar o determinante do pagamento da dívida externa brasileira, em 2020 o pagamento dessa dívida e de sua amortização foi 39,08% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, enquanto os gastos com saúde, assistência, trabalho e educação foi de 12,21%. Sendo 2,49% para educação, 2,15% para trabalho, 4,26% para saúde e 3,31% para assistência social. A previdência social representou 20,38%. Assim, mesmo somando todas essas políticas, temos um investimento

inferior nas políticas sociais quando comparada aos gastos com a dívida, que foram elaboradas estrategicamente para serem impagáveis (FANTTORELLI; ÁVILA; MULLER, 2021).

A seguir apresentamos um gráfico com os gastos sociais de países centrais e dos dependentes, de acordo com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE<sup>91</sup>).



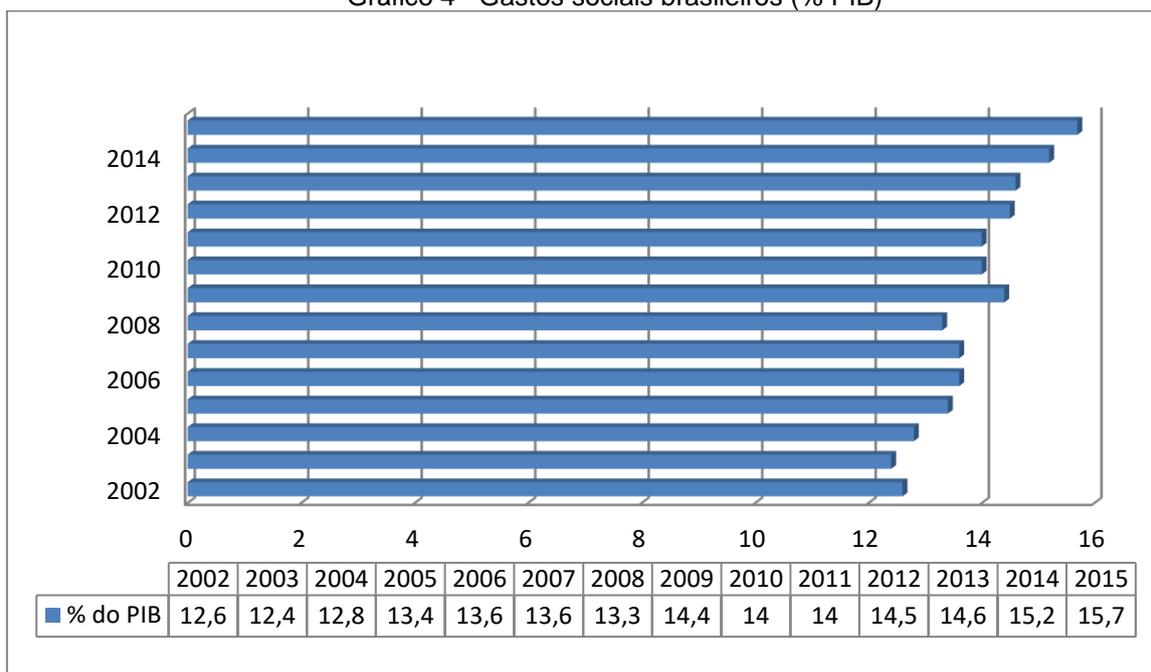
Fonte: elaboração própria com base em OCDE

Os dados revelam uma diferença notável entre os países da América Latina e os demais. No Chile e no México, há um investimento muito menor do que nos demais, onde passam de 25% do PIB, exceto os Estados Unidos, que destinam 23%.

E pensando no Brasil, o gasto social dos últimos anos gira em torno de 15% do PIB, de acordo com uma pesquisa do Tesouro Nacional, cujos dados são de 2002 a 2015, conforme representado no gráfico seguinte (TESOURO, 2019).

<sup>91</sup> Uma organização internacional cujo objetivo é promover políticas de desenvolvimento econômico e bem-estar social. Os dados referem-se à porcentagem do PIB. Informações do gráfico estão presentes no endereço <https://www.oecd.org/social/expenditure.htm>. Acesso em: 30 set. 2019 e em 29/01/2023.

Gráfico 4 - Gastos sociais brasileiros (% PIB)



Fonte: elaboração própria com base em Tesouro Nacional (2019)

Reconhecemos tratar-se de estruturas bem diversas, logo não temos o intuito comparativo entre realidades tão diferentes. Todavia não podemos deixar de notar uma discrepância entre os gastos dos países citados. O gasto social médio do governo brasileiro é bem inferior ao gasto médio dos países europeus, representando cerca da metade dos gastos destes. Ainda assim, o discurso adotado pelo governo e por organismos internacionais defende que o Brasil gasta muito com o social e deve cortar recursos na educação, saúde, assistência e previdência, como se tal corte fosse tornar essas políticas melhores ou mais eficazes, sob a ilusão de que poderiam fazer mais com menos.

Além do Brasil, conforme dissemos, o México, no ano de 2018, usou somente 7,5% para essa área, e o Chile, 10,9%, havendo, portanto, uma maior pressão sobre a força de trabalho. Segue uma tabela com os gastos sociais *per capita* em países da América Latina.

Tabela 2 - Gastos sociais *per capita* na América Latina

<i>Gastos sociais per capita na América Latina</i>								
<b>ARGENTINA</b>								
	1995	2000	2005	2010	2012	2014	2015	2016
<i>Gasto social</i>	709	765	685	1148	1293	1357	1491	1469
<i>Moradia e serv. comunitários</i>	28	27	51	54	52	89	82	56
<i>Saúde</i>	89	81	42	72	79	90	100	94
<i>Educação</i>	66	84	81	137	157	161	176	163
<i>Proteção social</i>	522	572	510	880	999	1012	1128	1150
<b>BOLÍVIA</b>								
	1995	2000	2005	2010	2012	2014	2015	2016
<i>Gasto social</i>	106	187	214	245	234	268	300	310
<i>Moradia e serv. comunitários</i>	1	4	6	3	9	7	12	21
<i>Saúde</i>	15	21	27	30	24	34	45	46
<i>Educação</i>	74	84	105	119	102	120	141	128
<i>Proteção social</i>	16	78	76	92	98	107	101	115
<b>BRASIL</b>								
	1995	2000	2005	2010	2012	2014	2015	2016
<i>Gasto social</i>	-	1019	1206	1436	1520	1646	1630	1631
<i>Moradia e serv. comunitários</i>	-	17	16	11	6	6	4	7
<i>Saúde</i>	-	149	159	160	172	176	178	173
<i>Educação</i>	-	78	71	121	138	166	169	164
<i>Proteção social</i>	-	763	948	1135	1193	1287	1270	1279
<b>CHILE</b>								
	1995	2000	2005	2010	2012	2014	2015	2016
<i>Gasto social</i>	961	1382	1383	1895	2052	2182	2332	2388
<i>Moradia e serv. comunitários</i>	15	27	22	44	48	57	56	46
<i>Saúde</i>	177	256	293	450	514	581	641	663
<i>Educação</i>	201	345	353	508	567	626	683	737
<i>Proteção social</i>	556	736	695	860	884	880	913	899
<b>COLÓMBIA</b>								
	1995	2000	2005	2010	2012	2014	2015	2016
<i>Gasto social</i>	-	398	576	761	842	941	968	945
<i>Moradia e serv. comunitários</i>	-	5	11	31	44	41	39	38
<i>Saúde</i>	-	66	92	115	127	170	202	209
<i>Educação</i>	-	144	180	214	214	235	244	248
<i>Proteção social</i>	-	177	284	387	442	480	466	435
<b>COSTA RICA</b>								
	1995	2000	2005	2010	2012	2014	2015	2016
<i>Gasto social</i>	403	564	559	971	1044	1092	1148	1176
<i>Moradia e serv. comunitários</i>	13	6	2	22	13	10	9	9
<i>Saúde</i>	14	28	28	48	75	74	78	81
<i>Educação</i>	203	295	333	543	584	621	657	681
<i>Proteção social</i>	164	226	188	336	347	357	373	379
<b>EQUADOR</b>								
	1995	2000	2005	2010	2012	2014	2015	2016
<i>Gasto social</i>	125	302	180	383	428	480	465	482
<i>Moradia e serv. comunitários</i>	0	5	9	20	22	29	21	35
<i>Saúde</i>	32	21	44	71	91	124	133	132
<i>Educação</i>	93	57	98	191	219	246	245	238
<i>Proteção social</i>	0	219	27	76	71	59	48	63
<b>MÉXICO</b>								
	1995	2000	2005	2010	2012	2014	2015	2016
<i>Gasto social</i>	-	571	685	876	909	974	1030	990
<i>Moradia e serv. comunitários</i>	-	66	115	145	125	142	176	160
<i>Saúde</i>	-	51	75	104	118	117	117	113
<i>Educação</i>	-	280	326	348	345	358	366	348
<i>Proteção social</i>	-	163	162	269	290	326	342	344
<b>URUGUAI</b>								
	1995	2000	2005	2010	2012	2014	2015	2016

<i>Gasto social</i>	937	1309	827	1551	1801	1997	2084	2252
<i>Moradia e serv. comunitários</i>	40	44	29	57	63	68	66	77
<i>Saúde</i>	130	151	152	218	331	404	417	482
<i>Educação</i>	143	185	268	443	559	616	608	641
<i>Proteção social</i>	604	898	365	808	817	878	962	1020

Fonte: elaboração própria com base em Cepal (2019)<sup>92</sup>

Os dados da tabela indicam o baixo gasto social nos países da América Latina. Observamos o fato de os números referentes à moradia e serviços comunitários serem os menores entre os apresentados na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador e Uruguai. Isso revela uma política de habitação com recursos insuficientes. Afinal, pensando no Brasil, por exemplo, se temos fragilidades na saúde e na educação, que recebem uma porcentagem maior de recursos, ainda muito mais desafios existem naquelas com recursos tão limitados quanto os evidenciados pela tabela.

Essa disparidade de investimentos do fundo público é um elemento importante para pensar a diferença de acesso às políticas sociais nos países de capitalismo dependente e nos países de capitalismo central. No capitalismo dependente, as políticas sociais possuem menos recursos, porém precisam atender a mais pessoas, visto que as baixas remunerações recebidas pela maioria não são suficientes para a sobrevivência, fazendo com que a demanda por serviços públicos seja maior.

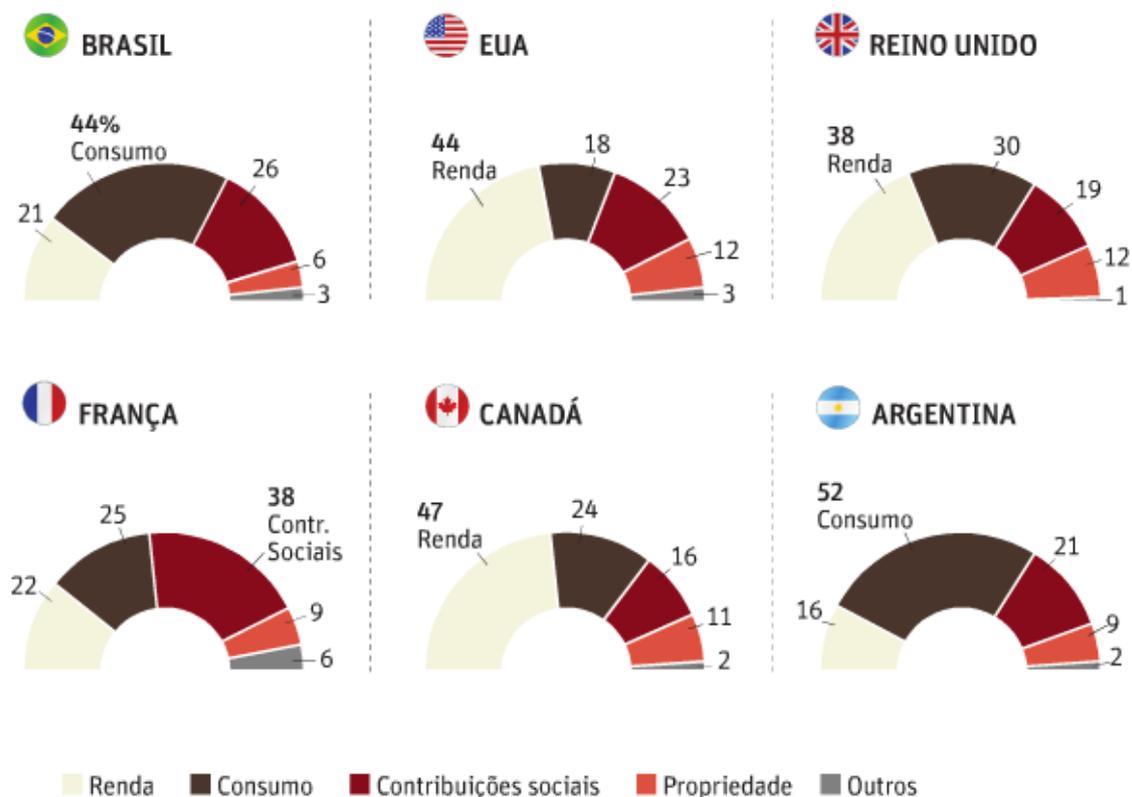
Além da apropriação de capital produzido pelos trabalhadores, tanto pelo capital interno quanto pelo capital externo, a classe trabalhadora é penalizada também pela alta taxa de impostos, dessa forma o Estado também subtrai parte da mais-valia produzida para composição do fundo público.

Temos no Brasil uma taxação de impostos regressiva, pois incide mais sobre o consumo do que sobre a renda e patrimônio. Isso favorece aos mais ricos, em detrimento dos mais pobres, que proporcionalmente à sua renda pagam mais impostos comparados aos mais ricos. Nos países da OCDE, ocorre o contrário: a taxação é maior sobre a renda e patrimônio, e menor sobre o consumo.<sup>93</sup> O gráfico que segue apresenta bem essas diferenças:

<sup>92</sup> São considerados os gastos em dólar, *per capita*, de acordo com os anos indicados.

<sup>93</sup> Em 2008, os países da OCDE tinham uma média de 35% de incidência de impostos sobre a renda e o consumo, enquanto no Brasil era de 23% e a média da América Latina 27% (OCDE, 2019).

Gráfico 5 - Arrecadação de impostos (em %)



Fonte: Folha de S.Paulo (2013)

Criticamos a penalização da classe trabalhadora concernente aos países latino-americanos e discordamos da ideia de que as contrarreformas referentes ao trabalho e à previdência são o único caminho possível. A ampliação de impostos sobre a renda e patrimônio, apesar de não tocar na estrutura do modo de produção vigente, seria uma estratégia para injetar recursos no fundo público sem prejudicar os mais pobres, assim os impostos precisam ser progressivos. Entendemos que

[...] as políticas sociais na América Latina estão inscritas numa dinâmica estrutural na qual a dependência e superexploração colocam como possibilidade a não garantia do mínimo de proteção social à grande parte dos trabalhadores. Acrescenta-se aí a subordinação ao imperialismo e o domínio dos interesses burgueses nacionais que, ao disporem do fundo público para o pagamento da dívida tornada pública, colocam no cenário latino-americano a impossibilidade objetiva da existência de políticas sociais que sequer se equiparem às políticas sociais desenvolvidas no centro, que mesmo sendo limitadas pela inviabilidade de uma real democracia no âmbito do capitalismo, puderam se estruturar em outras bases que não a dependência e a superexploração. (SOUZA, 2016, p. 58).

As políticas sociais da América Latina possuem obstáculos maiores do que os enfrentados nos países centrais, pois aqui há o aprofundamento das expressões da questão social, maior número de pessoas inseridas em trabalhos informais, maior

pobreza, desigualdade e uma ampliada gama de pessoas compondo a superpopulação relativa, e ao mesmo tempo uma maior disputa no fundo público, com menores destinações às áreas sociais. Há particularidades no capitalismo dependente.

Es necesario insistir en que el gran aporte de la teoría de la dependencia fue haber demostrado que éste no es meramente un fenómeno de relaciones internacionales, de intercambio comercial desfavorable a los países poco desarrollados; sino que son relaciones internas, que configuran una estructura económico-social cuyo carácter y dinámica están condicionados por la subyugación, explotación y dominación imperialista. (BAMBIRRA, 1974, p. 41).

Um ponto essencial da teoria marxista da dependência é o aprofundamento das expressões da questão social e o fato de a superpopulação relativa ter uma grandeza maior nos países dependentes<sup>94</sup>. Assim, há uma maior pressão do capital sobre o trabalho, à classe trabalhadora é imposta maior precarização do trabalho, a barbárie inerente ao capitalismo é exacerbada, há exacerbação da lei geral de acumulação capitalista. Acumulação de miséria é o contraponto da acumulação de riquezas; todavia nas economias dependentes há uma agudização dessa lei, a miséria é ainda mais ampla, as expressões da questão social tomam um formato ainda mais dramático, pobreza e desigualdade são maiores, e o nível de barbárie inerente ao modo de produção capitalista encontra aqui sua esfera mais acentuada.<sup>95</sup> Além disso, temos um ponto fundamental para o nosso debate: a grandeza da superpopulação relativa é superior nos países dependentes (MARINI, 1974). Nesse contexto, a informalidade passa a ser a regra, não mais a exceção, os salários são mais baixos, e possui uma ameaça constante à sua sobrevivência, esse é o assunto de nosso próximo ponto.

## 2.4 A grandeza do trabalho informal na vida da classe trabalhadora

<sup>94</sup> A grandeza da superpopulação relativa é um dos elementos que relacionados à superexploração da força de trabalho. A vida da população em situação de rua é uma confirmação dessa afirmação, afinal são pessoas que trabalham, mas não conseguem sair das ruas por meios próprios, e a política social, que deveria garantir a execução de leis protetivas, como a constituição e de decretos específicos ao cuidado com esse grupo populacional, acaba por garantir o acesso a poucos, e mesmo o que executa está longe do que foi garantido, pois pauta-se pela seletividade e focalização. Ver mais sobre a superexploração e a dependência em Marini (1973) Luce (2018); Marini (1990; 1979; 1971; 1974); Osorio (2013) e Nogueira (2019).

<sup>95</sup> Isso pode ser visto no gráfico sobre a pobreza e nos gráficos sobre a dívida pública e os investimentos sociais, presentes ao longo da tese.

Foi noticiado em janeiro de 2018 dados do IBGE dos últimos meses de 2017 que revelaram uma taxa de desemprego atingindo 11% da população e a informalidade, que superou a formalidade, 34,2 milhões de pessoas trabalhavam por conta própria ou não possuíam a carteira assinada, totalizando 37,1% do total, enquanto 33,3 milhões possuíam a carteira assinada. Segundo pesquisa divulgada em maio de 2018, referente ao primeiro trimestre de 2018, o desemprego passou para 12,9% (NUNES, 2018; MELIM, 2018).

Lembramos que essa taxa considera somente o desemprego aberto, composto apenas pela população economicamente ativa, assim donas de casa que exercem o trabalho doméstico, estudantes e quem desistiu de procurar emprego não são contados como desempregados.

O crescimento da informalidade concretiza-se também em outros países, especialmente na periferia do mundo. Dados da Argentina, em 2020, revelam que 46,4% dos trabalhadores estavam inseridos em trabalhos informais. No mesmo ano, no Brasil a taxa foi de 43,2%. Em 2019, foi de 79,10% na Bolívia, 57,3% na Colômbia, 57,7% no Equador. Esses dados contrastam a realidade da Europa e dos Estados Unidos, que em 2019 alcançaram respectivamente 17,40% e 18,8%. Enquanto nos países de economia central a informalidade mal chega a 20%, nos países periféricos chega a atingir aproximadamente 80%, na América Latina as taxas giram em torno da metade dos trabalhadores inseridos na informalidade. (OURWORLDINDATA, 2023).

A diferença da presença da informalidade em países dependentes e centrais é notória. Essa expressão do capitalismo pautada sobre a superexploração da força de trabalho leva à ampliação das contradições do capitalismo, havendo, portanto, exacerbação da questão social. Lembramos que a grandeza da superpopulação relativa é maior, assim maior será o número de desempregados que buscam outras formas de trabalho, sendo a informalidade uma delas.

Com relação à população em situação de rua, a pesquisa nacional brasileira indicou que 70,9% da população em situação de rua sobrevive primordialmente pelo trabalho informal. São Paulo realizou uma pesquisa cuja metodologia separou os dados levantados em instituições de acolhimento e na rua. Dentre os acolhidos, 57,7% estão inseridos no trabalho informal, 10,7% são assalariados, mas não têm a carteira assinada, e 7,2% estão empregados com carteira assinada. Entre os que moravam na rua, 73,8% estavam inseridos em trabalho informal; 2,6% estavam

empregados sem registro na carteira; e 2,2%, com carteira assinada (BRASIL, 2009a; SÃO PAULO, 2020).

Em Porto Alegre, a pesquisa realizada indicou 78.2% da população em situação de rua sobrevivendo por meio do trabalho informal. Em Belo Horizonte, a coleta de materiais recicláveis e atividade de flanelinha somam 83,2%<sup>96</sup> (PORTO ALEGRE, 2016; BELO HORIZONTE, 2013).

Nas nossas entrevistas, a questão do trabalho foi um determinante central, como demanda por um trabalho que lhe permitisse sair das ruas e como substancial para sua subsistência nas ruas. Mara e Gabriel trabalhavam com venda ambulante e catação de materiais recicláveis. Márcio também trabalha com recicláveis. Jorge, além da catação, trabalhava vigiando e lavando carros, com a venda ambulante, montando barracas e arrumando as mesas nas orlas das praias. Com isso, as entrevistas ratificam a preponderância do trabalho informal na vida da população em situação de rua.

A incidência do trabalho informal na América Latina é maior do que nos países centrais. Dados da OIT revelam que 30,7% dos latino-americanos possuem contratos permanentes. No Peru representam 17,8%. Na Bolívia, 23,8%. No Brasil, 47,7%. A diferença é considerável quando olhamos países como a Austrália, onde os trabalhadores com contratos permanentes são 94,1%. O Reino Unido, com 90,3%; e o Canadá, com 86,6% (GERBELLI, 2015). A tabela que segue traz dados sobre a informalidade urbana na América Latina.

Tabela 3 - Informalidade urbana na América Latina

País/ Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Argentina</b>	48,15	47,6	47,73	47,33	46,79	-	-	47,93	48,14
<b>Bolívia</b>	-	76,59	75,64	72,68	78,81	78,22	75,13	77,33	77,72
<b>Brasil</b>	-	38,54	38,24	37,05	37,79	38,27	-	-	-
<b>Colômbia</b>	62,3	61,61	61,05	59,41	57,7	57,5	56,61	55,78	56,16
<b>Costa Rica</b>	35,34	32,76	35,3	37,29	36,89	37,39	35,78	35,45	36,03
<b>Equador</b>	68,05	64,69	62,96	61,64	60,18	60,68	63,37	64,85	64,79
<b>Panamá</b>	-	38,88	38,97	39,93	40,88	41,22	41,21	42,7	45,26
<b>Peru</b>	69,93	68,46	62,05	61,12	59,63	60,11	58,38	59,01	-
<b>Paraguai</b>	69,78	65,65	66	63,9	63,5	64,56	65,81	65,42	64,46

<sup>96</sup> Foi permitido citar mais de uma atividade, sendo elas 48% - Coleta de recicláveis • 35,2% - Flanelinha • 35% - Construção civil • 34% - Mangueio • 32,6% - Carregador de caminhão • 32,1% - Jardinagem • 18,2% - Faxina • 13,3% - Comércio/Artesanato • 8,8% - Prostituição • 6,5% - Cooperativa de catadores (BELO HORIZONTE, 2013, s/p).

<b>El Salvador</b>	65,83	65,65	66,02	65,2	62,85	62,91	63,15	64,21	62,88
<b>Uruguai</b>	38,91	35,79	34,16	33,2	22,95	23,48	24,09	23,64	23,48

Fonte: elaboração própria com base em Banco Mundial (2018)<sup>97</sup>

Os dados expostos demonstram o trabalho informal como marca preponderante das relações de trabalho. A Bolívia é o país que no período apresentado atinge os níveis mais altos de informalidade, sempre acima de 70%, chegando a aproximadamente 80% em 2015. Equador, Paraguai e El Salvador também se destacam com altas taxas, superiores a 60%.

Salientamos que a gama de trabalhos no âmbito da informalidade é imensa, e o desenvolvido pela população em situação de rua está entre os mais precários possíveis. São informais tradicionais em sua esfera mais instável. Seu labor é suficiente somente para a reprodução de sua própria miséria.<sup>98</sup>

A população em situação de rua vive nesse contexto em que as expressões da questão social se apresentam na realidade de maneira ainda mais dramática, em meio a um nível constante de maior pauperismo. Suas trajetórias são marcadas pela inserção em vários trabalhos de baixa remuneração antes da situação de rua, pelo desemprego, e em situação de rua continuam pautando sua vida pelo trabalho, informal, no nível mais precário possível, suficiente somente para a reprodução da miséria em que vive.

A pesquisa nacional brasileira revelou que 19% da população em situação de rua não se alimenta todos os dias. Entre aqueles cuja estratégia é pedir dinheiro, há uma porcentagem maior: 31,3% não acessam alimentação diariamente (BRASIL, 2009a, p. 96).

<sup>97</sup> O Banco Mundial considerou a porcentagem da população desses países que não está na agricultura. Em sua metodologia, consta que consideram informais vendedores ambulantes, taxistas, trabalhadores domésticos, e não consideram os que trabalham na agricultura com vistas à subsistência. Também desconsideram os trabalhos voluntários para a comunidade. Ver mais em *Informal employment (% of total non-agricultural employment)*. Apesar da fonte não trazer os dados do Brasil na data acessada, observando dados disponibilizados pelo *Our World in Data* em 2016 a taxa de informalidade no país atingiu 42%, em 2017 43,5% e em 2018 44,10%. Disponível em <https://ourworldindata.org/search?q=informal+employment>. Acesso em 05/02/2023.

<sup>98</sup> Antunes (2011) trabalha as diferenças entre trabalhos informais, desde o tradicional, mais instável possível, no qual defendemos que esteja o trabalho desenvolvido em situação de rua, até o informal por conta própria, onde está o patrão de si mesmo, aquele que vive sob a égide do empreendedorismo, alguns dos quais podem receber um ótimo retorno financeiro. Ver mais sobre o assunto em Antunes (2011) e Tavares (2004).

A busca do alimento no lixo também é uma estratégia de sobrevivência da população em situação de rua. Conforme apontado por Jorge<sup>99</sup> em nossa entrevista, ele conta que uma lanchonete separava os restos de carne junto com o carvão, em sacos diferentes daqueles em que eram jogados os materiais de limpeza e outros lixos, o que lhes permitia alimentar-se daquelas sobras.

Conforme demonstramos, a população em situação de rua possui uma função e ainda pode participar da criação de valor. Conforme vimos na discussão sobre a superpopulação relativa, compõe cada uma de suas formas básicas e também seu sedimento mais baixo. E uma das suas funções é pressionar os trabalhadores a receber cada vez menos e trabalhar cada vez mais, visto que há um grande número de pessoas que gostariam de se submeter àquele trabalho precário e mal remunerado, que não paga o suficiente para repor a energia gasta.

Além das considerações feitas sobre os que trabalham na catação de recicláveis, a população em situação de rua desenvolve trabalhos que outros não querem fazer, trabalhos pesados e mal remunerados, sem vínculo empregatício. Às vezes troca a realização desses trabalhos por um prato de comida ou um lanche. E o discurso das pessoas muda, pois ora sua função é servir ao lucro de alguém, ora não serve para nada, conforme demonstrado pela entrevista de Jorge, onde fica nítido que esse grupo possui serventia, cumpre uma função.

*Aí, o que que eu falo pra você? A pobreza dá lucro! Quando vem um circo grande que pá pra pro Shopping Vitória, sabe quem eles vão contratar para pegar aquelas tralhas de ferro, as lonas, aqueles troço tudo pesado dos caminhão? É lá no abrigo, onde acolhe a população em situação de rua. E por preço barato, para dar um pão com salame e refrigerante. – Ah nós quer, vão trabalhar todo dia, mas não vamos bater o dia inteiro não. Pra não dar o almoço. – Ah, nós vão pagar menos porque não é o dia inteiro, mas sempre passa daquele horário, então assim, é uma forma de escravizar a pessoa, e quando a pessoa não vai ele é vagabundo. Tá aí porque não gosta de trabalhar. Mas é porque ele sabe o valor do trabalho naquelas condições. (JORGE, 2020).*

E se o salário recebido pelos trabalhadores nos países dependentes já é corroído continuamente pela superexploração, o que dizer da renda recebida pelo trabalho informal em sua esfera mais instável possível, em situação de rua? É suficiente somente para a reprodução dessa condição de realização. Às vezes conseguem comprar alimento, outras recebem doações deles, e dificilmente será

---

<sup>99</sup> Lembramos que Jorge trabalhava com a catação de materiais recicláveis nos anos em que viveu em situação de rua e caracteriza a população em situação de rua como “o catador incansável”.

suficiente para formar um fundo que satisfaça o pagamento de moradia e demais necessidades básicas.

Observamos, portanto, que o contexto geral da dependência torna ainda mais dramática a realização e demonstra a realidade do mundo do capital, em um contexto no qual relações humanas são transformadas em relações entre coisas, sob a ideologia que defende que esse é o melhor modo de produção, pois supostamente é o reino da liberdade, onde todos são iguais perante a lei.

O que está presente no âmago do capitalismo é a violência e coerção.<sup>100</sup> Ao destituir pessoas dos meios de trabalho, obriga-as a vender sua única mercadoria no mercado, e no capitalismo dependente ainda há o agravante da depleção constante a que estão submetidos os países, e os mais penalizados são os trabalhadores, que pagam a conta vivendo na miséria e perdendo anos de vida em prol de uma sobrevivência difícil, penosa e de muito labor.

A seguir, expomos formas de trabalhar com a população em situação de rua em diversos países, iniciando com os centrais e seguindo com os dependentes, reiterando o debate feito até o momento.

O nosso foco no capítulo é a discussão das políticas sociais voltadas para a população em situação de rua, considerando o olhar que busca a totalidade. Apresentaremos informações sobre elas na Europa, Canadá, Austrália, Estados Unidos, Chile, Uruguai, Colômbia, Bolívia, Buenos Aires, México e Brasil.

## **2.5 Países centrais<sup>101</sup>**

Os países europeus que contam com estratégias para lidar com a falta de moradia são República Checa, Dinamarca, Grécia, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda e Portugal (BAPTISTA; MARLIER, 2019).

Um estudo europeu apontou ações de prevenção e intervenção precoce como fundamentais para o combate à situação de rua, pois, depois que as pessoas passam a viver em situação de rua, tanto os custos para contribuir com a sua saída dessa situação são maiores quanto é maior também a dificuldade de conseguirem sair dessa situação. E, quanto mais o tempo passa, piora também sua condição de

---

<sup>100</sup> Ver mais em Osório (2013).

<sup>101</sup> Reconhecemos a existência de particularidades entre esses países, sobre as quais não temos espaço para explorar. Nosso intuito nessa intitulação é a organização do texto, ao apresentarmos os dados desses países, nunca a título de comparar realidades tão diferentes.

saúde, conforme citação que segue: “A person’s mental and physical health deteriorates quickly once exposure to homelessness starts. Research has shown that the longer someone stays homeless, the more time and effort are needed for their reintegration.”<sup>102</sup> (EUROPEAN COMMISSION, 2013, p. 12).

Estudos do Reino Unido e da Alemanha ressaltam a necessidade do trabalho interdisciplinar para atender a população em situação de rua, especialmente entre as políticas de assistência e habitação. Esse país percebeu que mesmo existindo uma grande soma de recursos destinados à população em situação de rua, eles não atingem ao objetivo de contribuir para a saída das ruas quando inseridos em políticas descoordenadas, que não trabalham em conjunto. Além disso, reconhece que a família, os amigos e as comunidades religiosas são redes de apoio, podem contribuir de forma complementar, todavia nunca devem substituir os serviços públicos voltados para a população em situação de rua (EUROPEAN COMMISSION, 2013).

Uma proposta presente na pesquisa europeia, ao estudar a realidade da Alemanha, é o investimento na habitação e em políticas fiscais que combatam as perdas dos imóveis como forma de prevenção da rualização, buscando promover preços acessíveis de imóveis. E por haver uma complexidade de elementos presentes na população em situação de rua, são várias as áreas a serem trabalhadas tendo em vista prevenção, tais como família, gênero, políticas de saúde, migração, mercado de trabalho e educação. Eles sugerem aconselhamentos aos jovens, para que não abandonem a escola, assistência àqueles que buscam emprego, moradia e garantia do acesso a direitos básicos. Evidenciam que a elaboração de respostas segundo as necessidades inerentes às trajetórias pessoais é indispensável (EUROPEAN COMMISSION, 2013).

Com relação à fonte de renda, a pesquisa revelou que na Dinamarca, em 2013, 67% possuíam como principal fonte de renda benefícios em dinheiro, e somente 3% acessava salário. Na Alemanha, 8% possuem a renda vinda do trabalho. A maioria acessa os benefícios sociais. Em Budapeste, em 2013, 10% estavam inseridos no trabalho regular, e 25%, em trabalhos ocasionais (informais), dos quais 17% estavam na catação de materiais recicláveis. Eram 12% os que

---

<sup>102</sup> Livre tradução: “A saúde mental e física de uma pessoa deteriora-se rapidamente quando começa a exposição à vida nas ruas. A investigação demonstrou que quanto mais tempo uma pessoa permanece sem abrigo, mais tempo e esforço são necessários para a sua reintegração”.

acessavam benefícios em dinheiro e 11% mendigavam. Na Itália, em 2011, 28% trabalhavam e 9% recebiam benefícios de instituição pública. Na Holanda, 86% acessavam benefícios sociais enquanto 25% tinham renda advinda do trabalho formal. Na Polônia, em 2013, 39% recebiam benefícios assistenciais; 14,2% trabalhavam com catação, e somente 5,3% aferiam renda pelo trabalho; 13% estavam no chamado “Black market job”; e 11,1% acessavam aposentadoria por incapacidade de trabalho. Em Portugal, no ano de 2009, 29% acessavam benefícios sociais, e 11%, aposentadoria por idade ou incapacidade. Na Espanha, em 2012, 55% viviam da renda de outras pessoas que moram nas ruas, 29% vendiam objetos; 29% prestavam serviços. Entre os que vivem em abrigos, 52% trabalhavam. Na Suécia, em 2011, 5% trabalhavam enquanto 49% recebiam benefícios sociais (BUSCH-GEERTSEMA *et al.*, 2014).

No que diz respeito ao tempo de rua, na Dinamarca, em 2013, 23% viviam há menos de três meses nas ruas; 34%, entre 4 e 11 meses; 21%, entre um e dois anos; e 22%, há mais de 2 anos. Na Hungria, em 2013, 34% viviam há mais de 10 anos nas ruas. Na Itália, em 2011, 30% viviam há menos de três meses; 15%, há mais de 4 anos; 59%, menos de 1 ano. Na Polônia, em 2011, 31% viviam há mais de 8 anos; 50%, entre 2 e 8 anos; e 19%, há menos de um ano. Em Portugal, no ano de 2009, 48% viviam há mais de um ano. Na Suécia, em 2011, 25% das pessoas estavam em situação de rua há menos de 3 meses; 25% entre três meses e 1 ano; e 10% há mais de dez anos. Na França, 22% estavam há menos de três meses; 36%, entre 3 meses e 1 ano; 27% entre 1 e 3 anos; e 15% há mais de 3 anos (BUSCH-GEERTSEMA *et al.*, 2014).

Sobre as doenças que afetam a população em situação de rua, na Dinamarca, em 2013, 47% apresentavam sofrimento psíquico; 65% consumiam álcool e outras drogas, sendo 38% álcool, 36% maconha e 20% drogas pesadas. Na Hungria, em 2013, 38% apresentavam doença ou incapacidade permanente, e 35% consumiam álcool várias vezes por semana. Em Budapeste, 83% nunca usou nenhuma droga. Na Itália, em 2011, 35% possuíam alguma incapacidade ou consumia álcool e outras drogas. Na Holanda, 87% relataram doença ou incapacidade no mês anterior à pesquisa, e 43% dos adultos consumiam maconha. Em Portugal, no ano de 2009, 11% estavam em sofrimento psíquico; 28% consumiam drogas; 19%, álcool. Na Suécia, em 2011, 36% relataram problemas na saúde mental; 40% consumiam álcool e outras drogas. Na Finlândia, em 2009, 89%

estavam em sofrimento psíquico; 82% consumiam álcool e outras drogas, sendo 60% álcool, 15% outras drogas, e 8% álcool e outras drogas (BUSCH-GEERTSEMA *et al.*, 2014).

There is widespread evidence of the association between homelessness and unemployment, although the extent to which homeless people are engaged in paid work varies considerably, from less than 5% in some countries to as much as 25% in others.<sup>103</sup> (BUSCH-GEERTSEMA *et al.*, 2014, p. 75).

Um estudo holandês calculou que cada euro investido na prevenção da situação de rua gera a economia de € 2.20 nas áreas onde há atendimento à população em situação de rua, como os cuidados emergentes de saúde, serviços psiquiátricos, prisões, polícia, procedimentos judiciais e alojamento temporário. Na Escócia, um estudo de 2010 constatou que, enquanto o investimento com realojamento custou £ 5.300 por pessoa por ano, as medidas de prevenção ao despejo dificilmente passaram de £ 600.79. Na Áustria, em 2007, enquanto a prevenção custava 370 euros, o custo da reintegração era de 460 euros por mês, e a média era maior que 12 meses (EUROPEAN COMMISSION, 2013).

Um modelo presente na forma de lidar com o processo de rualização da Europa é o de “escada” (principal utilizado no Brasil e em outros países da América Latina), de maneira que antes do alojamento permanente há o cumprimento de estágios, que normalmente abarcam longos períodos em instituições de acolhimento. É importante notar que a Europa percebeu que esse modelo, além de não atender adequadamente às necessidades das pessoas que usam os serviços, exige custos mais altos do que o modelo de habitação, e nos últimos anos criaram uma outra estratégia: o *Housing First*. Como o nome sugere, centra o início das ações na moradia (EUROPEAN COMMISSION, 2013).

Modelos de escada também são vistos na América Latina. A exemplo, destacaremos nesse capítulo a escada da superação do modelo chileno – vão na mesma direção Brasil e Colômbia. Mesmo com todas as diferenças em relação aos países centrais, há um mesmo modelo para responder ao processo de rualização.

---

<sup>103</sup> Tradução nossa: "Há uma evidência generalizada da associação entre os desabrigados (sem-teto) e o desemprego, embora o número de pessoas sem-teto envolvidas em trabalho remunerado varie consideravelmente de menos de 5% em alguns países para até 25% em outros."

Todavia na Europa a forma de lidar com a rualização está sendo alterada para o *Housing First*.

Na Europa, o número de pessoas em situação de rua inseridos em empregos permanentes é pequeno. Os motivos apontados presentes no documento da comissão europeia são o baixo nível instrucional, que lhe impede de cumprir requisitos básicos para boa parte dos empregos. Os problemas de saúde, tanto físicos quanto mentais, são maiores entre as pessoas em situação de rua e aqueles impedidos de acessar uma habitação adequada.

A resposta tradicional à situação de rua é a oferta de instituições de acolhimento, mas destacam que alguns abrigos oferecem apoio na busca de emprego. Na Áustria, República Checa, Dinamarca, França e no Reino Unido, eles são inseridos na venda de jornais nas ruas. Apesar do reconhecimento de que empregos precários não contribuem para o rompimento com a pobreza, são vistos como importantes. Destacam ainda a necessidade de o rendimento dos trabalhos serem superiores ao valor dos benefícios (EUROPEAN COMMISSION, 2013).

Na República Checa, desde 2013 a atenção é voltada à prevenção da ausência de moradia ou à garantia do acesso a esse direito. A Itália, desde 2015, também adota esse modelo. A Holanda conta com um conjunto de estratégias que buscam promover o acesso a habitações permanentes. Tem como foco também a promoção e trabalha a partir das necessidades dos *homeless*. Portugal caminha para respostas no que diz respeito à moradia permanente. Projetos do *Housing First* fazem parte de suas medidas estratégicas. A abordagem espanhola também prioriza habitações ao invés de alojamentos. A Grécia promove prevenção ao desabrigoamento e respostas que garantem moradia aos *homeless* (BAPTISTA, MARLIER, 2019).

O ponto comum de todas essas estratégias é a moradia, estratégias que respondam a essa necessidade, não somente em abrigos<sup>104</sup>, alojamentos ou albergues, e sim em moradias permanentes. Aqui vemos uma grande diferença com relação às respostas latino-americanas. As pesquisas europeias apontam a falta de moradia como um dos principais motivos para a situação de rua, logo há coerência em estratégias que seguem o *Housing First*.

---

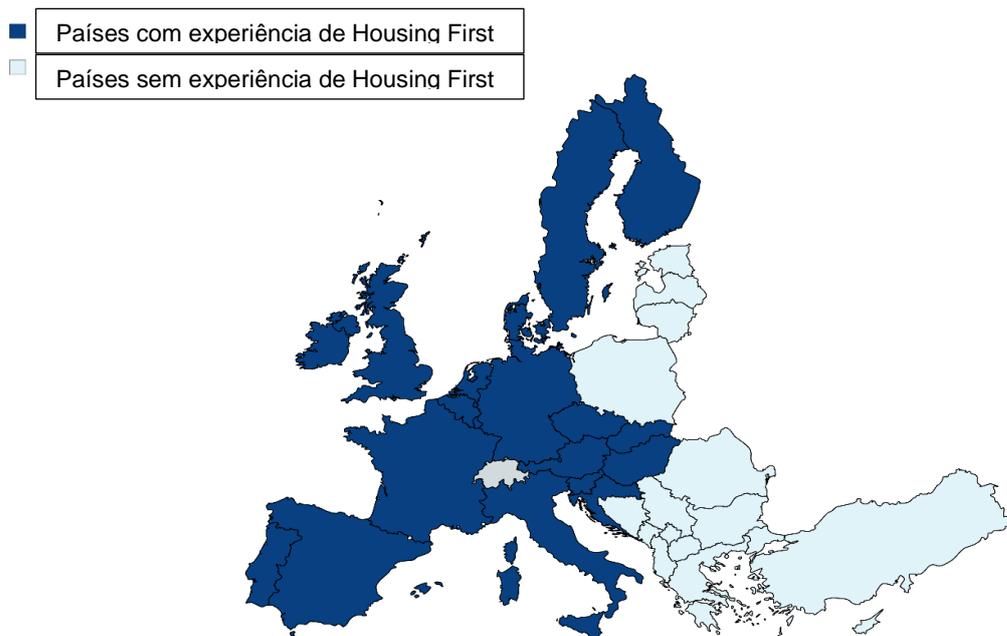
<sup>104</sup> Segundo Baptista e Marlier (2019, p. 78), todos os 35 países europeus contam com abrigos noturnos.

Perguntamos aos entrevistados se tinham alguma proposta para a melhoria dos serviços voltados para a população em situação de rua, algo que contribuiria com sua saída das ruas. As respostas apresentaram dois pontos centrais: o emprego e a habitação. Vejamos uma dessas falas:

*Mais em, agora, eu vou falar, de tanto negócio, de tanto lote que tem aí, vazio aí, espalhado por aí, tanta pessoa que tá na rua, necessitando de uma casa, e as vezes a pessoa nem é usuária de droga e tá necessitando de uma casa. Aí, tanta pessoa com lote aí, aí abre uma coisa, abre outra, e a pessoa tem que ficar na rua, aí o povo, a comunidade, ainda reclama. Se eles pudessem comprar uma casa pra nós, ou um lote, pelo menos, pra nós construir, tava bom. Mais eles não faiz. Entendeu? [...] Tanto lote vazio aí, ninguém dá uma casa pro ser humano. (GABRIEL, 2020).*

Dizer sobre a presença do *Housing First* na Europa não significa que somente estratégias vinculadas a ele existam. O modelo comum da América Latina, de escada, também é visto na Europa, e usado na maioria dos países, oferecendo moradias temporárias, como ocorre na América Latina. Todavia há uma tendência de mudança desse modelo para o *Housing First*, que apresenta ótimos resultados. Enquanto o modelo de escada vive em crise, o novo modelo com foco na moradia permanente ganha espaço. E, segundo Baptista e Marlier (2019, p. 89), 20 países da União Europeia contam com programas, projetos ou estratégias gerais cuja base é o *Housing First*. Vejamos na próxima figura quais são esses países:

Figura 9 – *Housing First* nos países europeus



Fonte: Baptista e Marlier (2019, p. 89)

Ainda que o *Housing First* esteja presente em tantos países, a sua difusão não é tão ampla. Os países vivem diferentes momentos do desenvolvimento dessa estratégia. Enquanto a difusão é maior na Europa Ocidental, é menos comum na Europa Oriental (BAPTISTA; MARLIER, 2019).

Há predominância da abordagem do *Housing First* na Alemanha, Dinamarca, Finlândia e Reino Unido. O modelo de escada está presente com força, porém há forte tendência de mudança para o *Housing First* na Espanha, França, Luxemburgo e Itália. Em Portugal, o modelo de escada predomina, e há iniciativas em pequena escala do *Housing First* (BAPTISTA; MARLIER, 2019).

O Canadá conta com a *Canada's Homelessness Strategy*, cujo objetivo é prevenir e reduzir a falta de moradia no local. Oferece financiamento para isso. Objetiva reduzir o número de pessoas em situação de rua e também o número de pessoas que regressam à situação de rua, com metas específicas para os indígenas. Tem como meta reduzir em 50% a falta de habitação crônica até 2028 (CANADA, 2020).

O foco da estratégia canadense é a habitação. Envolve investimentos em comunidades urbanas identificadas com um alto número de pessoas em situação de rua, em zonas rurais, apoio especial para indígenas, estabelecendo reservas para sua moradia, e financiamento de projetos inovadores voltados para a população em situação de rua (OECD, 2019).

O primeiro passo é fazer contato com as pessoas em situação de rua ou em risco de passar pelo processo de rualização. O segundo é fazer uma triagem, com o intuito de garantir sua segurança, contribuindo para a prevenção da situação de rua e buscar outros serviços e apoios informais, na tentativa de evitar o encaminhamento a abrigos. Os indivíduos e as famílias são apoiados a ficar alojados ou a acessar outros serviços que lhes apoie para “resolver” a questão habitacional. Nos casos dos que já estão em situação de rua, as pessoas passam por uma nova avaliação, na qual são determinadas necessidades e preferências. Em seguida as famílias são priorizadas para recursos habitacionais segundo as preferências apontadas. E depois são encaminhados de acordo com as vagas existentes e, por fim, acessam recursos de moradia (OECD, 2019).

Uma importante linha de ação no Canadá é a prevenção. Reconhece a relevância de cozinhas populares e abrigos para a população em situação de rua,

todavia reconhece que tais serviços não contribuem com a redução de pessoas desabrigadas. A ideia é prevenir a falta de abrigo antes que se concretize, e retirar as pessoas rapidamente quando chegam às ruas (HOMELESSHUB, 2021).

A prevenção é buscada em três âmbitos: estrutural (questões econômicas e sociais como a pobreza, discriminação, falta de moradia), sistemas públicos (dificuldade de acesso aos sistemas públicos) e individuais (sofrimento psíquico, consumo de álcool e outras drogas, violência<sup>105</sup>) (HOMELESSHUB, 2021).

No Canadá perceberam que o gasto com os desabrigados é maior nos abrigos e em hospitais – respectivamente US\$ 1.932 e US\$ 10.900 – do que se investissem em suplementos para aluguel ou em habitação social – respectivamente US\$ 701,00 e US\$ 199,92 (HOMELESSHUB, 2021).

Na Austrália, a questão habitacional também possui um peso importante ao falar de *homeless*. A previsão de investimentos para a área habitacional em 2020/2021 foi de 8,4 bilhões de dólares australianos, sendo que somente o apoio com o aluguel seria de 5,5 bilhões. Os *homeless* também possuem benefícios no que diz respeito ao financiamento.

Entre os programas, existe o *Reconnect*, que contribui com a procura de acomodações, de trabalho, com o convívio familiar e com a permanência na escola e na comunidade. Seu objetivo é “quebrar o ciclo da falta de moradia”. A Austrália conta também com abrigos emergenciais para mulheres e crianças que sofreram violência no âmbito familiar (AUSTRALIA, 2020).

O *Homelessness Australia*, um órgão nacional que atua com trabalho voluntário, trouxe uma expressão para tratar o *homeless* que nos chama atenção por sua semelhança ao termo usado para designar os que vivem nas ruas no Brasil e em outros países latino-americanos. Eles falam de “*people experiencing homelessness*” – em uma tradução exata, pessoas que vivem a falta de moradia, semelhante ao termo *pessoas em situação de rua*. A sua justificativa é indicar que a pessoa vem antes da situação em que se encontra e que a vida nas ruas não é uma sentença “uma vez nas ruas, sempre nas ruas”, mas sim um quadro que pode ser mudado (HOMELESSNESSAUSTRALIA, 2021).

Com relação aos Estados Unidos, um grupo dentre a população em situação de rua que ganha uma atenção especial no local, com a presença de pesquisas

---

<sup>105</sup> Lembramos que não temos concordância com esses elementos considerados enquanto individuais. Essa é a divisão presente na fonte citada.

voltadas para conhecer melhor seu número e perfil e também com a presença de programas e serviços voltados para eles, são os veteranos.

O relatório 116 do Congresso dos Estados Unidos aponta para a necessidade de maior financiamento e que o governo federal precisa cumprir as metas estabelecidas para o fim da ausência de moradia. Trouxe também uma dotação orçamentária de US\$ 1 bilhão para atender populações desabrigadas e envolve subsídios para moradia (CONGRESS, 2019).

## 2.6 América Latina<sup>106</sup>

Seguimos agora para as reflexões sobre a população em situação de rua na América Latina. Lembramos que para a matriz residual, com a visão da Nova Direita, o Estado cumpre a função de buscar ativar para o trabalho os que são assistidos por ele. Destacamos a seguir ações estratégicas presentes na Política Nacional Brasileira para a inclusão social da população em situação de rua<sup>107</sup> que expressam isso.

1. Inclusão da população em situação de rua como público-alvo prioritário na intermediação de emprego, na qualificação profissional e no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e com o setor público para a criação de novos postos de trabalho;
2. Promoção de capacitação, qualificação e requalificação profissional da população em situação de rua. (BRASIL, 2008, p. 16).

Além da ativação para o trabalho, percebemos também a noção implícita de responsabilização dos próprios indivíduos pela situação vivida, ao propor a capacitação e qualificação profissional, como se essa capacitação promovesse a inserção em um emprego e consequente saída da situação de rua. A população em situação de rua apresenta multifacetadas expressões da questão social, e sua

---

<sup>106</sup> A mesma observação feita no ponto países centrais aplica-se para a América Latina. Existem particularidades entre esses países. Como forma de organização textual, apresentamos dessa forma.

<sup>107</sup> Com as reflexões aqui expostas, não temos o objetivo de perder de vista o avanço dessa política. Por isso, salientamos que a criação da política nacional voltada para a população em situação de rua foi uma vitória dos movimentos sociais, fruto de muita luta, e prevê a garantia de direitos importantíssimos para a população em situação de rua. E a luta precisa continuar no sentido de que sejam garantidos os direitos preconizados em tal política, que virou lei por meio do Decreto 7.053/2009.

existência ocorre como produto do modo de produção capitalista, de sua lei geral de acumulação<sup>108</sup>.

A implantação do neoliberalismo, com suas privatizações e defesa de intervenção mínima do Estado no âmbito social, trouxe como consequência aumento do desemprego e da pobreza. Na Argentina, tal contexto contribuiu para o crescimento no número de pessoas em situação de rua. A resposta estatal para tal expressão da questão social foi a criação do “Programa Sin Trecho”, aprovado pelo Decreto 607/997. A introdução, presente como anexo a essa legislativa, defende a parceria público-privada como forma de solucionar o problema, conforme a citação que segue:

Es así que se hace indispensable la coordinación con ONGs que se dediquen a ayudar este tipo de población. Ello permite la participación de estas organizaciones en la solución de los problemas, colaborando y aunando esfuerzos con el Gobierno de la Ciudad (Secretaría de Promoción Social), a fin lograr la optimización de las tareas emprendidas para el rescate de la gente de la calle. (ARGENTINA, 1997).

Tal questão também é vista na Política Nacional para a população em situação de rua de Costa Rica, que em seu objetivo geral demonstra a associação de ações governamentais e não governamentais na proteção da população em situação de rua. Entre as ações estratégicas, estão presentes a capacitação profissional e a criação de “opciones laborales”, em uma nítida tentativa de ativação para o trabalho, outra característica da matriz residual (COSTA RICA, 2016).

A normativa argentina evidencia desde a introdução a formação de equipes de abordagem social. Os que aceitassem seriam levados para dormitórios, o que enfatiza o caráter transitório dessa assistência, pois serviria como alojamento noturno, local para realização de higiene pessoal, onde seria servido alimentação. Estabelece também a presença de albergues, igualmente com ênfase para seu caráter transitório. Os objetivos dos programas destinados à população em situação de rua, chamados de “sin trecho”, permitem-nos mais uma vez perceber a presença da inspiração na matriz residual de proteção social. O público-alvo está entre os mais pobres, visto que atende aos que não possuem recursos econômicos e passam por uma emergência habitacional. A resposta estatal é oferecer assistência transitória associada à orientação visando solucionar a referida emergência.

---

<sup>108</sup> Discutimos a lei geral de acumulação com o debate em torno da superpopulação relativa no primeiro capítulo.

Entre os objetivos específicos, encontramos o oferecimento da inclusão desse grupo populacional nos programas de atendimento e a oferta de alojamento visando atender às necessidades básicas. Temos também:

Diagnosticar y tratar socialmente a los grupos familiares alojados con un abordaje interdisciplinario para lograr cambios que permitan superar la situación de emergencia.

Establecer acciones de coordinación con organizaciones no gubernamentales que presten este tipo de servicios, tendiendo a la organización de una red de prestaciones inherentes a la problemática enunciada. (ARGENTINA, 1997, grifo nosso).

Além da presença evidente da matriz residual, abarcando a focalização e seletividade, temos também a presença das redes de serviços, assim como no decreto brasileiro, que instituiu a Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua.

Destacamos as primeiras palavras da citação com o intuito de sobrelevar o individualismo, encobrando o caráter de classe das relações sociais. Além disso, indicam a culpabilização das pessoas em situação de rua.

Na “Política Nacional de Calle”, do Chile, assim como na política brasileira, há presença constante dos termos “risco” e “vulnerabilidade”, que possuem inspiração em autores tal como Castel (2005) e servem para ignorar a responsabilidade do modo de produção capitalista para a existência do processo de rualização. Da mesma maneira que destacamos a presença da formação de redes e sua inspiração da matriz residual no decreto argentino, ela também está presente nos objetivos da política chilena (CHILE, 2015).

Outro objetivo da política chilena é o fortalecimento e restabelecimento de vínculos familiares e comunitários. No Brasil esse também é um dos objetivos dos serviços voltados para a população em situação de rua segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Isso nos remete ao princípio da subsidiariedade, também presente na matriz residual. Afinal, por esse princípio primeiro a responsabilidade é da família e da comunidade; na ausência ou incapacidade destes que o Estado intervém.

Com relação às estratégias no âmbito da assistência, uma das ações propostas é a “Inclusão de pessoas em situação de rua no Benefício de Prestação Continuada e no Programa Bolsa Família” (BRASIL, 2008, p. 18). Discutimos sobre a ênfase da Nova Direita na matriz residual em defender a transferência de renda

para atender aos mais pobres entre os pobres, e a proposta aqui se vincula exatamente a tais transferências.

O Chile conta com uma Política Nacional, aponta para a ideia de inclusão social da população em situação de rua, com vistas a contribuir para a “superação” do processo de rualização.

La Política Nacional de Calle tiene por objeto contribuir a la inclusión social de las personas en situación de calle, revirtiendo los prejuicios y conductas discriminatorias hacia este grupo de la población, y reconociendo sus derechos y aptitudes para superar la situación de calle, mediante el despliegue de estrategias, acciones y compromisos intersectoriales en favor de las personas que viven o podrían llegar a vivir en situación de calle. (CHILE, 2015, p. 19).

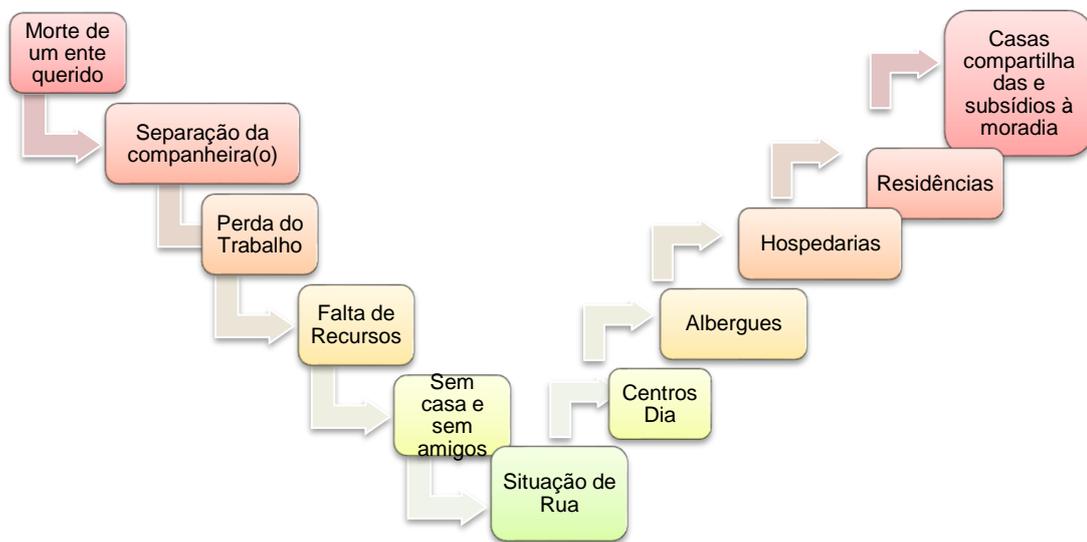
Entre os objetivos específicos, estão presentes a efetivação de uma rede de alojamentos e serviços básicos financiados pelo Estado, o favorecimento à recuperação dos vínculos familiares e a diminuição das barreiras para o acesso a melhores trabalhos. A questão das redes faz parte das políticas sociais que seguem a matriz residual, conforme discussão feita na tese, e juntamente com a questão do fortalecimento ou recuperação dos vínculos familiares, são elementos presentes nas políticas sociais voltadas para a população em situação de rua nos países dependentes.

A proposta chilena para combater o processo de rualização baseia-se nos seguintes pontos: conhecer a situação de rua, prevenir o processo de rualização, proteger os que passam por esse processo e promover a “superação” da situação de rua. Esses elementos abarcam estratégias tais como a institucionalização de um cadastro nacional a cada cinco anos, registro de todas as pessoas em situação de rua, geração de instâncias de participação, promoção de pesquisas sobre a situação de rua, identificar as pessoas em risco de passar pela rualização, facilitar o acesso aos serviços do Estado, promover um trabalho com os profissionais que lidam com a população em situação de rua, para que eles os percebam como detentores de direitos (CHILE, 2015).

No que diz respeito à “superação” da situação de rua, estão presentes a elaboração e a implementação de uma rede de atenção básica à população em situação de rua, bem como atender a esse grupo populacional pelos programas de moradia, apoiar o acesso ao emprego, promover capacitação laboral e promover o melhor acesso a programas de educação junto ao público-alvo (CHILE, 2015).

O modelo chileno apresenta a escada da superação, conforme a figura seguinte. Sua ênfase é a individualização. Os degraus descidos pelas pessoas que vivem a rualização são representados pelos motivos que permeiam a expressão da questão social e os serviços e programas sociais os degraus que as levam à “vida independente”, expressão usada na referida pesquisa.

Figura 10 - Escada da Superação



Fonte: elaboração própria com base em Chile (2012, p. 22)

Vejamos a partir de tal modelo apresentado uma visão que percebe a população em situação de rua a partir de uma concepção individual. O individualismo e a culpabilização dos sujeitos que vivenciam o processo de rualização são nítidos na referida figura, que traz a escada da superação. Modelos como esse, de escada, e também as redes e trampolins, são formas presentes na matriz residual.

O Uruguai iniciou o *Programa de Atención a los sin techo*, que, em 2005, a partir de 2010 passou a se chamar *Programa de Atención a la situación de calle*. Seu objetivo é a reinserção da população em situação de rua na sociedade, tendo em vista a “superação” do processo de rualização. Envolve uma abordagem inicial na qual a equipe avalia qual será o encaminhamento, o espaço provisório do

abrigo noturno, abrigos, moradias transitórias e centros dia (PERCIANTE, 2011).

O *Programa de Atención a Personas en Situación de Calle* (Pasc) tem como objetivo

Brindar contención y atención de calidad en los aspectos de alimentación, higiene, salud y documentación –entre otros-, a personas en situación de calle, diseñando estrategias personalizadas y acciones hacia el desarrollo de todas sus capacidades como ciudadanos en el pleno ejercicio de sus derechos y deberes. (MIDES, 2013, p. 5).

Envolve a equipe central que faz a gestão do programa, a equipe da rua, que atende as pessoas nas ruas, a porta de entrada. Trata-se de um “*centro de diagnóstico*”<sup>109</sup> onde as pessoas que necessitam de acolhimento passam para serem encaminhadas, segundo seu perfil e vagas disponíveis. Há também os centros de atenção, que funcionam em modalidades distintas, e o “*call center*”, onde são recebidas chamadas sobre situações de rua (MIDES, 2013, p. 5).

A estrutura de funcionamento do Programa é semelhante ao que é feito no Brasil. Conta com equipes de abordagem social, que lidam com o grupo populacional aqui estudado nas ruas, e os Centro Pop, onde as pessoas em situação de rua passam por uma triagem e são encaminhadas a instituições de acolhimento, abrigos, albergues e centros de acolhida.

O Uruguai conta com diferentes modalidades de atenção, com atendimento diurno, noturno e 24 horas. Os noturnos são separados em três níveis. O primeiro possui maior flexibilidade quanto ao cumprimento de normas. Os centros 24 horas são voltados para crianças, mulheres e pessoas com mais de 55 anos. Há também as casas de meio caminho. Nelas, os que utilizam o local pagam uma quantia mensal referente aos gastos com alimentação. Os que vivem em sofrimento psíquico acessam as chamadas casas assistidas, enquanto aquelas com necessidades especiais, que necessitam recuperar-se de alguma doença, utilizam um centro específico a esse propósito. A grande maioria dos centros que fazem parte do Pasc localiza-se em Montevideo (MIDES, 2013).

Desenvolve o *Programa Calle*, que utiliza trabalho individual, comunitário, em redes e com captação ativa. Envolve casas abertas durante o dia para adultos em situação de rua, centros dia específicos para idosos, ambulatórios para lidar com a

---

<sup>109</sup> Expressão usada no documento.

questão do consumo de entorpecentes e gestão de danos (MIDES, 2013; MONTEVIDEO, 2014).

O *Programa Calle* oferece acolhimento temporário, centros dia, abrigos noturnos, casas coletivas, unidades habitacionais e instituições de longa permanência que visam contribuir para que a rualização deixe de ser algo crônico (MIDES, 2020; MONTEVIDEO, 2014).

Faz parte do *Programa de Atención a la Situación de Calle* o acolhimento em casas de longa permanência. Cada cômodo tem 15 m<sup>2</sup>, acomoda duas pessoas e contém duas camas, quatro jogos de roupa de cama, quatro mantas, quatro jogos de toalhas, dois armários, banheiro, geladeira, mesa, duas cadeiras e um micro-ondas. Para conseguir uma vaga nessas casas com acomodações individuais, sob a responsabilidade dos participantes, eles passam por uma avaliação prévia pela equipe técnica. É feita uma entrevista levando em conta a trajetória no programa, as redes de vinculação da pessoa, sua situação socioeconômica, se conseguiu uma inserção laboral, situação de saúde, educação, convivência, consumo de drogas e a capacidade de gerir a própria vida. As recomendações da equipe técnica têm um peso alto nas decisões dos selecionados (MIDES, 2020).

Os selecionados comprometem-se a seguir normas estabelecidas; em caso de descumprimento, podem perder a vaga. A limpeza é de responsabilidade dos que utilizarão o espaço, tanto seus cômodos individuais quanto os espaços coletivos, como a cozinha e demais espaços comuns devem ser limpos por eles (MIDES, 2020).

A Colômbia elaborou a Política Pública Social para Habitante de Calle (PPSHC). Seu objetivo geral é

Garantizar la promoción, protección y restablecimiento de los derechos de las personas en situación de calle, mediante acciones para la atención integral e inclusión social, que permitan la superación de su situación y la mitigación y reducción del daño ocasionado por la forma de vida en calle, en el marco constitucional del respeto a la ley, la convivencia armónica, la autonomía y la libre determinación de las personas para desarrollar su proyecto de vida. Así mismo, busca establecer medidas de prevención frente al fenómeno de habitanza en calle, priorizando tanto a los habitantes en calle, como a los niños, niñas y adolescentes en situación de calle y alta permanencia en calle. (COLOMBIA, 2018, p.73).

Está presente nos objetivos específicos a formação para o trabalho associada à responsabilidade social empresarial, e as redes de apoio são apontadas como

fundamentais para a proteção dos que vivem em situação de rua (COLOMBIA, 2018).

Os três pontos em que se estrutura a Política são a prevenção, atenção aos que vivem em situação de rua tendo em vista o restabelecimento de direitos e inclusão social e articulação interinstitucional e fortalecimento estatal para implementação da política (COLOMBIA, 2018).

O país conta com o “Plan Nacional de Atención para los Habitantes após Situación de Calle”, cujo objetivo geral é desenvolver ações preventivas e de atenção para o restabelecimento de direitos e inclusão social dessa população, e os específicos são bem parecidos com os da Política (PPSHC), incluindo o desenvolvimento humano integral, atenção em saúde, formação para o trabalho, mobilização cidadã e redes de apoio.

Destaca três áreas: familiar, social e o âmbito de atuação individual. O documento colombiano diz o seguinte sobre esse último:

La intervención individual está dada por una serie de pasos con cierto orden lógico, sin embargo no pueden entenderse como un proceso lineal en sentido estricto. Cabe recordar que en el proceso de atención con los HC<sup>110</sup> hay múltiples entradas y salidas, dependiendo en gran medida de la voluntad del HC. (COLOMBIA, 2018, p. 117).

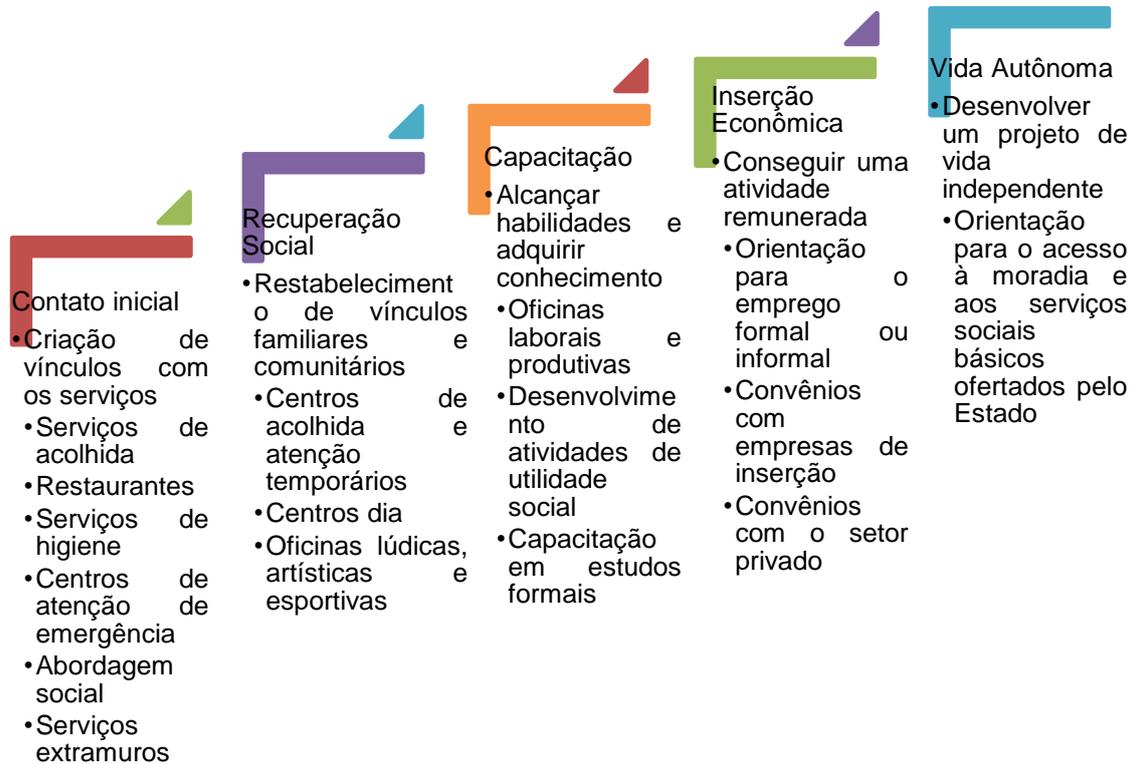
Nesse parágrafo, identificamos duas questões centrais. A primeira é a questão dos passos individuais. Isso remete à ideia da escada da superação do modelo chileno, ainda que aqui não apareça a palavra “escada” ou uma figura que a descreva. A segunda é a responsabilização da pessoa em situação de rua por sua condição, pois as entradas e saídas dependerão de sua vontade.<sup>111</sup> A figura seguinte mostra os passos apontados pela proposta colombiana e seus objetivos e os serviços envolvidos no respectivo passo. Faz parte do Modelo Social de Atención Integral para los Habitantes de Calle (MSAIHC), e apresentamos no formato de escada para melhor observação do processo apontado, evidenciando as semelhanças do modelo chileno e colombiano.

---

<sup>110</sup> Habitantes de calle.

<sup>111</sup> Discordamos completamente dessa concepção. Vemos a situação de rua com seus processos de realização como uma expressão da questão social, uns produtos do capitalismo, e no último capítulo voltaremos a trabalhar esse assunto, questionando a ideia da escolha, no ponto “escolha ou contingência”.

Figura 11 - Passos da Superação na Colômbia



Fonte: elaboração própria com base em Colômbia (2018)

Logo após a apresentação dos passos com seus objetivos, há reiteração da noção de escolha da situação de rua, conforme segue:

Los pasos sugeridos se encuentran acorde a las fases de la atención mencionadas anteriormente. Se recuerda, nuevamente, la alta probabilidad de que los habitantes de calle solo desarrollen el primer paso pues habrá personas que por sus niveles de deterioro en su salud física y mental, sus escasas posibilidades de inserción laboral o desarrollo de una vida autónoma, o por el momento vital en el que se encuentran no van a iniciar procesos de incorporación social. En este caso los objetivos se relacionan con la reducción del daño y la posibilidad de ofrecer espacios intermedios para mejorar la calidad de vida de las personas que optaron por la vida en calle. (COLÔMBIA, 2018, p.118).

Está nítida a culpabilização interligada à visão da escolha, aludindo à ideologia liberal e à desreponsabilização do Estado quanto à existência de pessoas que vivem no extremo oposto a qualquer direito social, cujas vidas são representações constantes de violações de direitos sociais e direitos humanos mais básicos.

É uma visão superficial, não apreende o todo, não percebe que o cerne do problema não são as pessoas que vivem em situação de rua, e sim o modo de

produção capitalista, com as consequências da concretização de sua lei geral de acumulação.

E já apresenta uma desculpa para o grande número de pessoas nas ruas e para uma possível ineficácia do plano traçado. Falam que boa parte não conseguirá inserção laboral, porém, dentro dos serviços, no passo *inserção econômica*, há orientação para empregos formais ou informais, e, segundo dados da pesquisa de Bogotá, que foi usada no documento colombiano acessado (na falta de uma pesquisa nacional), temos que a maior parte dos que vivem nas ruas têm o trabalho como principal estratégia de sobrevivência. Isso é nítido nos dados de Bogotá (2018), que apresentam: 39,7% trabalham com reciclagem; 17,1% limpam vidros e cuidam de carros e venda ambulante; 9,7%, outras atividades; 3,1% cantam, fazem malabares ou artesanato; e 19,5% pedem dinheiro.

Ora, essas pessoas primordialmente possuem o trabalho como centro de suas vidas, logo a questão central não é a incapacidade individual de adaptação a um trabalho, mas sim o nível de barbárie a que chegamos na sociedade capitalista, produtora de um crescente grupo de pessoas destituídos de quase tudo. E pior ainda: há naturalização dessa expressão da questão social, sob a ótica da escolha, da concretização da liberdade.

O segundo âmbito destacado pelo documento, o familiar, visa restabelecer vínculos com as famílias, reestruturando sua rede de apoio, objetivando “cambiar hábitos y conductas que promueven la permanência em la vida em calle.” (COLOMBIA, 2018, p. 118). Percebemos novamente a redução da situação de rua a ações individuais. Essa é uma linha de defesa dentro de todo o documento, conforme destacamos por meio das citações.

A última área destacada é a social, voltada para o restabelecimento de vínculos comunitários, fortalecendo redes sociais e comunitárias. Segundo o documento, é necessário

[...] que esta población se involucre con redes distintas a aquéllas presentes en el fenómeno de habitanza en calle. La oportunidad de participar en redes relacionadas con artes, lúdica, deporte, oficios, apoyo psicosocial, estudio, entre otras, les permitirá no sólo relacionarse de una manera diferente con el grupo de personas con las cuales está participando en su proceso, sino también vincularse con la sociedad de manera distinta. Pertenecer a grupos distintos a los de la calle, le permitirá valorar los sistemas de regulación compartidos por el resto de la sociedad. (COLOMBIA, 2018, p. 119).

Repetidamente a política colombiana assegura o caráter individual do processo de realização e de sua “superação”. Aqui aparece como se fosse um problema de relacionamento, como se bastasse uma “vinculação” à sociedade e seguir sistemas de regulação sociais para sair das ruas.

Na Bolívia não há regulamentação específica para garantir direitos para a população em situação de rua adulta e idosa. As legislações existentes são voltadas para as crianças em situação de rua (LACUNZA, 2018).

Na Argentina, não encontramos leis ou políticas voltadas para a população em situação de rua de abrangência nacional. Buenos Aires conta com a Lei 3.706, de 13 de dezembro de 2010, que versa sobre a proteção e os direitos da população em situação de rua. Seu objetivo é, segundo o artigo 1º, “Proteger integralmente y operativizar los derechos de las personas en situación de calle y en riesgo a la situación de calle.” (BUENOS AIRES, 2010).

A supracitada lei estabelece como dever do Estado a promoção de ações educativas visando à redução da discriminação para com a população em situação de rua; a remoção de obstáculos “que impiden a las personas en situación de calle o en riesgo a la situación de calle la plena garantía y protección de sus derechos, así como el acceso igualitario a las oportunidades de desarrollo personal y comunitario”, a formulação e implementação de políticas públicas em diferentes áreas, como saúde, educação, assistência e trabalho, destinadas à população em situação de rua, capacitação dos trabalhadores que lidam com o público-alvo dessa legislação, participação da sociedade civil, realização anual de um levantamento sobre a população em situação de rua para conhecimento, pautar elaboração de políticas sociais para esse público e difusão da informação sobre os seus direitos. Os dois grandes direitos garantidos pela Lei de Buenos Aires são o direito à cidade, com a utilização do espaço público, e o direito ao acesso aos serviços de assistência social (BUENOS AIRES, 2010, s/p).

Buenos Aires possui o *Programa Buenos Aires Presente*. Trata-se de equipes compostas por assistentes sociais, psicólogos e agentes sociais que percorrem a cidade oferecendo orientações a pessoas em situação de rua, sobre seus direitos, e aquelas que aceitam acolhimento recebem o transporte para os abrigos. As ações dessas equipes são semelhantes ao que temos no Brasil com as equipes de abordagem social. Outro trabalho realizado no local é a distribuição de alimentos e bebidas quentes e cobertores (BUENOS AIRES, 2021).

## Segundo uma avaliação da ONG Médicos do Mundo,

[...] las políticas sociales del Estado de la ciudad de Buenos Aires, continúan con un diseño de “assistencialismo focalizado” reproduciendo enfoque de caridad/ beneficencia público con fragmentación de “beneficios/ beneficiarios” según “prueba de medios”, con ineficiencia e ineficacia en sus intervenciones, demostrando un gran déficit de impacto para poder cambiar/ transformar las situaciones de exclusión social crónica de miles de personas en situación de calle de la Ciudad existentes. La Ciudad continúa careciendo de un Sistema de Protecciones Sociales Público con universalidad, integralidad e interdependencia de derechos, sin planificación estratégica con graves vulneraciones y desfinanciamiento estructural. (CESBA, 2015, p.17).

No México não encontramos uma Política Pública Nacional voltada para a população em situação de rua. A Cidade do México conta com o Programa de Direitos Humanos, que em seu capítulo 29 trata sobre os direitos da população em situação de rua. Em seu primeiro ponto, há destaque das obrigações do Estado na garantia de direitos como a vida, saúde, educação, moradia adequada, trabalho digno, alimentação saudável, cultura, liberdade, entre outros (CDMX, 2016).

Sin embargo, dentro de esas exclusiones acumuladas algunas son determinantes, pues impiden el ejercicio pleno de otros derechos, haciendo imposible la restitución de condiciones que les permitan acceder a una vida digna y evitar la reproducción de la pobreza. Los derechos llave que es menester restituir de forma urgente son: derecho a la identidad, igualdad y no discriminación, vivienda y salud. Dependiendo del análisis que se haga de las problemáticas que enfrentan las poblaciones callejeras destacarán más algunos aspectos que otros. (CDMX, 2016, p.562).

Entre as ações propostas na política mexicana no contexto da garantia de direitos à população em situação de rua estão a criação de um sistema de informações, um processo de avaliação permanente, com espaço para que os que vivem a realidade possam opinar, o combate às práticas discriminatórias e a formulação e implementação de programas de atenção e prevenção para as populações “callejeras” (CDMX, 2016).

O objetivo geral da política mexicana é

Respetar, proteger, promover y garantizar bajo el principio de igualdad y no discriminación los derechos civiles, políticos, económicos, sociales, culturales y ambientales de las poblaciones callejeras que habitan y transitan en la Ciudad de México. (CDMX, 2016, p. 600).

No Brasil, a Política Nacional voltada para a população em situação de rua foi instituída pelo Decreto Federal 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Entre os princípios, estão o respeito à dignidade e o atendimento humanizado e

universalizado. Nas diretrizes, apesar de o Estado ser responsabilizado pela elaboração e financiamento da política, a participação da sociedade civil também aparece, visto que a integração entre poder público e sociedade civil compõe as diretrizes. Outro ponto é a promoção de ações educativas tendo em vista a superação do preconceito e a capacitação dos servidores públicos para atender melhor à população em situação de rua. São seus objetivos:

- I – Assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;
- II – Garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores [...]
- III – instituir a contagem oficial da população em situação de rua;
- IV – Produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;
- VI – Incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua [...]
- VII – Implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;
- VIII – Incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;
- IX – Proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;
- X – Criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;
- XII – Implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;
- XIII – Implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e
- XIV – Disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho. (BRASIL, 2009b).

Atentamos que esses objetivos são semelhantes ao presente na Política mexicana. Há pontos comuns no que diz respeito à ratificação de direitos sociais nas mais diversas áreas, a capacitação dos profissionais que lidarão com o público-alvo, o apoio às pesquisas, o reconhecimento da indispensabilidade de dados oficiais, sobre sua grandeza e seu perfil, a ativação ao trabalho, a revinculação familiar e o incentivo à participação da sociedade civil.

Sobre os serviços socioassistenciais para população em situação de rua no âmbito nacional, temos o Serviço de Abordagem social, o Serviço Especializado

para Pessoas em Situação de Rua, o Serviço de Acolhimento Institucional e o Serviço de Acolhimento em República, cuja descrição está presente na Tipificação de Serviços Socioassistenciais (MDS, 2014).

A Abordagem Social é retratada pela tipificação como um serviço que faz busca ativa, identificando, entre outros aspectos, a situação de rua visando à inserção na rede socioassistencial e a garantia de direitos. Um de seus objetivos é “Construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais.” (MDS, 2014, p. 32). Consta como uma das garantias o destaque à preservação da identidade e história de vida das pessoas.

A finalidade do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua é “assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.” (MDS, 2014, p. 40).

Entre os objetivos do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de rua consta a acolhida, a restauração e preservação da integridade e autonomia, a promoção de ações de reinserção familiar e “contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento.” (MDS, 2014, p. 40).

No capítulo sobre a população em situação de rua, temos um ponto no qual debatemos se a vida nas ruas é uma escolha daqueles que vivem nelas. Aqui salientamos que é preciso ter cuidado com o discurso do respeito à escolha, pois é incontestável que o respeito deve integrar toda e qualquer ação, tanto na assistência como em qualquer outra área; todavia carecemos de um olhar que perceba outros elementos para além do aparente, evitando trabalhos superficiais justificados pelas ações dos indivíduos, que, por exemplo, recusaram acolhimento. Eles recusaram porque querem ficar na rua ou porque sabem, por experiência própria ou de outras pessoas com quem tiveram contato, que suas demandas não serão atendidas, que não disporão do tempo suficiente para conseguir romper com o processo de realização?

Acerca da construção de novos projetos de vida, fica implícita a ideia de que o antigo projeto de vida foi a situação de rua. Contudo as histórias retratadas pela literatura sobre o tema, os dados das pesquisas utilizadas nessa tese e também os relatos levantados por nossas entrevistas indicam pessoas cuja vida foi e é pautada

pelo trabalho, para os quais o processo de realização foi o último patamar, quando não tinham opções.

Isso ficou nítido na fala de Jorge, quando revela que quando a renda obtida por seus trabalhos sazonais nas lavouras acabava “eu me via sem lugar para ir” (JORGE, 2020). E também no relato de Mara, Gabriel, Marcos, Márcio e Jair, que destacam como sua maior necessidade um trabalho que lhes permita sair das ruas.

O Serviço de Acolhimento Institucional deve “funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar.” (MDS, 2014, p. 44).

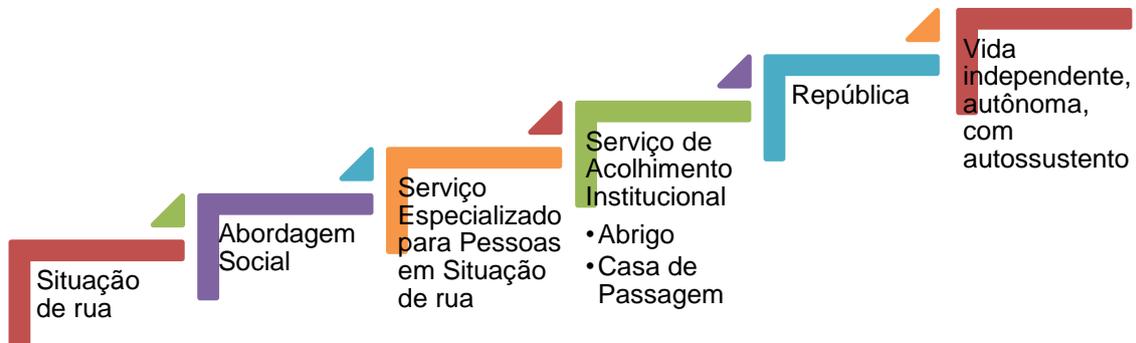
O acolhimento precisa resguardar a privacidade aos indivíduos e famílias. E a tipificação determina duas modalidades de atendimento: o abrigo com o número máximo 50 acolhidos por instituição, que deve ter características de uma residência e, em cada quarto, o máximo de quatro pessoas; a outra, casa de passagem, possui caráter emergencial, deve estar preparada para acolher em qualquer hora do dia e da noite. Um dos objetivos é “Promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva.” (MDS, 2014, p. 46). Mais uma vez, aparece a questão da rede e a ativação ao trabalho.

O Serviço de Acolhimento em Repúblicas tem os adultos em processo de saída das ruas como público e “deve ser desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores.” (MDS, 2014, p. 51). Estão presentes ações de apoio à “qualificação e inserção profissional e a construção de projeto de vida.” (MDS, 2014, p. 51).

Nos objetivos figuram a acesso à rede socioassistencial, o restabelecimento de vínculos, os quais já foram comentados, e a preparação dos usuários “para o alcance da autossustentação” (MDS, 2014, p. 52).

Refletindo sobre as políticas sociais no âmbito da assistência social voltadas para a população em situação de rua, ainda que não conste a expressão “escada da superação”, como especificado na Política chilena, é perceptível que o Brasil segue esse mesmo modelo para responder à população em situação de rua, conforme evidenciado na figura seguinte.

Figura 12 - Caminho apontado pelo Brasil para a superação do processo de rualização



Fonte: elaboração própria com base em MDS (2018)

Ainda nesse contexto sobre as respostas do poder público à população em situação de rua, segue um quadro com os serviços voltados para esse grupo no Brasil. Além do presente no quadro, lembramos também do consultório na rua.

Quadro 2 - Serviços para população em situação de rua (Brasil)

Serviços	Descrição	Usuários	Ações	Unidade
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi).	“Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.”	“Famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de situação de rua e mendicância.”	Acolhimento, diagnóstico, planos de ação, encaminhamento e articulação da rede socioassistencial e outros órgãos.	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).
Serviço especializado em abordagem social	“Trabalho social de abordagem e busca ativa.”	“Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.”	Escuta, acolhimento, orientação, encaminhamento e articulação da rede socioassistencial e outros órgãos.	Creas ou unidade específica referenciada ao Creas.

Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).	“Serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.”	“Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.”	“Deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Proporciona endereço institucional para utilização, como referência.”	Centro POP.
Serviço de acolhimento institucional (para adultos e famílias).	Acolhimento em casas de passagem ou abrigos com máximo de cinquenta pessoas no local e quatro pessoas por quarto.	“Pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.”	Promover autonomia e autocuidado dos indivíduos e acesso à (re)qualificação profissional.	Abrigo institucional e casa de passagem.
Serviço de acolhimento em repúblicas (para adultos em processo de saída das ruas).	“Destinada a pessoas adultas com vivência de rua em fase de reinserção social”	Para adultos em processo de saída das ruas.	Abrigamento, orientação, construção de plano individual e promoção da autonomia. Articulação de rede socioassistencial.	República.

Fonte: Silva, Natalino e Pinheiro (2020, p. 10)<sup>112</sup>

Giorgetti (2005, p. 196) aponta tendências que atrapalham a efetivação de serviços de qualidade, adequado às necessidades desse grupo populacional:

✓ Assistencialismo

Falar de assistência social no Brasil é um tanto desafiador, pois suas marcas históricas apontam para um caminho inverso a todas as conquistas legais, garantidas nas legislações embasadas nos direitos de cidadania. Tais marcas como o patrimonialismo, o coronelismo e a política do favor trazem aspectos inerentes à ideia da política pública como favor. Ajuda aos pobres desfavorecidos, como se o acesso às vagas pudesse ser conseguido por meio de uma boa vontade dos funcionários.

Enquanto a assistência social é uma política pública, um direito garantido constitucionalmente, e compõe o tripé da seguridade social, o assistencialismo é uma “estratégia política que exclui o ser social do processo de participação política

<sup>112</sup> Retiramos a última coluna apresentada pelos autores, nela consta a abrangência, sendo municipal e/ou regional em todos os serviços, exceto o Centro POP, que é apenas municipal.

no seio da sociedade, promovendo uma cultura do silêncio e um comportamento de passividade a ordem.” (TORRES, 2002, p. 175).

✓ Agrupamentos em um mesmo espaço

Sobre esse aspecto, refere-se à forma como o acolhimento ocorre, normalmente em locais com dormitórios com várias camas em um mesmo cômodo, impedindo a privacidade e ignorando a heterogeneidade da população em situação de rua.

Outra questão envolvendo o acolhimento institucional é a ausência do acesso a todos os que necessitam, conforme evidenciado por Mara e Gabriel em nossa entrevista. Eles demonstram o desejo em acessar ao abrigo, porém, segundo eles, estavam há uma semana em situação de rua e não viram nenhuma equipe de abordagem social, conforme segue:

**Mara:** *Menina, só que desde que eu tô na rua não vi uma abordagem, ainda. [...] Nada.*

**Gabriel:** *Agora sumiu.*

**Mara:** *Nem de médico, nem pra levar a gente prum abrigo. Por isso que eu falei pra você, que eu não posso ficar nessa condição. Eu tinha que ir pra um abrigo, mas não passa ninguém. E, olha que eu já andei [...], eu já andei isso tudo, e até hoje, nada.*

Sobre o mesmo assunto, da abordagem social, Jorge faz a seguinte denúncia:

*[...] a gente sabe que muito, é só pra encher prancheta, contar números, muitos lugares onde tem abordagem, abordagem não aborda, realmente, ela só passa, olha, vê quantos têm, aí já sabe logo, anota os nomes, porque ela faz a primeira abordagem para se familiarizar, mas depois que familiarizou, cabou, eu sei seu nome, passa aqui de carro, eu não vou procurar saber se você tá doente, como foi seu dia, entender quais as suas necessidades hoje, que a sua necessidade hoje não é a mesma que a de ontem. (JORGE, 2020).*

As reflexões feitas acerca das características das políticas sociais destacam seu caráter residual, apontando para contradições em seu formato, e seus pontos em comum nos países latino-americanos aqui destacados não diminuiram a importância de tais mecanismos regulatórios no âmbito da garantia de direito à população em situação de rua ao redor do mundo.

## 2.7 Totalizações provisórias

Ao longo do capítulo, destacamos a presença de estratégias antigas, que remontam ao feudalismo e início do capitalismo presentes no atendimento à

população em situação de rua, tais como a subsidiariedade, menor elegibilidade, a responsabilização de cada paróquia pelos seus, “warning out” e “passing on”, e vimos como tais características ainda são vistas hoje nas políticas sociais.

Debatemos sobre as políticas sociais no capitalismo dependente, onde se encontra a América Latina, cada vez menos adequadas às necessidades dos trabalhadores. Seletividade e focalização são suas características principais. A noção de direito é ameaçada, afinal segue a matriz residual que não considera a política social como direito e serve cada vez mais como uma tentativa de acomodação de conflitos, e menos em uma perspectiva de “superação”, que diante disso torna-se cada vez mais distante.

Debatemos também sobre a presença das características da matriz residual nas legislações de países latino-americanos que versam sobre os serviços à população em situação de rua e percebemos um fosso entre o acesso desse grupo na Europa e na América Latina, de forma que a cobertura em países europeus é muito maior. E vimos suas características, sendo primordialmente de escada na América Latina, e há uma tendência à mudança para o *Housing First* na Europa, que apresenta ótimos resultados, ainda que o de escada ainda predomine.

Vimos a importância do fundo público, sua disputa no capitalismo dependente em contraste com o capitalismo central. O fundo público demonstra uma maior barbárie desse capitalismo com especificidades vividas na América Latina, pois destina mais recursos para atender ao interesse do capital do que para responder às necessidades humanas mais básicas.

Promove o pagamento da dívida externa em detrimento das políticas sociais; estas possuem características da matriz residual, cujos traços penalizam a classe trabalhadora. E o acesso reduzido da população em situação de rua demonstra que as políticas que prometem atender aos que mais precisam, uma forma de obter eficiência e eficácia, focalizando os recursos, não cumprem com o que objetivam.

Com os dados abordados, evidenciamos que mesmo que a dívida externa dos países de economia central seja muito maior do que a dos países dependentes, a parcela do fundo público para o seu pagamento é muito maior nos que vivem a dependência. E ao pensarmos nos gastos sociais, nossos dados apontam para uma diferença enorme, sendo os gastos na América Latina bem inferiores aos gastos europeus.

Em meio ao capitalismo dependente, a radicalização da questão social é maior. Lidamos com uma superpopulação relativa ampliada, sobrevivendo em condições cada vez mais pauperizadas.

Não pensamos que a política social em si mesma vá superar o capitalismo, tampouco erradicar a questão social, porém entendemos que ela é um instrumento fundamental para a luta por uma sociedade sem exploração, que supere a barbárie inerente ao capitalismo, que priorize as necessidades humanas ao invés das necessidades do capital.

Há necessidade da luta, e reconhecemos como válidas aquelas que buscam ampliação e universalização das políticas sociais, porém sem perder de vista a impossibilidade de a política social superar as contradições básicas do capital, pois estas são inerentes a ele, e que o rompimento com as expressões da questão social ocorrerá somente com o fim do capitalismo, o que traz a necessidade de olhar para um horizonte mais amplo, em prol de uma nova ordem societária, na qual a exploração não exista em nenhuma de suas formas.

### 3 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CARACTERÍSTICAS E QUESTÕES

Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar. (BRECHT, 1982).

Entendemos a população em situação de rua como uma multifacetada expressão da questão social, cuja marca preponderante é a heterogeneidade. Uma série de outras expressões da questão social adensa-se em sua formação. É uma demonstração clara da acumulação de miséria tratada por Marx em seu capítulo XXIII, de *O Capital*, sobre a lei geral. Compõe, como demonstrado nos debates anteriores, a superpopulação relativa e integra a classe trabalhadora.

Sobre o perfil predominante da população em situação de rua, é formado majoritariamente por homens, em idade economicamente ativa, com baixo nível instrucional. A utilização de entorpecentes está presente como um dos elementos colaborativos ao processo de rualização e como uma forma de esquecer a degradante condição de vida nas ruas.

Pobreza, ausência de moradia, desemprego e problemas familiares envolvem a produção e reprodução dessa expressão da questão social por excelência. Ao longo do capítulo, evidenciaremos esse perfil por meio da abordagem dos dados de pesquisas em diversas cidades e municípios do Brasil e de outros países e também usamos as entrevistas realizadas para a tese.

Quem é a população em situação de rua? Consideramos pessoas em situação de rua aquelas que pernoitam em vias públicas e também aquelas que vivem em abrigos e albergues. Essa é a concepção adotada pelo Governo Federal Brasileiro.<sup>113</sup>

Porém não é a única definição para entender a população em situação de rua. Enquanto países latino-americanos percebem população em situação de rua da mesma forma que usamos nessa tese, países europeus consideram, para além desses, os que vivem em habitações inadequadas para a moradia humana. Ora, se essa fosse a definição usada no Brasil, o número de pessoas em situação de rua seria bem maior do que os 100 mil levantados em 2015, do que os 220 mil em 2020

---

<sup>113</sup> Presente na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (2008) e no Decreto 7.053, de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, e também na Resolução 40 do Conselho Nacional de Direitos Humanos, de 2020.

e do que os 281 mil em 2022. Ao invés de milhares seriam milhões.<sup>114</sup> Vejamos um conceito amplo de abrigo adequado.

Adequate, affordable shelter with basic services is a fundamental right of all people. Governments should respect the right of all people to shelter, free from the fear of forced eviction or removal, or the threat of their home being demolished. [...] Adequate shelter includes not only protection from the elements, but also sources of potable water in or close to the house, provision for the removal of household and human liquid and solid wastes, site drainage, emergency lifesaving services, and easy access to health care. In urban centers, a house site within easy reach of social and economic opportunities is also an integral part of an adequate shelter.<sup>115</sup> (TURNER *apud* LEVINSON; ROSS, 2007, p. 369).

Os países centrais são os possuidores dos mais abrangentes conceitos de *homeless*, incluindo não somente as pessoas efetivamente nas ruas e aquelas usuárias de abrigos e albergues, mas também os que vivem em moradias inadequadas.

Para Levinson e Ross (2007), caso essa visão ampliada fosse usada em todo o mundo, a maioria da população mundial seria *homeless*. Tal amplitude envolve a segurança da moradia, espaço suficiente para satisfação em nível físico, psicológico, social e cultural. Locais com excesso de barulho e poluição não são considerados adequados para moradia.

Nesse contexto, habitantes de favelas seriam considerados *homeless*. Reitero que no Brasil aqueles que vivem em prédios abandonados há mais de cinco anos, que possuam divisões dos cômodos e contem com eletrodomésticos, não são contados entre a população em situação de rua (BRASIL, 2009a).

Bogotá (2018) usa o termo “*habitantes de la calle*”, considera todos os cidadãos ou cidadãs que estão nas ruas ou em instituições de acolhimento há pelo menos 30 dias e sana suas necessidades nas ruas.

Córdoba (2018) vê como “*personas em situación de calle*” os que pernoitam nas ruas e em instituições de acolhimento, e faz uma separação entre *situación de rua*, que remete a um momento, uma passagem, e *condição de rua*, indicando um

<sup>114</sup> O censo do IBGE (2010) identificou 11,4 milhões de pessoas vivendo em favelas.

<sup>115</sup> Livre tradução: “Um abrigo adequado e acessível com serviços básicos é um direito fundamental de todas as pessoas. Os governos devem respeitar o direito de todas as pessoas a um abrigo, livre do medo de despejo ou remoção forçada, ou da ameaça de sua casa ser demolida. Um abrigo adequado inclui não apenas proteção contra os fenômenos da natureza, mas também fontes de água potável dentro ou perto da casa, provisão para remoção de resíduos domésticos e humanos líquidos e sólidos, drenagem do local, serviços de emergência que salvam vidas e fácil acesso aos cuidados com a saúde. Nos centros urbanos, um local de moradia ao fácil alcance das oportunidades sociais e econômicas também é parte integrante de um abrigo adequado.”

estado, consolidado com o passar do tempo. São contados aqueles cuja vida nas ruas se prolonga por mais de cinco anos.

México (2018) considera os que vivem temporária ou regularmente nas ruas como “*poblaciones callejeras*”. Inclui os que utilizam moradias inadequadas, tais como embaixo de viadutos, praças, carros, pontos de ônibus, acampamentos e os albergados.

Chile (2012) usa o termo “*personas em situación de calle*”, e Brasil (2008) “*população em situação de rua*”. Para ambos, esse grupo é composto pelos que pernoitam nas ruas e em instituições de acolhimento. As demais pesquisas brasileiras seguem essa mesma linha.

A Bolívia (2015) considerara como “*personas em situación de calle*” aquelas que passavam mais de 13 horas nas ruas. Pessoas que “transitan desde el ámbito familiar, ambientes em alquiler. Albergues temporales hacia la calle y vice-versa; son personas que hacen de la vida em la calle un espacio vital de desarrollo de la identidad.” (BOLIVIA, 2015, p. 183).

A pesquisa europeia de Baptista e Marllier (2019) apresentou informações de diversos países. Cada um identifica diferentes concepções para definir quem é o *homeless*. A Áustria refere-se a pessoas sem-teto e aqueles que dormem em instituições voltadas para população em situação de rua. Para a Bélgica, pessoas que não possuem uma moradia nem condições de obtê-la. A Alemanha não apresenta definição oficial. A Dinamarca segue o presente na lei de Serviços Sociais: diz respeito às pessoas que por problemas especiais não conseguem se manter em uma moradia, ou não possuem uma casa. A Grécia inclui, além dos que não possuem moradia, os residentes de habitações precárias e os acolhidos em instituições. A Espanha considera as categorias da tipologia “ETHOS-Light<sup>116</sup>”, a qual envolve as seguintes categorias operacionais:

---

<sup>116</sup> Ver mais em: 0032417441788687419154.pdf.

<https://www.feantsa.org/download/fea-002-18-update-ethos-light-0032417441788687419154.pdf>

Quadro 3 - ETHOS Light

1	Pessoas vivendo em condições difíceis, nos espaços públicos;
2	Pessoas em situação de emergência de alojamento;
3	Pessoas vivendo em alojamentos para população em situação de rua;
4	Pessoas vivendo em instituições;
5	Pessoas que vivem em acomodações não convencionais por causa da falta de moradia;
6	Pessoas que moram temporariamente com a família por causa da falta de habitação.

Fonte: elaboração própria

O último quadro demonstra como há ampliação de quem é considerada uma pessoa em situação de rua na Europa. Enquanto no Brasil e em outros países latino-americanos é somente quem efetivamente dorme na rua ou em instituições de acolhimento, na Europa abrange um contingente bem maior, envolvendo os que moram com a família e os que vivem em acomodações não convencionais.

Na França, são considerados *homeless* os que na noite anterior à pesquisa dormiram nas ruas, parques, estacionamentos, praças, enfim, locais impróprios para a habitação; além disso, estão incluídos os locais onde há uma área para proteção do frio e onde é possível se alimentar, porém não são próprios para a moradia, e também os que dormiram em hotéis ou alojamentos pagos por associações, alojamentos coletivos e dormitórios (BAPTISTA; MARLIER, 2019).

Na Itália, somente os desabrigados e sem-teto são considerados população em situação de rua. Assim, não insere os habitantes de moradias inadequadas. Em Portugal, são considerados os que vivem nos espaços públicos, abrigos emergenciais, locais inseguros para moradia e instituições temporárias de acolhimento para população em situação de rua. A Suécia considera os que moram nas ruas, vivem nos abrigos de emergência, instituições de acolhimento para população em situação de rua, em locais não convencionais e temporariamente na casa de amigos e familiares. O Reino Unido apresenta duas definições oficiais: a) *Street homelessness and Rough sleeping*; b) *Statutory Homelessness*<sup>117</sup> (BAPTISTA; MARLIER, 2019).

Dito isso, cerca de 2% da população mundial, 150 milhões de pessoas, encontram-se desabrigados, e 1,6 bilhão vivem em habitações inadequadas. Entre os fatores que contribuem com o processo de rualização, estão a escassez de

<sup>117</sup> Essa inclui muitos dos pontos presentes na ETHOS-light-1,2,4,5,6.

moradias populares, especulação imobiliária, pobreza, desemprego, problemas familiares, ausência de serviços para pessoas com doenças mentais e que consomem álcool e outras drogas (CHAMIE, 2017).

Chamie (2017) destaca que o preço alto das habitações chama atenção em alguns locais do mundo, como os Estados Unidos. Os preços são tão altos que nem mesmo os empregados conseguem pagar pela moradia, pois ela ultrapassa 30% da renda de um trabalhador cujo salário seja mínimo e trabalhe 40 horas por semana.

No ponto seguinte, analisaremos os dados da pesquisa de campo. Apresentamos figuras geradas pelo software Iramuteq com nosso debate sobre os elementos apresentados, alguns dos quais voltaremos em pontos específicos à frente. Ele evidenciará a análise de conteúdo. E indicaremos questões gerais a serem pensadas com base nas entrevistas realizadas.

### **3.1 Questões gerais presentes nas entrevistas: Análise Iramuteq**

Para esse ponto, traremos aqui figuras geradas pelo programa Iramuteq, cuja forma como foi operacionalizada está descrita na metodologia. Trata-se de um resgate geral da fala dos sujeitos entrevistados em nossa pesquisa de campo. Elas abrem diversas questões sobre a vida nas ruas, reforçando o debate até aqui e apontando para elementos que serão trabalhados ao longo do presente capítulo.

Optamos por trabalhar com dois corpus nas análises em que percebemos uma maior relevância da frequência de palavras.<sup>118</sup> O motivo foi o fato de uma das entrevistas ter sido mais longa que as demais, logo as palavras presentes nela teriam mais repetições se optássemos por um único corpus. Mantivemos um único corpus somente na análise de similitude, pois ela evidenciou bem as histórias trabalhadas, apresentando as divisões de acordo com os temas presentes nos discursos.

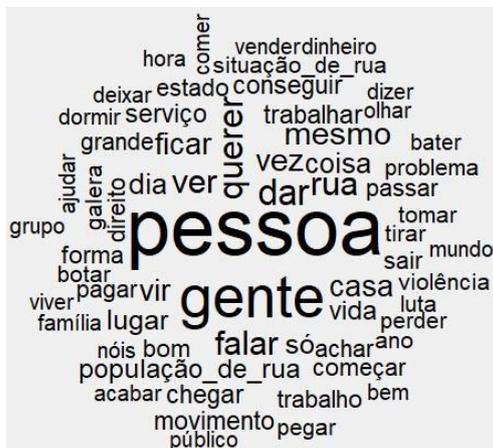
Seguem duas imagens: a primeira referente a uma das entrevistas, a mais longa; e na segunda, as demais entrevistas. Ao longo de todo o ponto, referimo-nos

---

<sup>118</sup> Lembramos que, para fazermos tal escolha, rodamos no Iramuteq todas as análises presentes no texto três vezes, sendo uma para o corpus com todas as entrevistas, uma para a Entrevista 1 e a outra para as demais entrevistas. E analisamos qual fazia mais sentido e seria mais próxima do real.

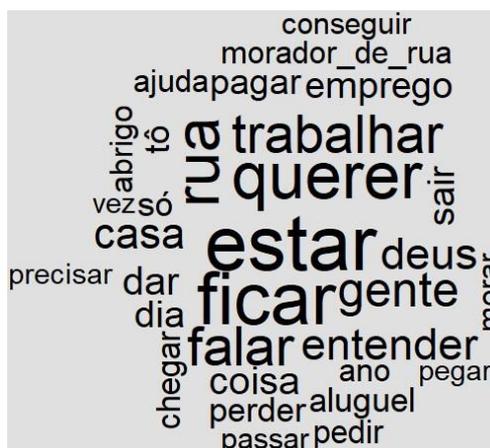
à *Entrevista 1*, indicando a mais longa, e *Entrevistas 2*, para o conjunto das demais.<sup>119</sup>

Figura 13 - Nuvem de palavras Entrevista 1



Fonte: elaboração própria

Figura 14 - Nuvem de palavras Entrevistas 2



Fonte: elaboração própria

Observando as figuras, percebemos que a entrevista que numeramos aqui como 1 evidencia o sujeito no centro do debate, com destaque para as palavras *pessoa* e *gente*, como uma forma de apontar para a inaceitável condição de um ser humano, uma pessoa, viver em condições tão degradantes quanto a vida nas ruas.

E a respeito da segunda figura, nomeada como Entrevistas 2, vemos a palavra *gente* também presente, porém com menor frequência, sendo o foco *querer*, *trabalhar*, *ficar*, *estar*, *rua* e *falar*. Percebemos o fato de os verbos indicarem ações

<sup>119</sup> Com isso, nosso intuito não é identificar a ordem das entrevistas, e sim fazer a separação entre as menores e uma maior, na qual o sujeito falou por mais tempo.



A figura apresenta as palavras do discurso separadas em temas pelo Iramuteq, vistas em cores diferentes, e cada cor é chamada pelo software de comunidade e mostra um tema diferente. As linhas cinzas são chamados de *halos*, e quanto mais nítidas, maior a relação entre as palavras centrais a que se vinculam e elas.

Olhando para as comunidades em volta da central, vemos em verde-água *perder* e *mãe*. Isso aponta a importância das mulheres na vida da população em situação de rua, formada majoritariamente por homens. A perda é algo preponderante na história de cada sujeito em situação de rua. Duas figuras importantes nesse processo de sucessivos infortúnios são a mãe e a companheira.

A violência sofrida por esse grupo populacional também está presente nas falas dos sujeitos entrevistados, conforme revelamos nas citações ao longo da tese.

Na comunidade laranja, temos maior frequência da palavra *rua* com alguns motivos envolvidos no processo de rualização, especialmente econômicos, como a perda do *emprego*, gerando ausência de condição de pagar o *aluguel* (sem dinheiro), ficando sem lugar para morar, momento em que passaram a viver nas ruas.

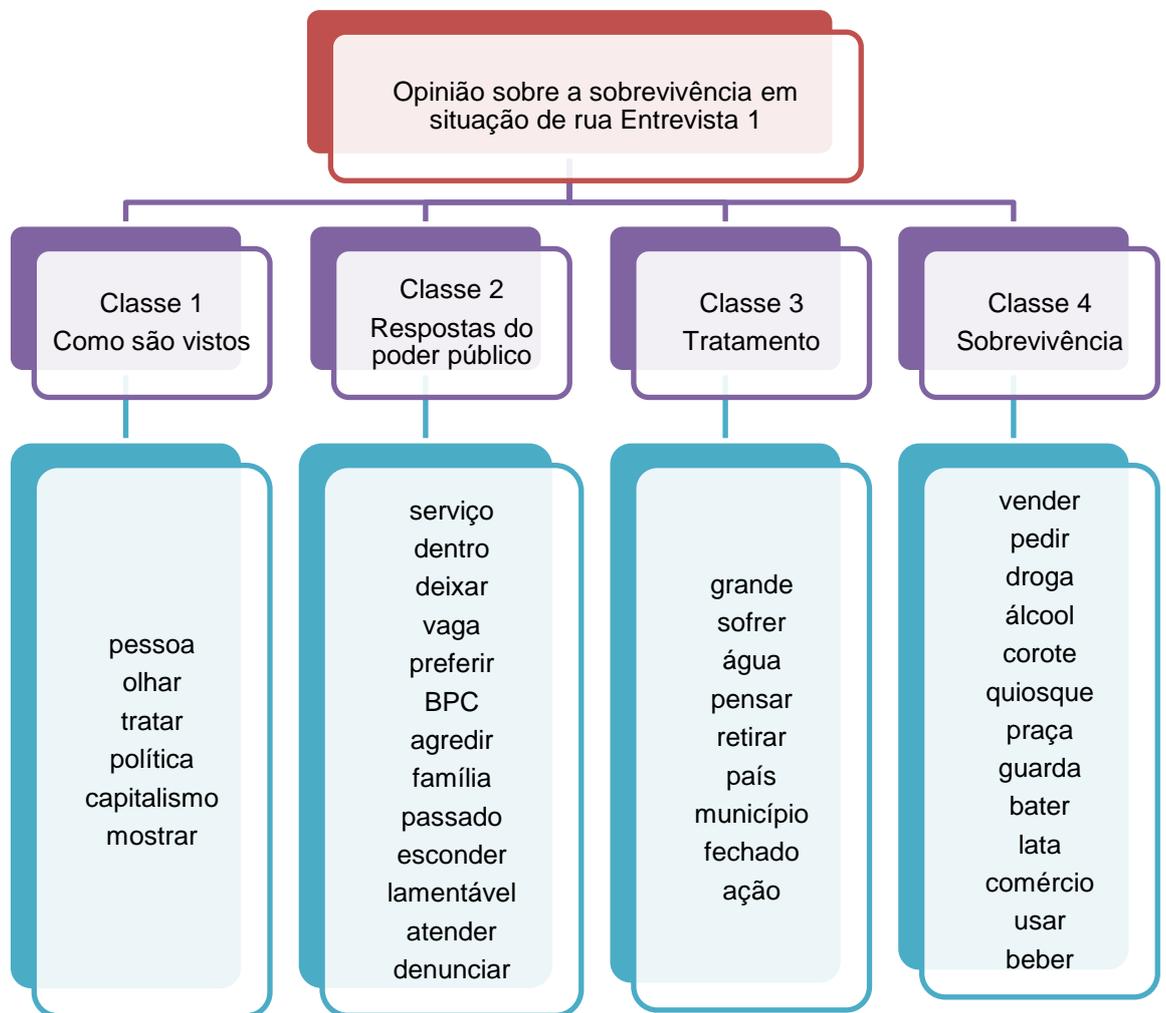
A comunidade azul-claro parte do centro com a palavra *querer*, que está relacionada com *pedir*, *ajuda*, *contar*, *voltar*, *ganhar* e *colocar*. Nos capítulos anteriores, vimos como o centro no sujeito desresponsabiliza o Estado de sua função de responder às expressões da questão social. Vemos também a reprodução de ideias dominantes, com a autocupabilização pela sua condição, como se fossem meras ações individuais que levassem à situação de rua. As palavras remetem a ações individuais, e há associação de ajuda às políticas públicas, legalmente constituídas.

Na comunidade amarela, relacionada à palavra *gente*, temos *população de rua*, *bom*, *Brasil*, *chegar*, *tentar*, *acabar*, *entender*, *luta*, *movimento*, *público*, *companheiro*, *ver*, *vender*, *carro* e *jogar*. *Gente* vinculada a *carro* e *vender* aponta para duas atividades informais, duas formas de trabalho desenvolvidas em situação de rua por esses sujeitos.

As palavras *movimento* e *luta*, vinculadas entre si, apontam para uma forma de resistência dessas pessoas, a luta por melhores condições de vida em uma sociedade presente em um país tão desigual quanto o Brasil.

Na *Classificação Hierárquica Descendente*, o software divide as palavras do texto em grupos diferentes, apresentadas de acordo com a participação no texto. O nome de cada classe foi definido por nós, após voltarmos ao texto completo da entrevista e identificarmos quais as principais relações entre as palavras destacadas no interior da classe. Aqui a frequência das palavras possui grande importância, por isso usamos dois corpus textuais, assim como na nuvem de palavras.

Figura 16 - Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente da Sobrevivência nas ruas para Entrevistado 1



Fonte: elaboração própria

Na classe 1 (como são vistos), com 35,6% temos as palavras *pessoa*, *olhar*, *tratar*, *política*, *capitalismo* e *mostrar*. Lembramos o fato de cada conjunto de palavras possuir relação de sentido entre elas. A palavra de maior frequência,

pessoa, indica tanto a forma como são tratados, com denúncias de discriminação, quanto, em meio a sugestões, a contratação de pessoas que já viveram o processo de rualização para trabalhar nos equipamentos públicos envolvidos com esse grupo. Vejamos uma ilustração da utilização da palavra antes de seguirmos com o debate sobre essa palavra. “A gente vê o coletivo e a gente trata as causas coletivas, mas quando a gente vai tratar a pessoa, a gente olha na individualidade de cada um. Por isso o que funciona para você não funciona para mim.” (JORGE, 2020).

Apresenta a população em situação de rua como um grupo pagador de impostos, denuncia a forma tuteladora de lidar com esse grupo, bem como a invasão do poder público na vida particular dos sujeitos, e fala sobre os problemas vistos por ele como elementos integrantes do processo de rualização. Vejamos o relato a seguir:

*E isso, é, é assim, é muito adoecedor com a pessoa que tem toda uma vida, uma história de vida, pais mães, que já trabalharam, lutaram e ver sua vida invadida dessa forma, porque ele se diz querer ajudar, aí se sonda a vida da pessoa todinha, bota num papel e joga dentro de uma gaveta, e deixa lá. Aí a pessoa se sente o que? Invadida por um prato de comida, muitas vezes por um lençol velho e uma cama velha. E isso é muito pouco para você invadir uma vida de uma pessoa. (JORGE, 2020).*

Aponta uma inibição do direito de locomoção pela cidade, enfatiza a necessidade de uma política de habitação e questiona o discurso do poder público, como se houvesse vagas para todos que aceitam acolhimento nos períodos chuvosos. Jorge relata que a população em situação de rua passa por uma forte seleção para conseguir entrar no abrigo/albergue.

O último ponto que exige atenção é a imposição da convivência familiar. Conforme denunciado por Jorge, há uma pressão para o retorno ao convívio familiar, todavia “nas casas muitos não são contemplados, não contam com familiares mais. E essa pessoa se torna invisível, um invisível vivo, mas um invisível bem visível, porque na hora que incomoda tem muita gente que tá vendo ele.” (JORGE, 2020).

Fala também sobre o poder público, seu olhar e suas ações tuteladoras, que invadem a vida desses sujeitos e querem decidir por eles. A citação a seguir demonstra esse último aspecto: “[...] tem coisas que são detalhes particulares onde o poder público não pode invadir, aferir na citação da pessoa e isso é, assim, muito adoecedor com a pessoa.”

O entrevistado apresenta uma visão crítica do processo de rualização como uma expressão de uma sociedade desigual, conforme já evidenciado nas citações presentes ao longo da tese.

Outra palavra destacada é *olhar*, referindo-se à visão dos externos à rua sobre os sobreviventes em situação de rua. Aponta para a necessidade de uma atenção individual e coletiva, e para a não naturalização dessa expressão da questão social. Seguem palavras de Jorge expressivas sobre esse último: “[...] a gente não pode olhar e achar que isso é normal. Ah mas isso é normal né? A gente não pode achar normal. Eu não acho nada normal.”

*Tratar* também compõe a classe, está inserida no contexto de ações do poder público e opinião da sociedade sobre a população em situação de rua. *Política* está presente na classe sete vezes, remetendo a políticas públicas como habitação, segurança pública, saúde, em tom de incentivo, pois são imprescindíveis às adequadas respostas aos que vivem nas ruas, e outra de crítica, indicando higienismo e discriminação. Nas outras três vezes em que é usada, a palavra diz respeito a métodos políticos, eleições e partidos.

*Capitalismo* possui cinco intercorrências na fala, nas quais expõe contradições desse modo de produção deturpador dos despossuídos. Dentre elas, destacamos as duas a seguir:

(Roletas de ônibus totalmente fechadas) *Criados por obstáculos que o capitalismo, cada vez mais o capitalismo vai colocando à frente das pessoas para inibi-los de acessar a cidade.* (JORGE, 2020).

[...] *então é como para você ver, o capitalismo que não precisa, que gera pobreza, usufruindo daquilo que é feito para as pessoas que tão na pobreza extrema.* (JORGE, 2020).

Todas as vezes em que aparece *adianta*, está acompanhada de *não*, mostrando algumas fragilidades das políticas sociais voltadas para população em situação de rua e sua necessidade de transformação. A seguir, veremos a exposição de limites do próprio modo de produção capitalista feita por Jorge: “Não adianta eu querer abraçar o mundo, tem que fazer o trabalho com carinho, as vezes vai querer fazer pra muito, mas proporcionar uma coisa que ajuda, não adianta querer salvar todo o mundo e não salvar ninguém.” (JORGE, 2020).

*Problema* é usado dez vezes, sete delas aludem a expressões da questão social como a falta de moradia, a pobreza extrema e o processo de rualização,

questões coletivas. As outras tratam sobre questões individuais e desentendimentos familiares.

*Trabalho* é mencionado 12 vezes, divididos entre os trabalhos desenvolvidos pela população em situação de rua e os serviços e projetos voltados para esse grupo, tanto os ofertados pelo Estado quanto os desenvolvidos por entidades não governamentais. Também enquanto uma necessidade da população em situação de rua, e mais uma vez a ênfase na contradição capitalista, como a ausência de trabalho para todos, com alta incidência de desemprego no país.

O verbo *ajudar* está presente 11 vezes. Mesmo a entrevista evidenciando o reconhecimento de direitos e diversas áreas, a palavra está presente aparentemente como uma forma de expressão, podendo remeter até mesmo ao direito, como na citação a seguir:

*Então, assim, se você cria alguma coisa para ajudar às pessoas que tão necessitadas, vem outro, e já na intenção de ter mais lucro por aquele equipamento que surgiu ali. E querer expulsar quem realmente era para tar acessando. (JORGE, 2020).*

A classe 2 (respostas do poder público), com 21,7%, externa as palavras *serviço, dentro, deixar, vaga, preferir, BPC, ministério, aqui, esquecer, agredir, família, passado, esconder, lamentável, atender e denunciar*. Vemos tanto a menção aos equipamentos públicos, com ofertas de vagas em abrigos/albergues, quanto ao único benefício de transferência de renda brasileiro cujo valor é um salário mínimo: o BPC. Mais uma vez, aparece a agressão como uma forma de tratamento, apontando para a necessidade de denúncia.

São 22 repetições de *serviço*, das quais uma fala sobre o Serviço Social e as demais remetem aos serviços públicos voltados à população em situação de rua, especialmente abrigos. Segue um exemplo de sua utilização:

*Eles querem botar os serviços num lugar longe, pra esconder a população de rua. Eles não querem ver a população de rua. Eles querem tipo esconder ela durante o dia e a noite solta, cada um está nas suas casas e a rua está menos movimentada. (JORGE, 2020).*

Sobre o serviço prestado, destacamos a fala a seguir:

*[...] Então, assim, a pessoa muitas vezes a demanda da pessoa não é assistência social, é a habitação, moradia. Mas aí então, a assistência não deixa, mantém ele ali aí fica ali aquela pessoa. Aquele serviço era para ser giratório, ser transitório, a pessoa passar, ser atendida e logo logo ela esgotar sua demanda ali e ela ser*

*encaminhada para o outro, o outro abraçar aquela pessoa e dali ela caminhar. Mas essas pessoas ficam amontoadas ali. E vem só inchando, causando inchaço dentro do serviço. E, isso é muito ruim, porque aí as vagas ficam tudo preenchidas, outras pessoas querem acessar aquele serviço e não conseguem. (JORGE, 2020).*

Na última fala, há uma denúncia às limitações da assistência social no âmbito do atendimento à população em situação de rua, e que na opinião do entrevistado pode atuar contribuindo com a violação de direitos, retratada também no relato sobre a invasão na vida das pessoas, por meio de várias perguntas que são registradas e engavetadas. No mesmo contexto, segue mais uma parte da fala do entrevistado:

*A pessoa não tem que morar dentro do serviço, mas também ele tem que sair de lá com a sua demanda atendida, porque se não, ele foi violado ali. Porque se você invadiu a vida da pessoa todinha, vasculhou tudo da vida da pessoa, buscou todos os questionamentos de por que que a pessoa está ali, quem é o parente, qual que foi o problema, perguntou até coisas, ééé pessoas da vida da pessoa, se ele usa droga ou álcool. (JORGE, 2020).*

O verbo *agredir* aparece oito vezes, das quais quatro referem-se a alguma violação do poder público, como a retirada de pertences, por exemplo, uma sobre agressão de um grupo da sociedade, uma a respeito da violência de forma geral, outra retrata a violência dentro da família, e a última reforça a posição contrária à arbitrariedade e à violência.

Além da retirada de pertences, vejamos outra forma de violência: a arquitetura “antimendigo”, retratada a seguir.

*Aí eles instalam nas marquises, por cima, como se fosse aquelas expressores de irrigar planta. Que molham tudo de uma vez, aquela água bem espalha rápido né? Então, quando dá duas três horas da manhã, eles acionam o mecanismo. E esse mecanismo molha as pessoas, um lugar tão frio, onde o frio mata, esse povo, imagina a pessoa com uma cobertura molhada, ela pega doença, hipotermia, então essas pessoas deviam ser criminalizadas. São assassinos! Não era para serem chamados de doutor, doutora ou dona de comércio ou o que seja lá que for, né? São assassinos, criminosos. (JORGE, 2020).*

Quanto ao benefício de prestação continuada, são seis intercorrências para *BPC*. Vejamos o relato: “Aí quando o idoso consegue o *BPC*, todo mundo quer, aparece parente de tudo quanto é lugar. E daí muitas das vezes a violência aumenta, porque essa parente leva a pessoa para dentro de casa.” (JORGE, 2020).

O verbo *conseguir* aparece 11 vezes, sendo a maioria sobre o acesso às políticas públicas. Apontam para vagas em abrigos, benefícios sociais e denúncia ao

Ministério Público. *Violência* também compõe essa classe, com nove intercorrências. Fala sobre a violação de direitos, violência institucional e violência familiar.

*Lugar* aparece 15 vezes, remetendo ao local dos abrigos, em regiões periféricas, para a ausência de um local para viver, espaços de acolhimento institucional, local utilizado para pernoite nas ruas, e também diz respeito à família, que deixa de ser “uma fortaleza”, havendo perda da referência familiar.

*Pessoa* apresenta alta frequência, com 63 repetições. Na maioria delas, diz respeito à forma de os serviços lidarem com as pessoas em situação de rua, tanto abordagem social quanto acolhimento e demais políticas públicas. Benefícios sociais também possuem relação com a palavra. Conforme podemos perceber, há vinculação entre as palavras em cada classe, assim nas citações anteriores a palavra já aparece.

A classe 3 (tratamento), com 26,1%, diz respeito ao poder público, e o sofrimento inerente ao processo de realização e à vida nas ruas. Entre as palavras com maior frequência, destacamos *grande*, *sofrer*, *pensar*, *retirar*, *país*, *município*, *fechado* e *ação*. O adjetivo *grande* vincula-se às condições de vida antes da situação de rua, tanto aos traumas formados pela relação familiar quanto ao alto grau de violência sofrida, que pode ser também reproduzida por eles. Aparece também ao retratar o tamanho da cidade e a distância dos equipamentos públicos voltados para a população em situação de rua, e também em meio à crítica à retirada de pertences e como um questionamento ao fechamento do restaurante popular. Também no âmbito do Estado, critica as terceirizações, pois as grandes organizações sociais, na opinião do entrevistado, prestam um atendimento muito ruim.

*Sufrer* compõe as palavras, e é nítido o sofrimento de pessoas precisando viver em condições tão degradantes quanto é a sobrevivência nas ruas. Aponta tanto para tais condições de vida quanto àqueles anteriores ao processo de realização.

*Água* está presente cinco vezes como uma forma usada pelo poder público, que, com objetivo higienista, joga água na população em situação de rua como uma forma de expulsá-los da cidade. No mesmo contexto de tais práticas, temos o verbo *retirar*, aparecendo também cinco vezes.

Na classe 4 (sobrevivência), com 16,7%, temos entre as palavras mais frequentes *vender*, *pedir*, *droga*, *álcool*, *corote*, *quiosque*, *compra*, *praça*, *guarda*,

*bater, lata e beber*. Percebemos um grande tema, a forma de viver na rua, com palavras remetendo ao trabalho, como *vender, quiosque, lata*; outras remetendo à utilização de entorpecentes, como *droga, álcool, corote, usar e beber*. E duas referem-se à forma de tratamento por meio da repressão, que são *guarda e bater*.

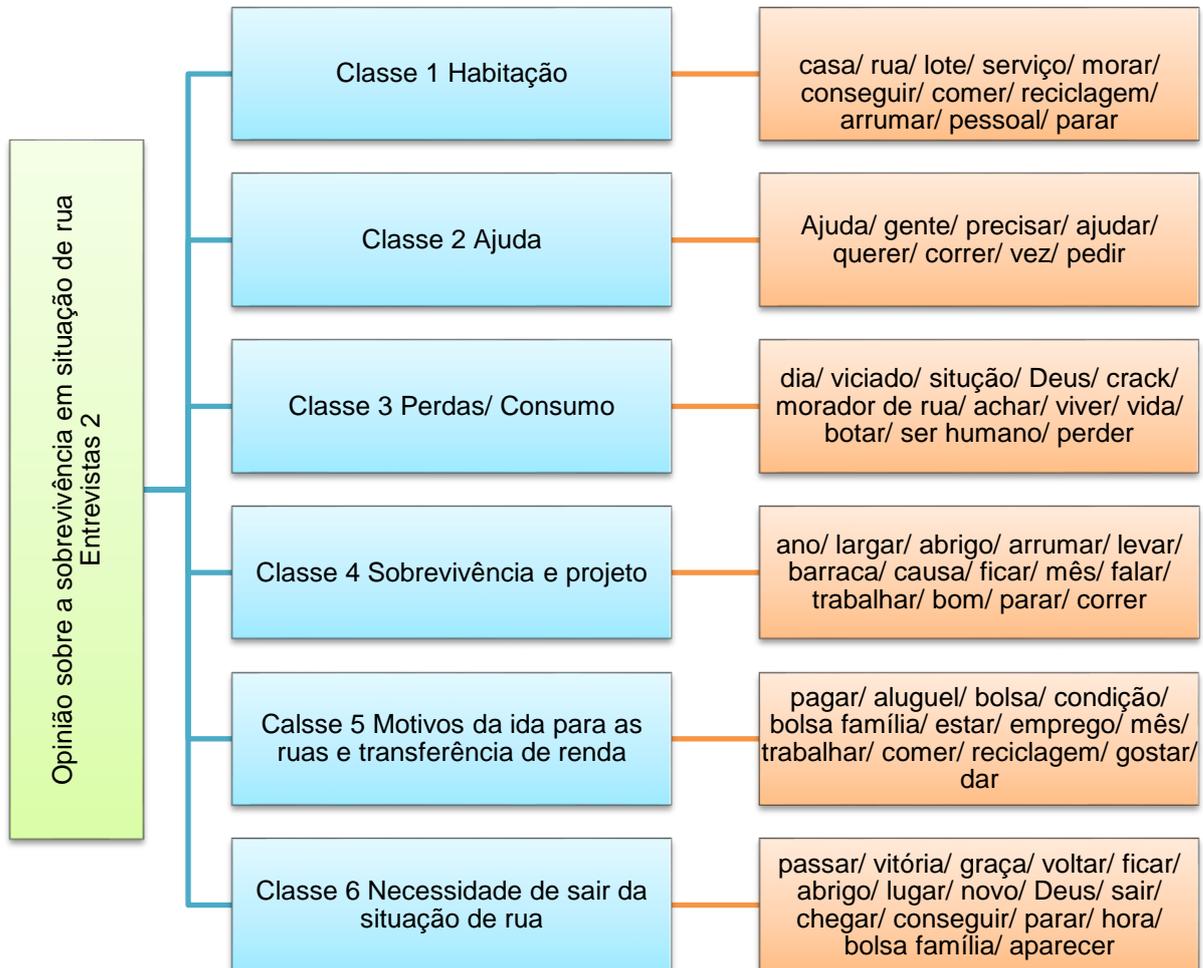
*Vender*, além de referir-se a trabalhos desenvolvidos pela população em situação de rua, como a venda de latinhas, balas, e também à venda de álcool por comerciantes à população em situação de rua, enfatiza o fato de esse grupo populacional também pagar imposto, na forma dos produtos comprados.

*Pedir* aparece como uma das estratégias de sobrevivência dos que vivem nas ruas, e também no tratamento à população em situação de rua. Compara a ação da segurança pública com a população em situação de rua, com truculência, enquanto trata os moradores de áreas nobres com educação e respeito. Segue um fragmento que reforça essa ideia: “Então assim, ele não quer a população de rua, mas, quer o dinheiro que ela ganha trabalhando ou mendigando, pedindo esmola, ou fazendo qualquer trabalho informal, fazendo frete ali pros caras do frete, da feira.” (JORGE, 2020).

Sobre *Álcool e droga*, há destaque para uma diferenciação do tratamento de pessoas que utilizam entorpecentes e residem em regiões nobres da cidade daquelas em situação de rua. Refere-se também à “invasão” da vida das pessoas com todas as perguntas presentes nas fichas de identificação dos serviços voltados para população em situação de rua. Também está presente como uma crítica, pois quando a população em situação de rua rompe com o processo de realização, Jorge aponta que o único local possível para moradia é nas favelas. Ele também questiona o discurso da utilização de entorpecentes como causa da realização, conforme foi evidenciado nas citações ao longo da tese, reforçando a utilização do discurso das drogas como uma maneira de justificar a obstaculização do acesso às políticas sociais.

As quatro vezes em que a palavra *guarda* refere-se à segurança pública estão no âmbito da repressão. Dois falam da retirada de pertences, um sobre a repressão à mendicância/pedido, e o último relata sobre um destelhamento de quiosques usados pela população em situação de rua à noite, para proteger-se da chuva. Segue a figura tendo como base o dendrograma das Entrevistas 2:

Figura 17 - Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente sobre a vida nas ruas (Entrevistas 2)



Fonte: elaboração própria

No corpus com as demais entrevistas, a análise de Reinert gerou seis classes. A classe 1 (habitação), com 13,8% do discurso, aponta para a expressão da questão social da moradia, remete à ausência de habitação dos entrevistados, mesmo em meio a uma cidade com “tantos lotes vazios”. Temos aqui a evidência da desigualdade no discurso dos sujeitos, como na fala de Gabriel, ao chamar atenção para a existência de diversos lotes ociosos, enquanto muitos vivem em situação de rua.

A classe 2 (ajuda), com 18,4% do discurso, manifesta a questão da solidariedade, apontando a necessidade de ajuda. Quanto às manifestações da palavra nos discursos dos sujeitos, das oito intercorrências da palavra, quatro dizem

respeito à viabilização do emprego. Essa é a principal “ajuda” demandada pelos entrevistados. Ora, trabalho e renda fazem parte dos direitos sociais, devidos a qualquer cidadão brasileiro.

As outras intercorrências referem-se às necessidades de cuidado de uma pessoa que necessita de auxílio por ser pessoa com deficiência e é ajudado por dois dos entrevistados. Lembramos que a população em situação de rua precisa de acesso às políticas sociais, que de fato garantam direitos legalmente constituídos. A busca de uma responsabilidade da sociedade civil é uma desresponsabilização do Estado e discordamos dessa concepção.

A classe 3 (perdas/consumo) apresentou 23% do discurso. Apresenta palavras que remetem ao consumo de entorpecentes: “*viciado*” e *crack*. Enfatiza a pessoa em situação de rua como um ser humano que vivenciou diversas perdas.

*Dia* foi a palavra com maior frequência. Aparece na classe tanto para diferenciar períodos de tempo, demarcando a diferença entre passado e presente, quanto para especificar alguma atividade diária, e também indicando o momento de abertura de um banheiro público somente no momento de funcionamento de feiras para a venda de alimentos, artesanato e outros.

Mara falou sobre um período de sua vida no qual praticou atos criminosos e, comparando à sua vida anterior, diz: “Eu nunca imaginei que eu ia chegar nessa situação, o dia que eu decidi sair, não querer mais aquilo ali, ó onde eu cheguei”.

A palavra *crack* faz parte do discurso dela. Ao contar sua história, fala sobre um período no qual usou o entorpecente, mas parou com o uso. Enfatiza não querer mais o *crack* porque deseja “ser uma ser humano, viver”.

A classe 4 (sobrevivência e projeto) totalizou 14,9% do discurso e fala sobre a sobrevivência nas ruas e como pensam a saída dessa situação. A palavra *ano* foi usada tanto para indicar o tempo de rua quanto para explicar o tempo que algo lhes acontecera.

*Largar* está na fala de Marcos, quando relata sua ida para a situação de rua oito anos antes, após sofrer um acidente de trabalho que lhe deixou sequelas, e a sua companheira o deixou.

*Abrigo* aparece no texto ao relatarem já ter ficado em algum local de acolhimento, expressando como foi a experiência e também como uma necessidade no momento da entrevista.

*Levar* conecta-se a *abrigo*, como na seguinte passagem da fala do entrevistado: “[...] aí foi, recolheu e levou lá pro abrigo lá, aí lá eu fiquei, jantei, e fiquei lá, fui ficando.” (GABRIEL, 2020).

*Barraca* é usada em meio ao projeto de futuro. Veem a saída das ruas por meio do trabalho informal da venda de roupas em barracas, com autorização da prefeitura.

A classe 5 (motivos para a ida às ruas e transferência de renda) compõe 13,8% do discurso e fala sobre o Programa Bolsa Família. Destaca a transferência de renda como primordial para sua sobrevivência, tanto antes da situação de rua, quando conseguiam pagar o aluguel, quanto nas ruas. A perda do emprego é apontada como um dos determinantes do processo de rualização. E a reciclagem é um dos trabalhos informais desenvolvidos nas ruas.

*Pagar* manifesta-se mais vezes dentro da classe e diz respeito tanto à impossibilidade de pagar o aluguel (a maioria das intercorrências) quanto à empregadores que o contrataram, mas deram um golpe, não pagando as remunerações combinadas. Segue parte da fala de Mara, que ilustra a utilização da palavra: “Porque eu, falar a verdade, eu tava sobrevivendo desse auxílio<sup>121</sup> que teve aí. Né? Deu pra pagar uns aluguel, deu pra pagar umas contas, né? Comer. Mas abaixou, ai agora fica mais difícil.” O pagamento do aluguel é associado ao trabalho, conforme fala da entrevistada: “aí nós trabalhou e quando nós trabalhou nós pagou o aluguel.” (MARA, 2020).

A classe 6, com 16,1% do discurso, traz palavras relacionadas à saída da situação de rua, a volta para casa, a necessidade provisória de um abrigo. O verbo *passar* foi usado para falar sobre um tempo anterior em situação de rua, sobre ações do poder público recolherem os pertences deles, sobre a ausência da abordagem social no período daquelas semanas em que estavam nas ruas, e também para indicar que o coronavírus<sup>122</sup> não os havia acometido.

Nessa classe, constam quatro “graças a Deus”, presentes nas falas de Gabriel, Marcos, Mara e Jair. Gabriel utiliza a expressão ao falar sobre um abrigo pelo qual passou cuja alimentação ofertada era boa. Marcos também sobre um abrigo onde ficou e, em suas palavras, “lá tinha tudo” (MARCOS, 2020). Mara falou

---

<sup>121</sup> Entrevistada refere-se ao Auxílio Emergencial pago pelo governo federal brasileiro como uma das medidas no período da pandemia da Covid-19.

<sup>122</sup> Não há espaço para entrarmos no debate acerca da pandemia e suas consequências para a população em situação de rua. Ver sobre o assunto em Tiengo (2021b).

no contexto do abandono de atividades ilícitas praticadas antes, porém, no momento em que pensou ser a hora de poder viver, acabou passando pelo processo de rualização. Jair deu graças a Deus por não ter sido contaminado com a Covid-19, conforme as palavras dele: “Graças a Deus, meu Deus, nem passou perto de mim, nem vai passar em nome de Jesus.” (JAIR, 2020).

*Ficar* possui 12 intercorrências nas falas, dentro dessa classe, e dez delas remetem a um período no qual passaram pelo processo de rualização e ficaram nas ruas ou em instituições de acolhimento. Em uma, Mara aponta para a necessidade de um local onde pudesse ficar com seu companheiro, e outra está no contexto da história de um dos entrevistados.

Entre as formas de ver a situação de rua, está sua percepção como uma simples consequência de ações individuais, uma escolha daqueles que vivem nessa condição. Seria a rualização uma escolha, uma expressão da liberdade? Sobre isso, discutiremos a seguir.

### 3.2 Escolha ou contingência: expressão da liberdade?

Tornando-se pesos mortos para suas famílias ou enfrentando sérios conflitos em virtude do alcoolismo ou das dificuldades no mercado de trabalho, **escolhem o rumo da rua**, muitos para esconder seu fracasso, envergonhados dos parentes e vizinhos que os conhecem. (ZALUAR, 1995, p. 54, grifo nosso).

O medo do desemprego quase sempre está associado ao medo de *virar mendigo*. O termo *virar mendigo* expressa bem que essa transformação **não resulta de uma escolha** ou que essa condição não é inerente a este ou aquele homem, mas ao trabalhador em situação prolongada de desemprego, que tenha dilapidado seu fundo de consumo – casa, roupa, alimento, possibilidades de obtenção de empréstimos de amigos etc. – ou que não conte com a ajuda de familiares ou colegas para colaborar nessa reposição. (NEVES, 1995, p. 64, grifo nosso).

Permanecem até hoje visões díspares sobre a rualização. Enquanto alguns reiteram uma suposta escolha, pensamento normalmente associado à liberdade, outros reconhecem a contingência. Ao invés de uma situação buscada pelos que nela se encontram, são produto e reprodutores do capitalismo, conforme enfatizado no capítulo em que tratamos sobre a lei geral.

Assim como no capitalismo os trabalhadores não são de fato livres, visto que foram expropriados de quase tudo, restando-lhes somente a força de trabalho, a

“escolha” que lhes resta é a submissão ao trabalho assalariado ou morrer. A “opção” da moradia nas ruas remete à mesma suposta liberdade.

Diante do recrudescimento das relações de trabalho, reestruturação produtiva e contrarreformas, especialmente a partir da ênfase na política-econômica neoliberal, não há vagas de trabalho disponíveis para todos, e as inserções no trabalho informal são insuficientes para a sobrevivência.

A visão sobre a população em situação de rua possui variações de acordo com o método escolhido e utilizado para elaborar as reflexões e debates, e cada um parte de mirantes diversos, que influenciam diretamente os dados trazidos. Enquanto uma perspectiva crítica busca um olhar para além do aparente, procurando a totalidade, outras perspectivas acabam por perder algumas relações fundamentais de análise, que nos permitiria melhor entendimento sobre o que está sendo estudado.

A voz dos sujeitos é de substancial relevância para o desenvolvimento de qualquer pesquisa. Todavia, apesar do enriquecimento inerente a ela, é preciso pensar se de fato o real é amplamente abarcado pelo aparente, ou se é somente parte dele. Segue uma fala que retrata a vida nas ruas como um desejo de outros, mas não dela própria:

*Que tem muitos também, que não quer sair da rua. Tem muitos que gostam, mais tem muitos que se encontram na situação que é obrigado a vir pra rua. [...] Aqui nós é, nós sairia, mas aí aqueles dois ali, eles é viciado. Entendeu? Eles num gosta de casa não, mas nós já. Eu nós, na hora [...]* (MARA, 2020).

Para Mara<sup>123</sup>, ela e o grupo de pessoas com quem compartilha a situação de rua não escolheram viver nas ruas, e se pudessem sairiam das ruas; todavia, em sua opinião, há pessoas que não querem sair das ruas. Cita como exemplo um casal próximo a eles no momento da entrevista.

Em um primeiro momento, de fato essa pode parecer a realidade. Todavia entendemos que há mais elementos envolvidos, e dizer que existem aqueles que gostam de viver nas ruas, ou que não sairiam da situação de rua se estivessem perante os elementos necessários para isso, é um argumento para permitir o

---

<sup>123</sup> Lembramos, conforme evidenciado no capítulo anterior, o fato de não estarmos generalizando as opiniões presentes nas entrevistas, como se toda a população em situação de rua pensasse dessa forma, mas sim ilustrando o debate feito, contribuindo para consubstanciar o debate com destaque para a voz dos sujeitos.

distanciamento do Estado em oferecer respostas a essa expressão da questão social.

Como era a vida antes das ruas daqueles que dizem não querer sair das ruas? Há quanto tempo eles estão em situação de rua? Será que a forma que vivem já se tornou um modo de vida de tal forma que é duvidoso pensar uma vida fora das ruas? Quantas vezes e por quanto tempo eles tentaram sair das ruas e não conseguiram? Dizer que não querem uma saída seria uma forma de autoproteção contra a tristeza de buscar uma vida fora das ruas e não conseguir?

Ao pensar nas histórias dos entrevistados de nossa pesquisa, todos eles disseram que trabalhavam antes da situação de rua, em vínculos esporádicos, informais, que não lhes rendiam o suficiente para manter um aluguel. Tais fatores contribuíram para o processo de rualização.

Além disso, vimos uma intermitência entre a casa e a rua, especialmente nas histórias de Jorge, Mara e Gabriel, que viveram em situação de rua por mais de um período em suas vidas. A necessidade de um trabalho como um elemento primordial para a saída da situação de rua foi destacada por Mara, Gabriel, Marcos, Márcio e Jair.

Ao expor sua necessidade, ela afirma: “A gente pede trabalho. [...] Ah, vocês estão precisando de que? Trabalho.” (MARA, 2020). Outro entrevistado reforça tal ideia dizendo: “Porque se nós tivesse emprego nós não tava aqui não. Teria dinheiro pra pagar o aluguel da minha casa.” (JAIR, 2020).

Andrade, Costa e Marquetti (2014) defendem como tese central a liberdade e a perda de redes de apoio como principais determinantes para que as pessoas passem pelo processo de rualização. Segue uma citação que expressa bem seu pensamento:

As pessoas vão para as ruas por diversos fatores, mas todos apontam para uma fragilidade em sua rede social, com seus suportes e cobranças. A rua pode não oferecer suporte, mas diminui as cobranças e oferece maior liberdade, ainda que relativa. (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014).

A questão da escolha é vinculada à ideia de liberdade, como se morar nas ruas fosse uma forma de concretizar uma liberdade, romper com os compromissos e horários presentes em sua vida anterior à situação de rua. Seus argumentos são sustentados por meio de relatos de 18 pessoas em situação de rua que foram entrevistados nas cidade de Santos, em São Paulo. Em um deles, o entrevistado de

sua pesquisa afirma: “Eu sei que aqui a gente às vezes tem que levantar, sair... Mas sou eu que escolho onde vou encostar, com quem, que hora... Eu penso: ‘hoje vou na praia’. E vou. Ou então ‘eu vou acharcar (pedir esmola) aqueles ali’. E daí vou” (C.D. *apud* ANDRADE; COSTA; MARQUETTI 2014, p. 1255).

Pensemos nos seguintes pontos:

1º) Ele relata não poder ficar o tempo que deseja em certos locais, ao revelar que em alguns momentos eles “têm que sair”. Considerando a discussão apresentada por Andrade, Costa e Marquetti (2014), ao falar sobre a forma de tratamento da segurança pública, é provável que essa obrigação em levantar e buscar outro lugar seja motivado pelos responsáveis por tal política.

Aliás, o mesmo entrevistado fala, em outro ponto do artigo, sobre as regras que existem em certos locais que são proibidos de frequentar (pontos turísticos), em um contexto no qual lhe parece como se tivessem uma “doença contagiosa”. Considerando esse aspecto, se ele não fosse uma pessoa em situação de rua, passaria pelo mesmo tratamento? É a rua que proporciona mesmo a liberdade?

2º) Evidencia a questão da escolha, dizendo que pode ir aonde quiser. Ele pode entrar no hotel mais confortável existente no município ou mesmo qualquer hotel? Ele pode entrar em um restaurante e se alimentar daquilo que desejar comer? Ele pode ir ao aeroporto e pegar um avião para visitar outro país ou viajar para conhecer as belezas em algum estado brasileiro? A população em situação de rua é livre para escolher de fato o caminho que vai seguir, ou será que suas escolhas são reduzidas ao permitido pela condição de vida nas ruas?

3º) Outra possibilidade de escolha apontada por ele é o acharque. Quando uma pessoa chega a um ponto em que precisa pedir, manguear ou mendigar, mesmo trabalhando diariamente, necessitando de caridade alheia para sanar necessidades básicas, isso é uma escolha ou seria uma demonstração de barbárie?

Entre as atividades do cotidiano desse grupo de pessoas, Andrade, Costa e Marquetti (2014, p. 1.259) ressaltam a respeito da alimentação: “Por não conseguirem assegurar uma alimentação mínima diária, os entrevistados informam precisar criar meios alternativos de enfrentamento da fome: *Tem que tapear, enganar a fome, quando ela aparece* (S. P.)”. E os meios para conseguir o alimento são mediante trabalho, pedido, utilização de instituições e busca dos alimentos no lixo. Vejamos que a obstaculização do acesso ao alimento evidencia a ausência de liberdade.

A pessoa que vivenciou o processo de realização não está mentindo sobre sua vida. O que relatou na entrevista é a forma como enxerga sua própria realidade, nitidamente opressora. E ver como liberdade a “opção” por um local para pernoitar e ficar é uma maneira de diminuir o sofrimento atinente à situação de rua. Fantasiar a realidade é uma estratégia para não sofrer ainda mais em reconhecer a terrível miséria vivida. Segue a opinião de Jorge sobre a suposta liberdade da vida nas ruas:

*Também não é essa liberdade que as pessoas falam. A rua ela não, você não tem liberdade, que as pessoas tão te vigiando o tempo todo, tudo o que você faz, elas estão olhando, mas não com um olhar de te ajudar, mas com olhares maldosos. Né? Aonde os povos higienistas estão ali te vigiando para ver onde você dorme para te dar um banho de criolina, tem pessoas que veem onde você dorme e joga água, tem pessoas que em Curitiba, muita gente morrendo de frio. (JORGE, 2020).*

Como poderíamos dizer que há liberdade na vida nas ruas quando esses sujeitos são destituídos de seus direitos, têm a sua vida reproduzida em meio à barbárie, em condições sub-humanas, e ainda necessitam preocupar-se com atos violentos contra eles? Onde está a liberdade em não poder acessar um local adequado para descansar? Onde está a liberdade de alguém sem lugar para pernoitar, que dorme na rua e é morto pelo frio? Onde está a liberdade de alguém com fome, necessitando buscar comida no lixo?

Na sociedade capitalista em que vivemos, somente o capital é livre: “[...] não vos deixeis iludir pela palavra abstrata de *liberdade*. Liberdade para quem? Esta não é a liberdade de um simples indivíduo em presença de outro indivíduo. É a liberdade que tem o capital de esmagar o trabalhador.” (MARX, 1848, s/p).

Sobre a busca de comida no lixo, segue a fala de Jorge:

*Porque muitas vezes a gente tinha que ficar esperando (lanchonete) fechar, pra você ir pegar o churrasco que, que o rapaz da churrascaria, muito gente boa né, num jogava no meio daquele lixo da cozinha, é, cheia de de... lugar onde tem bucha, tem Bombril, tem detergente, então ele fazia o cuidado de jogar dentro do saco que tinha o carvão, tinha a limpa da carne, então a gente já pegava uma carne crua, pegava uma carne assada, as vezes uns pedaços até bons, tavaquentinho, então a gente comia até ali próximo mesmo. (JORGE, 2020).*

Snow e Anderson (1998), no tocante à identidade com as ruas, destacam três grandes elementos: o distanciamento, a aceitação e a narrativa fictícia. Esse último abarca uma fala que embeleza o passado, mais comum entre os que estão há mais

tempo em situação de rua, no segundo e terceiro momentos<sup>124</sup>. A fantasia sobre o futuro ocorre mais entre os que estão há pouco tempo em situação de rua, no primeiro momento. Ao nos depararmos com relatos como o de C.D., entendemos que pensar a realidade vivida nas ruas como escolha própria, com centralidade na liberdade, é também uma forma de narrativa fictícia.

Giorgetti (2007, p. 17) usa a expressão “mendigos tradicionais” para designar aqueles que “optaram viver nas ruas”. A figura presente no imaginário popular, segundo ela, é daquele homem sujo, barbudo, que consome álcool e outras drogas, e, como uma forma de contestar as relações sociais capitalistas, “desistiu de viver conforme as normas dessa sociedade para ser feliz nas ruas.” Será que alguém escolhe viver nas ruas e encontra felicidade nas condições inerentes à rualização?

Precisamos “abandonar a retórica romântica de apontá-los como pessoas livres que escolheram estar na rua como um exercício de sua liberdade e ouvir o que têm a dizer sobre seu sofrimento.” (ZALUAR, 1995, p. 57).

Tal abandono é necessário porque o discurso da liberdade e escolha corrobora o afastamento do Estado com relação ao processo de rualização, que reflete com nitidez as falácias do capitalismo. Deixando os que vivem essa situação com acesso reduzido às políticas sociais e justificando que tais políticas sejam mínimas, com benefícios cada vez mais parcos. Além disso, tendo em vista mitigar a multifacetada expressão da questão social, são necessárias políticas específicas, benefícios especiais e transferências de rendas adequadas à sobrevivência.

Depreendemos que a vida nas ruas não é uma escolha. Os que dizem isso usam essa fala como se pudessem escolher algo, como se tivessem controle sobre a sua situação, em uma forma de embelezamento de sua situação, protegendo-se da dor inerente à situação de rua. Reforçando a opinião contrária à vida nas ruas como uma escolha, vejamos a citação seguinte:

Although beliefs persist that homeless people choose this lifestyle, and that certain segments of the population refuse to work and would rather collect public assistance, research indicates that such beliefs are false. Indeed, few homeless people are on welfare, and there is also little evidence of the avoidance of work by the homeless; many hours are spent toiling for, in many cases, limited dollars.<sup>125</sup> (LEVINSON; ROSS, 2007, p. 160).

<sup>124</sup> Snow e Anderson (1998) fazem uma diferenciação entre três momentos do processo de rualização chamados por eles, respectivamente de recém-deslocados, vacilantes e outsiders. Teremos um ponto para discussão sobre o tempo de rua à frente.

<sup>125</sup> Livre tradução: “Embora persistam crenças de que os sem-teto escolhem este estilo de vida, e que certos segmentos da população se recusam a trabalhar e preferem recolher assistência pública, as

Para sustentar essa afirmação, os autores citam uma pesquisa canadense cujos dados apresentam uma imensa maioria dos *homeless* preferindo o trabalho a outras formas de sobrevivência. Outra pesquisa citada por eles foi a da Grã-Bretanha, com resultados semelhantes. Eles entendem que a rejeição ao mundo do trabalho, atraído pelos benefícios governamentais, não é o problema motivador da realização.

Isso é importante, especialmente quando temos políticas sociais residuais, como é o caso brasileiro. Uma das “desculpas” para políticas sociais parcas é afirmar que benefícios motivariam a “vagabundagem”, pois as pessoas prefeririam depender dos benefícios do Estado a trabalhar. As pesquisas supracitadas desconstruem essa defesa (LEVINSON; ROSS, 2007).

Segue mais uma parte do relato de nosso entrevistado corroborando nossa defesa pela contingência, contrastando a ideia de escolha:

*Então sempre eu me frustrava. Aí chegou um momento que eu já num guentava mais essa situação, aí eu falei, num dá mais, eu tenho que ficar, agora **minha única alternativa é a rua mesmo**. Porque é, talvez meu dinheiro dure mais pra mim comer, pra mim fazer alguma coisa, do que eu chegar lá com esse pouco dinheiro e ficar pagando aluguel um mês e o resto dos meses viver na rua, aí eu fui e **tive que enfrentar a rua de frente**. (JORGE, 2020, grifo nosso).*

A frustração expressa por Jorge é a de trabalhar desde muito cedo, na roça, no trabalho rural, ter uma vida de exaustivo labor e ver a renda conseguida acabando e ele precisar viver a intermitência entre a casa e a rua, até restar somente a rua como possível, e teve que enfrentá-la de frente.

Há perigo em tomar a vida nas ruas como algo desejável, pois se é escolha o Estado não precisa responder a essa expressão da questão social. Voltamos para a ideia de individualização e culpabilização. Conforme sustentamos ao longo da tese, o capital é o reino da liberdade somente no nível da aparência.

A sociedade capitalista naturaliza a produção e a reprodução de pessoas que formam a superpopulação relativa e sem opção são jogadas à situação de rua. Encerramos o ponto com as palavras do entrevistado: “Ninguém tá na rua porque quer.” (JORGE, 2020).

---

pesquisas indicam que tais crenças são falsas. De fato, poucas pessoas sem-teto estão em situação de bem-estar, e há também poucas evidências de que os sem-teto não trabalhem; muitas horas são gastas com trabalhos, em muitos casos, por pouco dinheiro.”

### 3.3 Contravenções penais: punições à população em situação de rua

Uma palavra-chave ao falarmos daqueles que compõem a classe trabalhadora é expropriação. O capitalismo retirou dos trabalhadores todas as outras mercadorias e instituiu um processo de trabalho que submete os vendedores da força de trabalho ao tempo e aos interesses do capital.

No livro *Os depossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira*, Marx (2017) critica a legislação sobre o furto de madeira, pois punia tanto aqueles que cortavam as árvores para pegar a madeira quanto aqueles que recolhiam a madeira seca, que estava caída. Sua defesa é a impossibilidade de tratar essas ações da mesma forma, quando são diferentes. Afinal, ao cortar árvores, ela é destruída, retirada da propriedade privada, enquanto ao recolher a madeira seca do chão aquela madeira já havia previamente caído ou sido retirada da árvore. A lei do furto da madeira é, na concepção do autor, uma forma “de derrubar o direito das pessoas em favor do direito das árvores novas.” (MARX, 2017, p. 79).

Ao longo da obra, ele argumenta a favor da ideia da ação de juntar e recolher madeira seca não ser um delito, pois “[...] quando chama de furto de madeira um ato que nem chega a ser um delito de exploração de madeira, a lei mente e o pobre é sacrificado por uma mentira legal.” (MARX, 2017, p. 81).

Marx (2017) questiona a própria propriedade privada, pois se um proprietário toma posse de alguma propriedade ele está destituindo outros da possibilidade de utilizá-la. Nesse contexto, ele questiona a propriedade privada enquanto um furto.

O modo de produção capitalista destituiu os produtores da riqueza do acesso à propriedade privada. Isso fica bem evidenciado ao olharmos para a população em situação de rua, um grupo de trabalhadores destituídos de quase tudo, radicalmente depossuídos. Segue a visão de nossos entrevistados sobre a desigualdade e a sua destituição do acesso à propriedade privada: “Deus colocou tanta terra no mundo, e hoje o homem quer tudo. Quer tudo só pra ele.” (GABRIEL, 2020). “Vejo tanta gente que tem tanto, e os que num tem.” (MARA, 2020).

Pensando a realidade vivida pela população em situação de rua, ela também sofre com leis dissimuladoras e ações disfarçadas de legais quando em si mesmas constituem um crime em vários sentidos. Um exemplo disso é o recolhimento compulsório dos pertences daqueles que menos têm. Essas ações são associadas

pelo poder público à limpeza das áreas públicas e nem sempre permitem aos donos retirarem nem mesmo seus documentos. Sobre o assunto, segue a opinião de Jorge:

*Porque quando a população de rua avança numa pessoa e puxa uma bolsa, ou pega alguma coisa mesmo ali escondido, que a mídia pega uma imagem, eles acabam com a pessoa, eles acabam de destruir a pessoa, o resto que a pessoa tem de vida, assim, falando, fala assim, no verbo, conjugando o verbo de falar, destruir a imagem da pessoa, né, não é destruir a pessoa em si mas a imagem da pessoa. E então, e quando eles vêm retirando tudo o que a pessoa tem, isso não seria um roubo também? (JORGE, 2020).*

Saliento tratar-se aqui de um furto daqueles que nada possuem. As supostas ações de limpeza reforçam a miséria vivida por essas pessoas, sobre a qual falamos no capítulo anterior. Aquilo chamado de lixo pelo poder público são os pertences que lhes restaram e os materiais recicláveis recolhidos com muito sacrifício, além dos próprios documentos, importantíssimos para um possível emprego formal e para acessar aos benefícios sociais.

Ponderando ainda sobre as legislações dissimuladas, que tratam como crime o que não é e legaliza o que é, pensemos no contexto brasileiro, sobre as leis que proíbem a mendicância e a chamada vagabundagem. Vejamos que “vadiar e mendigar” é uma contravenção penal, de acordo com a Lei 3.688, de 1941<sup>126</sup>. Vejamos os artigos 14 e 15.

Art. 14. Presumem-se perigosos, além dos indivíduos a que se referem os ns. I e II do art. 78 do Código Penal:

I – o condenado por motivo de contravenção cometido, em estado de embriaguez pelo álcool ou substância de efeitos análogos, quando habitual a embriaguez;

II – o condenado por vadiagem ou mendicância. (BRASIL, 1941).

Antes de seguir, vejamos a ideia de Engels (2010) sobre o peso da lei na sociedade capitalista:

[...] é evidente que o conjunto da legislação tem o objetivo de proteger os proprietários contra os despossuídos. As leis são necessárias exatamente porque existem os despossuídos e, mesmo que poucas leis o expressem diretamente – como, por exemplo, aquela contra a vadiagem e aquelas que punem a falta de residência fixa, pelas quais o proletariado como tal é declarado fora da lei –, a hostilidade em face do proletariado está na base do ordenamento jurídico. (ENGELS, 2010, p. 312).

---

<sup>126</sup> A lei de contravenções penais, de 1941, não é a primeira a estabelecer punições a chamados vagabundos e mendigos. O código criminal do Império Brasil é de 1830 e previa a prisão e o trabalho forçado.

Agora, apresentaremos o artigo 59 da lei de contravenções penais, de 1941, que teve revogações recentes. Observemos que a posse de propriedades garantidoras de renda permite essa “ociosidade”, punida somente entre a classe trabalhadora, destituída de bens.

Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita:

Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.

Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena. (BRASIL, 1941).

Vejamos que a pena para os aptos ao trabalho que não estivessem trabalhando era de até três meses de prisão, e não consta que foi revogada.<sup>127</sup> E a revogação à pena de prisão por mendigar ocorreu somente em 2009. Ora, está nítido o fato de que os proprietários podiam viver na ociosidade – somente aos despossuídos era vedada e punida. Sobre o diferente tratamento oferecido à burguesia e ao proletariado, vejamos a seguir:

O burguês pode fazer o que quiser: diante dele, o policial é sempre cortês e atém-se estritamente à lei; o proletário, em compensação, é tratado com violência e brutalidade, sua pobreza atrai sobre ele a suspeição acerca de todos os delitos imagináveis [...] (ENGELS, 2010, p. 313).

Nosso entrevistado, ao falar sobre o tratamento da polícia aos moradores de favelas, contrapõe-se àquele destinado aos moradores de áreas “nobres”, apontando para o mesmo fator presente na última citação, conforme visto a seguir:

*E é o único lugar que sobra pra quando as pessoas saem das ruas é a favela, onde tem grande número de tráfico de drogas, onde tem violência, onde a polícia sobe metendo o pau em todo mundo, quando sobe. Então é a única política que sobe mas é a segurança pública. Que ali ela sobe, mas não sobe com a intenção de oferecer segurança para essas pessoas. É mais repressão, mas a mesma polícia que aborda lá no morro, é a mesma que aborda em [...], onde há um consumo imenso de álcool e droga, mas lá, é diferente, a mesma que bate lá no morro, é a mesma que chega humildemente pedindo ao rapaz para abaixar o som do carro dele. Né? Que aborda lá [...], chega humildemente para conversar com os rapazes, chega até chamando de Senhor, que é o contrário lá do morro, a gente que tem que chamar a autoridade de Senhor, se não a gente apanha né. E lá é o contrário [...]. Eles chegam chamando os jovens de Senhor. As autoridades né? Inverte os valores, né? É muito preocupante isso para nós. (JORGE, 2020).*

<sup>127</sup> Pelo menos até o dia 24/06/2020, quando acessei.

Ainda no contexto das contravenções penais, referente às leis anteriormente citadas, o jornal *O Globo* revelou que a maioria das prisões eram indevidas, uma forma de a polícia “mostrar serviço”. Os presos eram comerciários, biscateiros e pessoas em tratamento para alguma doença que foram pegos sem documento. Em dezembro de 1975, 70% dos presos foram absolvidos por ausência de provas e, na maior parte dos casos, por falta de motivos (VILLELA, 2014).

Ao rotularmos um grupo da superpopulação relativa como “vagabundos” ou “vadios”, perdemos seu caráter de classe e a relação direta com a lei geral capitalista. São expressões que individualizam ações, destituindo o Estado de seu papel, de cumprir com seus deveres. Não perguntam aos chamados vagabundos por que estão naquela situação, ignoram sua trajetória, seus desejos, seus planos e sonhos. Não questionam se o Estado cumpre com seu papel de garantir os direitos sociais básicos, entre eles o trabalho e a moradia.

O artigo 6º da Constituição brasileira traz o trabalho como um direito social, todavia as pesquisas sobre a população em situação de rua acessadas e as entrevistas feitas indicam a não efetivação desse direito. O trabalho informal em sua forma mais precária possível que acessam é insuficiente para atender às suas necessidades básicas, e com relação à forma como são tratados, veremos a seguir.

### 3.4 Como são tratados<sup>128</sup>

Uma forma de tratamento comum àqueles que vivem nas ruas, desde muito tempo atrás, mesmo em períodos anteriores ao capitalismo, é a violência. Sobre o assunto, vejamos um extrato da fala de nosso entrevistado:

*Eles tem que sair dali de qualquer maneira, mas é é é, com **jato d'água, caminhão pipa, jogando água neles**, eles querem tirar [...] assim. De outra forma não, dando emprego, dando dignidade não. Né? Porque aí, é complicado, a gente não entende porque que as pessoas fazem tanto essa menção da não violência ao ser humano, mas quando vê, eles são os maiores praticadores da violência [...]*

*Igual [...] em Novo Horizonte, na Serra, e tava fechado todo o serviço, [...] e quem mais quer a violência [...], que não queriam deixar [...] Era o abrigo noturno, acho que era 30 pessoas Eles falou que **ia aumentar o roubo**, eram carros sendo roubados ali... A população de rua não tem arma, quem tava roubando era gente armada. **Não ia deixar o filho ir pra escola porque o bairro está se tornando perigoso**, que é muito morador de rua... E, **como se fossem mandar um monte de diabos, de bichos para lá.***

<sup>128</sup> Não trabalhamos as respostas do Estado no contexto das políticas sociais porque esse é o tema do capítulo sobre as Políticas Sociais.

*Aí o que que acontece, é, consegui, e o que mais agrediram foram os homens que estavam com a camisa (de uma Igreja<sup>129</sup>). A Igreja: – **Nós vamos botar fogo naquela casa! Nós vamos soldar o portão para ninguém sair e vamos botar fogo em todo mundo lá dentro.** (JORGE, 2020, grifo nosso).*

Com esse relato, Jorge expõe a discriminação à população em situação de rua, nítido em momentos de criação de instituições de acolhimento para esse público. Há falta de conhecimento sobre os que vivem em situação de rua ao taxá-los como ladrões, como um perigo.

A fala seguinte expressa a violência como algo recorrente à vida nas ruas. Ademais, a existência de seres humanos vivendo nas ruas já é por si mesmo um ato de violência. “E, a população de rua varia muito. Tem dia que ela dorme, tem dia que é agredido, tem dia que foi violentado na rua por um agente da lei, ou uma outra pessoa em situação de rua, ou por um comerciante.” (JORGE, 2020).

A violência, além de física, é também psicológica, pois lhes tira o momento em que podem sonhar, podem viver fora das ruas, ainda que seja em outra realidade, uma inexistente, conforme vemos na fala que segue:

*As pessoas que são trabalhadores gente, que tão tentando juntar dinheiro para pagar um aluguel. Aí vende bala, outros vende as coisas nos ônibus, vendem as coisas na rua e quando está dormindo ele tá vulnerável, mais do que quando ele tá acordado. É os **momentos de talvez, de fugir daquela realidade tão cruel que é a rua.** Eu posso chamar de realidade cruel. Então, assim, quando a pessoa está dormindo é o único momento que ele tem possibilidade de se voltar a ser, **se sentir humano, ser humano. Não se sentir mais aquilo como um lixo, escória da sociedade,** como o olhar da sociedade, vulnerável, como a mídia toda uma trajetória que teve aí que essa galera não é vista com bons olhos. Então, quando ela tá dormindo, ela consegue fugir desse mundo, ela não consegue sair, é **o momento em que a pessoa tipo consegue sair da, da situação de rua. Eu conheço muitas pessoas que eles são pessoas em situação de rua mas quando eles dormem eles não são mais. Eles voltam a sonhar. Eles ainda tem sonhos,** aí a hora que a pessoa chega jogando água, chega agredindo, toma seus pertences, destelhando a sua, tirando o seu teto, em cima da sua cabeça, por pura, e mera covardia. E depois, vem dizer que a pessoa tá ali porque quer, que o serviço da autonomia para ele, e ele que não quer o serviço. Mas a verdade, eles não contam que não tem vaga para essas pessoas, que o serviço não comporta todas essas pessoas. Eles sempre quer culpar o indivíduo, é criminalização da pobreza. Criminalizar, a pessoa por ser pobre. (JORGE, 2020, grifo nosso).*

Jorge aponta para uma questão significativa: ações higienistas praticadas pelas prefeituras, com a retirada de seus pertences, os jatos de água jogados contra eles enquanto dormem e os atos ainda mais atroz de pessoas que lhes ateam

<sup>129</sup> Jorge citou de qual Igreja era a camisa, mas preferimos ocultar o nome.

fogo<sup>130</sup>, e atiram contra eles, impedindo-lhes de sonhar, tirando-lhes a capacidade de fuga dessa realidade tão opressora, contribuindo para que se sintam inferiores e não vejam a si mesmos como seres humanos.

Mara e Gabriel (2020, grifo nosso), também denunciam situações de recolhimento compulsório de seus pertences. Eles contam:

**Mara:** *Eles chegam aqui, e se tiver uma roupa estendida ali, você pode tá aqui que eles pega e leva embora.*

**Gabriel:** *Eles se incomodam com você. Até o pessoal da prefeitura. Tá ali, tá pendurado ali, aí eles pegam: Óh, tira daí, nós não quer vocês aí não. Você tem que procurar algum lugar. Você não tem casa.*

Além das expropriações modernas que afetam o conjunto da classe trabalhadora, tais como as contrarreformas trabalhistas e da previdência, que reiteram a destituição daquilo que pertence ao trabalhador, sob a justificativa de ausência de recursos.

Ao pensar a população em situação de rua, temos um aprofundamento das expropriações. Esse grupo sofre a destituição do emprego formal, da moradia, das condições básicas de sobrevivência. É destituído da identidade de trabalhador, pois sua vida nas ruas é usualmente associada à vagabundagem. Integra também o rol de expropriações a retirada de seus pertences pelo poder público, sob a justificativa higienista de que é necessário limpar a cidade.

No capítulo da Pesquisa Nacional Brasileira escrito pelo Movimento Nacional da População em Situação de Rua, temos quatro denúncias básicas sobre a forma de tratamento do Estado às pessoas em situação de rua: 1) Programas sociais reduzidos a terapias ocupacionais; 2) Marionetes nas mãos das secretarias; 3) Profissionais despreparados; 4) Medo ao invés de segurança. Vejamos como eles apresentam tais pontos:

Os programas sociais dos governos municipais por nós conhecidos são, em sua maioria, terapias ocupacionais, ou seja, visam ocupar nosso tempo e nunca primam pelo protagonismo. As secretarias têm nos transformado em verdadeiras marionetes. Todos os dias precisamos falar com uma

---

<sup>130</sup> Muitas são as reportagens jornalísticas que mostram violências contra a população em situação de rua. Em julho de 2020, na cidade de Vitória, no Espírito Santo, um homem em situação de rua foi queimado, e os algozes que lhe atearam fogo atingiram seu objetivo, pois o homem não resistiu aos ferimentos e morreu. O ato atroz de atear fogo foi feito por um homem enquanto a pessoa em situação de rua dormia. A mesma reportagem jornalística que noticiou o caso lembrou que no mesmo local, em março de 2018, uma outra vítima foi encontrada morta, queimada, e uma dezena de pessoas que ficaram feridas em março de 2020, sendo que duas dessas vítimas foram a óbito (VERLI, 2020).

assistente social [...]. Como se não bastasse a omissão, o Estado tem agido de forma repressiva. As prefeituras, por meio de seus agentes, abordam todos os moradores de rua de forma truculenta, mostrando seu despreparo ao lidar com esse público. A polícia militar e os demais agentes de segurança pública têm feito intervenções nos espaços públicos por nós ocupados de forma arbitrária e intimidatória, agindo sempre com ameaças e nos expulsando do único espaço que nos restou, ou seja, a rua. Agindo dessa forma eles demonstram o mesmo despreparo visto nos agentes das prefeituras. Quem deveria garantir segurança, espalha o medo e a insegurança entre os que moram nas ruas. (BRASIL, 2009a, p. 185).

O processo de realização ocorre com base em múltiplas e sucessivas perdas, e nas ruas aqueles que muitas vezes perderam tudo passam por novos processos de destituições toda vez que as prefeituras resolvem fazer suas “limpezas” destruindo o pouco que lhes resta, levando tanto os materiais que lhes servem para se protegerem mesmo que de maneira inadequada, e marca um território na cidade, quanto os materiais recicláveis, lixo na visão de alguns. São a base da sobrevivência dos que trabalham como catadores. Sobre isso, vejamos o relato de um de nossos entrevistados. Observemos especialmente no final da fala o que representa a perda dos pertences:

*A retirada de pertences tá muito concentrada, igual éhhhh, o que aconteceu ali na [...], o caminhão da [...] retirada de pertences muito grande, [...] aí no começo ele chegava humilde, pedindo os meninos pra tirar [os pertences] mas logo logo, vinha com a guarda, tomava pertence, é ele, não é aquilo que a galera abandona, pra não ficar tão suja a lama, a rua, tal. Não, mas tudo bem, mas aí foram com a guarda o que eles fizeram? Foram lá e destelharam todos os quiosques que não estavam em funcionamento. Justamente aqueles que a galera vai na chuva e antes do verão. Nas chuvas de novembro destelharam todos os quiosques e vieram duas horas da manhã tomando as cobertas, as mochilas, sem dar nenhuma chance para as pessoas tirarem os seus documentos. Esses pertences pessoais são sua história, sua vida. **Dentro daquela mochila tem uma história, tem uma vida, quando a pessoa perde aquela mochila, perde aqueles seus pertences, é como se alguém tivesse roubado a sua história.** E, sem pelo menos dar chance dele tirar pelo menos um mínimo na sua história. (JORGE, 2020, grifo nosso).*

Destacamos esse final da fala para revelar o quão bárbara é a existência dessas chamadas “ações de limpeza”, recorrentes em todo o Brasil. Os pertences retirados pelas prefeituras são mais do que meras “coisas” para os seus donos; são, de acordo com Jorge, a sua história.

Associada à ideia dos recolhimentos dos pertences desse grupo, Jorge demonstra na citação seguinte mais uma violação de direitos, pois as pessoas que não possuem um lugar para guardar o pouco que possuem utilizam locais inapropriados, como bueiros, tornando-se mais suscetíveis a doenças, na tentativa

de evitar a perda de seus objetos, configurando, conforme o relato de Jorge, o aniquilamento de sua história:

*Muitas vezes eu ouvi histórias de pessoas agredidas, que estava passando [...] e **tinha que esconder as suas coisas dentro do esgoto, no meio das baratas e ratos, pra prefeitura não tomar**. E, as pessoas, descobriram, porque toda vez que passava lá não achava nada, aí botaram olheiro da prefeitura lá, vigiando aonde eles guardavam bem cedinho, aonde eles guardavam lá, aí vendo aonde, ou olharam pela câmera, não sei, mas eles, eles, eles fitaram a galera escondendo, dentro da parada de esgoto. Naquelas tamponas, porque tem uma rede de tratamento de esgoto, onde tinha umas tamponas lá, agora eles botaram cadeado. Olha só a perversidade da pessoa, aí, eles botaram um cadeado. Aí, agora, antigamente era aberto. Aí essa galera descobriu os colchões, as coisas, aí eles vinham pra tirar os pertences e essas pessoas reagiam e entrou no cacete, quebrou o cara com cassetete, o guarda municipal veio e bateu no cara de pocar a cabeça da pessoa no pau. E prestou socorro? Não. (JORGE, 2020, grifo nosso).*

Mesmo escondendo seus pertences em um local tão inapropriado quanto os bueiros, eles foram impedidos de utilizar o espaço, e ao reagirem contra essa ação sofreram novamente uma violência, agora física, ao tentarem proteger sua própria história. Isso remete a uma expropriação extrema do trabalhador, negando-lhe até mesmo a utilização de bueiros.

Em *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” de um Prussiano* (1844) Marx critica a defesa da assistência como uma loucura, sob a justificativa de estimulação da miséria. O “parlamento inglês agrega a ideia de que o pauperismo é a miséria da qual os próprios trabalhadores são culpados, e ao qual portanto não se deve prevenir como uma desgraça, mas antes reprimir e punir como um delito.” (MARX, 1844, s/p).

Ora, o texto de Marx (1844) tratava de uma realidade distante, de muitas décadas atrás, quase dois séculos, e, ainda hoje, mesmo com o desenvolvimento de uma proteção social devidamente garantida em lei, ainda prevalece, em algumas ações, a tônica reprimir e punir, como se a miséria, a pobreza, a mendicância, a situação de rua e outras expressões da questão social correlatas fossem um crime cometido pelos despossuídos e respondidos com a repressão.

Outro fator expresso da violência contra a população em situação de rua é o envenenamento, podendo em alguns casos causar a morte daqueles que recebem a doação de alimento. Segue o relato de um de nossos entrevistados sobre o assunto:

*Isso, o que, porque muitas vezes a pessoa vem com uma comida, e ele fica tão desconfiado da violência que ele sofre que ele come a comida, mas é você comer, mas comer com medo de morrer. Não sabe se está comendo*

*para viver ou se tá comendo pra morrer, e isso é constrangedor acho que a comida devia ser né? Aquela hora mágica, a hora sagrada né.*

*[...] Nós conhece muita história aí, verdadeira, de pessoas que comeram e no outro dia mesmo a mulher falou, é falou assim, aonde que eu fui aí que a mulher falou assim: “Ah, a mulher fez a comida ali e deu pra nós. Ela trouxe da casa dela quentinha. Ela fez só pra nós”. Aí eles comeram e todo mundo passou mal. Todo mundo passou mal, só não chegaram a morrer, mas todo mundo passou mal. Aí ela fez e trouxe quentinha, aquela comida bonita. E, como é que uma pessoa assim, tem uma coragem de fazer uma atrocidade dessa com uma pessoa em situação de rua. (JORGE, 2020).*

Nesse contexto de discriminação, Jorge fala também sobre a violência praticada pelos que vivem em situação de rua em situações-limites:

*Na verdade muita gente na rua tão **enterrado vivo**. Por que eles tão ali, eles falam que comete um crime, que brigam entre si, que brigam com uma pessoa que tá agredindo eles, **às vezes as pessoas vem agredindo ele, a muito tempo, mas no que ele surta com aquela pessoa, aí a mídia mostra**. Mostra o morador de rua que **agrediu o cidadão de bem**, dono, o comerciante que paga seus impostos. Como se aquela pessoa que tá na rua não pagasse imposto, como se o pão que ele compra, que ele cata latinha que ele vende, não produzisse imposto. Como se a comida que ele compra ou que ele pede, que alguém paga pra ele não produz imposto, ou que ele consome não produz imposto. (JORGE, 2020, grifo nosso).*

Portanto, percebemos formas de tratamento do poder público pautado por práticas assistencialistas e repressivas, destoantes com as legislações brasileiras asseguradoras de direitos à população em situação de rua. São princípios da Política Nacional para a população em situação de rua, presentes no artigo 5º do Decreto Federal nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009: “I – respeito à dignidade da pessoa humana; [...] III – valorização e respeito à vida e à cidadania; [...] IV – atendimento humanizado e universalizado.” (BRASIL, 2009b).

Lembramos que no momento da entrevista um dos entrevistados demonstrou preocupação em assinar o termo de compromisso e optou por gravar o consentimento, por temer perder o Bolsa Família. Isso demonstra o quão assistencialista e policialesca algumas políticas acabam sendo vistas pelos usuários, como se até mesmo o direito de fala estivesse cerceado pelo medo de falar algo em desacordo com o que o poder público quer ouvir e por isso supostamente arriscar perder um benefício de transferência de renda constituído como um direito. Tal temor pode obstaculizar um movimento em prol de pressionar o poder público para exigir direitos, temendo algum tipo de retaliação.

Trataremos a seguir sobre o perfil do grupo estudado e de sua forma de vida. Destacaremos o trabalho, tempo de rua, questões de saúde, motivos ao processo de realização e meios de resistência.

### 3.5 Perfil e forma de vida da população em situação de rua

Nesse ponto discutiremos sobre as principais características que formam o perfil da população em situação de rua e os motivos vinculados ao processo de rualização. Além disso, trazemos como mediação com esses dados as falas das entrevistas de nossa pesquisa de campo.

Percebemos que há um perfil semelhante desse grupo populacional ao redor do mundo, formado em sua maioria por homens em idade economicamente ativa, com baixo nível instrucional. Sobre a principal fonte de renda, figura o trabalho informal nos países latino-americanos enquanto nos países centrais as políticas sociais são determinantes para a sua sobrevivência, conforme poderá ser visto nos quadros e tabelas onde evidenciamos tais aspectos.

Pensando sobre a população em situação de rua brasileira, segundo a única pesquisa nacional até o momento, acerca do tempo de rua, 33,3% estão há mais de 6 meses, e 30,4%, entre 1 e 6 meses. A respeito dos motivos que os levaram à situação de rua, os mais apontados foram: 35,5% álcool e/ou drogas (35,5%) desemprego (29,8%) e problemas familiares (29,1%). Possuem o trabalho<sup>131</sup> como principal estratégia de sobrevivência 70,9%. Migrantes representam 54,2%, sendo 30,35% do mesmo estado e 23,84% de outro (BRASIL, 2009a).

No Brasil, foram escolhidos São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte por estarem entre os dez municípios com maior número de pessoas em situação de rua<sup>132</sup> e disporem de pesquisas completas sobre o tema. Trouxemos os dados também da Grande Vitória<sup>133</sup>, local onde está a Universidade à qual a tese está vinculada, conforme a tabela a seguir.

---

<sup>131</sup> Ressaltaremos mais elementos relativos ao tema trabalho no ponto específico sobre o assunto, à frente.

<sup>132</sup> Em fevereiro de 2020, São Paulo contabilizou 33.097 pessoas em situação de rua; Belo Horizonte, 8.964; e Porto Alegre, 1.973 (SAGI, 2020).

<sup>133</sup> Trata-se de pesquisas de um município, exceto a do Espírito Santo, que abrange municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória.

Quadro 4 – População em situação de rua no Brasil

	Tempo de rua	Trabalha	Motivos	Migração
<b>São Paulo<sup>134</sup> (2019) 24.344</b>	26,4% há mais de 5 anos 31,2% entre 1 e 5 anos	87,8% 19,9% catação de materiais recicláveis 13,3% comércio ambulante 10,1% Ajudante geral	40,3% conflitos familiares; 23,1% perda do trabalho; 19% dependência de drogas ilícitas;	45% (outros estados) 3,4% (outros países)
<b>Belo Horizonte (2014) 1827</b>	Média de 7,4 anos.	87,3% 48% Coleta de recicláveis 35,2% Flanelinha 35% Construção civil 34% Mangueia 32,6% Carregador de caminhão 32,1% Jardinagem 18,2% Faxina 13,3% Comércio/Artesanato 8,8% Prostituição 6,5% Cooperativa de catadores	52,2% Problemas familiares 43,9% Uso de álcool 36,5% Falta de moradia 36% Falta de trabalho 34% Insuficiência de renda 29,4% Migração de trabalho 26,5% Separação do cônjuge 26% Falecimento de parente 15,6% Violência doméstica 13,9% Ocasão da saída da prisão 10% Conflitos na vizinhança	24,5% de outros estados 39,7% de outras cidades de Minas 35,5% de Belo Horizonte
<b>Porto Alegre (2016) 1758</b>	47,8% há mais de 5 anos 22,2% entre 1 e 5 anos	87% 23,9% catação 14% jardinagem 12,8% flanelinha 9,9% pedido 3,1% nada	24,9% drogas 12,5% problemas familiares 10% separação 8,9% desemprego 7,4% morte de familiar	6,9% (outros estados) 1,4% (outros países)
<b>Grande Vitória (2018) 385</b>	52,5% estão há mais de dois anos em situação de rua 15,8% entre 1 e 6 meses 11,4% entre 1 e 2 anos	70% 19,2% Flanelinha 18,4% Catador de materiais recicláveis 6,4 vendedor ambulante	29,6% problemas familiares 17,3% drogas 10,1% demissão 8,9% álcool 5,4% falecimento de familiar 2,8% separação	46,1% (outros estados) 0,8% (outros países)

Fonte: elaboração própria

<sup>134</sup> A pesquisa de São Paulo produziu diversos documentos. Para essa tabela, trabalhamos com o “Produto V Relatório completo” e “Produto IX – Relatório final da pesquisa amostral do perfil socioeconômico”. Seus dados são complementares. O dado das drogas está no “Produto XIII – Relatório final do censo e pesquisa amostral de perfil socioeconômico e de identificação das necessidades”.

A migração é apontada por Levinson e Ross (2007) como algo comum no Peru, Índia, Bangladesh e no Egito. Tal migração falada pelos autores é do campo para as cidades, uma forma de fugir da pobreza existente no campo, para trabalhar em canteiro de obras nas cidades, onde moram nos próprios locais de trabalho ou em abrigos rudimentares próximos. Mesmo tendo casas nas vilas, nas cidades não há abrigo adequado.

A pesquisa nacional brasileira refuta a ideia de serem maioria migrantes, especialmente pessoas do campo migrando para as cidades. Uma porcentagem considerável, 76,1%, é do mesmo local ou de locais próximos. Lembramos o fato de haver outras formas de migração para além daquela campo/cidade. Viveram no mesmo município em que estavam em situação de rua 45,8%, enquanto 30,3% vieram de um município do mesmo estado (BRASIL, 2009a).

Uma figura presente no Brasil entre o grupo estudado é a do trecheiro. Ele vive deslocando-se entre os estados e municípios. A motivação normalmente são as oportunidades de trabalho. Do total de entrevistados pela pesquisa nacional, 11,9% já viveram em seis ou mais cidades. Entre eles, 45,3% apontaram a busca por trabalho como o principal motivo para mudar de cidade. Ora, a figura do trecheiro brasileiro remete ao *Hobo*<sup>135</sup> estadunidense – ambos reforçam a vinculação do trabalho à situação de rua.

A última coluna do quadro anterior traz dados sobre a migração, e percebemos que aproximadamente metade da população em situação de rua de São Paulo e da Grande Vitória é natural de outro município. Em Porto Alegre, isso é diferente, pois o número de migrantes é menor, não chegando sequer a 10%. Na pesquisa de Belo Horizonte (2013), temos aproximadamente 25% que vieram de outro estado. Em São Paulo (2019a; 2020) e no Espírito Santo (2018), a porcentagem é maior: respectivamente, 45 e 46%. Com isso, a migração permanece um dado importante para o estudo da população em situação de rua. É um componente da trajetória de uma parcela considerável daqueles que vivem nas ruas.

Além dos motivos para a ida para as ruas já citados, a pesquisa nacional brasileira apresenta também “o desejo de se aventurar para conhecer novas cidades

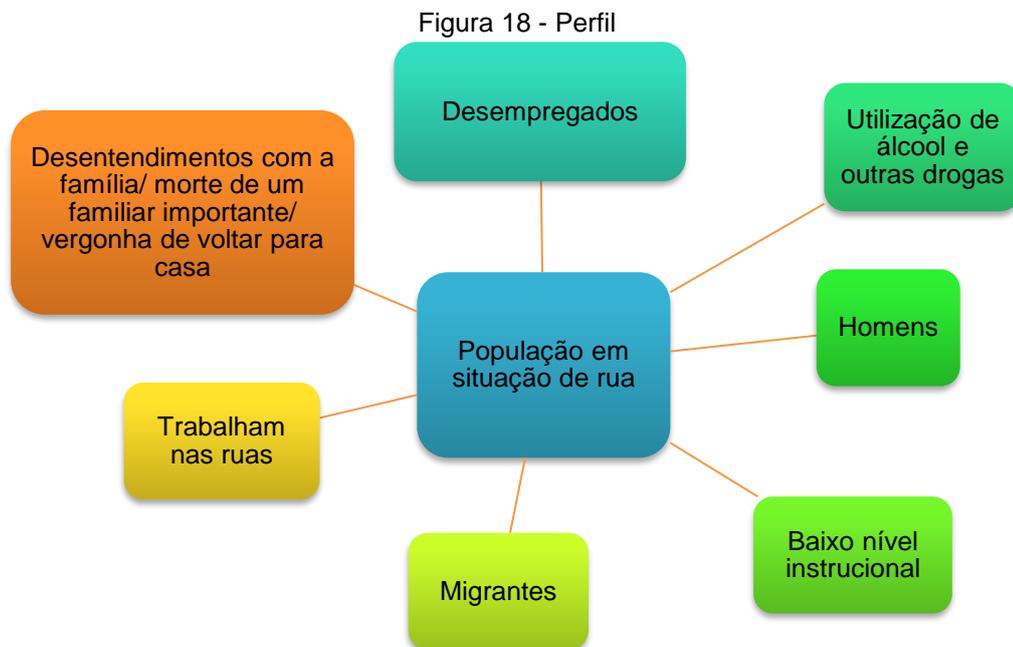
---

<sup>135</sup> Homens migrantes, viviam ao redor do país, viajando para realização dos mais diversos trabalhos. Usavam os trens para deslocar-se de um local a outro. Ver mais em Anderson (1967).

e novas oportunidades e a busca por trabalho.”<sup>136</sup> Essa ideia reforça a associação entre os *hobos* e os *trecheiros*.

Na coluna motivos destacam-se em os conflitos familiares, o consumo de álcool e outras drogas e a perda do trabalho ou desemprego, também aparece a separação de companheiro ou companheira.

O processo de rualização não se configura com fatores isolados. Isso é visto nos relatos apresentados, evidenciando vários elementos correlacionados contribuem para a vida nas ruas. Entre eles estão presentes o desemprego, os desentendimentos familiares e a utilização de entorpecentes, conforme destacado anteriormente. Para entendermos melhor qual é o perfil da população em situação de rua, segue um esquema como forma ilustrativa:



Fonte: elaboração própria

A figura não pretende ser uma tipologia da população em situação de rua ou algo semelhante. Também não intenciona aprisionar a expressão da questão social a ela. Nosso objetivo é apresentar as principais características desse grupo.

A heterogeneidade é uma marca fundamental da população em situação de rua; assim, existem também mulheres, pessoas do próprio local, pessoas que

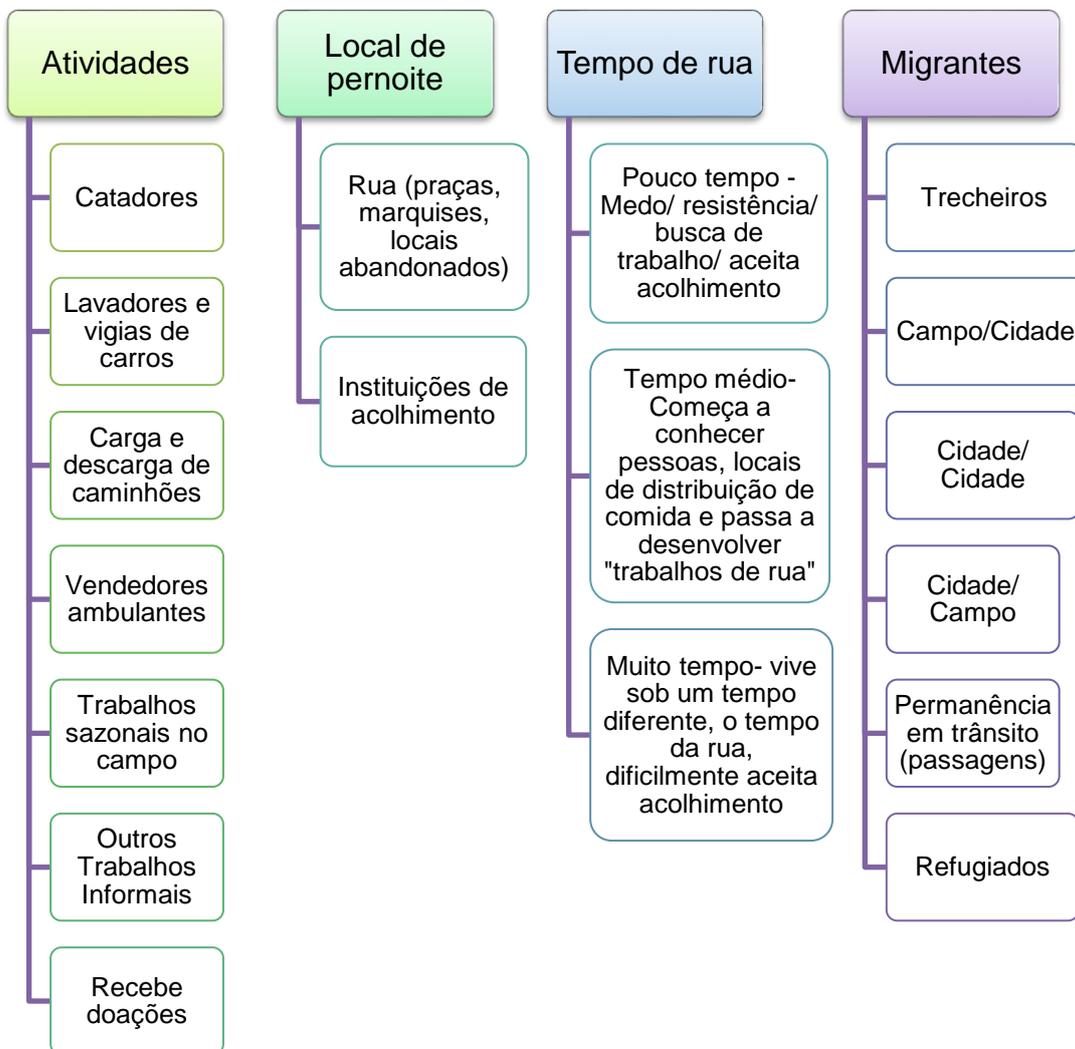
<sup>136</sup> (BRASIL, 2009, p. 178). O capítulo cuja citação faz parte foi escrito pelo Movimento Nacional de População de Rua.

sobrevivem pela mendicância, pessoas com alto nível instrucional e aqueles que não usam nenhum tipo de substância psicoativa.

Assim, as características presentes na figura não se configuram como nenhum tipo de pré-requisito para identificarmos a população em situação de rua, e sim elementos comuns à vida daqueles que passaram pelo processo de rualização.

O processo de rualização e a vida nas ruas estão envoltos a uma multiplicidade de fatores. São uma série de características. Queremos com a figura seguinte enfatizar a heterogeneidade presente na rualização, podendo ao mesmo tempo ter características diversas.

Figura 19 - Populações em situação de rua



Fonte: elaboração própria

Pensando no debate presente no capítulo sobre a superpopulação relativa, vemos que as atividades desenvolvidas pela população em situação de rua

indicadas na primeira parte da figura estão envolvidas preponderantemente na forma estagnada da superpopulação relativa, visto serem trabalhos informais, e as doações estariam no âmbito do pauperismo.

Sobre o local de pernoite, reitera o conceito predominante nas pesquisas latino-americanas, que considera como componente do grupo estudado somente aqueles que utilizam as ruas e instituições de acolhimento.

Também elencamos o tempo de rua dividido em três estágios, partindo dos primeiros momentos após a ida para as ruas, até o último, quando as pessoas se acostumaram a essa forma de vida. Entender o tempo de rua é fundamental para as respostas a esse grupo, pois cada um desses estágios exige uma abordagem diferente.

Por fim, destacamos a questão da migração. Remete ao debate da forma latente da superpopulação relativa. Apresentamos as principais formas de migração vistas nos processos de realização por meio da pesquisa bibliográfica e documental. No ponto seguinte, falaremos sobre o trabalho, o fundamento da sobrevivência da população em situação de rua brasileira.

### **3.5.1 Trabalho**

Ao longo da tese, fica nítido o trabalho informal como a principal fonte de sobrevivência da população em situação de rua no Brasil, e também em outros países latino-americanos, conforme os dados apresentados. Assim, a mendicância, o pedido e o manguieio não são determinantes à vida nas ruas, e sua utilização, assim como o acesso a políticas sociais, é complementar. O trabalho permanece como basilar, mesmo quando não é reconhecido como tal. Isso fica nítido no quadro *População em situação de rua no Brasil* e também na síntese das entrevistas, presentes no quadro a seguir:

Quadro 5 - Trabalho e sobrevivência nas entrevistas

	<b>JORGE</b>	<b>MARA</b>	<b>GABRIEL</b>	<b>MARCOS</b>	<b>MÁRCIO</b>	<b>JAIR</b>
<i>Trabalho</i>	Catação de recicláveis, guardar de carros e montar cadeiras e mesas nas praias	Venda ambulante, catação de recicláveis e pedido	Venda ambulante, catação de recicláveis e pedido	(Incapaz ao trabalho, devido a um acidente sofrido enquanto trabalhava)	Catação de recicláveis	
<i>Estratégia de sobrevivência</i>	Trabalho	Trabalho e a renda é completada com o pedido	Trabalho e a renda é completada com o pedido	Não possui condições de trabalhar	Trabalho	Bolsa família
<i>Motivos para a ida para as ruas</i>	Morte da mãe, remuneração insuficiente para manter o aluguel	Desemprego, ausência de renda, falta de habitação	Desemprego, ausência de renda, falta de habitação			Ausência de renda, falta de habitação
<i>Tempo de rua</i>	10 anos	1 semana (possui experiência anterior)	1 semana (possui experiência anterior)	8 anos	15 dias	1 semana (possui experiência anterior, de 15 anos)

Fonte: elaboração própria

Observamos que, dos cinco entrevistados que responderam à pergunta referente ao trabalho nas ruas, três apontaram a catação de recicláveis, e dois deles, além dessa, indicaram também a venda ambulante. Essas duas atividades estão entre as principais usadas pela população em situação de rua.

Marcos apontou a deficiência física para o não acesso ao trabalho. Quando contou a sua história, ele destacou um acidente no trabalho anterior à realização que o deixou internado por longo tempo e deixou como sequela a deficiência física. Mesmo atendendo aos critérios do BPC para pessoas com deficiência, não acessava a essa transferência monetária. Desconsiderando os períodos anteriores de realização, como é o caso de Jorge e de Jair, Marcos apresenta o maior tempo nas ruas: oito anos.

Os motivos apontados pelos entrevistados refletem a discussão presente ao longo da tese, com destaque para o desemprego, a ausência de renda, a falta de habitação e a perda de um familiar de referência.

Vejamos a citação seguinte, na qual podemos ver a questão da reiteração do trabalho como uma demanda dos entrevistados:

**Mara:** *Pelo menos, quem tá aqui não mexe no que é dos outros. Né? Se tiver nós come, se não tiver tenta pedir, faiz alguma coisa, mais agora, chegar naquele carro ali e querer roubar, ou nim alguém, nós nunca faiz. Entendeu? É por isso que nós pede trabalho. Quero trabalho.*

**Gabriel:** *É, nós não... que nem o bandido, que tá preso e tal, se ele quisesse ser, ele podia ser que nem nós assim óh, tá desse jeito aqui, mas ele preferiu ser bandido, de tanto a pessoa pisar nele. Pra não passar por isso da pessoa pisar nele e isso mais, ele preferiu roubar e se levantar.*

Destacamos os seguintes pontos nessas falas:

- 1) Negação do rótulo “bandidos”;
- 2) Reiteração da defesa de que são trabalhadores;
- 3) Associação da situação de rua a cair, e a saída como se levantar.

Assim, conforme evidenciado em toda a tese, eles salientam que vivem do trabalho, não querem roubar tampouco depender da ajuda de ninguém. O que desejam é trabalhar.

O trabalho está vinculado à vida da população em situação de rua, tanto como um motivo, que articulado a outros contribui com o processo de rualização, quanto nas ruas, sendo preponderante para a sobrevivência, conforme está nítido ao longo da tese. Segue um relato de um de nossos entrevistados:

*A minha história é que eu tava trabalhando, no serviço, e, um trabalho abençoado por Deus, e eu foi a situação que eu perdi, eu perdi, e hoje eu tô numa situação que perdi tudo e perdi aonde eu estava. E até onde eu tava pagando o aluguel, não tenho condições de pagar o aluguel, por isso eu estou na rua. (MÁRCIO, 2020).*

O trabalho desenvolvido das ruas costuma ser desvalorizado pela própria população em situação de rua, que vive diariamente envolvida com diversos trabalhos informais precários, que não lhes permitem romper com o processo de rualização. Eles sonham com o trabalho que lhes permita sair das ruas, ainda que seja informal. Na entrevista feita em nossa pesquisa de campo, Mara expressa dois fatores principais que contribuíram com o processo de rualização pelo qual passou: o desemprego e a perda da moradia. E sobre como ela pensa a sua saída das ruas, ela diz:

*É isso que nós pretende. Nós vamos comprar as coisas pra gente vender no sinal, e, pra aí nós junta o dinheiro pra ir, chegar até São Paulo e comprar roupa. Vê se nós trabalha, se a prefeitura ajuda nós pelo menos no alvará. Botar uma barraquinha numa praça.*

*[...] Mais aí a gente vê, tipo que nós tão como sono morador de rua, fica difícil da gente conseguir um alvará. Pra gente começar. Né? Mas aí eu queria ver se nós conseguia o alvará, pra nós botar uma barraquinha, numa praça assim né? Já ajudava nós bastante. Trabalhar pra nós mesmo né? Aí não precisava ficar aí sofrendo atrás de emprego. (MARA, 2020).*

Seu projeto de futuro transparece o desejo de romper com o processo de realização por meio do trabalho. O trabalho é apontado tanto como o primeiro passo, visto que para ela a venda ambulante será o meio usado para conseguir dinheiro suficiente para viajar para São Paulo com o intuito de comprar roupas, quanto o segundo momento, quando pretende vender as roupas numa praça.

Ambos os trabalhos que compõem o caminho apontado por Mara para sair das ruas são informais. A diferença é que a venda ambulante não rende o suficiente para alugar um lugar para morar e pagar as contas relativas ao local e à alimentação, enquanto a venda nas barracas, a seu ver, vai lhe permitir manter-se fora das ruas.

Nossa ênfase aqui é uma aproximação à população em situação de rua, percebendo o fato de o trabalho compor o modo de vida nas ruas há muito tempo. Anderson (1967), por exemplo, fala dos trabalhos desenvolvidos pelos chamados *Hobos*. Sua pesquisa foi feita na década de 1920, com os *homeless* de Chicago. A origem etimológica da palavra remete ao trabalho em fazendas, o trabalho rural de plantio e colheita: “In spite of all that has been said to the contrary, the hobo is a worker. He is not a steady worker but he earns most of the money he spends.”<sup>137</sup> (ANDERSON, 1967, p. 41).

A principal característica desses *hobos*, que lhes diferencia de outros grupos, é o fato de trabalhar; a segunda é viajar com o objetivo de conseguir um novo trabalho. Além desses, Anderson (1967) apresenta também o *tramp* e o *bum*. O *tramp*, assim como o *hobo*, viaja, porém seu intuito não é trabalhar, mas sobreviver com base em outras fontes possíveis, como a mendicância e pequenos furtos. O *bum* não costuma viajar, é estacionário, consome entorpecentes e não trabalha. Assim, o *hobo* viaja a trabalho ou em busca de trabalho. Suas buscas por novas oportunidades estão vinculadas à aventura da viagem e a poder ter novas

---

<sup>137</sup> Livre tradução: “Apesar de tudo o que foi dito ao contrário, o *hobo* é um trabalhador. Ele não é um trabalhador fixo, mas ganha (pelo trabalho) a maior parte do dinheiro que gasta”.

experiências de trabalho. O *tramp* viaja apenas pela aventura e trabalha somente ocasionalmente, quando lhe é conveniente, enquanto o *bum* não viaja e não trabalha.

Anderson (1967) apresenta entre os *homeless* trabalhadores sazonais, trabalhadores ocasionais e pessoas que trabalham somente quando lhes é conveniente (entre os *tramps*). Estes passam pela *Hobohemia*, nome usado pelo autor para identificar a região da cidade com hotéis e restaurantes a baixo preço e agências de emprego que reuniam empregadores e interessados nos trabalhos. Normalmente a inserção era por um período e exigia viagens. O grupo dos estacionários permanecia em volta desse local.

Os hotéis da *Hobohemia* contavam com pouco ou nenhum conforto. Eram locais insalubres, a circulação era ínfima, janelas eram insuficientes ou não existiam. Os banheiros eram usados por dezenas de homens, sem o mínimo de higiene. Os cobertores eram passados de um hóspede para outro sem a devida higienização. Mas era um local quente para poderem se proteger do frio. Ficavam cheios no inverno, pois nesse período era mais difícil conseguir emprego. Os *hobos* trabalhavam no verão o suficiente para poderem se manter no inverno (ANDERSON, 1967).

As condições de trabalho eram degradantes. Os *hobos* buscavam trabalhos com remunerações suficientes para lhes manter durante o inverno. Normalmente isso era possível aceitando os trabalhos mais perigosos e insalubres. Os trabalhos sazonais possuíam pouca ou nenhuma supervisão médica e sanitária. Alguns nem contavam com tendas para pernoite, fazendo com que os trabalhadores precisassem dormir ao relento. Isso contribuía para seu adoecimento. Acidentes graves ocorriam com frequência, e raramente eles possuem seguro. Trabalhos sazonais são duros, exigem força física. Poucos são os leves, como nas cozinhas e estábulos. Havia dificuldade em cumprir de 8 a 10 horas de trabalho por dia, então o faziam com sofrimento.

Os estacionários eram formados especialmente por homens mais velhos, sem força para trabalhar. Passavam a noite nos hotéis mais baratos existentes, que não contavam nem mesmo com camas. Dormiam no chão ou em uma beliche de madeira sem nenhum tipo de colchão (*flophouses*), e passavam o dia em cafés. O estilo de vida era chamado de *coffee-an*, e os demais tentavam ao máximo evitá-la.

A forma de conseguir renda ocorria por meio de bicos, trabalhos sazonais, venda ambulante de pequenos artigos, trabalhos particulares em casas, mendicância e pequenos furtos. Entre as áreas elencadas em que os *homeless* estão inseridos, temos a agricultura, a construção civil, a pesca de salmão e outros, a tosquia de ovelhas, a fabricação e corte de gelo e a serralheria (ANDERSON, 1967).

Levinson e Ross (2007), ao comentarem sobre as estratégias de sobrevivência usadas pelos *homeless*, utilizam a expressão *bricoleurs* para aqueles que utilizam vários meios de sobrevivência. Eles relatam ser comum a presença desses *bricoleurs*. Entre os meios, estão o pedido, trabalhos de rua e a prostituição. Abarca trabalhos institucionalizados, suplementação de renda, assistência pública, trabalho regular, trabalhos por um dia e vendas de materiais recicláveis, objetos pessoais, plasma e de produtos e serviços ilegais como drogas e furtos. Também são estratégias a solicitação pública de doações, e a busca por alimento e bens comercializáveis (no lixo) e *Performing in public*<sup>138</sup>.

Olhando para nossa pesquisa de campo, os entrevistados falam sobre a inserção em diversos trabalhos antes da situação de rua. A fala de Mara remete essa ideia de *bricoleurs*: “Eu trabalhava de faxineira, faxineira, o que aparecesse, capinar quintal, catar latinha, catar reciclagem, eu ia, eu e ele, tudo nós fazia.” (MARA, 2020).

Jorge remete à mesma ideia ao relatar ter trabalhado como ajudante de pedreiro, catador de materiais recicláveis, guardador de carros, e também trabalhou montando cadeiras e guarda-sóis para os donos de quiosques no verão. Os trabalhos desenvolvidos nas ruas são cada vez mais intensos e disputados, conforme relato seguinte:

*Então, a gente ia é, usava estratégias essas aí, e, de catar uma lata, de aproveitar um evento de futebol, a praia, e, as vezes até mesmo tirar os cocos pra comércio, as árvores de coco lá de Camburi, sempre dava muito coco. A gente usava de vender alguma coisa, bala, é, tinha muitos trabalhos que a gente fazia, mas o que mais eu fazia mesmo era vigiar carro e catar latas. O reciclador incansável, a pessoa em situação de rua. E, o, o, o, ele não consegue juntar muito né, porque há necessidade, várias pessoas podem, coletando, o domiciliado que vem pra rua pra catar e volta pras suas casa, tem a pessoa da lojinha que guarda prum parente, prum conhecido,*

---

<sup>138</sup> Trata-se de apresentações, por exemplo, tocando instrumentos, cantando ou fazendo mímicas em locais públicos, deixando um recipiente para que os transeuntes deixem doações.

*tem pessoas que já tem um conhecido que guarda pra eles, então é uma disputa, na verdade, é uma disputa, uma sobrevivência.*<sup>139</sup> (JORGE, 2020).

*Bricoleurs* não estão restritos à situação de rua. Pensando na realidade latino-americana, na qual a informalidade é uma constante, é comum utilizar vários trabalhos para a sobrevivência, podendo acumular trabalhos formais e informais para conseguir a renda suficiente para sanar suas necessidades básicas.

De forma geral, no Brasil, a catação de materiais recicláveis, a venda ambulante, carga e descarga de caminhões e a atividade de flanelinha estão entre as principais usadas pela população em situação de rua, conforme evidenciado no quadro *População em situação de Rua no Brasil*.

Mara, Gabriel e Márcio, entrevistados de nossa pesquisa, destacam a concorrência no trabalho de flanelinha, conforme segue:

**Mara:** *É, nós cata mais latinha, porque vigiar carro é muita gente que vigia hoje em dia. Se você for vigiar um carro...*

**Gabriel:** *Dá problema*

**Mara:** *E a vaga tiver dono, eles querem te agredir, eles querem fazer qualquer coisa com você*

**Gabriel:** *Por causa da vaga.*

**Mara:** *Pra você não ter a oportunidade de vigiar um carro, ganhar um dinheiro aí.*

**Márcio:** *E a briga?.*

**Mara:** *Entendeu? Então a gente cata mais latinha.*

Observemos o nível de contradição que o capitalismo chegou ao destituir os detentores de trabalho de condições básicas de sobrevivência por meio do trabalho assalariado formal os que compõem o grupo de pessoas que acumula miséria busca outro meio de atender, ao menos minimamente suas necessidades básicas e o meio que destacamos aqui é o trabalho informal presente na catação de material reciclável. E mesmo nessa inserção precária, com baixo rendimento e que exige árduo esforço físico, em um labor diário com o lixo, há concorrência.

Alguns lugares apresentam possibilidades de trabalhos de acordo com a região. Um exemplo é Recife, cidade litorânea com um forte turismo. De acordo com Silva (2021), o trabalho da praia é usado pela população em situação de rua.

---

<sup>139</sup> O presente extrato da fala de Jorge foi publicado em artigo próprio, na revista *História & Luta de classes*, edição de setembro de 2020, volume 30, no meu artigo intitulado "População em situação de rua: a evidência da barbárie".

Envolve o transporte dos materiais das barracas até à praia, e também o atendimento aos clientes durante todo o dia.<sup>140</sup>

Silva (2020) destaca o fato de as pessoas envolvidas nesse trabalho precisarem esconder os próprios sentimentos e demonstrar alegria nos atendimentos, com simpatia, sorrindo, para atrair os clientes e oferecer um serviço bom o suficiente para que eles voltem para aquela barraca.

En términos de renta, estos/as trabajadores/as ganaban muy poco. Obtenían valores a través de los cuales no era posible mantener su supervivencia y pensar en alternativas factibles para la salida de las calles. En general, las ganancias eran gastadas en comida, bebida alcohólica y alguna otra necesidad inmediata, de manera que era casi imposible ahorrar alguna cantidad. (SILVA, 2020, p. 85).

Esse trabalho era incerto e dependia dos ganhos do dono do carro de mão. Era demandado entre setembro e fevereiro, quando o fluxo de pessoas na praia era maior. Ressaltamos o trabalho de verão em quiosques como um dos trabalhos citados por Jorge, entrevistado de nossa pesquisa, cuja reflexão foi a relação de atração e repulsão, com visão diferenciada dos donos dos quiosques no verão, quando precisam de seu trabalho, e nas outras estações, quando o trabalho diminui e não são mais necessários.

Silva (2020) destaca também a degradação física e mental do trabalho de transporte de carros de mão, gerando problemas de coluna, calos nas mãos e dores no corpo, inerentes a altos níveis de estresse. Os pagamentos são insuficientes para satisfação das necessidades básicas.

A pesquisa nacional brasileira sobre a população em situação de rua *Aprendendo a Contar*, além de trazer os dados presentes no Sumário Executivo, condensa uma série de artigos de pesquisadores sobre o tema – cada um trabalha com questões específicas do processo de realização. Um aspecto que nos chama atenção é a ausência de um artigo específico cujo tema seja o trabalho da população em situação de rua. Mesmo trazendo um dado tão expressivo de 70,9% inseridos no trabalho, sua principal forma de sobrevivência, o debate sobre o assunto não teve centralidade, presente de forma pontual ao longo dos artigos, e

---

<sup>140</sup> A população em situação de rua de Recife também está inserida nas demais atividades destacadas em nossa tese. No artigo citado sobre o local, a autora foca no trabalho nas praias, pois esse é o objetivo dela, porém salienta o fato de alguns dos entrevistados por ela na pesquisa trabalharem também como catadores de recicláveis e flanelinha.

num ponto do capítulo “I Censo e Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua”, no qual não ocupa sequer metade da página.

Ainda assim há o reconhecimento da sobrevivência por atividades produtivas nas ruas. Este, aliás, é um dos três elementos destacados no conceito utilizado pela pesquisa, associado aos “vínculos familiares interrompidos ou fragilizados” e a ausência de referência de uma moradia regular, em consonância com o Decreto 7.053, que institui a Política Nacional para a população em situação de rua (BRASIL, 2009b).

A pesquisa nacional brasileira ainda revelou que mais da metade, 58,6%, possui profissão, e 47,7% nunca trabalharam com a carteira assinada. Entre aqueles com vivência de carteira assinada, para 50% isso aconteceu há mais de cinco anos, e para 22,9%, de dois anos a um ano atrás.

Considerando o debate até o momento, e nossa tese da vinculação da população em situação de rua à classe trabalhadora, e a permanência do trabalho mesmo quando em situação de rua, enquanto a principal fonte de sobrevivência, refletiremos agora sobre os motivos para não conseguirem empregos formais.

### **3.5.2 Obstáculos à inserção em trabalhos que lhe permitam uma sobrevivência fora das ruas**

Além da grandeza do trabalho informal atualmente, nitidamente maior na América Latina, englobando um número crescente de trabalhadores e do baixo nível instrucional, um dos componentes do grupo estudado, há uma dificuldade maior para os sobreviventes em situação de rua conseguirem um emprego. Na disputa com os possuidores de moradia, eles raramente conseguirão vencer.

Em casa é mais fácil ter acesso a alimentação, vestuário, um lugar seguro para descansar e realizar a higiene pessoal, além do apoio familiar. Ter uma moradia normalmente é seguir uma rotina, seguir horários previamente determinados para acordar, dormir e se alimentar. Significa contar com um telefone para o empregador entrar em contato caso seja chamado para seleções ou, caso consiga a vaga, ser avisado sobre o resultado (LEVINSON; ROSS, 2007).

Nas ruas, a população em situação de rua não conta com nada disso. Estar no local agendado para a entrevista no horário, bem vestido e com roupas limpas, já é um desafio. Conseguir responder à entrevista da forma desejada pelo empregador

precisando pensar como conseguirá alimento para aquele dia e o local para deitar à noite e preocupar-se com a violência é mais complicado. E usar endereços de abrigos pode motivar a discriminação e fazê-los perder pontos, dificultando ainda mais sua busca (LEVINSON; ROSS, 2007; VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 2004; ESCOREL, 2006).

E, mesmo quando conseguem superar todos os obstáculos e são contratados, terão de enfrentar outros obstáculos, agora para mantê-lo, seguindo os horários determinados e trabalhando segundo as expectativas para o ocupante daquela vaga, mesmo sem ter um local para dormir, ou precisando cumprir as regras de horário e alimentação dos abrigos.

All of these factors, then, compromise the ability of even the most motivated of the homeless to successfully compete for jobs, and then to keep them once hired. As a result, when people who are homeless do get work, it tends to be lowpaying, temporary work at the margins of the formal economy, where employment and safety standards are weakest.<sup>141</sup> (LEVINSON; ROSS, 2007, p. 162).

A não inserção em trabalhos formais ou mesmo informais cuja renda seja pelo menos um salário mínimo contribui para reiterar a situação de rua. O trabalho foi apontado como um meio essencial de saída das ruas. Todos os nossos entrevistados reiteraram isso por meio de seus relatos. Não aquele informal mais precário e instável, desenvolvido por eles nas ruas, mas um que lhes garanta uma sobrevivência fora das ruas.

Mara aponta a relação com o trabalho para a saída das ruas. Ela relatou a época em que havia conhecido Gabriel, há pouco tempo, e lhe propôs trabalhar, conforme segue:

*E ele falou: eu não tenho nada, eu não tenho casa, não tenho nada, e aí eu falei: e se eu conseguir um trabalho pra nós, cê sai da rua? Ele falou: Eu saio. E se eu conseguir um trabalho, você trabalha? Ele falou: Rapaz, trabalhar eu até trabalho, mais como que eu moro na rua, ninguém tem confiança de me dar um trabalho. Aí eu consegui, e nós fomos trabalhar pra esse homem que né, enrolou nós. Fez isso com nós, e aí nós trabalhou e quando nós trabalhou nós pagou o aluguel. (MARA, 2020).*

---

<sup>141</sup> Livre tradução: “Todos esses fatores comprometem a capacidade, mesmo dos mais motivados dos desabrigados a competir por empregos com sucesso, e depois manter uma vez contratados. Como resultado, quando as pessoas que são desabrigados conseguem trabalho, tende a ser mal remunerado, trabalho temporário e informal, onde o emprego e a segurança segue os menores padrões.”

O tempo de rua é um dado fundamental para os estudos sobre a população em situação de rua, afinal influencia tanto o modo de vida nas ruas quanto a possibilidade de romper com o processo de rualização. Discutiremos a seguir sobre isso.

### 3.5.3 Tempo de rua

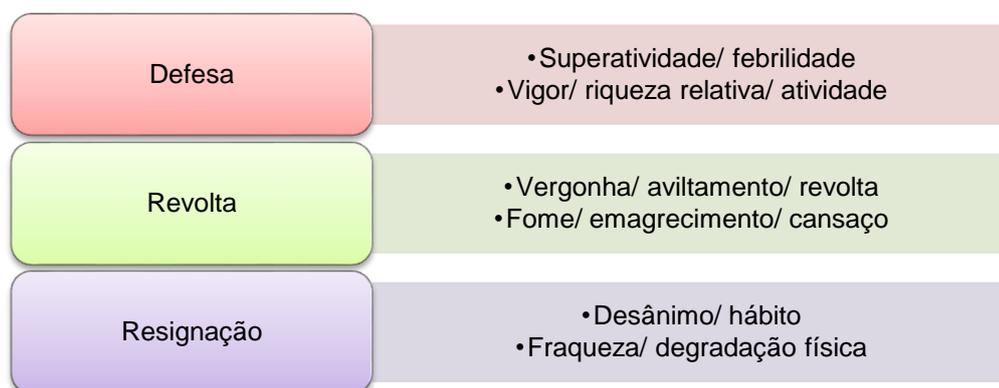
Quanto maior o tempo nas ruas, mais difícil é romper com o processo de rualização. Quanto mais o tempo passa, mais a própria concepção de tempo muda. O tempo não é mais marcado pelo relógio, mas pela possibilidade concreta da realização de alguma atividade (alimentar-se, dormir, trabalhar). Córdoba (2018) usa a expressão *deterioração* para descrever o que acontece com as pessoas com o passar do tempo vivendo nas ruas.

Considerando o quadro 3 “População em situação de rua no Brasil”, destacado pontos atrás, chama a atenção o fato de nas duas pesquisas em que consta a porcentagem das pessoas com mais de cinco anos em situação de rua termos 26,4% em São Paulo (2019a) e 47,8% em Porto Alegre (2016).

O tempo na rua é marcado de forma distinta ao tempo fora da rua. Enquanto os demais têm a sua vida marcada pelo relógio, com uma rotina de trabalho, alimentação e descanso, os que vivem nas ruas têm o seu tempo marcado pela própria sobrevivência. Assim, a hora de comer é quando conseguem alimento, quando o trânsito de pessoas e automóveis diminui é a hora de dormir – um sono conturbado com a possibilidade de sofrer algum ataque violento. E, durante o dia, eles realizam atividades, principalmente trabalhos informais.

Stoffels (1977) também fala sobre uma desintegração pela qual passa a população em situação de rua, ocorrendo concomitante a uma formação da personalidade. Segue uma figura para evidenciar o assunto:

Figura 20 - Momentos do processo de rualização



Fonte: elaboração própria com base na divisão apresentada por Stoffels (1977, p. 265)

De acordo com Stoffels (1977, p. 265), a personalidade passa pelas seguintes fases:

- 1) Agressiva, em que há “ligação aos valores do passado”;
- 2) Regressiva, na qual uma situação estranha passa a ser cada vez mais familiar;
- 3) Ruptura com o passado;
- 4) Resignação, na qual o universo da rua passa a ser valorizado pelos sobreviventes das ruas e há negação dos valores do passado.

A literatura sobre o tema nos indica alguns momentos do processo de rualização segundo o tempo de rua. Partindo do menor até chegar a um tempo maior, considerado como crônico, e o mais difícil de romper com a vida nas ruas.

Refletindo sobre as ideias anteriormente expostas, da desintegração e formação de personalidade, podemos inferir relação com o tempo de rua: quanto menos tempo, mais longe da desintegração inerente a um longo período vivendo nas ruas; quanto mais tempo, maior será o rompimento com a vida antes das ruas, aproximando progressivamente a um novo modo de vida<sup>142</sup>, completamente desumanizado. Faz parte desse novo modo de vida a utilização de entorpecentes, usado como um elemento socializador, pois é dividido com outras pessoas em situação de rua e um artifício para esquecer a destituição dos elementos básicos marcantes desse novo modo de vida.

Scorel (2006, p. 141) faz a diferenciação entre cinco momentos:

<sup>142</sup> Ver mais em Vieira (1995).

- Recentíssimo – Menor que um mês;
- Recente – Menor que seis meses;
- Intermediário – Entre seis meses e um ano;
- Prolongado – Entre um e cinco anos;
- Crônico – Maior que cinco anos.

Córdoba (2019) caracteriza:

- Permanente – 9 meses ou mais;
- Habitual – 2 a 8 meses;
- Recente – 1 a 30 dias;
- Ocasional – Entre 1 e dois meses em períodos alternados.

México (2018) faz a seguinte separação:

Transitorios: Personas que acuden a los centros de asistencia o albergues, ya sea por apoyo de pernocta o servicios sociales. Estas personas ejercen alguna actividad que les genera algún tipo de ingreso, pueden tener un semi proyecto de vida. Sin embargo, requieren los servicios debido a la inconstancia de sus actividades económicas.

Semi transitorios: Es la población que acude esporádicamente a los centros de asistencia o albergue para solicitar algún tipo de apoyo; su estancia es corta e intermitente.

Clásica: Agrupa a personas que pernoctan de manera sistemática en la vía pública, parques, jardines, infraestructura urbana y predios abandonados; rompieron con sus lazos familiares, no pueden procurarse los satisfactores elementales y perdieron valores sociales, tales como el aseo personal.

Nómada: Personas que de acuerdo a sus necesidades cambian de lugar con frecuencia, y en ocasiones se integran a grupos de encuentro, tanto abiertos como cerrados [...]

Inicial: Son individuos que cuentan con familia y con quienes mantienen lazos de afecto, pernoctan en la calle con frecuencia, más no de forma sistemática, actúan y se presentan como población clásica, a causa de su consumo de alcohol y sustancias psicoactivas o por cuestiones laborales. Las instituciones de asistencia realizan los mismos esfuerzos y gastos para estas personas que los destinados para las de las categorías clásica, típica y tradicional. (MÉXICO, 2018, s/p).

Vieira, Bezerra e Rosa (2004) e Snow e Anderson (1998) distinguem três momentos básicos, e, ao invés de reduzi-los em termos de meses ou anos, revelam características de cada momento:

- ❖ Primeiro momento (chamado por Vieira, Bezerra e Rosa (2004) de *ficar na rua* e por Snow e Anderson (1998) de *recém-deslocados*)

As pessoas estão há menos tempo vivendo nas ruas, e todas as suas forças estão voltadas em busca de um emprego que lhe permita sair da situação de rua. Para eles, a rua é um mundo novo e estranho. Têm medo da companhia dos que

vivem nas ruas e gravitam em torno de instituições de acolhimento. Costumam aceitar abrigo, pois preferem abrigos a pernoitar nas ruas.

Não se consideram pessoas em situação de rua e evitam o convívio com outras pessoas que vivenciam o processo de rualização. Olham para a vida antes da situação de rua e costumam embelezá-la. Há forte desejo em sair das ruas, conversam sobre isso e vivem em busca de empregos para tentar concretizar esse objetivo.

❖ Segundo momento (estar na rua/vacilantes<sup>143</sup>)

Estão há mais tempo em situação de rua. Ainda buscam saída, todavia passam a usar estratégias de sobrevivências nas ruas, trabalhos informais que lhes ofereçam alguma renda. O medo das ruas diminui. Sua tentativa em romper com o processo de rualização não logrou sucesso. Começam a se familiarizar com a vida nas ruas. A saída da situação de rua é algo mais distante do que para o primeiro grupo. Ainda que busquem isso, não é mais com a mesma ênfase que quando estavam no primeiro momento.

Isso não significa que gostam das ruas, mas que começam a se acostumar com a violação constante de seus direitos, e isso é uma forma de se manterem vivos, afinal, se não conseguiram a saída desejada, precisam sobreviver da forma que estão. Passam a conhecer os locais de distribuição de comida e começam a se relacionar com outras pessoas em situação de rua.

As estratégias para sair das ruas são menos efetivas do que no primeiro momento, pois o empenho é mais voltado para sobreviver.

❖ Terceiro momento (ser da rua/*outsiders*)

Estão há muito tempo nas ruas. Vivem de doações e de trabalhos informais, que formam sua renda. Adequam-se a uma nova forma de vida. Consideram a si mesmos como pessoas em situação de rua, pernoitam principalmente nas ruas, evitam acolhimento institucional. A perspectiva do futuro longe das ruas é pequena. Conhecem tanto os locais de distribuição de comida como alguns comerciantes e moradores que guardam recicláveis para que eles possam recolher, e oferecem algumas doações. A saída da situação de rua é algo bem distante, e, entre todos os grupos, para esses sua concretização é mais difícil, afinal vivem segundo um tempo diferente, o tempo da rua, em um novo modo de vida.

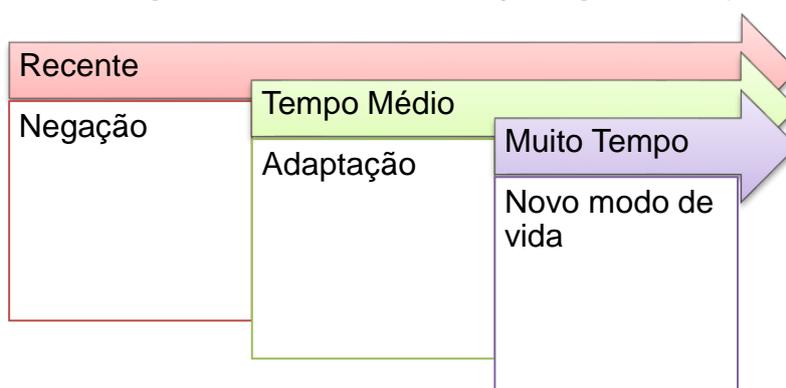
---

<sup>143</sup> Seguindo a mesma ordem dos autores acima.

Cada momento traz demandas diferentes. Afinal, se há um grupo que está há mais tempo e não aceita acolhimento, precisamos pensar em estratégias específicas, que de fato atendam às suas necessidades, que são diferentes daqueles que estão há pouco tempo em situação de rua.

Portanto, existem três grandes momentos, cuja marca principal são as características. Vejamos a figura que segue:

Figura 21 - Processo de rualização segundo o tempo



Fonte: elaboração própria

Utilizar essa divisão de momentos não é enclausurar essa expressão da questão social a ela. Lembramos que a realidade é um movimento constante. Logo, nem todos passam estritamente por esses momentos, e o tempo pelo qual cada um vivencia tais momentos é diferente. Nem todos, há mais tempo, não aceitariam acolhimento, assim como nem todos há pouco tempo aceitariam. Outrossim, nem todos há mais tempo se consideram pessoas em situação de rua, assim como nem todos há menos tempo não se consideram como tal.

Além disso, a pesquisa de campo nos trouxe outro ponto para reflexão a respeito do tempo de rua. O processo de rualização é diferente para aqueles que anteriormente já viveram nas ruas. Dessa forma, aqueles que passaram pela rualização antes, ao voltarem, podem apresentar características do terceiro momento, mesmo estando há pouco tempo em situação de rua.

Vimos isso na entrevista de um casal, Mara e Gabriel. Eles estavam em um grupo de sete pessoas em uma praça. Por estarem em um grupo de pessoas em situação de rua e se considerarem como tal, esperávamos que estivessem há mais tempo vivendo nas ruas. Todavia eles estavam há somente uma semana nas ruas.

Apesar do pouco tempo, contaram que já viveram nessa situação antes, e na experiência anterior ficaram mais tempo nas ruas e em abrigos. Disseram que estavam no aguardo das equipes de abordagem social, pois desejavam acessar o acolhimento institucional.

Com isso, temos esse novo elemento ao tempo de rua. Importa saber se já viveram a rualização antes, pois isso pode influenciar as suas características, demandas e necessidades. Portanto, experiências anteriores de viver o processo de rualização podem contribuir para que alguns apresentem características do terceiro momento de rualização, embora há pouco tempo vivendo nas ruas.

A vida nas ruas é uma violação constante dos direitos humanos mais básicos. No ponto seguinte, veremos as doenças que acometem a população em situação de rua e faremos uma reflexão sobre a expectativa de vida menor do que a do restante da população.

#### **3.5.4 Saúde e processos de adoecimento**

Quais são as principais doenças que acometem a população em situação de rua? Viver na rua é adoecedor? Viver na rua potencializa o desenvolvimento e aprofundamento do sofrimento psíquico? O consumo de álcool e outras drogas é um elemento importante no estudo sobre o tema *população em situação de rua*? Podemos ver a vida nas ruas como uma consequência direta da drogadição, de forma a podermos defender que as pessoas vivem nessa condição porque são “bêbados” e/ou “drogados”? De que forma a questão do álcool e outras drogas pode ser entendida como expressão da questão social? Ao longo deste ponto e do seguinte, fazemos reflexões sobre essas questões.

“Juntando ao todo, entre minhas idas e vindas eu passei uns dez, mais de dez anos, até mais um pouquinho. É um sofrimento sem limite.” (JORGE, 2020). Tamanho sofrimento influencia a saúde das pessoas em situação de rua, conforme debateremos.

A própria condição da situação de rua contribui para o desenvolvimento e a piora de doenças físicas e mentais. Tanto pela impossibilidade de tomar os remédios nos horários corretos, quanto de consegui-los. Além disso, os locais públicos como as ruas, marquises, praças e demais lugares usados para pernoite da população em

situação de rua não são adequados para a moradia, não proporcionam nem o abrigo nem a higiene necessários, fatores que também contribuem para o desenvolvimento e o aprofundamento de doenças.

Uma pesquisa realizada em Olsztyn, uma cidade da Polônia, indicou que há muitas mortes de pessoas que vivem nas ruas por causa das condições climáticas, especialmente o frio. Como resultados, encontrou que a expectativa de vida da população em situação de rua é 17,5 anos menor do que das demais pessoas, e a idade média de morte era de 56,27 anos entre os homens e 52 anos entre as mulheres (ROMASZKO *et al.*, 2017).

Não é somente na Polônia que isso ocorre. A França, em uma pesquisa realizada entre 2008 e 2010, encontrou uma expectativa de vida 28 anos menor entre a população em situação de rua, cuja idade média de morte era de 49 anos. Em Toronto, a idade média de morte foi de 48 anos, e em Boston, 51 anos (ROMASZKO *et al.*, 2017).

Na Áustria, uma pesquisa de 2012 revelou que 39% dos que vivem em situação de rua estão em sofrimento psíquico e mais 20% utilizam álcool e outras drogas. A mesma pesquisa ainda indicou uma expectativa de vida da população em situação de rua 20 anos menor que a das demais pessoas. Na Hungria, os pesquisadores demonstraram que em 2018 uma em cada quatro pessoas em situação de rua desse local vive em sofrimento psíquico (BAPTISTA; MARLIER, 2019).

Na Inglaterra, foram constatadas condições piores de saúde da população em situação de rua, quando comparado aos que não vivem nessa condição. Possuíam problemas de saúde 78%, dos quais 44% eram problemas de longo prazo. Sobre a saúde mental, 44% eram acometidos por sofrimento psíquico. A idade média de morte é de 47 anos entre os homens e 43 anos entre as mulheres (CRISIS, 2015).

Nos Estados Unidos, percebemos uma significativa incapacidade ao trabalho. Quando somamos os que são acometidos com doenças mentais graves e as pessoas portadoras de deficiência física, temos em Chicago, Los Angeles e em San Antonio mais de 50% da população em situação de rua desse local. Além desses, ao olharmos os dados gerais da pesquisa, vemos que nos Estados Unidos 28% sofrem com doença mental grave e 22% possuem deficiência física. Esse é um dado importante, pois nos ajuda a entender uma menor inserção no trabalho, afinal metade das pessoas que vivem nas ruas é incapaz ao trabalho (USA, 2014).

Pesquisas de outros países divulgaram uma porcentagem considerável de pessoas em sofrimento psíquico que vivem em situação de rua. Estão em sofrimento psíquico na Dinamarca, 47%; na Suécia, 36%; na Finlândia, 89%; nos Estados Unidos, entre 26 e 33%; em Toronto, 32%; na Austrália, variou de 20%, em 2013, para 29,79%, em 2019. A pesquisa chilena de 2012 apontou que são 29%. O único país em que encontramos um dado com pequena porcentagem foi no México: a pesquisa de 2018 constatou somente 5,41% vivendo em sofrimento psíquico (BUSCH-GEERTSEMA *et al.*, 2014; USA, 2014; TORONTO, 2018; AIHW, 2019; CHILE, 2012; MÉXICO, 2018).

Uma pesquisa realizada no Canadá com 1.103 jovens entre 12 e 27 anos que utilizavam instituições de acolhimento expõe uma grave situação de saúde mental. Um número considerável de pessoas, 42%, em situação de rua já tentou suicidar-se pelo menos uma vez. A taxa dos que vivem em sofrimento psíquico é bem elevada: 85,4%. A maior incidência da doença mental é entre aqueles que vivenciaram o processo de rualização cedo, entre as mulheres e LGBTQI+ (KIDD *et al.*, 2017).

Entre 60 e 70% dos que vivenciam o processo de rualização no Canadá previamente sofreram com violência, antes da vida nas ruas. Problemas familiares, de saúde mental e com a justiça também aparecem antes da rualização. A taxa de mortalidade é entre 11 e 40 vezes superior do que o restante da população (KIDD *et al.*, 2017).

Um estudo da Inglaterra feito em 2014 mostrou que o sofrimento psíquico acometia 80% da população em situação de rua. A incidência de doenças mentais é maior entre esse grupo. Dentre as doenças, destacam-se depressão, esquizofrenia e transtorno bipolar (MENTALHEALTH, 2020).

Segundo uma pesquisa realizada em 2015, nos Estados Unidos, 564.708 foi o número total de pessoas em situação de rua, dos quais 25% viviam com transtorno mental severo e 45% possuíam alguma doença mental. Entre a população em geral, a incidência de doença mental era de 4,2%. Os problemas mais comuns são esquizofrenia, transtorno bipolar, ansiedade, depressão e consumo de álcool e outras drogas (TARR, 2020).

Tradicionalmente os que moravam nas ruas eram as viúvas, os órfãos e os incapazes ao trabalho. Esse perfil não é o mesmo atualmente, conforme dados das pesquisas latino-americanas. É formado em sua maioria por trabalhadores, todavia essa pesquisa dos Estados Unidos revelou um grande índice de incapazes ao

trabalho nos locais supracitados. Isso pode contribuir para entender a menor inserção em trabalhos informais. Lembramos que no passado essa era uma questão central para a caracterização de um pobre como merecedor da caridade.

Segue um quadro com as doenças que acometem a população em situação de rua em cidades brasileiras:

Quadro 6 - Principais doenças e deficiências

	Consumo de Entorpecentes	Doença física	Deficiência	Doença mental
São Paulo (2019)	65% Tabaco 56,1% álcool 28,2% maconha 22,3% cocaína 19,9% crack	18% hipertensão 4,1% tuberculose 4,7% diabetes 7,5% doenças cardíacas 18,8% doenças respiratórias 24,8% dores crônicas 13,3% doenças de pele 12% hepatite	5,1% grande dificuldade para enxergar, mesmo usando óculos  18,5% possuem dificuldades para andar	29,6% depressão ou doença dos nervos
Belo Horizonte (2013)	51,5% consomem drogas ilícitas 69,5% álcool 74,7% tabaco	16% hipertensão 14% doenças de pele 5,7% doenças sexualmente transmissíveis 4,7% hepatites 4,6% diabetes 4,2% tuberculose	13,2% física 5,5% visual 5,1% mental 2% auditiva	43,6% depressão 27,4% ansiedade 21,2% transtorno bipolar 14% esquizofrenia
Grande Vitória (2018)	89,1% utilizam alguma substância psicoativa 72,5% tabaco 67,5% álcool 39,2% crack 31,7% maconha	18,2% doenças respiratórias 12% doenças cardiovasculares 5,2% doenças sexualmente transmissíveis 5,6% diabetes	24,4% auditiva (8,6%), visual (32,3%), mental (29%) e motora (43%)	18,2% doenças neuropsiquiátricas
Porto Alegre (2016)	58,1% utilizam algum entorpecente	23,6% doença respiratória 21,1% hipertensão 15% HIV 9,5% doença cardíaca 8,1% hepatite 7,8% doença de pele 7,2% tuberculose 5,1% diabetes	13,4% deficiência física	36,1% são acometidos por doença mental

Fonte: elaboração própria

Segundo a pesquisa feita em domicílios pelo IBGE (2020), 39,2% dos brasileiros sofrem com hipertensão; 15,9%, com diabetes; 15,3%, depressão; 7,9%, doenças cardíacas; 5,9%, asma; e 2,1%, doenças crônicas do pulmão. Observando os dados das doenças presentes na vida da população em situação de rua, percebe-

se que, enquanto a hipertensão e diabetes possuem incidência menor<sup>144</sup> do que no restante da população brasileira, o sofrimento psíquico é maior entre a população em situação de rua de São Paulo, Porto Alegre e especialmente de Belo Horizonte. Na Grande Vitória, chama atenção o fato de um quarto ter algum tipo de deficiência.

Botti *et al.* (2010) revelaram a influência do tempo de rua para o desenvolvimento do sofrimento psíquico. Quanto mais tempo vivendo todas as adversidades inerentes ao processo de realização, maior a possibilidade de vivenciar doenças, tanto as físicas como as mentais.

As trajetórias de vida da população em situação de rua são repletas de perdas: de um familiar importante, do emprego, da habitação, da convivência familiar. Tudo isso favorece à fragilização da saúde.

A história de Jorge é ilustrativa sobre as múltiplas perdas sofridas. Desde muito cedo, ele teve que trabalhar para contribuir com a renda de sua família, perdeu a mãe quando era muito jovem, os seus trabalhos nas colheitas lhe rendiam pouco, ficou sem alternativas e passou a viver em situação de rua. Segue parte de seu relato:

*Teve momento que, de eu tar em situação de rua quando eu fui a primeira vez pro caí no trecho mesmo, deu, deu tá com tudo na bolsa, mas não lembrar que precisava de uma coberta, então, deu chegar a Pendanga que é depois de Fundão, um distritozinho, e lembrar, e escurecer a pista tudo, a BR só vendo carros, acabou os postes, e não dava mais pra seguir e não tinha mais aonde dormir, e, eu olhar assim pro lado e ver um lugar onde pilava café, essa memória é bem fresca, mas é muito antiga a memória, no começo, quando eu comecei a cair pra rua, uns anos depois da minha mãe ter adoecido, uns anos depois da minha mãe ter falecido.*

*Eu lembro disso aí, desse lugar, pois foi uma das primeiras experiências ruins que eu tive, de lembrar que **eu não tinha uma coberta**, e não tinha porta pra bater, era longe, e ninguém ia sair pra me dar uma coberta fora de hora, poderia até tomar um tiro, né, podia me confundir com um bandido. **Então eu, abri a palha do café, todinho, e lavar pendurar café, entrei e eu vim me cobrindo, dos pés até o peito**, e botei a cabeça na bolsa, como travesseiro. **Quando o dia amanheceu, eu fui sair do meio da palha, quando eu olhei pro meu corpo, eu tava amarelo do pescoço pra baixo**, só a poeira no meio da pista, mas muuittoo, muuittooo amarelo, a minha roupa era branca, uma camisa bonita que eu tava usando, era uma das melhores, que eu tinha na bolsa, a bermuda era uma bermuda clara, e eu amarelo, mas muito amarelo, aí eu tive que caçar um rio, amanhecer no frio para tomar um banho, pra mim tirar aquela sujeira, porque tava demais né? Eu não tava conseguindo nem olhar, imagina encontrar com alguém assim, de manhã cedo, vão assustar as pessoas. E, foi uma das experiências ruins que eu tive na, na, no trecho, quando eu comecei a pegar trecho, mas fora disso, tem muitas coisas, eu já vi pessoas sendo mortas, sendo*

<sup>144</sup> Os dados das pesquisas da população em situação de rua são levantados com base em técnicas e instrumentos baseados no que essas pessoas disseram. Assim, o número pode ser menor pelo fato de eles não saberem que são acometidos com essas doenças.

*assassinadas, do lado da gente assim, coisa bem cruel mesmo.* (JORGE, 2020, grifo nosso).

Em um outro ponto da entrevista, Jorge contou que com a morte de sua mãe a vida foi ficando cada vez mais difícil – é filho de mãe solteira e apanhava de seu padrasto com frequência. Tudo que seus irmãos faziam de errado recaía sobre a sua responsabilidade. Segue outra parte de seu relato: “[...] Então assim, eu não fui guentando aquela situação, fora da perca que eu tinha, o psicológico e tal, abalado pela perca da mãe naquela casa onde nós morava, e isso foi me afastando da minha família.” (JORGE, 2020).

Jorge também perdeu a visão, cerca de um ano após o falecimento de sua mãe, devido a uma explosão de dinamite. Ele diz:

*[...] aquele lugar que era o nosso, era o nosso, éhhh nossa fortaleza, foi se tornando pra mim o meu terror. Né? Ali eu apanhava, eu perdi minha mãe, onde eu perdi uma vista e aquilo ali foi me afastando. E, quanto mais eu me afastava da minha família, mais eu se aproximava da rua. Porque eu ia pros sítios, apanhava café, eu ia pros eventos, trabalhos eventuais da lavoura. Só que quando acabava eu me via sem lugar para ir, eu num queria mais voltar pra dentro da minha casa. Aí que eu me deparava, aí, eu me deparava com a galera da rua, eu vinha pra cidade, éhh, muitas vezes eu alugava um lugar para morar, aí o dinheiro acabava, não tinha mais o que comer, não tinha mais o que pagar os outros, eu, aí não tinha como. Quem não tem dinheiro para pagar, a, é rua né.* (JORGE, 2020).

Uma fortaleza transformada em um terror. Contundentes palavras para expressar no que seu lar se transformou. O lugar que antes lhe dera segurança transformou-se em um local de medo. Reiterando a ideia das múltiplas perdas, destacamos a história de outro entrevistado:

*Eu trabalhava de eletricista, aconteceu é, Óh (mostrou marcas no rosto e uma das mãos que não possui movimento algum) O acidente comigo, entendeu, aí eu parei aqui. Entendeu? E, tem sete anos que éhh, é, oito anos que eu larguei a minha esposa, entendeu? Por causa de esse acidente aqui, entendeu? É, eu fiquei em coma, entendeu? É, paralisado, entendeu? Aí ela me largou.* (MARCOS, 2020).

No relato, vemos a perda da capacidade laborativa, do emprego e da companheira. O acidente sofrido no trabalho deixou sequelas permanentes e quando adoeceu perdeu a companheira. Aqui também fica evidenciada a presença de vários fatores envolvidos na realização, com perdas diversas antes da situação de rua.

Considerando o consumo de entorpecentes como um dos elementos presentes na vida nas ruas, falamos sobre isso no próximo ponto, e o debate estará voltado para tal consumo como uma expressão da questão social.

### 3.5.4.1 Consumo de entorpecentes como uma expressão da questão social

Sobre o consumo de entorpecentes, em São Paulo e no Espírito Santo a utilização de drogas ilícitas ultrapassa 70%<sup>145</sup>. E em Belo Horizonte e Espírito Santo, o consumo de álcool chega a aproximadamente 70%. E não é somente no Brasil. Em outros países, a utilização de álcool e outras drogas também está presente.

No Chile, 61,4% utilizam álcool e outras drogas; na Bolívia, 85,6% utilizam álcool, e a maconha é usada por 65,6%; em Bogotá, são 90,4% os que consomem álcool e outras drogas; em Córdoba, 46,3%; em Montevideu, 83%. Em Abbotsford, são 58,8%; em Toronto, 27%; na Austrália, 10%. A pesquisa europeia relata que na Dinamarca utilizam entorpecentes 65%; na Suécia, 40%; e na Finlândia, 82% (CHILE, 2012; BOLIVIA, 2014; BOGOTÁ, 2017; CÓRDOBA, 2018; MIDES, 2019; ABBOSTFORD, 2018; TORONTO, 2018 AIHW; 2019; BUSCH-GEERTSEMA *et al.*, 2014).

Segue a reflexão presente em nossa entrevista sobre o consumo de drogas, questionando a centralidade de alguns discursos que remetem a vida nas ruas ao consumo de álcool e outras drogas, como se fosse algo simples. Lembramos tratar-se de uma opinião particular do entrevistado. Não é nosso intuito generalizar esse pensamento. Não demonstra a totalidade, mas é uma ilustração do debate feito. A mesma observação é válida para as demais entrevistas utilizadas.

*[...] tem muitas pessoas que fazem consumo de álcool e drogas mas não tem problema de vício. Eles não são dependentes, eles tem a vida normal, eles trabalham, eles dá conta das suas coisas, só que o problema das pessoas estarem nas ruas é a pobreza extrema, que leva. Então, assim, o que implica uma pessoa que bebe e fuma, que puxa um carrinho de papelão um dia inteiro nas costas, né, fazer só uma comparação e no final do dia, compra sua garrafinha de pinga e bebe durante a noite. Aí você fala que o álcool está destruindo a vida dessa pessoa!* (JORGE, 2020)

Chamamos atenção para essa questão com vistas a evitar uma visão que restringe a expressão da questão social população em situação de rua a

<sup>145</sup> 70,1% em São Paulo e 70,9% no Espírito Santo.

características que formam seu perfil. O que remeteria às seguintes ideias: moram na rua porque são “drogados”, “alcoólatras”, ou porque “têm poucos anos de escolaridade”<sup>146</sup>, ou ainda porque “não se esforçaram o suficiente, se acomodaram”. Segue o pensamento de nossa entrevistada sobre o assunto:

*Porque muitos mora na rua porque eles não tem emprego, porque eles acha que todos que tá na rua é viciado, é drogado. É um engano. Eu já fui viciada no crack. Eu já pesei 43 kilo, minha mãe me via assim e falava: Meu Deus, eu vou perder você pro crack! Aí eu falava assim pra ela: Nada pra Deus é impossível. Né?*

*Chegou um dia, Deus botou ele na minha vida, e ele mandou pediu escolhe eu o crack, eu escolhi ele. Ele cheirava tinner, era viciado no pó, no tinner, aí eu também pedi pra ele largar, ele largou e nós tão aí. Fuma quem quiser fumar, bebe quem quiser beber, vai da nossa opinião, a minha eu tô com ela. Não quero mais o crack. Eu quero ser uma ser humano, viver.*

*Mais, tem muito viciados também que trabalham, muito viciado em drogas que trabalham. Nem que seja pra ele manter o vício dele. Né? Mas ele quer trabalhar, ele não quer roubar. Ele não quer pegar nada dos outros. (MARA, 2020).*

Considerando a pesquisa bibliográfica e documental realizada, e tendo as questões ilustradas pela última citação das entrevistas, destacamos os seguintes pontos:

- 1) Nem todos que moram nas ruas consomem álcool e/ou outras drogas;
- 2) A drogadição enquanto uma escolha;
- 3) A noção de que quando há o consumo de drogas as pessoas perdem a humanidade;
- 4) Há consumidores de drogas que trabalham;
- 5) Reiteração da ideia do trabalho e rejeição de atividades ilícitas como o roubo.

Com relação ao segundo ponto, a nosso ver, não se trata meramente de uma escolha. Conforme já discutido, entendemos a drogadição como uma expressão da questão social, e na vida da população em situação de rua aparece em meio a múltiplas outras expressões, associada normalmente ao esquecimento das bárbaras condições de vida.

Sobre o afastamento da humanidade quando há o consumo, chamamos atenção à subjetividade presente na fala. A rejeição das drogas é apresentada como uma forma de afirmar-se como humana, associando o consumo de drogas à perda

---

<sup>146</sup> Considerando os elementos trabalhados na tese, de um modo de produção que tem como parte de sua lei geral a produção e reprodução de uma superpopulação relativa, mesmo se todos tivessem muitos anos de estudo, com nível superior, a situação de rua ainda seria uma realidade. Uma reportagem do Rio de Janeiro fala sobre o crescimento das pessoas com nível superior entre os sobreviventes das ruas, conforme Albernaz (2018).

da humanidade e da própria vida. Sendo a rejeição às drogas uma ênfase ao desejo de viver.

Todavia não seria a vida nas ruas um ato de desumanização constante, que obriga pessoas a viverem em condições tão precárias a ponto de não poderem sanar nem mesmo suas necessidades básicas? Uma sociedade que nega o acesso a, por exemplo, um banheiro público (conforme já destacado pelas entrevistas) por parte daqueles que mais necessitam dele, esses despossuídos de quase tudo que vivem em situação de rua, são tratados como seres humanos?

As ideias de redução do processo de rualização ao consumo de drogas, de que falávamos, são perigosas tanto por esconderem o cerne do processo de rualização quanto por contribuírem para uma naturalização da vida nas ruas, além de serem uma forma de discriminar os que se encontram nessa situação. Não negamos que a drogadição e o baixo nível instrucional fazem parte do perfil da população em situação de rua, todavia, quando nos aproximamos da realidade, vemos que essas são algumas das multifacetadas expressões da questão social que envolvem o processo de rualização, produzidas pela sociedade capitalista.

E olhando para as trajetórias, vemos que a sua luta pela sobrevivência começou cedo. Muitos relatam que precisaram parar de estudar para trabalhar, e os trabalhos conseguidos, normalmente mal remunerados e precarizados, proporcionaram-lhes condições de vida que mal chegavam a sanar suas necessidades básicas. Perdem o emprego, deixam de conseguir contribuir na renda familiar, vivem uma série de desentendimentos em suas famílias e podem passar a utilizar entorpecentes, que servem para amplificar os problemas familiares. Tudo isso contribui para o processo de rualização.

A utilização de álcool e outras drogas integra o perfil da população em situação de rua como uma expressão da questão social e uma questão de classe.<sup>147</sup> Com isso, não estamos defendendo a inexistência de pessoas da classe burguesa que usam álcool e outras drogas, afinal a dependência química existe em todas as classes sociais. Porém há diferenças substanciais que nos permitem perceber a dependência química como uma questão de classe.

O próprio tratamento àqueles que vivem a desigualdade no lado dos que acumulam riquezas é diferente daqueles que vivem no polo oposto, acumulando

---

<sup>147</sup> Sobre a questão dos uso de entorpecentes como uma expressão da questão social, ver mais em Pepe (2014), Lopes (2016), Veloso e Abreu (2005) e Santos (2019).

miséria. Enquanto os primeiros dificilmente serão vistos nas ruas usando os entorpecentes, pois possuem recursos para buscar tratamento, os pobres usam as ruas, e suas famílias não têm recursos para custear o tratamento.

Não dissemos que a utilização de entorpecentes ocorre somente a partir do modo de produção capitalista. Muito antes disso está presente na história. O novo no capitalismo é a sua presença como uma consequência desse modo de produção, em meio à desigualdade que lhe é inerente.

Segundo Bardi (2019, p. 86), são exatamente os sujeitos que vivenciam o desemprego, o preconceito e a violência que “talvez sejam aqueles que mais vislumbram no uso de drogas uma possibilidade de prazer num mundo tão hostil.”

Somente com o capitalismo temos a coisificação do homem e personificação de pessoas, com a transformação das relações entre pessoas em relações entre coisas, relações que se resumem à compra e venda. E quase tudo passa a ser comprado e vendido – a droga também é transformada em mercadoria. Sua utilização não possui mais vinculação com caráter cultural e religioso, como no passado, e passa a ser fonte de lucro. É no período chamado por Marx de “acumulação primitiva” que passa a haver mudanças em relação à utilização das drogas (SOUZA, 2012).

Os trabalhadores vivem condições degradantes de vida e trabalho na sociedade do capital. E, quanto mais o capital se desenvolve, mais bárbaro se torna e mais sofrimento causa àqueles que vivem do trabalho, submetidos a cada vez maior pauperização. Uma das formas de esquecer um pouco sua condição de vida é a utilização de entorpecentes.

Engels (2010), na obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, mostra as condições sub-humanas em que viviam os trabalhadores, fala que as moradias dos irlandeses eram insalubres, a higiene quase inexistente. Toda a família vivia em um mesmo cômodo, não usava móveis, criava porcos com quem compartilhava o cômodo, não tinha nem o mínimo de higiene, e a bebida foi o único prazer que lhe restou, pois todos os outros lhe foram tirados. “Para o irlandês, a aguardente é a única coisa que torna a vida digna de ser vivida.” (ENGELS, 2010, p. 133). Ele reafirma a ideia na seguinte citação:

A aguardente é para eles a única fonte de prazer e tudo concorre para que a tenham à mão. O trabalhador retorna à casa fatigado e exausto; encontra uma habitação sem nenhuma comodidade, úmida, desagradável e suja; tem a urgente necessidade de distrair-se; precisa de *qualquer coisa* que faça

seu trabalho valer a pena, que torne suportável a perspectiva do amargo dia seguinte [...]. Seu corpo enfraquecido pela atmosfera insalubre e pela má alimentação requer imperiosamente um estimulante externo; a necessidade de companhia só pode ser satisfeita numa taberna, porque não há nenhum outro lugar para encontrar os amigos. (ENGELS, 2010, p. 142, grifo do autor).

Outra função da bebida apontada pelo autor é o esquecimento da miséria vivida, e nos chama atenção ser a mesma função apontada por Vieira, Bezerra e Rosa (2004) ao debaterem sobre a utilização de álcool pela população em situação de rua, servindo para esquecer os problemas.

Engels (2010) ainda questiona a sociedade capitalista, afirmando a utilização do álcool ao mesmo tempo como uma necessidade. Os que utilizam são questionados por serem “bêbados”, pela mesma sociedade que não se importou com a sua condição embrutecedora de vida.

Engels chega a uma conclusão interessante: a de que, nesse contexto, o alcoolismo não é mais um vício de responsabilidade individual, mas

[...] torna-se um fenômeno, uma **consequência necessária e inelutável de determinadas circunstâncias que agem sobre um sujeito que** – pelo menos no que diz respeito a elas – **não possui vontade própria, que se tornou** – diante delas – **um objeto**; aqui, a responsabilidade cabe aos que fizeram do trabalhador um simples objeto. (ENGELS, 2010, p. 142).

Ora, se o capital transformou o mundo em um grande mercado, se quase tudo se tornou uma mercadoria, podendo ser comprado e vendido, e as relações humanas foram coisificadas, transformadas em relações comerciais, e os trabalhadores foram transformados em coisas, cujas condições de vida lhes deixam pouca ou nenhuma opção em relação à utilização de entorpecentes, então precisamos concordar com Engels e ver a dependência química vinculada ao modo de produção capitalista, que trouxe todas essas transformações. Vemos a dependência química como uma expressão da questão social.

Pensando sobre o Brasil, em 2019 tivemos 5,12 milhões de domicílios<sup>148</sup>, em favelas ou áreas análogas, em condições inadequadas de moradia. E, em 2020, mais de 220 mil pessoas vivendo em situação de rua<sup>149</sup>. Considerando a discussão aqui presente, não é uma surpresa termos um número considerável de pessoas em situação de rua utilizando álcool e/ou outras drogas. Lembramos que a barbárie

<sup>148</sup> Ver mais em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/05/19/numero-de-domicilios-em-favelas-no-brasil-e-de-512-milhoes-informa-ibge.ghtml>. Acesso em: 1 set. /2020.

<sup>149</sup> De acordo com o último levantamento do Ipea, de 2020, encontrou 221.869 pessoas em situação de rua em março do referido ano (NATALINO, 2020, p.10).

vivida por aqueles que passam pelo processo de rualização é ainda mais ampliada do que a descrita por Engels, porque a população em situação de rua não possui nem mesmo um cômodo para habitar.

Nas trajetórias, vemos a presença de múltiplas perdas, em vidas marcadas desde muito cedo pelo trabalho, irregular, informal, e mesmo quando formal é remunerado com baixos salários. Nas ruas, não podem acessar aos recursos mais básicos de sobrevivência: a possibilidade de tomar um banho, de usar um banheiro, lavar as mãos, poder dormir com um teto sobre sua cabeça, acessar um trabalho cuja renda seja suficiente para obter seu alimento e moradia. Será que é a bebida alcóolica e/ou a droga consumida que os leva à situação de rua, ou a permanecer nela, ou seria a sua utilização um meio encontrado para sentir-se bem em uma realidade tão opressora? A dependência química é uma opção?

Refletindo sobre essas perguntas, vejamos o que Jorge fala sobre a utilização de entorpecentes, discordando da concepção de reduzir a expressão “rualização” ao álcool e outras drogas.

*Então, assim, o que implica uma pessoa que bebe e fuma, que **puxa um carrinho de papelão um dia inteiro nas costas**, né, fazer só uma comparação e no final do dia, compra sua garrafinha de pinga e bebe durante a noite. **Aí você fala que o álcool está destruindo a vida dessa pessoa.***

*A cachaça tá matando ele, mas **como é que o cara trabalha o dia inteiro no sol quente e ele não tem uma casa**, o problema dessa pessoa está claro, é a moradia, mas aí, para não dar essa moradia, aí vamo **botar a culpa naquela pinguinha** ali que ele está tomando. Né? Ou **naquele baseadinho** que ele fumou uma hora ou outra, não é um hábito de usar o dia inteiro, a droga, pois se a droga tomasse conta da vida dele e o álcool, ele não fazia nada, ele só ficava bebendo. Só ficava se drogando. Então, eles querem buscar assim, colocar causas, e poréns pras pessoas não acessar nada. Então assim, eu acho que nós tem que mudar esse ritmo de atendimento né? (JORGE, 2020, grifo nosso).*

É comum um discurso associado à utilização de álcool e outras drogas que individualiza e culpabiliza cada pessoa que consome. Finalizando esse ponto, voltamos a chamar atenção para a necessidade em olhar mais longe do que a limitação presente em reduzir o processo de rualização à questão das drogas.

Ainda que seja uma das questões presentes no emaranhado de expressões da questão social que formam a situação de rua, não é a única, e visões individualistas e de culpabilização atrapalham a percepção do papel do Estado em responder pela questão social, escondendo as demais expressões que formam o

processo de rualização, e seu determinante central, sua vinculação como um fruto do capitalismo.

Assim, parte da população em situação de rua utiliza álcool e outras drogas, isso é inegável, demonstrado pelas pesquisas. Todavia não é somente isso que os leva a viver nas ruas. E em alguns casos pode haver o início do consumo já nas ruas, pois funciona como um mecanismo de socialização e como remédio para esquecer o sofrimento da brutal sobrevivência nas ruas.

Também no consumo de entorpecentes há recorte de classe. Há diferenciação no estigma ao uso, assim como a discriminação – não são os mesmos para todos. O consumo de drogas “[...] só pode ser compreendido a partir da ressalva do marcador de classe.” (MENDES *et al.*, 2020, p. 79).

Jorge ilustra bem tal diferenciação ao comparar uma família que consome bebida alcóolica e um grupo de amigos que moram nas ruas e consomem numa praça.

*Que a rua, o álcool, até mesmo até por causa do frio. Ele é uma, ele aquece, esquenta. Então é é, ele é permitido né? Se pode usar na praça, se pode usar em qualquer lugar. Ou **a família tomando cerveja na praça é uma coisa normal. Três amigos bebendo um corote de cachaça são uns vagabundos**, que ficam o dia inteiro na praça, mas que ninguém dá uma oportunidade pra esses vagabundos.* (JORGE, 2020, grifo nosso).

Portanto, o consumo de álcool e outras drogas é um dos elementos em meio à síntese de múltiplas determinações que formam o processo de rualização, e não o motivo que tudo explica. Está presente em meio a uma gama enorme de aspectos, existentes por conta da forma de existência do modo de produção capitalista, que produz a miséria em contraponto à riqueza. Ainda que o uso de drogas seja anterior ao capitalismo, o consumo enquanto uma mercadoria existe a partir do capitalismo, sendo uma expressão da questão social.

Até o presente, ressaltamos o modo de produção capitalista como produtor da desigualdade, miséria e demais expressões da questão social. A existência da população em situação de rua vincula-se ao movimento do capitalismo – é um de seus frutos. Porém há motivos aparentes apontados pelas pesquisas sobre o tema. Destacamos o assunto no ponto a seguir.

### 3.5.5 Motivos aparentes

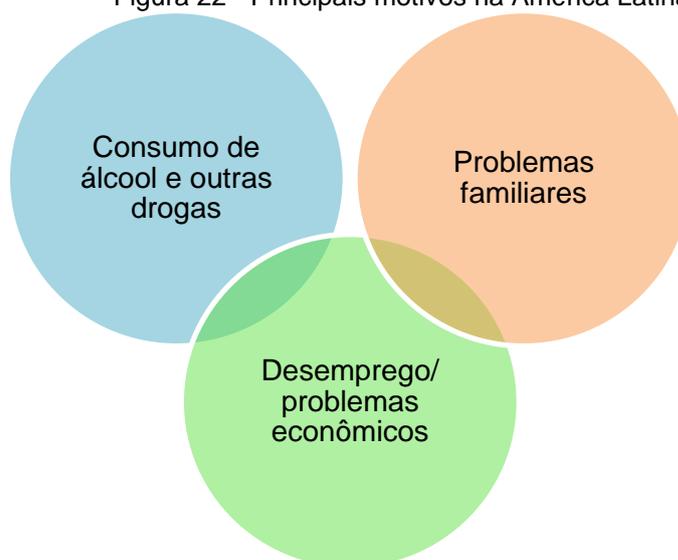
Até aqui vimos alguns elementos para refletirmos sobre quem é a população em situação de rua, enfatizamos o caráter estrutural dessa expressão da questão social por excelência, entendemos o consumo de drogas como uma expressão da questão social imerso nesse emaranhado de expressões que consubstanciam a população em situação de rua. Agora falaremos sobre os motivos aparentes apontados pelos que vivem a rualização.

Ressaltamos que ao falarmos de motivos os caracterizamos como aparentes por serem os presentes nas pesquisas estudadas. Normalmente eles são baseados nas perguntas aos que vivem em situação de rua sobre os principais elementos que motivaram a sua ida para as ruas.

O aparente faz parte do real. Tais questões são significativas ao estudarmos a expressão da questão social, que é nosso tema de pesquisa. Todavia o real não se restringe ao aparente. Os elementos apontados como motivos do processo de rualização vinculam-se à sociabilidade capitalista, regida por uma lei geral, na qual a pobreza, a miséria e o desemprego não são falhas, ou um lapso desse modo de produção, e sim o que é esperado como produto e reproduzidor de tal modo de produção.

Sobre o contexto brasileiro, no supracitado quadro *População em situação de rua no Brasil* destacamos os motivos apontados pela população em situação de rua dos locais brasileiros cujas pesquisas foram utilizadas como motivadores do processo de rualização. Os três motivos expostos na figura que segue figuram entre os principais nas pesquisas brasileiras e também em outros países latino-americanos, conforme o quadro que será apresentado à frente:

Figura 22 - Principais motivos na América Latina



Fonte: elaboração própria com base nas pesquisas acessadas<sup>150</sup>

Sobre o tempo de rua, a pesquisa nacional chilena apontou que 26,9% estão a menos de um ano, 28,5% há mais de um ano e 37,9% há cinco anos ou mais. Utilizam álcool 41,5%, e outras drogas, 19,9%. O trabalho é a principal fonte de sobrevivência para 76,4%. Com relação aos motivos para o processo de rualização, 36,9% indicam os problemas com a família, 15,5%, o consumo de álcool, e 13,8%, problemas econômicos (CHILE, 2012).

Na Bolívia (2014), o consumo de álcool e outras drogas é maior: 85,6% utilizam álcool; 68%, tabaco; 66,1%, inalantes; 65,6%, maconha; e 47,9%, cocaína. Os que trabalham somam 42,8%, e os principais motivos apontados como preponderantes para a rualização foram a morte ou abandono dos pais (22,9%), decepções (22,4%) e maltrato familiar (18,9%).

No Chile, em Bogotá, Córdoba, Montevideú e México figuram como centrais os motivos que têm relação com a família, tanto os conflitos quanto a perda de familiares. No Chile, os principais motivos são similares aos do Brasil, substituindo o desemprego por problemas econômicos. Em Bogotá e no México, há presença da utilização de entorpecentes entre os motivos.

<sup>150</sup> Os dados detalhados do Brasil não foram repetidos aqui por já constarem no quadro *População em situação de rua no Brasil*.

Quadro 7- População em situação de rua em outros locais da América Latina

	Tempo de rua	Álcool e outras Drogas	Trabalha	Motivos	Migração
<b>Bolívia<sup>151</sup></b>					
<b>Cochabamba (2014) 977</b>	40% há mais de sete anos 26,4% menos de três anos	86,9% álcool 61,6% tabaco 69,1% inalantes 65% maconha 40,7% cocaína	56%	-	-
<b>El Alto (2014) 1.071</b>	23,3% entre 1 e 3 anos 16,7% entre 4 e 6 anos 24% há mais de 7 anos	85,6% álcool 68,1% tabaco 66,1% inalantes 65,6% maconha 47,9% cocaína	34,4%	-	-
<b>Colômbia</b>					
<b>Bogotá (2018) 9.538</b>	68% estão há mais de seis anos.	90,4% utiliza	39,7% trabalham com reciclagem 17,1% limpam vidros e cuidam de carros e venda ambulante 3,1% cantam, fazem malabares ou artesanato 19,5% pedem dinheiro.	38,3% – uso de substâncias psicoativas 32,7% – Conflitos ou dificuldades familiares 6,3% – Dificuldades econômicas 3,6% – Falta de trabalho	40,2% outro município
<b>Argentina</b>					
<b>Córdoba (2018) 426</b>	34,8% estão há mais de dois anos 16,7% entre 9 meses e 2 anos 27,1% entre 2 e 9 meses	46,3% utilizam	62,4% no trabalho informal	48,6% – Conflitos familiares 32,8% – Conflitos laborais e econômicos 10,5% – Problemas de saúde	65% são do mesmo local em que vivem nas ruas; 30,5% vêm de outras províncias; e 9,5%, de outros países.

<sup>151</sup> A pesquisa boliviana foi feita em dez cidades, encontramos o dado tempo de rua em Cochabamba e El Alto, que são as duas com maior número de pessoas em situação de rua do país, respectivamente 977 e 1.071.

<b>Córdoba (2019)</b> 476	54,6% estão a mais de 9 meses nas ruas 25,4% há mais de 5 anos 28,2% entre 9 meses e quatro anos	-	76,8%	51,4% – Conflitos familiares 33,1% – Problemas laborais ou econômicos 12,2% – Problemas de saúde	65% da Província de Córdoba 24,3% outras províncias 6,66% outros países
<b>Uruguai</b>					
<b>Montevideu</b> <sup>152</sup> (2019) 2.038	Menos de um mês – 17% Menos de 6 meses – 40%	83% utilizam	Aproximadamente 80%	Vínculo/convivência – mais de 50%	
<b>México</b>					
<b>México</b> 6.754 (2018)	37,32% menos de 1 ano; 41,69% de um a 3 anos 20,99% 4 anos ou mais	-	64,69%	Não ter opção, uso de substâncias psicoativas, problemas familiares	50,29% são migrantes (outras cidades e países)

Fonte: elaboração própria

Voltando nossa atenção ao quadro, lembramos que ao falarmos sobre o tempo de rua refletimos sobre a relevância desse dado, e quanto maior o tempo de rua, mais difícil é romper com o processo de rualização. Não por escolha, mas por necessidade de adaptação, para a sobrevivência. As alterações sofridas na conformação desse novo modo de vida são sentidas pelos sujeitos, o que nos ajuda a entender o índice elevado de sofrimento psíquico e a dificuldade do cuidado à saúde, conforme visto no debate sobre a saúde e o consumo de drogas.

Chama atenção o dado da coluna que evidencia a inserção em trabalhos, sendo de 56% no México e acima de 60% nas duas pesquisas de Córdoba, em Bogotá e Montevideu, robustecendo a associação entre trabalho informal e população em situação de rua, indicada desde o início da tese e reiterada também em quadros anteriores. Lembramos que ao discutirmos a população em situação de rua no Brasil, vimos que a utilização do trabalho informal é de 87% em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, sendo um pouco menor no Espírito Santo, 70%<sup>153</sup>. Assim, percebemos o trabalho informal enquanto principal estratégia de sobrevivência da população em situação de rua da América Latina. Trata-se da

<sup>152</sup> Ver Mides (2019).

<sup>153</sup> Ver novamente o quadro 3- População em situação de rua no Brasil.

presença da forma estagnada da superpopulação relativa, conforme discutido no primeiro capítulo.

Observamos tempos de rua elevados. No Chile, 66,4% estão há mais de um ano nas ruas. Na Bolívia, em El Alto, são 64%, e em Cochabamba, 40%. Em Córdoba, na Argentina, 25,4% vivem há mais de cinco anos nas ruas. E no México, são 21% os que vivem há quatro anos ou mais. A Colômbia é o local que mais nos chama atenção, visto que 68% vivem há mais de seis anos em situação de rua. Vejamos que esses dados são preocupantes, pois cada momento do processo de rualização exige abordagens diferentes, com políticas públicas que pensem nas suas particularidades.

Sobre o consumo de álcool e outras drogas, Bolívia, Bogotá (Colômbia) e Montevideú (Uruguai) apresentam taxas de consumo que superam 80%, sendo Bogotá o local onde encontramos o maior consumo, com 90,4%. Ora, vejamos que esse é o local com maior tempo de rua – conforme já destacado, quase 70% estão há mais de seis anos em situação de rua. E o consumo de álcool e outras drogas é um elemento importante na conformação do novo modo de vida, além de servir para aquecer e esquecer os problemas. Isso nos ajuda a entender o consumo maior no local onde a maioria está há muito tempo em situação de rua. Córdoba apresenta uma menor incidência da situação de rua superior a cinco anos, atingindo 25,4%. Quanto à utilização de entorpecentes, alcança 46,3%.

Atentando aos motivos, há destaque das questões presentes na primeira figura desse ponto: problemas familiares, consumo de álcool/drogas e desemprego/problemas econômicos. Então trata-se de problemas individuais? Se esses são os principais motivos, essas pessoas vivem nas ruas por desajustes pessoais no âmbito pessoal?

Um olhar superficial tende a fazer tais associações, e a função do Estado remeteria a questões individuais, lidando com essas pessoas como aquelas que “caíram” e precisam por si mesmas voltar à vida fora das ruas, que precisam estudar, conseguir uma especialização, buscar um emprego, fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Contudo um olhar diligente reflete sobre esses motivos, questiona-os e os considera em meio a uma síntese de múltiplas determinações, motivos interligados, expressões da relação contraditória entre capital e trabalho, que move o capitalismo, inerentes à concretização contínua de sua lei geral de acumulação.

Vejamos como os motivos foram relatados por uma de nossas entrevistadas:

*Ah, eu fiquei desempregada, meu esposo, nós trabalhava numa obra, né? Ele como ajudante, eu limpava a obra, sujeira que ficava na obra, eu limpava. Só que aí o cara começou a enrolar nós. Nós morava de aluguel, nós não teve mais condição. Ele ficou falando que ia dar mais emprego a nós, pra não pagar já o que ele tava devendo. Aí nós veio morar na rua. Entendeu? Aí moremos aí, sofremos, aí fomos pruma roça, trabalhemo, mais é serviço de escravo. Aí voltemo, não tivemo condição de novo de aluguel e estamos na rua. (MARA, 2020).*

O desemprego é inseparável do capitalismo. Esse é um fato evidenciado pela produção e reprodução da superpopulação relativa, que é ao mesmo tempo um produto e funciona como alavanca ao processo de acumulação capitalista. E se parte dos trabalhadores, que possuem como única mercadoria a venda de sua força de trabalho, é impedida de trocar sua força de trabalho por um salário, são por consequência impedidos de acessar aos direitos mais básicos.

E aqueles que recebem os salários mais baixos, às vezes inseridos no trabalho informal, quando perdem sua fonte de renda ficam sem opção e passam a viver nas ruas. Mara e Gabriel eram trabalhadores informais antes de irem para as ruas. Mara trabalhava como faxineira, e Gabriel, como ajudante de obras.

No próximo quadro, constam dados das características da população em situação de rua no Canadá e na Austrália.

Quadro 8- População em situação de rua no Canadá e na Austrália

	Tempo de rua	Saúde/ Álcool e outras Drogas	Trabalha/ benefícios	Motivos	Migração
<b>Canadá</b>					
Abbotsford (2018)	55,5% há mais de um ano 23,5% entre 1 e 6 meses	58,8%	5,9%	46,9% – Habitação 18,5% – Pobreza, desentendimentos familiares e discriminação 10,5% – sofrimento psíquico	35,7% vieram de Metro Vancouver 23,1% de outro lugar de British Columbia 21,7% de outra parte do Canadá 2,7% outro país
Toronto (2018) 8715	48% menos de 6 meses 11% entre 6 e 12 meses 36% mais de 12 meses	32% problemas com a saúde mental 31% condições médicas crônicas 23% deficiência física 27% álcool e outras drogas	16% trabalham, dos quais 11% estão inseridos na informalidade 71% recebem transferência de renda	16% – Migração 22% – Falta de habitação 7% – Condições inseguras de moradia 6% – Conflito com o locador 6% – Perda do emprego 5% – Consumo de álcool e outras drogas 5% – Doença	52% são migrantes. Destes, 30% são refugiados/asilados; 19%, imigrantes; e 3%, residentes temporários.
<b>Austrália</b>					
Austrália (2013) 244.176	-	20% – Problemas com saúde mental 10% consomem álcool e/ou outras drogas	81% recebem subsídio do governo 7% conseguem renda pelo trabalho	30% – Violência doméstica/ familiar 40% – Dificuldades financeiras 28% – Crise de habitação 24% – Moradias inadequadas	84% nasceram na Austrália
Austrália (2019) 290.300	-	29,79% – Problemas com a saúde mental	78% recebem algum benefício do governo 9% possuem renda de seu trabalho	53% – Questão de moradia 41% – Dificuldades financeiras 52% – Problemas familiares	86% nasceram na Austrália

Fonte: elaboração própria

Os dados desse quadro demonstram um consumo menor de álcool e outras drogas em relação aos dados latino-americanos. Toronto apresenta o menor tempo, visto que menos de 40% estão há mais de um ano em situação de rua, associado a um consumo de álcool e outras drogas de 27%, bem inferior aos vistos na América Latina. Abbotsford, que tem 55,5% há mais de um ano, apresenta a taxa de consumo um pouco maior, de 58,8%. Ainda assim, uma porcentagem bem inferior ao que está presente no quadro que o antecede.

A questão habitacional é o motivo que sobressai, sendo citado por aproximadamente 50% em Abbotsford e na Austrália. Vejamos que um motivo “novo”, que não foi visto nas pesquisas latino-americanas entre os principais motivos da rualização: é a moradia inadequada ou insegura. Em cada local desse quadro, vemos questões relativas à habitação enquanto elementos centrais. Dificuldades financeiras e problemas familiares são os dois outros motivos que mais se repetem. Segue uma figura que sintetiza os motivos da rualização para os países centrais.

Figura 23 - Motivos do processo de rualização nos países centrais



Fonte: elaboração própria

Assim, enquanto na América Latina vemos três grandes questões principais, nos países centrais há uma grande questão, que é a habitação. Ainda que os problemas familiares e as dificuldades financeiras apareçam, o ponto mais citado

como motivo remete a questões habitacionais. Veremos no próximo quadro uma ênfase na questão habitacional também nos Estados Unidos.

Isso não ocorre porque não existem questões habitacionais nos países latino-americanos. Muito pelo contrário. É nos países dependentes onde há maior precariedade habitacional, porém o que percebemos com o estudo da pesquisa documental e a partir das entrevistas é que a perda da habitação aparece para eles como uma consequência de um conjunto de outros fatores. Com isso, questões habitacionais aparecem em medida menor do que nos países centrais cujos dados foram acessados.

Chama atenção a menor inserção em trabalhos e porcentagem considerável daqueles que acessam benefícios de transferência de renda. Na primeira cidade, Abbotsford, nem chega a 6% os que trabalham, em Toronto é de 16%. Na Austrália, sobe de 7% em 2013 para 9% em 2019. Sobre o acesso à transferência de renda, são 71% em Toronto e na Austrália houve uma queda de 81% em 2013 para 78% em 2019. Esses dados contrastam com a realidade da América Latina.

Pensamos que a chave para entender o porquê disso é o debate sobre as particularidades vividas pelos países dependentes, que sofrem com as expressões da questão social de forma mais latente<sup>154</sup>.

No próximo quadro, seguem dados sobre a população em situação de rua dos Estados Unidos, onde a questão habitacional também aparece. Só não podemos mensurar a porcentagem, visto que isso a pesquisa não revelou.

---

<sup>154</sup> Um aprofundamento da teoria da dependência pode ser um caminho viável para pesquisar sobre o assunto, em busca do o porquê para tais diferenças. Salientamos que aqui estamos somente indicando a possibilidade de aprofundamento do assunto em novas pesquisas, pois esse não é objetivo dessa tese.

Quadro 9- População em situação de rua nos Estados Unidos

<b>Estados Unidos (2014)<sup>155</sup></b>				
<b>578.424 pessoas (63% indivíduos; 37% famílias)</b>				
<b>Dos indivíduos: 209.148 estavam em instituições de acolhimento e 153,015 estavam nas ruas.</b>				
<b>Das famílias: 191.903 estavam abrigadas e 24.358 não estavam abrigadas.</b>				
<b>28 % sofrem com doença mental severa;</b>				
<b>22% são pessoas com deficiência física;</b>				
<b>18% empregados;</b>				
<b>15% vítimas de violência doméstica.</b>				
	Motivos apontados pelos indivíduos	Motivos apontados pelas famílias	Saúde/violência	Trabalho
Chicago	Disputas familiares; Desemprego; Pobreza.	Violência doméstica; Disputas familiares; Insuficiência de renda.	33% possuem doença mental grave 18% têm deficiência física  23% são vítimas de violência doméstica	13% estão empregados
Los Angeles	Altos preços de hospedagem; Evição; Baixos salários.	Altos preços de hospedagem; Baixos salários; Pobreza.	31% possuem doença mental grave 24% têm deficiência física  11% são vítimas de violência doméstica	-
Filadélfia	Altos preços de hospedagem; Utilização de entorpecentes; Pobreza.	Altos preços de hospedagem; Evição; Pobreza.	29% possuem doença mental grave 3% têm deficiência física  13% são vítimas de violência doméstica	11% estão empregados
Fênix	Altos preços de hospedagem; Evição; Desemprego.	Evição; Violência doméstica; Desemprego.	26% possuem doença mental grave 5% têm deficiência física  18% são vítimas de violência doméstica	15% estão empregados
San Antônio	Doença mental; Utilização de entorpecentes; Desemprego.	Alto preço de hospedagem; Violência doméstica; Desemprego.	30% possuem doença mental grave 24% têm deficiência física  18% são vítimas de violência doméstica	17% estão empregados

Fonte: elaboração própria

Vejamos que em três das cinco cidades, as pessoas em situação de rua apontam o alto preço de hospedagem como um dos motivadores da sua situação. São

<sup>155</sup> A pesquisa foi feita em 25 cidades dos Estados Unidos. No final há o perfil da população em situação de rua de cada cidade. Escolhemos aquelas com mais de 1 milhão de habitantes para compor o quadro. Ver mais em USA (2014).

três também as cidades cujo destaque é o desemprego. A pobreza, que possui relação direta com esses dois fatores, está presente em duas cidades. O alto preço da hospedagem também aparece em três das cinco cidades quando perguntado para as famílias sobre os motivos da realização. Somam três também as cidades onde as famílias associaram à insuficiência de renda e pobreza.

O próximo ponto é sobre a resistência da população em situação de rua perante a barbárie imposta diariamente na reprodução de sua existência. Lembramos de um dos principais espaços de resistência desse grupo, o movimento nacional da população em situação de rua.

### **3.5.6 Resistência: “direito a ter direitos”<sup>156</sup>**

O mundo capitalista em que vivemos atende prioritariamente ao capital e deixa pessoas viverem na miséria, com fome, sem ter onde morar, sem acesso aos direitos sociais. A luta é fundamental para a construção de uma nova sociedade, enquanto objetivo último, e serve também para conquistas ainda dentro da sociedade capitalista, que diminua a barbárie a que chegamos.

A população em situação de rua possui um movimento organizado que luta pelos seus direitos: o Movimento Nacional da População de Rua<sup>157</sup> (MNPR). Ele possui liderança em diversos estados brasileiros. Surgiu no contexto do protesto contra o massacre de pessoas em situação de rua que dormiam na Praça da Sé, em 2004. No início, sua organização estava vinculada ao Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis. Foi no encerramento do quarto Festival Lixo e Cidadania, em setembro de 2005 que ocorreu seu lançamento (SANTOS, 2017).

A carta de princípios elaborada no I Congresso do Movimento Nacional da População de Rua apresenta os seguintes elementos: escuta às bases, democracia direta, ação direta, apartidarismo, apoio mútuo interno, solidariedade às causas sociais, não violência, honestidade, transparência, compromisso pessoal, igualdade, justiça e controle social (SANTOS, 2017).

A vida nas ruas é a demonstração da barbárie. O modo de vida construído pelas pessoas em situação de rua é desumano, viver nessas condições é adoecedor, e a ideologia dominante culpabiliza esses sujeitos por sua condição.

---

<sup>156</sup> Expressão usada por Jorge na entrevista.

<sup>157</sup> Ver mais em MNPR (2010).

Pensamentos de autculpabilização podem ser reproduzidos por eles, que chegam a acreditar que não têm direitos, como se fossem piores ou menos cidadãos do que os demais. Vejamos a fala de Jorge sobre isso:

*Eu uma pessoa da roça né, como te falei, já fui vaqueiro, é, era agricultor, nas cidades eu exercia o ajudante de pedreiro, e, comecei a descobrir um grupo que lutava por direitos. Que chegou pra mim e me disse: Não, você tem direito. Que nem eu sabia que eu tinha direito a ter direito. Então, assim, eu achava que todo mundo tinha direito, mas eu não tinha. (JORGE, 2020).*

O MNPR foi fundamental para que Jorge descobrisse que assim como as demais pessoas, ele é um sujeito de direitos. Assim como eles, há os que pensam dessa forma, e o movimento é de grande importância para o conhecimento de seus direitos.

Jorge, em sua entrevista, apresentou uma denúncia de órgãos públicos em relação à participação da população em situação de rua no MNPR. Segue sua fala sobre a ameaça à luta:

*[...] os próprios éhh, órgãos, eles vem limitando os nossos espaços, fragilizando, é, muitos lugares tão ameaçando, quando consegue algum benefício que é direito da pessoa, eles ameaçam as pessoas, eles dizem: - Ó, sai fora desse negócio de Movimento, se não você vai perder seu benefício aqui. Você vai perder sua inclusão no programa de moradia. Ó, eu não vou ter alternativa, se você entrar nesse movimento não vai ganhar seu auxílio moradia. Então assim, amedrontam as pessoas. (JORGE, 2020).*

Seu relato apresenta uma questão grave: percebe-se o cerceamento da liberdade, visto que são coibidos a não participarem do movimento, e ainda há a visão do benefício atrelado à não vinculação ao Movimento, uma forma de inibir sua ação política, obstruindo o caminho da luta por seus próprios direitos, ficando subordinado aos programas e serviços que lhe são oferecidos.

Os Movimentos Sociais que lutam por direitos têm grande importância ao pressionar o Estado a ouvir suas demandas e exigir o cumprimento das legislações existentes e pela criação de outras.

“É importante lembrar que foram as lutas sociais que romperam o domínio do privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública.” (IAMAMOTO, 2011, p. 160). Vejamos, portanto, a relevância das lutas sociais, que extrapolam a questão social para a esfera pública. Os conflitos sociais exigem interferência do Estado no reconhecimento de direitos e deveres consubstanciados em políticas públicas. Vejamos a continuação do relato:

*O amedrontamento, as ameaças pelas surdinas, nos bastidores, o cara é chamado na salinha pra conversar, particular: Então, ó, você vai ganhar, mas eu vou abrir seu olho, se você continuar nesse negócio aí de movimento, fulano, ó, tesoura vai passar em. Fica ligado que aqui ninguém quer isso não em, pra você não, aqui nós gosta de você, mas, sai fora desse povo.*

*[...] pessoas, que era para proteger, para proteger o direito dessas pessoas, entregando o direito como se estivessem fazendo um favor. E, ao mesmo tempo em tom de ameaça, de pessoas que tão há anos. Isso não é pessoas que tão entrando agora não, [...] é pessoas que tão há anos dentro dos serviços, conhecedor das políticas e da lei, isso é preocupante. (JORGE, 2020).*

Além da articulação nacional, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua brasileiro também possui conexão com movimentos de outros países. Em 2019, ocorreu uma reunião com a liderança dos movimentos de pessoas em situação de rua latino-americanos no Uruguai, com a presença de representantes do Brasil, da Argentina, do Chile e do Uruguai (REDE RUA, 2020).

Destacamos que, além do MNPR, a ocupação de espaços nos Conselhos e a exposição da realidade de suas vidas por meio de jornais feitos por eles, como o *Boca de Rua* e *O Trecheiro*, também são estratégias de resistência. Resistir é movimento, é lutar e denunciar. E a resistência é uma característica da população em situação de rua que luta por seus direitos.

Consoante o discutido ao longo da tese, o processo de realização findará somente com o fim desse modo de produção, pois no capitalismo ele é produzido e reproduzido continuamente, por ser um de seus frutos e atuar como sua alavanca. Todavia é necessário refletir sobre como lidar com esse grupo de pessoas enquanto o capitalismo está em vigor, por meio de políticas sociais. Por reconhecermos a relevância em ouvir a voz do sujeito – aliás, esse é um dos elementos de grande destaque ao longo da tese –, encerraremos o debate no próximo item, expondo a opinião dos entrevistados sobre o que pode ser feito pelo Estado perante a população em situação de rua.

### **3.6 Há caminhos possíveis?**

Quando a sociedade põe centenas de proletários numa situação tal que ficam obrigatoriamente expostos à morte prematura, antinatural, morte tão violenta quanto a provocada por uma espada ou um projétil; quando ela priva milhares de indivíduos do necessário à existência, pondo-os numa situação em que lhes é *impossível* subsistir; quando ela os constrange, pela força da lei, a permanecer nessa situação até que a morte (sua consequência inevitável) sobrevenha; quando ela sabe, e está farta de saber, que os indivíduos haverão de sucumbir nessa situação e, apesar

disso, a mantém, então o que ela comete é assassinato. Assassinato idêntico ao perpetrado por um indivíduo, apenas mais dissimulado e pérfido, um assassinato contra o qual ninguém pode defender-se [...] (ENGELS, 2010, p. 136, grifo do autor).

Diante de todas as questões debatidas na tese, e tendo em vista a ideia dessa última citação, ignorar o sofrimento da parcela da superpopulação relativa componentes dos mais pauperizados, permitir que pessoas vivam em condições sub-humanas, sem acesso ao básico para sua sobrevivência, é um crime, um genocídio. Então, o que pode ser feito? Em nível imediato, com vistas a mitigar o sofrimento da população em situação de rua, quais são as ações que poderiam reduzir a barbárie em que vivem?

Salientamos que falamos aqui em mitigar por entendermos que a supressão das expressões da questão social vividas pelos que passam pelo processo de realização só é possível em uma outra sociedade, na qual a exploração não esteja no cerne. Com isso em mente, nesse ponto traremos as questões levantadas por nossos entrevistados quanto à sua forma de ver suas próprias necessidades e de como o Estado poderia contribuir para sua saída das ruas, no nível de políticas sociais. Não é nosso objetivo aprofundar os pontos apresentados, apenas indicá-los.

Seguem propostas de ações para trabalhar com a população em situação de rua sob a ótica dos entrevistados. As primeiras trazem críticas de ações denunciadas por eles, e os demais apresentam suas sugestões.

Frisamos que não pretendemos criar uma cartilha, tampouco temos uma fórmula mágica para trabalhar com esse grupo populacional. Nosso objetivo com esse ponto é no sentido de trazer os elementos ao debate, indicar a necessidade de reflexão sobre eles.

- 1) O roubo da história, da vida: a necessidade de acabar com o recolhimento compulsório dos pertences pessoais

Esse é um assunto presente em nossas pesquisas de campo e também na bibliográfica. É tema presente em várias pesquisas sobre população em situação de rua e também em jornais da população em situação de rua, tais como o *Jornal O Trecheiro* e o *Jornal Boca de Rua*. Vieira *et al.* (2004) falam sobre a contradição vivida pelo poder público, entre a pressão da população domiciliada que os pressiona a retirar pessoas em situação de rua de certos pontos da cidade e a assistência, que flutua entre o direito e o dever.

Porém o estar em situação de rua demonstra o descumprimento do Estado em suas funções protetivas. Ter uma moradia é um direito social previsto constitucionalmente. E tanto a retirada das pessoas quanto o recolhimento compulsório de seus pertences são violações de direitos. Conforme citado no ponto onde discutimos sobre como são tratados, Jorge falou sobre o “furto” dos objetos pessoais de pessoas em situação de rua durante ações de “limpeza” do poder público.

Conforme as palavras de Jorge, há uma subjetividade inerente à retirada compulsória de seus pertences. Não é meramente a perda, ou um roubo de coisas, mas essas coisas fazem parte de sua história, são o pouco que conseguiram manter mesmo passando pelo processo de rualização, e quando eles perdem suas mochilas, seus objetos pessoais, eles perdem também parte de sua história. Logo, quando o poder público faz ações justificadas pela “limpeza urbana”, eles estão roubando parte da vida da população em situação de rua, tomando parte de sua história.

Lembramos que a Resolução nº 40, de outubro de 2020, traz no capítulo II, sobre os direitos humanos da população em situação de rua, a equiparação dos domicílios improvisados à casa, com garantia de sua inviolabilidade, e segundo o artigo 25:

O recolhimento de qualquer documento e objetos pessoais das pessoas em situação de rua, por agentes públicos e privados, configura violação aos direitos dessa população, infringindo os direitos fundamentais da igualdade e propriedade. (BRASIL, 2020).

Vejamos que as pessoas em situação de rua são vistas como sujas, porém são impedidas de lavar e estender suas roupas para secar, conforme relatado a seguir:

*O único cobertor que a gente tem pra dormir, se você num vigiar, eles pega e joga fora. Eles não tem coração.  
O encarregado manda e os gari faz. Aí a gente tem que ficar com forro sujo, porque você não pode lavar, se você ficar vigiando secar, mas se eles chegar, mesmo assim... **Eles te trata como animal.** (MARA, 2020, grifo nosso).*

Há urgente necessidade de oferecer espaços públicos para que eles possam lavar roupas e secá-las, instalados nos locais com maior trânsito de pessoas em situação de rua e que passem por manutenções sempre que necessário, e também a conscientização dos funcionários públicos que lidam direta ou indiretamente com a

população em situação de rua, de forma a contribuir para que os que passam pela rualização possam ser vistos como sujeitos de direitos, que além dos direitos comuns a qualquer brasileiro, regidos pela constituição, possuem uma série de direitos específicos presentes na Política Nacional para a População em Situação de Rua, sendo um dos direitos a acolhida nas cidades. Além disso, precisamos de uma política pública intersetorial que contribua com a saída da situação de rua.

## 2) Fim da punição vinculada à retirada da alimentação

Esse ponto apresenta a denúncia de punições ao descumprimento de regras que envolvem a falta de alimentação. Questiona a sua validade e eficácia. Em sua fala, o entrevistado mostra que viver em situação de rua, passar por todas as privações inerentes ao processo de rualização, já é uma punição.

*Ah, essa pessoa tem que ser punida. Tem que dar uma punição. **Que mais punição que tem do que a pessoa já estar em situação de rua? Dormindo, comendo lixo, não tendo janta, não tendo café, aí ela vai punir a pessoa de não entrar no lugar que é direito dele, pra tomar um banho, pra comer.***

*Nós somos muito contra essas punições dos serviços, de privar a pessoa da alimentação. Eu acho que até se ele foi ignorante, brigou com o técnico, sim dar um tempo pra ele pensar, de não ter um atendimento. –Ah, você vai ter que ficar uns dias sem ir no, no psicossocial, porque você a última vez que você foi lá você quebrou o pau lá com o psicólogo, com o pessoal lá, com o jurídico, você tem que dar um tempo porque você [...]. Porque aqui dentro você fez isso, mas, poxa, as vezes o cara deu um chute lá, e eu tenho que punir ele deixando ele com fome? Porque ele fez isso, fez aquilo outro. Essas punições não nos lavam a nada. A pessoa está sendo punido 24 horas por estar naquela situação de rua, então assim, tem que mudar esse conceito de punição, ver o que realmente é punição e o que já é covardia também, com a pessoa, e o que é também uma violência institucional. (JORGE, 2020, grifo nosso).*

É necessário romper com punições dessa natureza. Não faz sentido negar o alimento à pessoa em situação de rua acolhida em instituições, é uma violação de direito para um grupo que já sente as privações da ausência de concretização de direitos diariamente.

## 3) Romper com as ameaças de funcionários à vinculação ao movimento: crítica à criminalização do MNPR

Conforme o relato presente no ponto sobre a resistência, Jorge denunciou ameaças por parte de funcionários das instituições de acolhimento, que cerceiam a liberdade dos usuários desses serviços em lutar por seus direitos de forma coletiva por meio do Movimento, passando a falsa informação de que aqueles que fazem parte da luta por direitos não podem acessar aos auxílios e benefícios.

Em sua visão, ele acredita que o amedrontamento com que trabalham alguns funcionários é uma forma de impedir que as pessoas conheçam seus próprios direitos, conforme fala que segue.

*O Estado em si tenta mais é, quanto menos pessoas souberem seus direitos, eles querem privar as pessoas do conhecimento, porque o conhecimento ele tira as pessoas daquele, daquela situação. E, mas só que, quando essa pessoa conhece seus direitos, o estado vai ter que dar o que é dele por direito. (JORGE, 2020).*

A criminalização de movimentos sociais não é algo novo. Há uma tentativa em retratar aqueles que fazem parte de movimentos sociais como baderneiros, vagabundos que desejam conseguir benefícios à custa da coletividade. Ao falarem do movimento dos trabalhadores sem-terra, por exemplo, focalizam na “invasão” à propriedade privada e não informam o tipo da terra ocupada, uma terra ociosa, e também não falam sobre o resultado das terras entregues para famílias sem-terra, do seu uso e de sua contribuição enquanto produtores de alimentos. Discursos que diminuem a relevância de movimentos sociais são uma tentativa de retirar força da luta e silenciar os que buscam a concretização de seus direitos<sup>158</sup>.

O poder público precisa fazer capacitações para que os funcionários saibam atender à população em situação de rua e realizar avaliações de forma a permitir denúncias contra atos como esse. As instituições de acolhimento e Centros Pop devem ser espaços de incentivo ao MNPR, com um diálogo contínuo, com vistas a incentivar as pessoas para compor o movimento.

#### 4) Por um olhar diferenciado de família

Ao longo da tese, destacamos a questão dos problemas familiares como um dos elementos presentes no processo de rualização e uma crítica à ênfase das políticas sociais em “fortalecer” os vínculos familiares, uma forma também de responsabilização dos indivíduos e de suas famílias e a desresponsabilização do Estado. Questionamos a forma como as passagens são usadas pelos municípios brasileiros, enquanto um mecanismo semelhante ao de períodos do capitalismo nascente e anteriores a esse modo de produção, quando cada paróquia responsabilizava-se pelos seus e os que eram pegos vagando deveriam voltar para seu local de origem. Segue a opinião de Jorge sobre o foco na família:

---

<sup>158</sup> Ver mais em Ribeiro *et al.* (2019).

*Porque família não é só aquela de onde a pessoa veio, aquela que vem do seu sangue, que muita gente quer voltar pros seus laços familiares, [...] mas aqueles que tão interrompidos, muitas vezes nunca mais se consegue voltar ele de volta. Mas a pessoa pode ser família de um só, ele pode ser família de dois, família de três, você pode refazer a sua vida, construir uma nova família, e a gente acredita que família é, pessoas tipo ali, então tem pessoas que são família sozinhos dentro de uma casa, tem uma casa, tem um emprego, tem seu cantinho pra viver, né? Ele é uma família, família dele mesmo! E, na luta que ele faz, no trabalho que ele vive. Então a gente tem essa perspectiva, e muitas vezes o Estado ele quer muito, preza muito esse negócio do vínculo, e mesmo quando não tem mais forma, eles ficam ali insistindo, naquilo ali. Isso é um desgaste até mesmo pra pessoa. (JORGE, 2020).*

##### 5) Presença de pessoas que viveram o processo de rualização para compor os grupos de trabalho nos abrigos

Jorge sugeriu que pessoas que viveram em situação de rua passassem a compor as equipes de trabalho junto à população em situação de rua. Tal inserção contribuiria para reduzir o estigma social inerente à situação de rua e traria uma perspectiva de que eles podem sair das ruas.

*A intervenção de pares é você colocar dentro dos abrigos, dentro dos albergues, pessoas que saíram das ruas e dar autonomia a ele para ele ter uma casa, um emprego, para ele mostrar praqueles outros que ele também pode. Para ele transmitir aquilo que ele viveu que ele será uma pessoa muito mais amorosa, do que certas pessoas que estão ali, só fez academia, mas que não sabe a realidade, não viveu na pele, não vivenciou aquela realidade.*

*Eu não digo botar só pessoa em situação de rua que também pode se tornar um gueto, mas mesclar, de uma equipe de dez, vamos botar cinco da rua e cinco não rua, que nunca passaram pela experiência mas que luta pela causa.*

*Poxa cara, isso ajudaria tanto, porque o recurso já vem para cuidar dessa pessoa. Porque não elas também não receber pelo trabalho, para trabalhar nessas áreas? Porque elas também não pegar um pouco desse recurso para seu bem próprio? E para o bem próprio dos outros que ali estão? Isso com certeza, eu falo firmemente que essas pessoas que sairiam dali, que quando ela conseguir outra coisa ela vai procurar ir embora e daria a vaga para outros e outros e outros. E, a pessoa ouve mais uma pessoa que já passou, que já esteve, não tem tipo de abordagem nenhuma. (JORGE, 2020).*

“As intervenções mediadas por pares são aquelas cujo treinamento se destina a ensinar pares a atuarem como agentes de intervenção.” (VIEIRA, 2017, p. 3). As pesquisas que trabalham com a intervenção por pares, usada pela Psicologia e pela Pedagogia,<sup>159</sup> identificam resultados positivos. Há melhora em relação ao sentimento de pertencimento e combate ao estigma, e os que vivenciam a

<sup>159</sup> Até o momento, não encontramos pesquisa na área do Serviço Social que utilizasse a intervenção por pares e também não encontramos trabalhos que envolvessem a população em situação de rua. As pesquisas encontradas foram no âmbito do trabalho com crianças, adolescentes e jovens adultos, em relação ao autismo e ao tabagismo.

intervenção por pares sentem-se mais confortáveis para interagir com seus pares (RIBEIRO, 2018; VIEIRA, 2017; BRITO *et al.*, 2019).

Considerando os resultados de pesquisas feitas com outro público participante, a sugestão de Jorge é válida. Acreditamos que a presença de pessoas que viveram em situação de rua pode contribuir com os serviços e programas voltados para população em situação de rua. O vínculo com alguém que já passou pela mesma situação ocorrerá de forma mais rápida e contribuirá também com a aproximação aos demais profissionais da equipe.

Lembramos que para isso é importante a realização de treinamentos, especialmente sobre o funcionamento da rede de atendimento à população em situação de rua quanto aos objetivos dos programas e serviços a que estiverem vinculados.

- 6) Aumento no número de vagas e tempo de acolhimento segundo as necessidades de cada pessoa que usará o serviço

É recorrente a veiculação de notícias jornalísticas que mostram as prefeituras trabalhando, oferecendo abrigo à população em situação de rua, que recusa a ida ao abrigo ou ao albergue. Além do questionamento já feito, sobre a qualidade dos serviços ofertados e o rigor excessivo nas instituições de acolhimento, aqui o ponto de reflexão é o número de vagas. Jorge relata que nem sempre aqueles que desejam acolhimento são atendidos.

*Aí eles vem também em muitos lugares éh, vários municípios na Grande Vitória falam : Ah, a gente trabalha no convencimento, eu não posso obrigar a pessoa a sair da rua. Eles vão pra frente da mídia falar isso, que a mídia envenena toda a sociedade.*

*Mas na verdade, se você for lá e ver a fila de espera na vaga, são sessenta pessoas que atende e tem duzentas, trezentas pessoas na fila. Como é que pode? Como é que essas pessoas não querem? Na chuva vai pessoas implorar, aí fica ratificando, escolhendo aquelas que está mais mal, aquelas, dá prioridade pra uma grávida, pra um senhor idoso, pra uma pessoa que toma remédio controlado. Então assim, as pessoas preferindo se machucar, ser atropelada para conseguir vaga em abrigo.*

*É lamentável, num lugar onde era para ser um direito. Era pra ser exclusivo daquela pessoa né? Aí tem pessoas que fica doido pra quebrar um braço, uma perna para conseguir a vaga no abrigo. Isso é lamentável num Brasil que a gente vive. Né? Onde a pobreza só tem aumentado e a riqueza se concentrado nas mãos de poucas pessoas. A gente tá adoecendo né? (JORGE, 2020).*

A Pesquisa Nacional Brasileira sobre a população em situação de rua ao mesmo tempo apontou para uma suposta preferência das ruas ao albergue: 46,5% “prefere dormir nas ruas” (BRASIL, 2009a). Todavia 20,7% gostariam de dormir em

albergues e não o fazem pela ausência de vagas. Seria de fato uma escolha pelas ruas quando não há oferta de vagas suficientes? Quantas vezes essas pessoas que supostamente “preferem as ruas” tentaram vagas em albergues ou abrigos e não conseguiram? Quantas vezes foram desligados desses espaços por não se adequarem às normas?

Além do número de vagas de acordo com a demanda, são necessários abrigos e albergues que busquem de fato atender às necessidades dos que passam pelo processo de rualização, oferecendo os meios necessários para que consigam sair da situação de rua. Vinculada a isso está a possibilidade de utilizar o serviço de acolhimento por todo o tempo que necessitar. Afinal, segundo o artigo 203 de nossa Constituição Federal, a assistência social deve ser prestada “a quem dela necessitar”. Segue uma denúncia de Jorge revelando que há abrigo que permite um tempo insuficiente para romper com o processo de rualização.

*Então, assim, sete dias não dá para pessoa nem tirar a lama debaixo da unha. É, quem tá muito tempo na rua aí, um ano, dois anos, não dá pra nem tomando banho todo dia, escovando, o pé não sai nem a lama debaixo da unha, quanto mais a pessoa... **Como você vai resolver a sua vida em sete dias?** Eu queria saber quem é esse que inventou essa regra. Só pode ficar sete dias, então, assim, é adoecedor, é melhor ele pegar, tipo assim, é 14 pratos de comida, 7 dormidas, 7 banhos, uns 14 cafés e tchau. Tá resolvido o seu problema. Fosse fácil assim, não tinha nenhum na rua mais. Então, essa é uma política higienista, ela enfraquece a vontade de vencer das pessoas, porque quando a pessoa tem esse hábito de... Ele fica desacreditado dentro da assistência, fica uma assistência mal falada, entre a rua, porque a rua tem, não tem telefone, não tem internet, mas tem a rádio cipó, que é o boca a boca, que vai longe. Porque são pessoas transitórias, que a gente tem o linguajar que a gente chama rádio cipó, é onde as pessoas fala aos pés do ouvido, mas cê fala aqui, daqui a pouco tá na Serra, Guarapari, então esses serviços ficam desacreditados. Ai cê, quando você vai abordar a pessoa, a pessoa não quer o atendimento, porque sabe que são sete dias. Sete míseros dias. (JORGE, 2020).*

De acordo com o relato de Jorge, um dos motivos de uma boa parcela da população em situação de rua dormir nas ruas e não em instituições de acolhimento está vinculado às regras desses locais, tal como essa dos sete dias. Não existe na legislação sobre população em situação de rua nada que delimite um tempo tão pequeno de utilização do serviço. Seria essa uma forma de maquiagem de números, retratando uma rotatividade alta no serviço, que não condiz com o número daqueles que saíram das ruas, visto que parte deles volta para as ruas ao fim do seu tempo no abrigo, o que contribui para que eles não aceitem acolhimento posteriormente, sabendo do tempo tão limitado que o serviço oferece?

Para além do exposto, práticas de expulsão da população em situação de rua dos serviços socioassistenciais são consideradas violação de direitos com responsabilização ao violador, conforme garante o artigo 56 da resolução nº 40 de 2020 (BRASIL, 2020).

#### 7) Facilitar o acesso ao benefícios de transferência de renda

Jorge conta sobre a dificuldade de acessar o Benefício de Prestação Continuada. Ele fala com base em sua própria experiência e a necessidade de uma capacitação sobre o caminho necessário ao acesso ao direito à transferência de renda.

*Muito complicado é sabe o que que é, é que na hora de você falar com o perito, muitas pessoas não conseguem dialogar. Eu mesmo sei porque como foi difícil pra mim acessar o BPC. Porque você passa pelo INSS e depois ainda tem o o o o perito, e, nessas horas, a pessoa tem um problema bravo, mas ele não dialoga bem, ele não consegue falar as suas demandas naquele momento que ele precisa, naquele minuto que ele tem ali de soltar a sua realidade. Muitas das vezes ele se prende muito, ele não é instruído, ele não é capacitado, ele não é preparado para aquele momento. Ele é jogado simplesmente e você, têm direito, vai lá, mas ele não é trabalhado como, explicar, a galera vocês vão ter que passar por isso. (JORGE, 2020).*

O relato de Jorge remete a outra entrevista, de Marcos, que possui uma deficiência na mão direita e também na perna, em virtude de um acidente de trabalho que ocorreu oito anos atrás, e não acessa ao BPC; nem mesmo o Bolsa Família ele recebe. Marcos também demonstrou dificuldade para se expressar e foi ajudado pelo grupo para explicar que foi para as ruas a partir do acidente. Logo depois ele perdeu o emprego e passou a viver nas ruas.

É necessário realizar ações periódicas na cidade com o objetivo de cadastro e atualização do Cadastro Único do Governo Federal e inserção em programas de transferência de renda como o Auxílio Brasil e o BPC; cadastrar também em outros programas, a serem criados com vistas a atender às necessidades da população em situação de rua. Para além dos programas existentes, embasados na matriz residual da Nova Direita, programas que se pautem pela universalidade, com rendas maiores, é necessária uma renda mínima universal, no valor de um salário mínimo, e que seja acessível à população em situação de rua.

#### 8) Crítica aos Serviços Terceirizados

É coerente com a ótica neoliberal a presença da terceirização de serviços. Os governos que utilizam defendem que é menos custoso contratar uma empresa do

que liberar funcionários. A terceirização traz uma série de consequências. Uma delas é a disparidade salarial, ausência de estabilidade, enfim, relações de trabalho ainda mais precárias.

No âmbito da assistência social, é comum a contratação de agências, fundações e ONGs para prestação de serviços socioassistenciais. Algumas delas são vinculadas a instituições religiosas, e os processos de seleção são regidos por editais próprios, com bancas formadas sob sua escolha. Assim, temos a flexibilização de direitos trabalhistas, redução salarial; e, além disso, há também uma desmobilização da participação em sindicatos.<sup>160</sup>

*Então, assim, a massa de manobra né? Usa muito a galera como massa de manobra. As terceirizadas, né? Não querem pegar o serviço para tomar conta né? Querem comprar o serviço. Então é, esses serviços terceirizados eles vêm também é muito no intuito dessas obras sociais, essas grandes né, que tem aí, de assistência social, que recebem para cuidar das pessoas e cuidam muito mal. (JORGE, 2020).*

É importante formar equipes de trabalho que sejam em sua maioria estatutários, que poderão oferecer continuidade aos serviços, com direitos trabalhistas e que possam trabalhar sem a preocupação com o fim do contrato, tendo em vista o atendimento qualificado aos usuários dos serviços socioassistenciais a que estiverem vinculados.

#### 9) Moradia (*housing first*)

Entre as multifacetadas expressões da questão social vivenciadas pela população em situação de rua, a falta de moradia é uma delas. Mara, Gabriel e Jorge apontaram a questão da moradia como uma das demandas para trabalhar com a população em situação de rua. Uma delas propôs até mesmo uma forma de pagamento, conforme segue: “Nem que seja que era pra pagar com o bolsa família. Mas eu preferia ter a casa. Pegava o bolsa e pagava, mas a casa é a casa né.” (MARA, 2020). Jorge propõe a garantia da habitação por meio do aluguel social, conforme segue:

*Porque o dinheiro que você pagaria pra uma pessoa num aluguel social, auxílio moradia para uma pessoa em situação de rua que tiraria um, dois ou até três, que tem pessoas que formam casais na rua, então, um ganha tira o outro também. Geralmente quando dá um, só pra um, vai o casal. E, a gente vê que gasta três quatro mil por pessoa no equipamento, aos cuidados, os serviços, alimentação e tudo o que gasta com a pessoa, chega*

<sup>160</sup> Não é nosso objetivo aqui discutir as consequências das terceirizações para a classe trabalhadora, afinal isso já seria um objeto de tese. Ver mais em Rossin (2014).

*a uns quatro mil reais. E, se a pessoa, aqui, o aluguel mais caro... Caro assim, o melhor que paga-se né caro pra tirar a pessoa, eu falo assim que é mais bem pago é na região do Espírito Santo, que é o salário mínimo, Vitória, que é um salário mínimo para a população de rua e, esse daí éééééééé uma pessoa no serviço custa três mil e oitocentos reais. Aí lá você vê o gasto, a diferença, que essa pessoa, o quanto se economizaria se promovesse mais política de habitação. (JORGE, 2020).*

Sobre a questão da moradia, a Resolução nº 40, de 2020, traz elementos sobre o assunto. Traz no artigo 28: “O direito humano à moradia deve ser prioritário na elaboração e na implementação das políticas públicas, garantindo o acesso imediato à moradia segura, dispersa no território e integrada à comunidade.” (BRASIL, 2020).

Santos e Medeiros (2016) indicam que no Brasil o aluguel social normalmente é associado a algo emergencial, temporário, e defendem a sua utilização de forma permanente, como ocorre em outros países, como França, Inglaterra e Estados Unidos. E nesses países existe um programa que visa à saída das pessoas em situação de rua oferecendo primeiro uma moradia e depois oferecendo outros serviços. Jorge expõe a necessidade de sua concretização no Brasil:<sup>161</sup>

*Como a pessoa vai trabalhar, dormindo nas ruas, é, de carteira assinada, ou um trabalho por dia mais aí é, faz outros tipos de serviço, mesmo não sendo carteira assinada, como a pessoa vai conseguir tomar um banho, se tiver alguma doença, algum problema, como, se tiver um problema de uso abusivo de alguma substância, como o conceito do programa da Europa Moradia primeiro, que é o Housing First, eu não sei o nome mas depois você vai escrever certo, lá, é que fala que a maioria das pessoas que estão em dependência de álcool e outras drogas, são as que mais tiveram melhora ao dar a moradia, então lá, essa pessoa está na rua, o problema é que ele não tem casa, primeiro se dá a casa. Depois começa a se tratar os outros problemas por trás desse indivíduo que está nessa casa. Mas o primeiro é o teto. Então assim, isso valoriza a pessoa como ser humano. É, traz uma perspectiva de melhora na vida dessa pessoa. (JORGE, 2020).*

O *Housing First* falado por Jorge é uma realidade em países europeus. Lembramos que, quando trabalhamos as pesquisas sobre o tema *população em situação de rua ao redor do mundo*, ficou nítido que a questão habitacional é um dos determinantes centrais no processo de realização dos países centrais, e, ainda que esteja presente em países dependentes, a questão do trabalho possui uma centralidade maior. Nos dependentes, as pessoas costumam associar a falta de acesso à moradia à ausência de trabalho e acreditam que o trabalho mudará sua condição de vida, conforme evidenciado nos relatos destacados no próximo ponto.

---

<sup>161</sup> Falamos sobre o assunto nos pontos anteriores. Não entraremos em mais detalhes por falta de espaço na tese. Ver mais em Santos e Medeiros (2016).

A ideia fulcral do *Housing First* é que a “solução” para os *homeless* é a moradia. Não simplesmente alojamento, abrigo, mas sim um local permanente para viver. E, além da moradia, oferece uma rede de serviços que envolve diversos profissionais, como psicólogos, assistentes sociais, médicos, com apoio para os que estão em sofrimento psíquico e os que consomem álcool e outras drogas, e a sua utilização não é obrigatória, mas uma escolha dos que utilizam o serviço de moradia (NAEH, 2019).

Parte do princípio que a primeira questão a ser trabalhada é a moradia, e a partir dela os demais serviços necessários devem ser ofertados. E qualquer pessoa pode ser atendida pelo *Housing First*, inclusive os que vivem em sofrimento psíquico e os que consomem álcool e outras drogas. E tanto na Europa quanto no Canadá e nos Estados Unidos, pesquisas indicam que o programa funciona e demonstra bons resultados. Entre elas, destaco a *National At Home/Chez Soi*. Mil pessoas em situação de rua que usaram o programa participaram da pesquisa. Mais de 80% delas permaneceram alojadas após um ano, e a maioria teve melhora em sua saúde, o que contribuiu para que usassem menos os serviços de saúde (HOMELESSHUB, 2021).

Um estudo feito nos EUA com 225 pessoas descobriu que 88% permaneceram por dois anos em moradias, quase o dobro quando comparado aos 47% atendidos por outros programas. No Reino Unido, perceberam por meio de dados do programa *Housing First* do local que o investimento público anual por pessoa em abrigos era superior a o investimento no supracitado programa.

O livro *Housing First in Canada: Supporting Communities to End Homelessness*, publicado em 2013, apresenta oito casos que defendem a eficácia da moradia primeiro, em detrimento de outras formas de lidar com a população em situação de rua, como o *treatment first*. Na Austrália, também foi constatado o mesmo, e a pesquisa do local indicou que isso ocorreu porque os gastos com a saúde diminuiriam (AHURI, 2018).

Normalmente, no Brasil e em demais países latino-americanos está presente a condicionalidade em políticas sociais que seguem a matriz residual, conforme debatemos no capítulo sobre as políticas sociais. Para acesso à política da habitação, por exemplo, é necessário cumprir uma série de critérios, o que impede uma pessoa que consome drogas de acessar o direito à moradia. Isso é o contrário do que preconiza o *Housing First*, e conforme demonstrado pelos dados expostos, é

um programa que obtém sucesso em contribuir com o combate à falta de moradia. É eficaz, contribuindo para manter pessoas fora da situação de rua.

Sem dúvida é uma proposta interessante, com resultados que chamam atenção, e os países latino-americanos carecem de um programa semelhante a esse, porém, lembrando de nossa realidade enquanto país dependente, temos uma superpopulação relativa ampliada e cujas contradições do capital são ainda mais latentes. Para um programa como esse trazer bons resultados em nossa realidade, a questão do trabalho precisa estar presente, assim como a renda básica. Moradia associada ao trabalho e à instituição de uma renda universal de cidadania traria um resultado significativo.

#### 10) Trabalho

“Souber de alguém que tem alguém pra trabalhar, tem um ali, ele trabalha. Vamos dar um voto de confiança. Né? Se é isso mesmo que a pessoa quer.” (MARA, 2020).

A demanda por trabalho apareceu repetidas vezes nas entrevistas, conforme será destacado ao longo da tese. Segue uma dessas falas: “Eu gostaria de dizer sabe o que? Esse, esse, esse tal governo que diz que tá pra entrar aí, lembrar das pessoas que tá na rua, arrumasse um lugar pra pessoa trabalhar.” (JAIR, 2020).

O trabalho é visto como o caminho para conseguirem sair das ruas, permitindo-lhes alcançar os meios básicos de subsistência. E, conforme evidenciado por Mara e Marcos nas falas que seguem, o próprio trabalho informal pode ser esse elemento central para a saída das ruas.

**Marcos:** *Armava uma barraca na Costa Pereira, Aí óh. Óh! (expressão de felicidade).*

**Mara:** *Até numa barraca ele, pra ele já tava bom. Já estava debaixo de um teto.*

**Marcos:** *Ah. Uma barraca éhhhhh. De roupa masculina, roupa feminina.*

**Mara:** *Ah, você tá falando pra trabalhar?*

**Marcos:** *É, pra trabalhar rapaiz.*

Identificamos nas entrevistas que, de forma geral, em todos os momentos da vida da população em situação de rua, o trabalho está presente. Em sua história passada, há trajetórias de inserção em diversos trabalhos, que possuem em comum normalmente exigirem força física e serem mal remunerados.

Na situação de rua, as estratégias de sobrevivência envolvem primordialmente o trabalho informal, e também, nos projetos pessoais de futuro, o trabalho é central. Isso corrobora os debates de Vieira, Bezerra e Rosa (2004), Silva

(2009), Tiengo (2020) e Brasil (2009), que apontam para a centralidade do trabalho na vida da população em situação de rua.

A questão do trabalho, indicando sua imprescindibilidade para a saída das ruas, foi um elemento fulcral em todas as entrevistas realizadas, e seu debate perpassa por toda a tese. Percebemos como um elemento marcante para a ida para as ruas, e há uma ênfase associativa entre o trabalho assalariado<sup>162</sup> e a estabilidade financeira suficiente para sanar suas necessidades básicas, pagar por alimentos, pelas contas de água, luz e telefone e pela moradia. Mesmo tendo passado por muitas dificuldades e inúmeras perdas, e inseridos em diversos trabalhos informais em situação de rua, a esperança de uma vida melhor, fora das ruas, está atrelada ao trabalho.

A Resolução nº 40, de 2020, destaca no artigo 136:

Os entes federados devem garantir às pessoas em situação de rua o direito humano ao trabalho, através de políticas públicas que promovam o acesso amplo, simplificado e seguro ao mundo do trabalho, de acordo com suas especificidades. (BRASIL, 2020).

Sobre o acesso ao trabalho, a entrevistada conta: “todos que vêm falar com nós, nós pede emprego.” (MARA, 2020). Quando perguntado sobre sua maior necessidade, ela respondeu: “É o trabalho. Se não eu não taria aqui não.” (MARA, 2020).

A resposta de Gabriel, que já foi acolhido em abrigos sobre o que ele poderia sugerir para a melhoria das instituições de acolhimento, foi a seguinte: “Ah, se pudesse **oferecer serviço, trabalho** pra nós né? Trabalhar. **Que aí nós podia mudar de vida.** Né? Sair, dar lugar praqueles os outros que precisam né.” (GABRIEL, 2020, grifo nosso). A mesma pergunta feita a Marcos teve uma resposta bem parecida: “Rapaiz, arrumar pra um, como fala, éh éh, necessitaria seria emprego.” (MARCOS, 2020).

Segue uma sugestão sobre a questão do trabalho para a população em situação de rua:

*[...] oportunidade pra galera trabalhar, cuidar das praças, fazer uns cursos de jardinagens, botar eles pras terceirizadas, abrir cotas para a população de rua dentro das empresas que são terceirizadas nas áreas, foi uma proposta nossa, a gente escreveu um projeto, e outros, só assim a gente*

---

<sup>162</sup> Ou mesmo informal, porém não no contexto daqueles tradicionais mais precários desenvolvidos nas ruas.

*oportunizar. Pois não adianta a gente prometer que vai empregar a galera que tá na rua, toda, não dá, a gente tem treze milhões, gente sobrando na fila pra trabalho, muita gente bem capacitado, estudado, porque que ele vai deixar aquele lá pra levar a população de rua? Mas é dar uma oportunidade através de cotas, através de todas as formas que a agente puder, esse é o meu pensamento. (JORGE, 2020).*

Embora conheçamos os problemas inerentes ao trabalho no capitalismo, com todas as suas contradições, trabalho assalariado, explorado, que serve ao enriquecimento alheio, ele é a fonte de sobrevivência daqueles que possuem somente sua própria força de trabalho para trocar no mercado de coisas, e passa por formas ainda mais precarizadas, como a informal; é inegável a fulcralidade do trabalho.

Assim, indicamos que o trabalho com a população em situação de rua passa pelo trabalho. É bom destacar que não estamos nos referindo a trabalhos forçados, como os das *workhouses*, mas a trabalhos segundo as habilidades dos que vivem nas ruas, em diferentes áreas, em um contexto de um amplo plano elaborado tendo em vista a melhoria dos serviços e programas voltados para os que passaram pelo processo de rualização. Para isso é importante fazer pesquisas, entender quais foram os trabalhos anteriores à vida nas ruas, em quais áreas eles possuem experiência. E quais os seus desejos profissionais. A partir daí, pensar estratégias de como podem ser não somente encaminhados a trabalhos, mas contratados.

Pensando nas pesquisas brasileiras, entre as principais experiências anteriores de trabalho estão as profissões que exigem baixa escolaridade e na maior parte delas exige desgaste físico, tais quais as da construção civil, como pedreiros, ajudante de obras, pintor, eletricista, e também serviços gerais. Além desses, temos também trabalhos anteriores à situação de rua no comércio, indústria e cozinha (SÃO PAULO, 2020; PORTO ALEGRE, 2016; ESPÍRITO SANTO, 2018).

A utilização da força de trabalho da população em situação de rua nessas áreas, como em obras públicas e no serviço de limpeza urbana e serviços gerais vinculadas às prefeituras e governos estaduais, pode ser uma forma de contribuir para atender a uma das necessidades da população em situação de rua.

Salientamos que, se o baixo nível instrucional contribui para que essas sejam as principais profissões da população em situação de rua, é preciso pensar também sobre a questão educacional, proporcionando os meios necessários para aqueles que desejarem continuar os estudos, com a colaboração intersetorial da educação, permitindo que façam cursos e tenham a vaga garantida em alguma forma de

acolhimento durante o tempo que necessitarem para estudar, inclusive aos que passarem em faculdades. E posteriormente avaliar como eles poderão ser contratados em algum trabalho segundo sua nova formação profissional.

As vagas de empregos criadas podem ser rotativas, para que mais pessoas possam ser beneficiados, porém com o cuidado de não pressionar as pessoas a sair, pois se saírem sem um novo emprego garantido voltarão para as ruas, e todo o trabalho realizado até ali seria perdido.

### **3.7 Totalizações provisórias**

A população em situação de rua é um grupo heterogêneo, formado por pessoas que viveram consecutivas perdas, tanto no âmbito profissional quanto familiar, de renda e da moradia. As discussões baseadas nos níveis mais aparentes os apresentam como culpados por sua própria situação, preguiçosos que escolheram viver nas ruas. Questionamos essa visão e ao longo do trabalho trouxemos argumentos com base teórica e empírica. Vemos essas pessoas como um grupo de despossuídos, integrantes de uma classe substancial para o modo de produção capitalista, componente da superpopulação relativa.

As pessoas que vivem nas ruas hoje possuem um perfil diferente daquela vista em modos de produção anteriores ao capitalismo e no período inicial desse modo de produção. Enquanto antes a maioria era composta por órfãos, viúvas, idosos e incapazes ao trabalho, para os quais a mendicância era central, hoje, ainda que esses possam integrar a população em situação de rua, há prevalência de homens em idade para o trabalho, para os quais o trabalho informal nas ruas, em sua esfera mais instável, é o determinante de sua sobrevivência.

Em sua maioria, possuem baixo nível instrucional. Suas experiências de trabalho são em profissões que remuneram pouco e exigem força física, como pedreiros, ajudantes de obra, auxiliar de serviços gerais, e também trabalhos informais como a venda ambulante. É comum o consumo de entorpecentes fazer parte de seu perfil, pois são usados como um elemento tranquilizador, que contribui para esquecer os problemas vividos. E ainda que esses sejam elementos presentes em seu perfil, não os reduzimos como os causadores da realização, pois, considerando o debate feito ao longo do trabalho, mesmo se todos tivessem alta instrução, ainda existiriam pessoas vivendo nas ruas, visto que essa é uma

expressão da questão social. Quanto aos entorpecentes, também os enxergamos como uma expressão da questão social.

A principal fonte de sobrevivência da população em situação de rua latino-americana é o trabalho informal. No Brasil, vimos por meio dos dados de São Paulo que mesmo com o avanço no acesso ao Bolsa Família a renda auferida é insuficiente para saírem das ruas.

Esse grupo de pessoas também vive as consequências da contradição básica entre capital e trabalho, que está no cerne da questão social. A vida nas ruas é uma expressão da questão social extrema, pois nela estão interligadas múltiplas outras expressões.

No estudo sobre o tema, é fundamental o aprofundamento sobre o tempo de rua, visto que há demandas específicas de cada momento, com características próprias. E quanto mais tempo nas ruas, maior a adaptação à reprodução contínua da miséria e mais difícil é romper com o processo de rualização.

O fato de existirem pessoas que sem moradia são destituídas das condições mínimas de sobrevivência revela a barbárie que é inerente ao mundo do capital, que possui como cerne a exploração e que gera a desigualdade. Embora o capitalismo porte a possibilidade material de superação da miséria e da pobreza, e tenha uma capacidade produtiva suficiente para que todos tenham uma vida confortável, não o faz, pois a natureza desse modo de produção gera desigualdade e, para que alguns vivam no luxo, em meio a riquezas incomensuráveis, outros não possuem um teto sobre sua cabeça, e para se alimentar trabalham o dia todo. E, quando não conseguem o suficiente para se alimentar, precisam buscar comida no lixo, ou ficam “à mercê” da caridade alheia.

Diante de tantas privações, não é uma surpresa o processo de rualização contribuir para o adoecimento das pessoas e também na potencialização de doenças preexistentes. Chama a atenção a questão do sofrimento psíquico, que acomete boa parte dos que vivem em situação de rua ao redor do mundo, conforme demonstrado nos dados da pesquisa documental.

Sobre os motivos da ida para as ruas, destacamos o desemprego, os desentendimentos familiares e a utilização de álcool e outras drogas como primordiais nos países dependentes. Problemas familiares e dificuldades financeiras também aparecem nos países centrais, porém a questão habitacional é destacada como um fator recorrente, determinante para o processo de rualização.

Uma forma de resistência da população em situação de rua no Brasil é o seu Movimento Nacional, que reúne líderes e participantes de diversos estados em prol da luta pelos direitos da população em situação de rua.

Diante de toda crueldade gerada pelo capitalismo, o que pode ser feito? Conforme evidenciado ao longo da tese, a supressão dessa expressão da questão social está vinculada à supressão do capitalismo. Porém, enquanto vivemos na sociabilidade capitalista, o que pode ser feito ao trabalhar com a população em situação de rua com vistas a mitigar seu sofrimento?

O primeiro ponto é o respeito à população em situação de rua e a seus direitos. Os funcionários que trabalham direta ou indiretamente com eles precisam ser conscientizados dos direitos dos que vivem nas ruas, e o poder público precisa dar um fim ao recolhimento compulsório dos bens da população em situação de rua. É um roubo da história, da vida desses despossuídos.

As instituições de acolhimento precisam repensar suas regras, com vistas a melhor atender seu público que usa os serviços. É inaceitável a negação de direitos por causa de algum “mau comportamento”.

Os serviços voltados para a população em situação de rua devem cumprir uma função informativa, ensinando quais são seus direitos e como eles podem acessá-los, apresentando também o movimento nacional, como uma forma de motivação a inserção, não cerceamento.

A questão do trabalho é fundamental. É uma demanda das pessoas que vivem em situação de rua, e, ainda que tenhamos levantado questões relacionadas à exploração associada ao trabalho assalariado, representa a sobrevivência da classe trabalhadora, e é necessário pensar em estratégias que proporcionem trabalho para as pessoas em situação de rua.

Outro fator importante é a moradia. A oferta de moradia no programa *Housing First* teve ótimos resultados nos países centrais em que foi implantado, e nos países dependentes é uma necessidade pensar em algo semelhante e que seja interligado com o trabalho.

## CONCLUSÃO

A realidade está em constante movimento, e as expressões da questão social produzidas pelo capitalismo também vivem alterações. Considerando uma visão que tenta se aproximar da totalidade, é imprescindível a reflexão acerca dos determinantes do modo de produção capitalista, sua formação e reprodução, para evidenciar o porquê da presença de expressões da questão social, como o processo de realização, afetando diretamente a vida de parte da classe trabalhadora.

A Lei Geral de Acumulação Capitalista destaca o fato de a criação de miséria ser tão integrante a esse modo de produção quanto à criação de riqueza. Está alicerçado na exploração de um grupo sobre outro; assim, enquanto de um lado muitos se esfalfam de tanto trabalhar e para acessar meios importantes para a vida se endividam, tendo as contas a pagar como um desafio, há em um outro lado aqueles que se apropriam da riqueza produzida pela classe trabalhadora, podendo usufruir de luxo, com tamanha acumulação que seriam necessárias várias gerações para conseguir usar tudo o que possuem.

O processo de realização não é algo simples. É uma expressão da questão social complexa, cujas determinações são encontradas junto aos determinantes da estrutura dessa sociedade. Demonstramos que a existência de pessoas em situação de rua é um fruto do capitalismo. Integram a superpopulação relativa, que é uma condição de existência desse modo de produção.

Logo, não são meramente escolhas individuais que culminam com a realização. Associar a existência dessa expressão da questão social à preguiça, drogadição, falta de esforço, baixo nível instrucional, o desejo pessoal ou a busca pela liberdade obstaculiza uma visão de totalidade.

Drogadição e baixo nível instrucional são elementos do perfil das pessoas componentes do grupo sobre o qual falamos, porém olhar para esses pontos isoladamente não contribui com a reflexão sobre a população em situação de rua.

Para um grupo de pessoas consideradas “vagabundas”, com as características acima citadas, qualquer política social serve, e ainda é muito, pois eles “não querem nada da vida”. Precisa ser mínima, para não acostamá-los com os confortos pagos pelo governo, e necessita incentivá-los a trabalhar. Essa é a visão neoliberal, com a qual discordamos. Vemos a política social como uma estratégia

capitalista para evitar convulsões sociais, porém serve também como elemento essencial à sobrevivência de boa parte da classe trabalhadora. E deve atender às necessidades humanas, promovendo acesso aos direitos fundamentais.

Todavia, quando nos aproximamos do debate sobre o processo de realização, buscando seus determinantes, entendemos que o real não pode ser visto apenas pela aparência, pois ainda que reflita parte dele, não contém todos os elementos necessários para o entendimento.

É preciso lembrar tratar-se de pessoas, seres humanos com trajetórias, com histórias, e o processo de realização passa por diversas outras expressões da questão social, que começam antes da ida para as ruas. E, ao se ouvirem as histórias, fica ainda mais nítida a barbárie do capitalismo e a necessidade de outra sociedade. A voz do sujeito é substancial para a pesquisa, por isso ao longo da tese usamos várias citações das entrevistas, fazendo a mediação com o debate crítico.

Conforme defendido, a população em situação de rua é integrante da classe trabalhadora. Faz parte daqueles parciais ou inteiramente desocupados, a superpopulação relativa, em suas mais diversas formas – flutuante, latente, estagnada e *pauper*. Havendo também variações nessas formas. Na atualidade são vistas de forma diferenciada, por isso propusemos sua ampliação.

A sobrevivência da população em situação de rua latino-americana ocorre primordialmente pelo trabalho informal. Lembramos sobre a presença de uma certa perversidade na chamada ativação ao trabalho, pois a maior parte da população em situação de rua trabalha, realiza serviços como catação de materiais recicláveis, flanelinha, venda ambulante, carga e descarga de caminhões, entre outros. E a renda pode ser complementada com o pedido, manguieio e/ou mendicância. Porém, ainda que trabalhem, a renda obtida é insuficiente para romper com o processo de realização, servindo para perpetuar uma sobrevivência sem as condições humanas básicas de subsistência.

Temos uma concepção ampliada de classe trabalhadora, formada por todos aqueles cuja única mercadoria é a força de trabalho. Assim, mesmo os desempregados, subempregados e inseridos em trabalhos informais, enfim, a superpopulação relativa em todas as suas formas, inclusive os que estão no sedimento mais baixo, são integrantes da classe trabalhadora.

Para acordarmos com aquela ideia de a população em situação de rua estar na rua porque quer, como uma expressão da liberdade, precisaríamos de uma

sociedade na qual fosse de fato possível a liberdade de escolha. E enquanto não há garantia e cumprimento de direitos básicos, não há de fato liberdade.

Logo, enquanto a sociedade capitalista não garante moradia, educação, saúde, alimentação, emprego e renda aos seus membros, não podemos mensurar uma liberdade.

Assim, sobre aqueles em situação de rua que quando entrevistados dizem estar ali porque querem, além das reflexões sobre a narrativa fictícia, precisamos pensar se ele ou ela teve oportunidade de escolher entre duas opções viáveis, ou se foi levado(a) a essa situação, precedida por inúmeras perdas. Norteado por toda a discussão presente ao longo da tese, esse grupo de pessoas, de forma geral, não teve uma escolha, e, se de fato fosse livre, teria a saída da rua como uma opção viável, não como um desafio permeado por obstáculos.

A questão social, ao invés de um percalço do capitalismo, lhe é tão inerente quanto a acumulação de riquezas, e, com o passar do tempo, vemos maior acumulação, os milionários enriquecem cada vez mais enquanto a classe trabalhadora passa por uma expropriação cada vez maior, precisando reinventar-se diariamente diante de novas formas de exploração, com cada vez menos garantias.

O processo de realização consubstancia uma série de suas expressões, devendo ser combatidas no capitalismo, no contexto da garantia de direitos, sociais e humanos, porém, norteado por algo que vá além, que de fato rompa com a questão social e todas as suas expressões, sendo a superação do modo de produção capitalista.

Quanto às respostas no âmbito das políticas sociais, elas são residuais, permeadas de condicionalidades, supostamente voltadas para os mais necessitados, insuficientes para atender adequadamente às necessidades da população em situação de rua, visando ofertar o mínimo a um número o mais reduzido possível.

Ficou nítido que na América Latina as políticas sociais voltadas para a população em situação de rua são insuficientes para mantê-las fora das ruas, e utilizam diversas atividades para aferir renda suficiente para permanecerem sobrevivendo nas ruas, todavia insuficiente para romper com a realização.

Ao estudarmos sobre a configuração das políticas sociais, especialmente ao refletir sobre aquelas voltadas para a população em situação de rua, percebemos urgência em romper com o imediato, implantando estratégias que pensem além do

combate à pobreza extrema, pois é necessário garantir uma condição de vida suficiente para que as pessoas sejam bem atendidas em seus direitos fundamentais. A presença de uma renda universal pode contribuir para esse propósito.

E pensar o processo de rualização nas sociedades dependentes é ainda mais desafiador, porque há um aprofundamento da pobreza, miséria, desemprego e demais expressões da questão social. Comporta uma superpopulação relativa ampliada, com maior pressão contra a classe trabalhadora, para a qual os direitos são cada vez mais cerceados. Afinal, há um imenso grupo de pessoas disponíveis ao trabalho, que servem a uma função no capitalismo, pois pressionam os ativos a submeterem-se a trabalhos cada vez mais degradantes e precarizados.

Indicamos a relação da configuração das políticas sociais e dessa superpopulação relativa ampliada com investimentos sociais cada vez mais reduzidos. No enfrentamento pelo fundo público, as parcelas destinadas ao social são menores, quando comparado a países centrais, evidenciado no ponto sobre o assunto, onde apresentamos diferenças substanciais dos gastos sociais de países centrais e dependentes.

O modelo predominante seguido pelas políticas sociais na América Latina é o de “escada”, com foco no indivíduo que precisará superar sua própria situação. Permanecem em voga os princípios da menor elegibilidade e da subsidiariedade, com ativação ao trabalho. E, no contexto da população em situação de rua, sob a justificativa de contribuir com a recuperação dos vínculos familiares, há oferecimento de passagens para que retornem ao seu local de origem, remetendo ao *warning out*.

Importa conhecer o tempo em que as pessoas estão em situação de rua, pois com o passar dos anos o processo de rualização vai se complexificando ainda mais. As pessoas para sobreviver precisaram se adaptar e viver um novo modo de vida. Passaram por uma degradação de sua saúde. Sua aparência muda e perdem a perspectiva de conseguir um emprego formal que lhes permita sair das ruas, pois já tentaram muitas vezes e não conseguiram, tornando gradativamente mais difícil romper com a rualização quanto maior for o tempo nas ruas, e cada tempo exige respostas diferenciadas do poder público.

Os principais motivos para a vida nas ruas na América Latina são o desemprego ou dificuldade financeira, os desentendimentos familiares e o consumo de álcool e outras drogas. Eles também aparecem em pesquisas dos países centrais, porém, neles, há uma ênfase na questão da habitação. E também figura

entre os motivos as doenças. Chamamos de motivos aparentes para ressaltar o debate sobre onde de fato está alicerçada essa expressão da questão social e também as que estão imbricadas a ela.

Vivemos em uma sociedade cujas expressões da questão social revelam e desvelam continuamente diversas contradições. Uma delas é a reflexão sobre o que fazer diante dessa sociedade tão opressora. Ao mesmo tempo que reconhecemos a vinculação das expressões da questão social ao capitalismo, e sabemos ser impossível romper com a questão social sem romper com o capitalismo, temos um compromisso ético-político em propor caminhos para reduzir o sofrimento dos sujeitos que vivem em situação de rua.

E por entendermos ser indispensável ouvir a opinião dos sujeitos, tomamos como base para as indicações presentes no último capítulo as entrevistas que compuseram a pesquisa empírica. Lembramos que os pontos elencados foram: A necessidade de acabar com o roubo da história; O fim da punição vinculada à retirada da alimentação; O rompimento com as ameaças de funcionários à vinculação ao movimento; A necessidade de um olhar diferenciado de família; A presença de pessoas que viveram o processo de realização para compor os grupo de trabalho nos abrigos; O aumento no número de vagas e tempo de acolhimento segundo as necessidades de cada pessoa que usará o serviço; A viabilização do acesso aos benefícios de transferência de renda; A crítica aos serviços terceirizados; A necessidade em executar projetos que tenham a moradia e o trabalho no centro. Perpassa por todos eles a necessidade de respeito e o seu reconhecimento enquanto sujeito de direitos. Não são fórmulas mágicas que em um piscar de olhos portam a capacidade de findar com o processo de realização, porém podem servir para a sobrevivência da população em situação de rua em termos mais humanos.

## REFERÊNCIAS

ABBOTSFORD. Living Homeless: Abbotsford 2018. Homelessness Survey: Findings, Conclusions and Recommendations. **MCC Community Enterprise**, 2018. Disponível em: <https://www.abbotsford.ca/Assets/2014+Abbotsford/Housing+and+Homelessness/Living+Homeless+-+Abbotsford+2018+Homelessness+Survey+acknowledgements+update.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2020.

AIHW. **Australian Institute of Health and Welfare 2019**. Specialist Homelessness Services annual report 2018–19. Cat. No. HOU 318. 2019. Canberra: AIHW. Disponível em: <https://www.aihw.gov.au/reports/homelessness-services/shs-annual-report-18-19>. Acesso em: 8 out. 2020.

ALBERNAZ, Bruno. Número de moradores de rua com curso superior cresce 75% em 1 ano no RJ. **G1**, 10 ABR. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/numero-de-moradores-de-rua-com-curso-superior-cresce-75-em-1-ano-no-rj.ghtml>. Acesso em: 10 dez. 2018.

ALVARENGA, Mirella Souza. **Risco e vulnerabilidade**: razões e implicações para o uso na política nacional de assistência social. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, 2012.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto; SELEGRIN, Esdras Fred Rodrigues. A condição de proletariado: esboço de uma analítica existencial da classe do proletariado. **Mediações**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 71-90, jan./jun. 2011.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Editora Pioneiras, 1998.

AMORIM, Álvaro André. O persistente estado de crise: nexos entre Estado, política social e cidadania no Brasil. *In*: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* **Capitalismo em Crise**: política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

ANDERSON, Nels. **The Hobo**: the sociology of the homeless man. Chicago: Phoenix Books, 1967.

ANDRADE, Luana Padilha; COSTA, Samira Lima da; MARQUETTI, Fernanda Cristina. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 4, p.1.248-1.261, 2014.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a Nova Morfologia do Trabalho no Brasil. **Revista Estudos Avançados**, v. 28, n. 81, 2014.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº107. p.405-419, jul./set. 2011.

ANTUNES, Ricardo. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, set. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282011000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 20 fev. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARGENTINA. **Decreto 607/997**. 1997. Disponível em: <http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/prestaciones/accionesocial/index7.html> Acesso em: 29 jun. 2018.

AUSTRALIA. **Housing Support**: Homelessness. 2020. Disponível em: <https://www.dss.gov.au/housing-support/programmes-services/homelessness>. Acesso em: 19 jan. 2021.

AUSTRALIA. **Specialist homelessness services 2012-13**. Australian Government, Australian Institute of Health and Welfare. Cat. no. HOU 27. Canberra: AIHW. Disponível em: <https://www.aihw.gov.au/getmedia/67f0a6ca-a36b-453e-915b-c9f9367d6114/16236.pdf.aspx?inline=true>. Acesso em: 8 out. 2020.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. México: Sigilo XXI, 1974.

BANCO MUNDIAL. 2018. Disponível em: [https://data.worldbank.org/indicator/SL.ISV.IFRM.ZS?end=2018&name\\_desc=false&start=2018&view=bar](https://data.worldbank.org/indicator/SL.ISV.IFRM.ZS?end=2018&name_desc=false&start=2018&view=bar). Acesso em: 4 out. 2019.

BANCO MUNDIAL. 2019. Disponível em: [https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY?end=2015&locations=1W&most\\_recent\\_value\\_desc=false&start=1981&view=chart](https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY?end=2015&locations=1W&most_recent_value_desc=false&start=1981&view=chart). Acesso em 02/10/2019.

BAPTISTA, Isabel; MARLIER, Eric. **Fighting homelessness and housing exclusion in Europe**: A study of national policies. European Comission: European Social Policy Network (ESPN), 2019.

BARDI, Giovanna. **Entre a “cruz” e a “caldeirinha”**: doses diárias de alienação nas comunidades terapêuticas religiosas. 2019. 343 f. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

BARDIN, Lawrance. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70 LDA, 1977.

BARROW, Clyde W. **The Dangerous Class**: the Concept of the Lumpenproletariat. University of Michigan Press: Michigan, 2020.

BECK, Ulrich. A Reinvenção da Política: Rumo a uma teoria da modernização reflexiva. *In*: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich, LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Unesp, 1997.

BEHRING, Elaine. Crise do capital, fundo público e valor. *In*: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* **Capitalismo em Crise**: política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. Políticas Sociais no contexto da crise capitalista. *In*: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cead/UnB, 2009.

BELO HORIZONTE. **Terceiro censo da população em situação de rua de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Centro Regional de Referência em Drogas da Faculdade de Medicina da UFMG, 2014.

BENSAÏD, Daniel. **Os irredutíveis**: teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008.

BOGOTÁ. **Censo Habitantes de Calle**. Secretaria distrital de integración social. Administrativo Nacional de Estadística. Gobierno de Colombia. 2018. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/files/investigaciones/boletines/censo-habitantes-calle/presentacion-resultados-hab-calle-bogota-2017.pdf>. Acesso em: 7 out. 2020.

BOLÍVIA. **Censo de personas em situación de calle 2014**: Estudio realizado en niñas, niños, adolescentes y adultos de diez ciudades de Bolivia. Bolivia: Viceministerio de Defensa Social y Substancias Controladas, 2015.

BOLSA Família: O programa busca garantir às famílias o direito à alimentação, e o acesso à educação e à saúde. **Caixa**, 2020. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, jan./jul. 2005.

BOSCHETTI, Ivanete. Os custos da crise para a política social. *In*: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* **Capitalismo em Crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Após. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 101-116, June 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010269092008000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092008000200008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 mar. 2020.

BOTTI, Nadja Cristiane Lappann *et al.* Prevalência de depressão entre homens adultos em situação de rua em Belo Horizonte. **J. bras. Psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, p. 10-16, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S004720852010000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S004720852010000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 9 nov. 2020.

BOURDIN, Jean-Claude. Marx and the Lumpenproletariat. **Actuel Marx**, v. 54, n. 2, p. 39-55, 2013.

BRAGA, Lisandro. **Classe em Farrapos: acumulação integral e expansão do lumpemproletariado**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941**. Lei das contravenções penais. 1941. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3688.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm). Acesso em: 24 jun. 2020.

BRASIL. **Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua**. Brasília, 2008. Disponível em: [https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua\\_.pdf](https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf).

BRASIL. **Aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: Ministério de desenvolvimento social e combate à fome, 2009a.

BRASIL. **Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. 2009b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm). Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-40-de-13-de-outubro-de-2020-286409284>. Acesso em: 21 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.919, de 29 de dezembro de 2021**. Prorroga a concessão do Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil. 2021a. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.919-de-29-de-dezembro-de-2021-370918066>. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. 2021. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm). Acesso em: 23 jun. 2022. 2021b.

BRECHT, Bertolt. **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1982. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1Lq-HEAbIVoTdeyl4e\\_0BppLuYUkeIRqa/view](https://drive.google.com/file/d/1Lq-HEAbIVoTdeyl4e_0BppLuYUkeIRqa/view). Acesso em: 24 ago. 2020.

BRITO, Duarte Vital *et al.* Estratégias de intervenção comunitária para reduzir e prevenir o consumo de álcool, uma revisão da literatura. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE MEDICINA TROPICAL, 5., 2019, Lisboa. Políticas, Sistemas e Serviços de Saúde. **Anais [...]** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2019. p. 118-152.

BROIDE, Emilia Estivalet *et al.* **População de rua**: Pesquisa social participativa, censo, perfil demográfico e condições de vida na cidade de São Paulo. Curitiba: Juruá, 2018.

BUENOS AIRES. **Buenos Aires Presente**. 2021. Disponível em: <https://www.buenosaires.gob.ar/desarrollohumanoyhabitat/buenos-aires-presente-bap>. Acesso em: 29 jan. 2021.

BUENOS AIRES. **Ley J 3.706 de 13 de diciembre de 2010**. Protección y garantía integral de los derechos de las personas en situación de calle y en riesgo a la situación de calle. Disponível em: <http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley3706.html>. Acesso em: 29 jan. 2021.

BUENOS AIRES. **Los que duermen en la calle**: un abordaje de la indigencia extrema en la Ciudad de Buenos Aires. 1998, mimeo.

BURSZTYN, Marcel. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão. *In*: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000a.

BURSZTYN, Marcel. Introdução. *In*: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**: Nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000a.

BURSZTYN, Marcel. Vira-mundos e “rola-bostas”. *In*: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000b.

BURSZTYN; Marcel; ARAÚJO, Carlos Henrique Pereira. Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília. *In*: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 1997. 2000c.

BUSCH-GEERTSEMA, Volker *et al.* **Extent and Profile of Homelessness in European Member States EOH Comparative Studies on Homelessness Brussels**: A Statistical Update, European Observatory on Homelessness. 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/42606867.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.

BUSSARD, Robert L. The ‘dangerous class’ of Marx and Engels: the rise of the idea of the Lumpenproletariat. **History of European Ideas**, v. 8, n. 6, p. 675-692, 1987. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0191-6599\(87\)90164-1](https://doi.org/10.1016/0191-6599(87)90164-1).

CAMELO, Erivan. Por que a pobreza nasce e por que a riqueza cresce? **Caritas.org**, 16 dez. 2013. Disponível em: <http://caritas.org.br/cordel-por-que-a-pobreza-nasce-e-por-que-a-riqueza-cresce/23992>. Acesso em: 24 out. 2018.

CANADA. About Reaching Home: Canada’s Homelessness Strategy. 06/09/2020. Disponível em: <https://www.canada.ca/após/employment-social-development/programs/homelessness.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

CARCANHOLO. Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Revista Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.

CASTEL, Robert. **A Insegurança Social**. O que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2013.

CDMX, Ciudad de México. **Programa de derechos humanos de la Ciudad de México**: Tomo 5 Grupos de población, Nuestra Ciudad, Nuestros derechos. México: Secretaría Ejecutiva del Mecanismo de Seguimiento y Evaluación del Programa de Derechos Humanos de la Ciudad de México, 2016. Disponível em: <https://pdh.cdmx.gob.mx/storage/app/media/uploaded-files/tomo-5-grupos-de-poblacion.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

CEMPRE, 2020. Disponível em: <http://cempre.org.br/cempre-informa/id/115/preco-dos-materiais-reciclaveis>. Acesso em: 10 mar. 2020.

CEPAL, 2019. Disponível em: <https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=3128&idioma=e>. Acesso em: 3 out. 2019.

CESBA, Consejo Económico y Social de la Ciudad de Buenos Aires. **Recomendaciones para la aplicación de la Ley Nro.3706**: protección y garantía integral de los derechos de las personas en situación de calle y en riesgo a la situación de calle en la Ciudad de Buenos Aires. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Económico y Social de la CABA, 2015.

CHAMIE, Joseph. As Cities Grow, So Do the Numbers of Homeless. **YaleGlobal Online**, July 2017. Disponível em: <https://yaleglobal.yale.edu/content/cities-grow-so-do-numbers-homeless>. Acesso em: 8 out. 2020.

CHILE. **En Chile Todos Contamos**: Segundo Catastro Nacional de Personas en Situación de Calle. Chile: Ministerio de Desarrollo Social, 2012. Disponível em: <http://www.desarrollosocialyfamilia.gob.cl/btca/txtcompleto/midesocial/enchletodoscontamos-2catastrocalles.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

CHILE. **Política Nacional de Calle**: Una estrategia para la inclusión de las personas en situación de calle. Ministerio de desarrollo social- Oficina Nacional de Calle, [2015?].

COLOMBIA. Política Pública Social Para Habitante De Calle. **PPSHCOficina de Promoción Social Grupo de Gestión Integral en Promoción Social**. Colombia, 2018.

CONFRONTING Homelessness in the European Union. **EUR-Lex**, 2013. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=celex%3A52013SC0042>. Acesso em: 14 abr. 2020.

CONGRESS. H. R [1856]. [Report No. 116–137, Part I] To provide a path to end homelessness in the United States, and for other purposes. 2019. p. 116/137. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/116th-congress/house-bill/1856/text>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CÓRDOBA. **Personas em situación de calle 2018**. Córdoba: Defensor del Pueblo de la provincia de Córdoba. Instituto del género e promoción de la igualdad. 2018. Disponível em: [http://www.defensorcordoba.org.ar/archivos/publicaciones/2018-8-21-17.22.50.358\\_GaleriaArchivo.pdf](http://www.defensorcordoba.org.ar/archivos/publicaciones/2018-8-21-17.22.50.358_GaleriaArchivo.pdf). Acesso em: 3 abr. 2020.

COSTA RICA. **Política Nacional Atención Integral para personas en situación de abandono y en situación de calle**. Consejo presidencial social, 2016.

COWLING, Mark. **Marxism and criminological theory: a critique and a toolkit**. Palgrave Macmillan: Britain, 2008.

COWLING, Mark. Marx's Lumpenproletariat and Murray's Underclass: Concepts Best Abandoned? *In*: COWLING, Mark; MARTIN, James (ed.). **Marx's Eighteenth Brumaire: (Post)Modern Interpretations**. Pluto Press: London, 2002.

CRESCER número de pessoas em situação de rua em Buenos Aires. **Vermelho**, 22 jul. 2017. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/app/noticia/299678-1>. Acesso em: 30 out. 2017.

CRIOLO. **Casa de Papelão**. São Paulo: Oloko Records, 2017. Disponível em: <https://www.kboing.com.br/criolo/casa-de-papelao/>. Acesso em: 16 jun. 2022.

CRISIS. **The homelessness legislation: an independent review of the legal duties owed to homeless people**. 2015. Disponível em: [https://www.crisis.org.uk/media/20606/crisis\\_the\\_homelessness\\_legislation\\_2015.pdf](https://www.crisis.org.uk/media/20606/crisis_the_homelessness_legislation_2015.pdf). Acesso em: 14 abr. 2020.

DEMO, Pedro. **Charme da Exclusão Social**. Campinas: Autores associados, 2002.

DI FLORA, Marilene Cabello. **Mendigos: por que surgem, por onde circulam, como são tratados?** Petrópolis: Vozes, 1987.

DIEESE. **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos Janeiro de 2016**. 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>. Acesso em 28 fev. 2019.

DIEESE. **Salário Mínimo Necessário**. 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 28 fev. 2019.

DRAPER, Hal. The Concept of the "Lumpenproletariat" in Marx and Engels. **Economies et Sociétés**, v. 12, n. 1, p. 2.285- 2.312, 1972.

EL PAÍS, 15 jun. 2018. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/15/economia/1529048970\\_395169.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/15/economia/1529048970_395169.html). Acesso em: 17 set. 2021.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friederich. O que é o proletariado? 1847. Disponível em: [http://www.hist-socialismo.com/docs/Engels\\_Proletariado.pdf](http://www.hist-socialismo.com/docs/Engels_Proletariado.pdf). Acesso em: 20 abr. 21.

ENGELS, Friedrich. Speeches in Elberfeld. **MECW**, v. 4, p. 243. Disponível em: <https://marxists.architexturez.net/archive/marx/works/1845/02/15.htm>. Acesso em: 25 out. 2021.

ENGELS, Friedrich. **The Peasant War in Germany**: Neue Rheinische Zeitung. Revue: London, 1850. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/download/pdf/peasant-war-germany.pdf>. Acesso em: 26 out. 21.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. Tradução Livia Cotrim e Márcio Bilharinho Naves. São Paulo: Boitempo, 2012.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu**: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ESPÍRITO SANTO; IJSN, Instituto Jones do Santos Neves. **População em situação de rua da Região Metropolitana da Grande Vitória**: perfil, vulnerabilidades e potencialidades. IJSN: Vitória, 2018.

EUROPEAN COMISSION. **Commission Staff Working Document Confronting Homelessness in the European Union**. Towards Social Investment for Growth and Cohesion - including implementing the European Social Fund 2014-2020. European Comission, 2013. Disponível em:

<https://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=9770&langId=en>. Acesso em: 29 jul. 2021.

FAQ. **Homelessness Australia**. Disponível em: <https://www.homelessnessaustralia.org.au/about/faq>. Acesso em: 19 jan. 2021.

FANTTORELLI, Maria Lúcia; ÁVILA, Rodrigo; MULLER, Rafael. Gastos com a dívida pública cresceram 33% em 2021. **Auditoria Cidadã.org**, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gastos-com-a-divida-publica-cresceram-33-em-2020/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

FERNANDES, Vitor. População de rua cresce 40% em dois anos; PBH anuncia novos abrigos. **BHAZ**, Belo Horizonte, 19 jul. 2018. Disponível em: <https://bhaz.com.br/2018/07/19/pbh-abrigos-moradores-de-rua/>. Acesso em: 16 out. 2019.

FONTES, Marcelo. População de rua em Ribeirão Preto cresce 8 vezes em 5 anos. **A Cidade on**, 31 jul. 2018. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/politica/NOT,0,0,1353798,populacao+de+rua+em+ribeirao+preto+cresce+8+vezes+em+5+anos.aspx>. Acesso em: 16 out. 2019

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital Imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ- EPSJV; UFRJ, 2010.

GABRIEL, Gabriel. Entrevista [2020]. Entrevistadora: Verônica Martins Tiengo. Brasil, 2020. 1 arquivo mp3 (34 minutos e 23 segundos). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora.

GERBELLI, Luis Guilherme. Trabalho informal predomina no mundo. **O Estado de São Paulo**, 7 agosto 2015. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,trabalho-informal-predomina-no-mundo,1739524>. Acesso em: 16 set. 2018.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua**: uma questão social? São Paulo: FASESP, 2006.

GIORGETTI, Camila. **Poder e contrapoder**: imprensa e moradores de rua em São Paulo e Paris. São Paulo: Fasesp/Educ, 2007.

GIUDICE, Patrícia. População de rua cresce 10,6% em 8 anos. **O tempo**, 23 ago. 2006. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/populacao-de-rua-cresce-10-6-em-8-anos-1.324906>. Acesso em: 17 out. 2019.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GUANAIS, Juliana Biondi. **Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira**. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

HOMELESSNESS and Affordable Housing Policies. **OECD**, Wednesday, November 27, 2019. Disponível em: <http://www.oecd.org/social/soc/OECD-Workshop-Homelessness-PPT-S1-Baker-Canada.pdf> . Acesso em: 18 jan. 2021.

HOUSING FIRST. **Homeless Hub**. Disponível em: <https://www.homelesshub.ca/solutions/housing-accommodation-and-supports/housing-first>. Acesso em: 14 dez. 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. 2010. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/15700-dados-do-censo-2010-mostram-11-4-milhoes-de-pessoas-vivendo-em-favelas>. Acesso em: 15 out. 2020.

IMPOSTO sobre consumo x imposto sobre renda. **Folha de S.Paulo**, 2 jun. 2013. Disponível em: <http://direito.folha.uol.com.br/blog/imposto-sobre-consumo-x-imposto-sobre-renda>. Acesso em: 8 out. 2019.

INFORMALIDADE em alta: OIT mostra que trabalho informal supera 60% das vagas. **Jornal do Brasil**, 1 maio 2018. Disponível em: <http://www.jb.com.br/economia/noticias/2018/05/01/informalidade-em-alta-oit-mostra-que-trabalho-informal-supera-60-das-vagas/>. Acesso em: 28 jun. 2018.

IPEA. 2019. Disponível em: <http://ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 02/10/2019.

JAIR, Jair. Entrevista [2020]. Entrevistadora: Verônica Martins Tiengo. Brasil, 2020. 1 arquivo mp3 (34 minutos e 23 segundos). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora.

JORGE, Jorge. Entrevista [2020]. Entrevistadora: Verônica Martins Tiengo. Brasil, 2020. 1 arquivo mp3 (127 minutos e 57 segundos). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora.

KAISEN, Grupo de Pesquisa. Parte 2: Minicurso “Análise textual com auxílio do software IRAMUTEQ: noções básicas”. **Youtube**, 26 fev. 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=7RHD7YwYTaq&t=3563s>. Acesso em: 25 ago. 2021.

KIDD, S. A.; GAETZ, S.; O'GRADY, B. The 2015 National Canadian Homeless Youth Survey: Mental Health and Addiction Findings. **Can J Psychiatry**, v. 62, n. 7, p. 493-500, jul. 2017. Disponível em: [https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5528986/pdf/10.1177\\_0706743717702076.pdf](https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5528986/pdf/10.1177_0706743717702076.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.

KONDER, Leandro. **O que é a dialética?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

LACUNZA, Gabriel Díez. La falta de una norma deja a la gente en situación de calle sin derechos. **Página Siete**, 2018. Disponível em: <https://www.paginasiete.bo/especial01/2018/8/9/la-falta-de-após-norma-deja-la-gente-após-situacion-de-calle-sin-derechos-189943.html>. Acesso em: 29 jan. 2021.

LEITE, Ellen. Número de pessoas em situação de rua no DF cresce 20% em um ano. **Correio Braziliense**, 25 maio 2018. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/25/interna\\_cidade\\_sdf,680561/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-df-cresce-20-em-um-ano.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/05/25/interna_cidade_sdf,680561/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-df-cresce-20-em-um-ano.shtml). Acesso em: 17 out. 2018.

LENIN, Vladimir Ilich. Una Gran Inciativa. *In: Obras escogidas*. Moscou: Progreso, s.d. Lições de filosofia marxista-leninista. Metodologia. Moscou: Edições Progreso, 1984.

LEVINSON, David; ROSS, Marcy (ed.). **Homelessness handbook**. Massachusetts: Berkshire Publishing Group, 2007.

LIMA, Mário Hélio Trindade de. **Exclusão social**: representações sociais da pobreza urbana no Brasil. Vitória: Edufes, 2005.

LINDEN, Marcel Van der. O conceito marxiano de proletariado: uma crítica. **Revista Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 87-110, abr. 2016.

LINDEN, Marcel Van der. Proletariado: Conceitos e polêmicas. **Revista Outubro**, n. 21, p. 55-79, 2013.

LOPES, Antônio César Martins. **Racionalidade formal-abstrata e irracionalismo: mídia impressa e drogadição, uma das expressões da questão social em Goiás.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2016.

LOPES, Raíssa. Prefeitura de BH intensificou recolhimento de pertences de população de rua. **Brasil de Fato**, Belo Horizonte, 3 set. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/03/prefeitura-de-bh-intensificou-recolhimento-de-pertences-de-populacao-de-rua/>. Acesso em: 16 out. 2019.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias, uma visão histórica.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACEDO, Douglas. População de rua em Niterói cresce 115% neste ano. **O Fluminense**, Rio de Janeiro, 12 de set. de 2019. Disponível em: <https://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/2019/09/1119834-populacao-de-rua-em-niteroi-cresce-115--neste-ano.html>. Acesso em: 16 out. 2019.

MARA, Mara. Entrevista [2020]. Entrevistadora: Verônica Martins Tiengo. Brasil, 2020. 1 arquivo mp3 (34 minutos e 23 segundos). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora.

MÁRCIO, Marcio. Entrevista [2020]. Entrevistadora: Verônica Martins Tiengo. Brasil, 2020. 1 arquivo mp3 (34 minutos e 23 segundos). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

MARCOS, Marcos. Entrevista [2020]. Entrevistadora: Verônica Martins Tiengo. Brasil, 2020. 1 arquivo mp3 (34 minutos e 23 segundos). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no arquivo pessoal da pesquisadora.

MARINI, Rui Mauro. A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: **Problemas e perspectivas do desenvolvimento brasileiro.** São Paulo: Editorial Vesper, 1971. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1985/mes/Dialetica-do-desenvolvimento-capitalista-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

MARINI, Rui Mauro [1973]. **Dialética da dependência.** 10. ed. México: Editora Era, 1990.

MARINI, Rui Mauro. El ciclo del capital em la economia dependente. *In*: OSWALD, Úrsula (org.). **Mercado y dependencia**. México: Nueva Imagen, 1979.

MARINI, Rui Mauro. Em torno de la dialéctica de la dependência. Post-scriptum. *In*: MARTINS, Carlos Eduardo (org.). **América Latina, dependência y globalización**. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Bogotá: Clacso, 1991.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo e Revolución**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1974.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2003.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” De um Prussiano. **The Marxists Internet Archive**. Tradução de Ivo Tonet. 1844. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000012.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2021.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: o processo global da produção capitalista. v. 3. São Paulo: Editora Nova Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Editora Nova Abril Cultural, 1996.

Marx, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. **O Capital**: Livro I capítulo VI (inédito). São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Sobre a questão do livre câmbio**. Discurso pronunciado na Associação Democrática de Bruxelas na reunião pública de 7 de janeiro de 1848. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/01/07.htm>. Acesso em: 25 nov. 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Lisboa: Avante, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. Lisboa: Avante, 1997.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. A lei geral da acumulação capitalista e as relações de trabalho hoje. *In*: MARX E O MARXISMO 2015: INSURREIÇÕES, PASSADO E PRESENTE, 2015, Niterói. **Anais [...]** p. 1-17.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? – Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicol. Soc.** [online], v. 16, n. 2, p. 47-58, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822004000200007>.

MDS, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop SUAS e População em Situação de Rua Volume 3. Brasília: Brasil LTDA, 2011.

MDS, Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Distrito Federal: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2014.

MEDEIROS, Étore. Brasil paga volume de juros maior que outros países. **Publica**, 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/11/brasil-paga-volume-de-juros-maior-que-outros-paises/>. Acesso em: 8 out. 2019.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACÊDO Kátia Barbosa. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 62-71, maio/ago. 2006.

MELIM, Tatiana. Desemprego e informalidade são o retrato do mercado de trabalho na era Temer. **CUT**, 29 maio 2018. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/desemprego-e-informalidade-sao-o-retrato-do-mercado-de-trabalho-na-era-temer-b945>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MELO, Josimery Amaro de. **Trabalho informal dos catadores de materiais recicláveis**: Relações de exploração e subordinação ao capital e ao Estado. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de pós-graduação em Serviço Social da universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

MENDES, Kissila Teixeira *et al.* Saúde, cidadania, drogas e situação de rua: reflexões e caminhos para novas concepções. *In*: RODRIGUES, Igor; FERNANDES, Dimitri Cerboncini (org.). **Cidadãos em situação de rua**: dossiê Brasil – grandes cidades. CURITIBA: Editora CRV, 2020.

MENTALHEALTH. **Homelessness**: statistic. Disponível em <https://www.mentalhealth.org.uk/statistics/mental-health-statistics-homelessness>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MÉXICO. **Diagnóstico situacional de las poblaciones callejeras 2017-2018**. 2018. Disponível em: <https://www.sibiso.cdmx.gob.mx/storage/app/media/Diagnostico%20Situacional%20de%20las%20Poblaciones%20Callejeras.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

MIDES, Ministerio de Desarrollo Social. **Diagnóstico de situación y capacidades de los Centros PASC**. Programa Atención a las Situaciones de Calle 2012: Documento de Trabajo N°14. Montevideo: Dirección Nacional de Evaluación y Monitoreo, 2013.

MIDES, Ministerio de Desarrollo Social. **En atención al pedido de informes cursado por la representante Lucia Etcheverry**. 2020. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/institucional/informacion-gestion/pedidos-de-informes/informacion-referida-programa-calle-instituto-artigas>. Acesso em: 25 jan. 2021.

MIDES, Ministerio de Desarrollo Social. **Informe final del Censo y conteo de personas en situación de calle 2011**. Ministerio de Desarrollo Social Dirección Nacional de Evaluación y Monitoreo. Observatorio Social de Programas e Indicadores. 2011.

MIDES, Ministerio de Desarrollo Social. **Presentación de datos del relevamiento de la población en situación de calle en Montevideo**. Ministerio de Desarrollo Social. 9 de abril de 2019. Sala de conferencias CEFIR, 2019. Disponível em: <https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/sites/ministerio-desarrollo-social/files/2019-05/20190524.%20Presentaci%C3%B3n%20para%20prensa%20%28CENSO%20CALLE%202019%29.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

MNPR, Movimento Nacional da População de Rua. **Cartilha Conhecer para lutar**. 2010. Disponível em: [http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR\\_Cartilha\\_Direitos\\_Conhecer\\_para\\_lutar.pdf](http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf). Acesso em: 25 nov. 2018.

MONTEVIDEO. **Programa Calle**. [2014?]. Disponível em: <https://montevideo.gub.uy/sites/default/files/biblioteca/borradorprogramacalledrogasresentacionernestodeloscampos.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

MORAES, Livia de Cássia Gogoi. Fundos de Investimentos Sociais como novas formas de combate às expressões da “questão social” no Brasil. **Revista História & Luta de Classes**, v. 21, p. 24-35, mar. 2016.

MORAES, Livia de Cássia Godoi. Relação entre universal, particular e singular em análises feministas marxistas: por uma ontologia integrativa. **Revista Plural**, São Paulo, v. 28.2, p.132-158, jul./dez. 2021.

MPCE, Ministério Público do Estado do Ceará. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2019/06/CARTAZ-Semin%C3%A1rio-Pessoas-em-Situa%C3%A7%C3%A3o-de-Rua.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

NAEH, National Alliance to end homelessness. **What Housing First Really Means**. 2019. Disponível em: <https://endhomelessness.org/what-housing-first-really-means/>. Acesso em: 14 dez. 2020.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**: setembro de 2012 a março de 2020. Nota técnica nº 73. Brasília: IPEA, 2020.

NATALINO, Marco. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**: Publicação preliminar. Brasília: IPEA, 2022.

NEVES, Delma Pessanha. *In*: ROSA, Cleisa M. Maffei. **População de rua: Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 61-70.

NOGUEIRA, Camila dos Santos. **Desvelamento de contradições da categoria superexploração da força de trabalho em Ruy Mauro Marini**: elementos a partir da economia brasileira. Tese (Doutorado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

NUNES, Dimalice. No Brasil, trabalho informal é nova regra. **Revista Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/No-Brasil-trabalho-informal-e-a-nova-regra>. Acesso em: 20 jun. 2018.

NUNES, Rodrigo dos Santos. **Como a população em situação de rua está contemplada no processo de vigilância socioassistencial?** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2019.

OBSERVAVIX. **Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência**. Disponível em: <https://observavix.vitoria.es.gov.br/tema/18/indicador/236>. Acesso em: 18 mar. 2020.

OCDE. 2019. Disponível em: [https://www.oecd.org/ctp/tax-global/BRAZIL\\_PT\\_country%20note\\_final.pdf](https://www.oecd.org/ctp/tax-global/BRAZIL_PT_country%20note_final.pdf). Acesso em 8 out. 2019.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Women and men in the informal economy: a statistical picture**. 3. ed. Geneva: ILO, 2018. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms\\_626831.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_626831.pdf). Acesso em: 4 out. 2019.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Sobre o alcance teórico do conceito “exclusão”. **Revista Civitas**, v.4, n. 1, jan./jun. 2004.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1998.

OSORIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. *In*: FILHO, Niemeyer Almeida. **Desenvolvimento e Dependência**: Cátedra Rui Mauro. Brasília: Ipea, 2013.

OSORIO, Jaime. Sobre Superexploração e Capitalismo Dependente. **Cad. CRH**, Salvador, v. 31, n. 84, p. 483-500, Dec. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792018000300483&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792018000300483&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 fev. 2020.

OSPINA, Esteban Ortiz; ROSER, Max. Government Spending. **OurWorldInData**, 2016. Disponível em: <https://ourworldindata.org/government-spending#public-spending-growth-in-early-industrialised-countries-was-largely-driven-by-social-spending>. Acesso em: 1 out. 2019.

OURWORLDINDATA. **Informal Employment**, 2021. Disponível em: <https://ourworldindata.org/search?q=informal+employment>. Acesso em 02/02/2023.

PAIVA, Beatriz Augusto; OURIQUES, Nildo Domingos. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais **KATÁLYSIS**, Florianópolis, v. 9 n. 2, p. 166-175, jul./dez. 2006.

PAMPLONA João Batista. **Erguendo-se pelos próprios cabelos**: auto-emprego e re-estruturação produtiva no Brasil. São Paulo: Germinal, 2001.

PEPE, Priscila Soares. **A dependência química como manifestação da questão social e os desafios para os direitos humanos**. 27 p. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão, Jaguarão, 2014.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, Camila Potyara. **Rua sem saída**: Um estudo sobre a relação entre Estado e a População de Rua de Brasília. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Política Social, UNB, 2008.

PEREIRA, Potyara A.; STEIN, Rosa Helena. **Política social**: universalidade versus focalização. Um olhar sobre a América Latina. *In*: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* (org.). **Capitalismo em crise**: política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010. p. 106-130.

PERSIANTE, Lucía Isabel Hernández. **Programa de atención a lasituación de calle ¿Reinserción o asistencia?** Tesis (Licenciatura en Trabajo Social) – Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Trabajo Social, Universidad de la República, 2011.

PESQUISA Nacional de Saúde: Atenção Primária à saúde e informações antropométricas. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101758.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PNAS, Política Nacional de Assistência Social. 2004. Norma Operacional Básica-NOB/SUAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social: Brasília, 2005.

PORTO ALEGRE. **Cadastro e Mundo da População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre/RS**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

POVERTY headcount ratio at \$1.90 a day. **Banco Mundial**. Disponível em <[https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY?end=2015&locations=1W&most\\_recent\\_value\\_desc=false&start=1981&view=chart](https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY?end=2015&locations=1W&most_recent_value_desc=false&start=1981&view=chart)>. Acesso em 02/10/2019.

PRANDI José Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o Capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.

PRATES, Jane. O método marxiano da investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista Textos e Contextos**, 2012.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flávio Cruz; MACHADO, Simone. Populações em situação de rua: os processos de Exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 11, n. 22, p.191-215, jul./dez. 2011.

PRATES, Jane; PRATES, Flávio Cruz. Problematizando o uso da técnica de Análise documental no Serviço Social e no Direito. **Revista Sociedade em Debate**, jul./dez. 2009.

PREVENTING Homelessness. **Homeless Hub**. Disponível em: <https://www.homelesshub.ca/about-homelessness/homelessness-101/preventing-homelessness> . Acesso em: 18 jan. 2021.

REDE RUA. **Articulação latino-americana 2020**. 2020. Disponível em: <http://trecheiro.rederua.org.br/article/articulacao-latinoamericana-2020/>. Acesso em: 8 dez. 2020.

RIBEIRO, Ana Cristina Leal. BORJA, Maria Eunice Limoeiro; NERI, Marília; LIMA, Nelson Rocha. A criminalização de movimentos sociais como tentativa de invisibilidade e silenciamento de vozes e da resistência na atual conjuntura brasileira. *In*: VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS, 6, 2019, Salvador. Anais

eletrônicos [...] Salvador: 2019, p.1-16. Disponível em [https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Ribeiro\\_Borja\\_Neri\\_Lima-2019-LAVITSS.pdf](https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Ribeiro_Borja_Neri_Lima-2019-LAVITSS.pdf). Acesso em 10 out. 2019.

RIBEIRO, Bruno. Kombi é flagrada despejando moradores de rua em Santos. **Estadão**, São Paulo, 9 dez. 2014. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,kombi-e-flagrada-despejando-moradores-de-rua-em-santos,1604530>. Acesso em: 30 set. 2018.

RIBEIRO, Patrícia Moreira. **Análise de um serviço de pronto-acolhimento por pares em contexto universitário**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

RODRIGUES, Igor *et al.* A gênese social da situação de rua no Brasil. *In*: RODRIGUES, Igor; FERNANDES, Dimitri Cerboncini (org.). **Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil- grandes cidades**. Editora CRV: Curitiba, 2020.

RODRIGUES, Igor; FERNANDES, Dimitri Cerboncini (org.). **Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil – grandes cidades**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

ROMASZKO, Jerzy *et al.* Mortality among the homeless: Causes and meteorological relationships. **PLoS One**, 21;v. 12, n. 12, p. e0189938, Dec. 2017. Disponível em: doi: 10.1371/journal.pone.0189938.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec/Associação Rede Rua, 2005.

ROSSIN, Elizabeth Conceição. **Organização dos trabalhadores da assistência social no contexto das terceirizações, privatizações e precarização do trabalho**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUCSP, 2014.

SABADINI, Mauricio de Souza. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3(49), p. 583-608, dez. 2013.

SABADINI Mauricio de Souza; NAKATANI, Paulo. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, Caracas, v. VIII, núm. 2, p. 265-290, julio-diciembre, 2002. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/364/36480212.pdf>. Acesso em 12/02/2023.

SAGI. 2020. Disponível em:  
[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=y7iWo5XVnqihj65247zPr9OTiH9ihoN6comJjZp5dnmkfYaYI33PoZyNsqilzrbF2rmqp9mcvabTwahv3a3WuJqlf9HaubeqclS3uufLvrDusNZ1la5l2tjRGvffyrjBiLigYqTC4e3RHNkICrtzpryBysORebywuLzKu9yqt2nlvHSuyLC0td%2FMwmlH%2B8W7y8nDtrA%3D](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=y7iWo5XVnqihj65247zPr9OTiH9ihoN6comJjZp5dnmkfYaYI33PoZyNsqilzrbF2rmqp9mcvabTwahv3a3WuJqlf9HaubeqclS3uufLvrDusNZ1la5l2tjRGvffyrjBiLigYqTC4e3RHNkICrtzpryBysORebywuLzKu9yqt2nlvHSuyLC0td%2FMwmlH%2B8W7y8nDtrA%3D). Acesso em: 20 mar. 2020.

SAGI. 2021a. Disponível em:  
[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=1bySpZa8ztzPyaS0y8iEc4iV1H%2Bsync%2BvwYulg5p2dIGkfYWmmXyFcpilHw90ktPax8Cos9SRjnXGsaSYsrLLsaiyf9HaubeqclSqpubCz3y1wt%2FCrY%2Bm4ToRw7PU1He31saWtJrNzuuQx6Flqq23o8rVyr1QHO2wrrzHcs22ZLzgwcnMKvMW5dp6t6dkxs%2FG2r%2B0p5XRxqfZs72V87yl](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=1bySpZa8ztzPyaS0y8iEc4iV1H%2Bsync%2BvwYulg5p2dIGkfYWmmXyFcpilHw90ktPax8Cos9SRjnXGsaSYsrLLsaiyf9HaubeqclSqpubCz3y1wt%2FCrY%2Bm4ToRw7PU1He31saWtJrNzuuQx6Flqq23o8rVyr1QHO2wrrzHcs22ZLzgwcnMKvMW5dp6t6dkxs%2FG2r%2B0p5XRxqfZs72V87yl). Acesso em: 23 fev. 2021.

SAGI. 2021b. Disponível em:  
[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=1bySpZa8ztzPyaS0y8iEcoiX1H%2Bsync%2BvwYulg5p2dIGkfYWmmXyFcpiki290ktOxmY2mrNbOtrjZraaV24fQppqHAqabfrC4moR%2Fq9u73aa1it3KnsWZ4%2BvFw2rXxne0ycD2753CzUUQvp9l2rXHt7gk%2FxHTyHOMqnnKx8lprbfqsMbU263GYtnJc4WlxbjF3My2Zjj7xa7Kvb%2Bksg%3D%3D](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=1bySpZa8ztzPyaS0y8iEcoiX1H%2Bsync%2BvwYulg5p2dIGkfYWmmXyFcpiki290ktOxmY2mrNbOtrjZraaV24fQppqHAqabfrC4moR%2Fq9u73aa1it3KnsWZ4%2BvFw2rXxne0ycD2753CzUUQvp9l2rXHt7gk%2FxHTyHOMqnnKx8lprbfqsMbU263GYtnJc4WlxbjF3My2Zjj7xa7Kvb%2Bksg%3D%3D). Acesso em: 15 jan. 2021.

SAGI. **Famílias em situação de rua beneficiárias do Programa Bolsa Família.** 2020. Disponível em:  
[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=y7iWo5Xvnqiiia5247zPr9OtiH9ihoN6comJjZp5dnmkfYiYI33PoZyOsqilzrbF2rmpq%2BPAuauitKSg6rGlq5a5t9C0iKqmobypgLXC3672lcvC9Pax3djXd6%2Fggcq33MiUBdgcEOeQvZdl2cG0YrnGxrOWwrarCPrKu8m8ZK3mbaTd1rPFo9i7c4SzzcqziKCoszgOw67lyrNv&ag=m&codigo=355030](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=y7iWo5Xvnqiiia5247zPr9OtiH9ihoN6comJjZp5dnmkfYiYI33PoZyOsqilzrbF2rmpq%2BPAuauitKSg6rGlq5a5t9C0iKqmobypgLXC3672lcvC9Pax3djXd6%2Fggcq33MiUBdgcEOeQvZdl2cG0YrnGxrOWwrarCPrKu8m8ZK3mbaTd1rPFo9i7c4SzzcqziKCoszgOw67lyrNv&ag=m&codigo=355030). Acesso em: 8 jun. 2020.

SAGI. **Pessoas beneficiárias do Programa Auxílio Brasil.** 2022. Disponível em:  
[https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q\[\]=oNOhIMHqwJOSuqSe9WqCgrNe09Gv17lIja1%2BYW15YmqqdH9%2BaV%2BEkwmXbWTZ8X5mbnpwoNqlwLNyk7jNps94bsPcuaehg3Ct7qbJnpygytCU3V2VwumymqWrvn0aq7avqqnHnA%3D%3D](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/v.php?q[]=oNOhIMHqwJOSuqSe9WqCgrNe09Gv17lIja1%2BYW15YmqqdH9%2BaV%2BEkwmXbWTZ8X5mbnpwoNqlwLNyk7jNps94bsPcuaehg3Ct7qbJnpygytCU3V2VwumymqWrvn0aq7avqqnHnA%3D%3D). Acesso em: 23 jun. 2022.

SAKAMOTO, Leonardo. Inflação dos pobres foi mais de duas vezes maior que a dos ricos em 2020. **UOL**, 16 jan. 2021. Disponível em:  
<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/01/16/inflacao-dos-pobres-foi-mais-de-duas-vezes-maior-que-a-dos-ricos-em-2020.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SALVADOR, Evilásio. **Crise do capital e o socorro do fundo público.** In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* **Capitalismo em Crise:** política social e direitos. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Adriano Pereira. **O moinho satânico do agronegócio canavieiro no Brasil**: dependência e superexploração do trabalho na região de Ribeirão Preto-SP. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SANTOS, Aila Fernanda dos. **Drogas enquanto mercadorias nas relações sociais capitalistas**: um debate no Serviço Social brasileiro. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Federal de São Paulo, 2019.

SANTOS, Angela Moulim Simões Penalva; MEDEIROS, Mariana Gomes Peixoto. Direito à moradia: entre o avanço normativo e a prática institucional. A política de aluguel social no Rio de Janeiro. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 20-43, 2016.

SANTOS, Gersiney Pablo. **A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil**: um estudo discursivo crítico sobre o Movimento Nacional da População em situação de rua. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2017.

SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y dependência**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SÃO PAULO. **Censo da população de moradores em situação de rua e caracterização socioeconômica da população adulta na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fipe, 2010. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao\\_de\\_editais/2009\\_02.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/00-publicacao_de_editais/2009_02.pdf). Acesso em: 8 jun. 2020.

SÃO PAULO. **Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo**. São Paulo, 2015. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia\\_social/observatorio\\_social/2015/censo/FIPE\\_smads\\_CENSO\\_2015\\_coletivafinal.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf). Acesso em: 17 out. 2019.

SÃO PAULO. **Pesquisa censitária da população em situação de rua**: caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Instituto de pesquisas econômicas (FIPE), 2015.

SÃO PAULO. **Pesquisa censitária da população em situação de rua**: caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São

Paulo – Produto XIII relatório final do censo e pesquisa amostral de perfil socioeconômico e de identificação das necessidades. São Paulo: Qualitest, 2020.

SÃO PAULO. **Pesquisa censitária da população em situação de rua:** caracterização socioeconômica da população adulta em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo – Produto V Relatório completo. São Paulo: Secretaria de Assistência e desenvolvimento social, 2019a.

SILVA, Diony. Venezuelanos deixados em Vitória saem de abrigo e são levados para casa. **G1**, 18 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/2022/08/18/venezuelanos-deixados-em-vitoria-saem-de-abrigo-e-sao-levados-para-casa.ghtml>. Acesso em: 4 set. 2022.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Programas de transferência de renda na América Latina e Caribe**. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Patrícia Marília Félix da. Entre calles y trabajos: trabajos de personas en situación de calle en Recife-Brasil. **Rev. colomb. soc.**, Bogotá, v. 43, n. 2, p. 67-89, Dec. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0120-159X2020000200067&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-159X2020000200067&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 30 jun. 2021.

SILVA, Tatiana Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito. **Nota técnica nº 74:** População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200610\\_nt\\_74\\_dise t.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200610_nt_74_dise t.pdf). Acesso em: 14 jul. 2020.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados:** um estudo sobre o povo da rua. Petrópolis: Editora Vozes. 1998.

SOARES, Marcos Antonio Tavares. **Trabalho Informal:** da funcionalidade à subsunção ao Capital. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2008.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino. Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina. **Revista Argumentum**, jan./abr. 2016.

SOUZA, Diego de Oliveira. A questão do “consumo de drogas”: contribuições para o debate. **Serv. Soc. e Saúde**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 269-286, 2012.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. Fundo público e Políticas Sociais nos Estados dependentes: considerações teóricas. **Revisa em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 14, jan./jun. 2016.

STALLVBRASS, Peter. Marx and heterogeneity: thinking the lumpenproletariat. **Representations**, California, nº 31, p. 69-95, 1990.

STOFFELS, Marie-Ghislaine. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977.

TARR, Peter. Homelessness and Mental Illness: a Challenge to Our Society. **Brain & Behavior**, 19 nov. 2018. Disponível em: <https://www.bbrfoundation.org/blog/homelessness-and-mental-illness-challenge-our-society>. Acesso em: 10 nov. 2020.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: Informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. **Revista Outubro**, n. 7, 2002.

TAVARES, Maria Augusta. O trabalho informal e suas funções sociais. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.20, nº01, Janeiro a junho, 2010.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: Informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Zé Enrico. População de rua em São Paulo quase dobra. **Revista Época**, 2016. Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/populacao-de-rua-em-apos-paulo-quase-dobra-em-15-anos.html>. Acesso em: 30 out. 2017.

TESOURO. 2019. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/>. Acesso em: 30 set. 2019.

THOBURN, Nicholas. Difference in Marx: the lumpenproletariat and the proletarian unnamable. **Economy and Society**, v. 31, n. 3, p. 434-460, August 2002.

TIENGO, Verônica Martins. A pandemia e seus impactos para a população em situação de rua. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, v. 25, nº 1, p.46-62, 2021b.

TIENGO, Verônica Martins. Fenômeno população em situação de rua e ideologia. *In: ENCONTRO NACIONAL E INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL*, 14., 2019. **Anais** [...]. Vitória: Ufes/Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2019.

TIENGO, Verônica Martins. População em situação de rua: integrantes da classe trabalhadora? **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 21, p. 1-17, e2113089, 2021a.

TIENGO, Verônica Martins. **Rualização e informalidade**: frutos do capitalismo. Curitiba: Appris, 2020.

TORONTO. **Street Needs Assessment 2018**: Results reports. Toronto, Canada. 2018. Disponível em: <https://www.toronto.ca/wp-content/uploads/2018/11/99be-2018-SNA-Results-Report.pdf>. Acesso em: 6 out. 2020.

TORRE, Luisa; CAMPOS, Mikaela; BOURGUIGNON, Natália. A Riqueza do lixo não vai para o bolso dos catadores. **A Gazeta**, 20 nov. 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/economia/2017/11/riqueza-do-lixo-nao-vai-para-o-bolso-dos-catadores-1014107442.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

TOSTA, Tania Ludmila Dias. Memórias das ruas, memórias da exclusão. *In: BURSZTYN, Marcel (org.). No meio da rua*: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

TRADINGECONOMICS. 2020. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/country-list/minimum-wages>. Acesso em: 20/02/2020

TRAUGOTT, Mark. The mobile guard in the french revolution of 1848. **Theory and Society**, n. 5, v. 9, Special Issue on Social History, p. 683-720, 1980.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UGARTE, Joseline. Más de 2600 personas viven em las calles de Costa Rica. **Crhoy**, 16 jan. 2018. Disponível em: <https://www.crhoy.com/nacionales/mas-de-2600-personas-viven-en-las-calles-de-costa-rica/>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Instituto de Género y Promoción de la Igualdad del Defensor del Pueblo de la Provincia de Córdoba y la Escuela de Trabajo Social de la Universidad Nacional de

Córdoba (2015). **Informe Personas en Situación de Calle** - Año 2015: Relevamiento y diagnóstico de las personas en situación de calle en la Ciudad de Córdoba. Córdoba: UNC. 2015.

USA. **The United State Conference of Mayors Hunger and homelessness survey**: a status report on Hunger and Homelessness in America Cities. A 25 city Survey. December, 2014. Disponível em: <https://www2.cortland.edu/dotAsset/655b9350-995e-4aae-acd3-298325093c34.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

VARELLA, Drauzio. A perpetuação da pobreza. **Carta Capital**, 7 abr. 2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/a-perpetuacao-da-pobreza/>. Acesso em: 1 mar. 2019.

VELOSO, Laís Helena; ABREU, Renata Pacheco. A questão social das drogas e a prática do Serviço Social (uma proposta de afirmação de direitos e cidadania). **Revista Interagir**: pensando a extensão, Rio de Janeiro, n. 8, p.11-18, ago./dez. 2005.

VERLI, Caique. Morador de rua morre após ser queimado enquanto dormia em Vitória. **A Gazeta**, 6 jul. 2020. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/morador-de-rua-morre-apos-ser-queimado-enquanto-dormia-em-vitoria-0720>. Acesso em: 7 jul. 2020.

VIANA, Nildo. Catadores de lixo: renda familiar, consumo e trabalho precoce. **Revista Estudos da Universidade Católica de Goiás**, v. 27, n. 3, p. 407-691. 2000.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. São Paulo. In: ROSA, Cleisa M. Maffei. **População de rua**: Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995.

VIEIRA, Maria Antonieta; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua Quem é, Como vive, Como é vista**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

VIEIRA, Mariana Cavalcante. **Intervenções mediadas por pares aplicadas a crianças com TEA para promover interação social em ambientes escolares**: análise com base em publicações. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

VILELA, Flávia. Número de pessoas em situação de rua aumenta mais de 150% em três anos no Rio. **Brasil de Fato**, 5 jun. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/06/05/numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-aumenta-mais-de-150-em-tres-anos-no-rio/>. Acesso em: 30 out. 2017.

VILLELA, Gustavo. Lei de 1941 considera ociosidade crime e pune 'vadiagem' com prisão de 3 meses. **O Globo**, 4 dez. 2014. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lei-de-1941-considera-ociosidade-crime-pune-vadiagem-com-prisao-de-3-meses-14738298>. Acesso em: 14 jun. 2020.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

VITORIA. Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/prefeitura/populacao-de-rua>. Acesso em: 14 maio 2018.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. População de rua e a conjuntura atual. *In*: ROSA, Cleisa M. M. População de rua Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995.

WHAT is the Housing First model and how does it help those experiencing homelessness? **Ahuri**, 2018. Disponível em: <https://www.ahuri.edu.au/research/ahuri-briefs/what-is-the-housing-first-model>. Acesso em: 14 dez. 2020.

ZALUAR, Alba. *In*: ROSA, Cleisa M. Maffei. **População de rua: Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 53-61.

## **APÊNDICES**

## Apêndice I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Sr. (a) foi convidado (a) a participar da pesquisa “População em situação de rua e superexploração: produtos do encantado mundo do capital”, sob a responsabilidade da pesquisadora Verônica Martins Tiengo. Sua participação será responder algumas perguntas.

Nosso estudo inicial mostrou que a principal estratégia de sobrevivência das pessoas que moram nas ruas da América Latina é o trabalho informal, e seu acesso às políticas sociais é reduzido quando comparado aos países europeus. Queremos entender o porquê disso.

Concordando com esse termo o senhor (a) está livre para deixar de responder a algumas das perguntas e desistir de participar da pesquisa, Informamos ainda, que caso os participantes sofram algum dano causado pela pesquisa tem o direito de buscar a devida indenização. O local será escolhido em acordo entre a pesquisadora e os participantes, cada entrevista terá duração de uma hora, podendo durar mais ou menos tempo, segundo sua vontade em falar. Caso o senhor (a) nos permita gravaremos nossa conversa, para que a pesquisa seja fiel ao seu relato.

Com relação aos riscos possíveis estão o desconforto ao responder alguma pergunta e pensar em situações sensíveis na sua vida, nossa conversa pode te fazer lembrar-se de uma situação traumática, além disso, ocupará o seu tempo. Objetivando minimizar os riscos, indicamos que o senhor (a) é livre para não responder questões que lhe deixe constrangido, lembramos que não será identificado, seu nome não vai aparecer em nenhuma parte do trabalho. Seu benefício possível em participar da pesquisa é conhecer melhor seus direitos e indicar quais são as suas necessidades com relação às políticas sociais.

Participar neste estudo não acarretará nenhum custo para o (a) senhor (a), assim como não há nenhum tipo de remuneração para a sua contribuição ao conhecimento. Nós explicaremos tudo o que desejar saber sobre a pesquisa. Em qualquer momento está livre para desistir da participação, sem qualquer prejuízo para o (a) senhor (a).

Quando concluída a pesquisa, deixaremos uma cópia com a liderança do movimento nacional de população em situação de rua, e constará também na biblioteca de teses e dissertações. Com o objetivo de tornar públicos os resultados, submeteremos artigos para publicação em revistas e apresentações em eventos, reiteramos que os nomes dos participantes não serão citados, guardaremos sigilo quanto a essa informação. Uma via do presente termo será arquivada por nós e a outra ficará com o participante.

Declaro que fui verbalmente informado (a) e esclarecido (a) sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos e, que voluntariamente aceito participar deste estudo. Declaro também que tenho acima de dezoito anos e que fui informado (a) sobre os possíveis riscos da minha participação na pesquisa. Estou ciente de que a entrevista será gravada e que estes dados serão utilizados na pesquisa e em trabalhos acadêmicos. Também declaro ter recebido uma via deste

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada por mim e pela pesquisadora principal, rubricada em todas as páginas. Recebi a garantia de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa descrito.

Local: \_\_\_\_\_/ES, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Participante da pesquisa

Na qualidade de pesquisadora responsável pela pesquisa “População em situação de rua e superexploração: produtos do encantado mundo do capital”, eu, Verônica Martins Tiengo, declaro ter cumprido as exigências do item IV.3 da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Verônica Martins Tiengo – Pesquisadora

**Contatos:**

Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa, o andamento e os resultados e qualquer outro esclarecimento sobre a pesquisa pode entrar em contato pelo telefone e endereço de e-mail que seguem.

Pesquisadora – Verônica Martins Tiengo

Endereço Profissional: Av. Fernando Ferrari, 514, 29075-910 – Vitória – ES, Brasil ED II – CCJE. E-mail: [veronicatiengo@outlook.com](mailto:veronicatiengo@outlook.com)

Caso tenha alguma dúvida sobre seus direitos na pesquisa, pode usar os contatos que seguem.

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo  
Av. Fernando Ferrari, 514 – Goiabeiras, Vitória – ES, 29075-910

Email: [cep.goiabeiras@gmail.com](mailto:cep.goiabeiras@gmail.com).

Telefone: **(27) 3145-9820**

## Apêndice II – Roteiro

Data:

Nome escolhido para ser chamado na pesquisa:

Local:

- 1) Você pode falar um pouco sobre história, como era sua vida antes da situação de rua, sobre os fatores que contribuíram ao processo de realização?
- 2) Qual a sua estratégia de sobrevivência nas ruas? Realiza alguma atividade?
- 3) Você pode contar o que você faz durante todo o seu dia, desde o momento em que acorda até a hora que vai dormir? Onde consegue alimento? Você caminha pela cidade? Por quanto tempo? Você anda com outras pessoas que dormem nas ruas/ instituições, ou anda sozinho? Qual o motivo de andar sozinho/em grupo? Onde você dorme?
- 4) Há quanto tempo você está na rua? Você já saiu da rua alguma vez e retornou para essa situação? Quantas vezes? Quais fatores contribuíram para sua saída? E para seu retorno?
- 5) Antes da situação de rua você trabalhava? Qual é sua profissão? Você já teve sua carteira assinada?
- 6) Você recebe ou já recebeu algum benefício do governo (municipal, estadual ou federal)?
- 7) Você costuma usar serviços de acolhimento (abrigo, albergues...)? Em caso negativo: por quê?
- 8) A pandemia afetou a sua vida? De que forma? Você precisou de atendimento médico no período? Sentiu algum sintoma? Como se sentiu ao viver o período chamado de quarentena, nas ruas? Buscou algum centro de acolhimento no período?
- 9) Os serviços e programas voltados para a população em situação de rua atendem às suas necessidades? Se sim, de que forma? Se não, por quê?
- 10) Como o Estado poderia contribuir com a sua saída da situação de rua?
- 11) Quais propostas você faria para melhorar os serviços e programas voltados para a população em situação de rua, para que você possa utilizá-los?
- 12) Onde você deseja estar e fazer dentro de cinco anos?
- 13) Caso você pudesse falar com as pessoas que cuidam das instituições públicas de acolhimento (abrigo, albergue, casa lar, república...), dos serviços de abordagem social de rua e dos consultórios na rua, o que

diria? Qual sugestão você daria?

– Agradecimento pela contribuição ao participar da pesquisa.

**Apêndice III – Grade de análise**

**Apêndice IV – Roteiro para Pesquisa documental sobre população em situação de rua**

Identificação
Tipo Nacional
Local
Referência
Acesso
<p>Síntese</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-Quanto são?</li> <li>- Qual a porcentagem dos que trabalham?</li> <li>- Acessam a política social? De que forma? Quais são os serviços e programas?</li> <li>- Qual a % dos que usam a instituição de acolhimento?</li> <li>- Qual a % dos que recebem transferência de renda?</li> <li>-Qual a escolaridade?</li> <li>-Qual o tempo de rua?</li> <li>-Quais os motivos apontados para a rualização?</li> </ul>

- 1) Qual o entendimento sobre o fenômeno população em situação de rua?
- 2) Quais os valores presentes? (liberais, conservadores, emancipatórios)?
- 3) Como aparece a política social, qual a sua concepção e características?
- 4) Evidencia a vinculação a programas de transferência de renda? De que forma?
- 5) Quais as respostas ao fenômeno social população em situação de rua?
- 6) Está presente a informação sobre a principal forma de sobrevivência da população em situação de rua? Qual é apresentada?
- 7) Qual indício tenho de que a presença da superexploração com a configuração particular do capitalismo dependente afeta as políticas sociais voltadas para a população em situação de rua?
- 8) Frases destacadas para ilustrar

## Apêndice V – Quadros

### Quadro 5 - Biblioteca de teses e dissertações<sup>163</sup>

Palavra-chave	Trabalhos encontrados	Possui relevância para o objeto
População em situação de rua	524 <sup>164</sup>	15
Superexploração do trabalho	106	11
População em situação de rua e Superexploração	0 <sup>165</sup>	-
População de rua e superexploração	0	-
Morador de rua e superexploração	0	-
Classe trabalhadora em Marx	336	2
Superpopulação relativa	30	1
População de rua superexploração	0	-
Política Social e superexploração do trabalho	49	3
População em situação de rua e classe trabalhadora	29	1
Política social para a população em situação de rua	224	4

Fonte: elaboração própria

### Quadro 6 - Trabalhos relevantes da biblioteca de teses e dissertações

Texto-chave		População em situação de rua			
Ano	Título	Autores	Área	Aproveitar Capítulo	Local
2018	Movimento nacional da população em situação de rua do RN: formação política	LIMA, Nathalia Potiguara de Moraes	Psicologia	4	Rio Grande do Norte
2016	Liberdade ou sofrimento urbano?: um estudo da estima de lugar de pessoas em situação de rua	PAZ, Antonio Fábio Coelho	Psicologia	3 e 5	Ceará
2012	População em situação de rua: como é retratada pela política social e pela sociedade e os impactos na sua participação	PAULA, Débora do Nascimento de	Serviço Social	3	Rio Grande do Sul
2016	População em situação de rua: o fruto necessário à reprodução capitalista e a funcionalidade do trabalho	TIENGO, Verônica Martins.	Política Social	3	Espírito Santo

<sup>163</sup> Busca realizada entre os dias 20/08/2018 e 24/09/2018.

<sup>164</sup> Chamo a atenção para o aumento no número de pesquisas voltadas para o tema. Em 2014, fiz o levantamento com o mesmo texto-chave, para a dissertação de mestrado, e foram encontrados 126 trabalhos. Isso demonstra o aumento no interesse em realizar pesquisas neste âmbito.

<sup>165</sup> A ausência de trabalhos na BDTD com a relação proposta em nossa pesquisa indica o seu ineditismo.

	informal				
2017	A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil: um estudo discursivo crítico sobre o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR)	SANTOS, Gersiney Pablo	Linguística	2.3 e 5	Brasília
2018	“Se essa rua falasse”: uma análise sobre estigma, pobreza e uso de drogas nas trajetórias de sujeitos em situação de rua	MENDES, Kíssila Teixeira	Psicologia	(não encontrado o arquivo pdf)	Juiz de Fora
2017	Os sentidos do trabalho para trabalhadores informais em situação de rua	SCHWEITZER, Lucas	Psicologia	5 e 6	Florianópolis
2015	Análise psicodinâmica do trabalho da população de rua de Manaus	CARVALHO, Gerusa Menezes de	Psicologia	1 e 3	Manaus
2017	Vida nua: biopolítica na gestão da população de rua	BARBOSA, Aline Ramos	Ciências sociais	3	São Paulo
2018	“Eu não quero ser pequeno nem grande, quero ser igual”. Significações sobre o futuro construídas por pessoas em situação de rua.	NASCIMENTO, Vladimir de Souza	Psicologia	5	Salvador
2012	O processo de rualização e o sistema único de assistência social/Suas: uma interlocução necessária entre proteção social básica e proteção social especial	MACHADO, Simone Araújo	Serviço Social	4	Porto Alegre
2017	A Dimensão Pública da Política de Assistência Social em um Abrigo para Pop-rua em Serra/es: Experiência de Apostar COM.	ALMEIDA, Bianca Batalha	Psicologia	3 e 4	Espírito Santo
2017	De vidas infames à máquina de guerra : etnografia de uma luta por direitos	SILVA, Tiago Lemões da	Antropologia Social	2,3,4,5 e 6	Porto Alegre
2016	A esmola e a rede de proteção : um estudo de instituições assistenciais para as pessoas que vivem nas ruas	MELO, Natália Maximo	Sociologia	3 e 4	São Carlos-SP
2017	"Nossa fome não é por comida, é por direitos e políticas públicas..."	SCHUCK, Anderson Luis	Psicologia	2 e 3	Santa Catarina

<b>Texto-chave</b>		<b>Superexploração do trabalho</b>			
Ano	Título	Autores	Área	Aproveitar Capítulo	Local
2017	A superexploração da força de trabalho no Brasil pós 1990	FERREIRA, POLIANA; GARCIA; TESMÍSTOCLES	Relações internacionais	3 e 4	Santa Catarina
2015	Muita gente sem casa, muita casa sem gente. Entre superlucros e superexploração	TONIN, Vicor Hugo	Urbanismo, história e arquitetura	1, 2 e 3	Santa Catarina
2017	A categoria superexploração da força de trabalho no pensamento de Ruy Mauro Marini	LEITE, Alex Wilian	Ciências Sociais	3	São Paulo
2015	A formação socioespacial dependente a partir da superexploração da força de trabalho: uma abordagem metodológica	ARUTO, Pietro Calderini	Desenvolvimento econômico	2	Campinas
2016	A superexploração do trabalho: polêmicas em torno do conceito na obra de Ruy Mauro Marini e a vigência na década de 2000	BUENO, Fábio Marvulle	Sociologia	2 e 3	Brasília
2015	As particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea: superpopulação, precarização do trabalho e superexploração da força de trabalho	RAPOSO, Clarissa Tenório Maranhão	Serviço Social	3	Pernambuco
2017	A tecnologia do capitalismo dependente: a superexploração da força de trabalho em Karl Marx e Ruy Mauro Marini	TALES, Gabriela Caramuru	Tecnologia	2	Curitiba
2014	Os programas sociais de transferência de renda na Argentina e no Brasil: uma abordagem da filosofia da libertação	CAMARA, Guilherme Dornelas	Administração	4	Porto Alegre
2016	As categorias da política de assistência na América Latina: concepções ídeo-teóricas e proteção social	CARRARO, Dilceane	Serviço Social	4 e 5	Rio Grande do Sul
2003	Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina	ESTENSSORO, Luiz Henrique R.	Sociologia	2 e 3	São Paulo
	Dependência e capitalismo contemporâneo: apontamentos para um diálogo necessário	JAUMONT, Jonathan Henri Sebastião	Serviço Social	2	Juiz de Fora

<b>Texto-chave</b>		<b>Classe trabalhadora em Marx</b>			
Ano	Título	Autores	Área	Aproveitar Capítulo	Local
2010	A reciclagem e sua dinâmica reprodutora de lumpemproletariado	FREITAS, César A. L.L. de	Geografia	2 e 3	Goiás

2013	Alienação, ideologia e consciência de classe: desafios para a organização da classe trabalhadora no capitalismo contemporâneo	GUIMARÃES, Naiara de Lima	Serviço Social	2	Juiz de Fora
2016	A lei geral da acumulação capitalista e a situação da classe trabalhadora nos Estados Unidos da América	MACHADO, Fernanda Valada	Economia	2 e 4	Rio Grande do Sul

Texto-chave		Superpopulação relativa			
Ano	Título	Autores	Área	Aproveitar Capítulo	Local
2015	Superpopulação relativa, dependência e marginalidade: ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil	DUARTE, Pedro Henrique Evangelista	Economia	4	Campinas-SP

Texto-chave		Política Social e superexploração do trabalho			
Ano	Título	Autores	Área	Aproveitar Capítulo	Local
2016	Questão agrária, superexploração e migração temporária: o Vale do Jequitinhonha na dialética do capitalismo dependente	SOUZA, Cristiane L. Sabino	Política Social	4	Vitória/ES
2012	A Contraditória relação entre trabalho e o direito à assistência social	BERTOLLO, Kathiúça	Serviço Social	2 e 3	Florianópolis/SC
2017	Do direito à cidade para o direito ao trabalho: ocupação e expropriação de "territórios de trabalho" por vendedores ambulantes em espaços públicos da cidade de Salvador-Bahia	QUEIROZ, Adriana Franco de	Ciências Sociais	4	Bahia

Fonte: elaboração própria

Texto-chave		População em situação de rua e classe trabalhadora			
Ano	Título	Autores	Área	Aproveitar Capítulo	Local
2006	Mudanças recentes no mundo do trabalho e população em situação de rua: 1995 a 2005	Maria Lúcia Lopes da Silva	Serviço Social	-	Brasília

Texto-chave		Política Social para a população em situação de rua			
Ano	Título	Autores	Área	Aproveitar Capítulo	Local
2018	Me chamam rua, população,	CUNDA, Mateus	Psicologia	4	Porto Alegre

	uma situação: estudo sobre os habitantes da rua e as políticas da cidade	Freitas <a href="http://bdtd.ibict.br/vufind/Author/Home?author=Lima%2C+Nathalia+Potiguara+de+Moraes">http://bdtd.ibict.br/vufind/Author/Home?author=Lima%2C+Nathalia+Potiguara+de+Moraes</a>			
<b>2020</b>	População em situação de rua: como as ações e políticas públicas são representadas na Folha de São Paulo	MENDONÇA, Daniele Gruppi de	Linguística	2	Brasília
<b>2018</b>	Um olhar sobre os sujeitos envolvidos na política municipal de atendimento a população em situação de rua de Vitória: caminhos para a reinserção social	SANTOS, Patrícia Maria dos	Direito	2	Vitória
<b>2012</b>	Avaliação dos serviços sócio assistenciais para o morador de rua: o caso Curitiba	BRANDT, Silvia Helena	Psicologia	3	Paraná

#### Quadro - Periódicos da Capes

Palavra-chave	Trabalhos encontrados	Periódicos revisados por pares	Possui relevância para o (dos revisados por pares)
População em situação de rua	1525	1001 <sup>166</sup>	8
Superexploração do trabalho	84	38	5
População em situação de rua e Superexploração	13	3	0
População de rua e superexploração	19	8	0
Morador de rua e superexploração	2	-	0
Classe trabalhadora em Marx	173	90	1
População em situação de rua e classe trabalhadora <sup>167</sup>	283	178	2
Política social para a população em situação de rua <sup>168</sup>	2.878	2.291	4

Fonte: elaboração própria

#### Quadro - Trabalhos relevantes dos periódicos da Capes

Palavra-chave		População em situação de rua		
Ano	Título	Autores	Revista	Volume/ano
2015	Políticas para	SERAFINO, Irene; Xavier	Katálysis	Vol 18

<sup>166</sup> Após a décima primeira página da pesquisa, o texto-chave "população em situação de rua" deixou de aparecer, restando somente palavras isoladas, como "de, em, situação". Com a recorrência disso em 100 trabalhos consecutivos, paramos a busca ao chegarmos à página 20, após ler 200 títulos.

<sup>167</sup> Busca realizada entre 1 e 4 de março de 2021.

<sup>168</sup> Busca realizada em 08/03/2021.

	a população adulta em situação de rua: questões para debate	Luz, Lila Cristina		
2014	A corporificação do sofrimento e o trânsito entre vítima e algoz: novas reflexões a partir de etnografias com população em situação de rua.	Tiago Lemões	Cadernos do LEPAARC	Vol 11
2017	Violências às pessoas em situação de rua: o direito fundamental à segurança em xeque	Luciano Roberto Gulart Cabral Júnior; Eder Dion de Paula Costa	Juris	27
2016	“O privado é político”: família e situação de rua no contexto de atuação de instituições evangélicas de assistência social na região centro de São Paulo	SANTOS, Naira Pinheiro dos	Estudos de religião	30
2017	A rua como palco: arte e (in)visibilidade social	Lucas Delfin; Lara Aparecida Machado de Almeida ; Jaqueline Maria Imbrizi	Psicologia & Sociedade,	Vol.29
2014	Acesso, equidade e coesão social: avaliação de estratégias intersetoriais para a população em situação de rua.	BORYSOW, Igor da Costa; FURTADO, Juarez Pereira	Revista da Escola de Enfermagem da U S P, December 2014,	Vol.48 (6)
2018	“A gente tem acesso de favores, né?”. A percepção de pessoas em situação de rua sobre os direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário	Priscila Neves-Silva; Giselle Isabele Martins; Léo Heller	Cadernos de Saúde Pública, 01 March 2018	Vol.34 (3)
2013	Acesso e intersetorialidade: o acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave	Igor da Costa Borysow; Juarez Pereira Furtado	Physis, 01 January 2013,	Vol.23 (1)
2009	A tessitura da rede: entre pontos e espaços. Políticas e programas sociais de atenção a juventude – a situação de rua em Campinas, SP	Malfitano, Ana Paula Serrata	Interface: Comunicação e Saúde Educação,	Vol.13 (31)

Texto-chave		<b>Superexploração</b>		
Ano	Título	Autores	Revista	Volume
2009	A superexploração do trabalho nas economias periféricas dependentes	AMARAL, Marisa Silva; Carcanholo, Marcelo Dias	Revista Katálysis, November.	12 (2)
2017	A atual configuração capitalista na periferia do sistema: contribuições teóricas para um debate	TUMOLO, Paulo Sergio	Perspectiva, agosto.	35 (2)
2008	Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica	CARCANHOLO, Marcelo Dias	Revista de Economia Contemporânea, agosto.	12 (2)
2015	Os mecanismos da superexploração da força de trabalho	ARAÚJO, Elizeu Serra de	Revista de políticas públicas,	19 (2)

			Janeiro.	
2016	Las formas históricas de la superexplotación de la fuerza de trabajo y la dialéctica de la dependencia latinoamericana	NOGUEIRA, Camila dos Santos	Cuadernos Economía Crítica	5

Texto-chave		Classe Trabalhadora em Marx		
Ano	Título	Autores	Revista	Volume
2012	Trabalho, classe trabalhadora e proletariado ensaio sobre as contradições e crises do capitalismo contemporâneo	VALÊNCIA, Ádrian Sótelo	Histedbr On-line, Outubro	9 (33e)

Fonte: elaboração própria

Texto-chave		População em situação de rua e classe trabalhadora		
Ano	Título	Autores	Revista	Volume
2021	População em situação de rua: integrantes da classe trabalhadora?	TIENGO, Verônica Martins	Emancipação	21
2018	A metamorfose das classes sociais no capitalismo contemporâneo: algumas reflexões	DRUCK, Graça	Em Pauta	16

Texto-chave		Política social para a população em situação de rua		
Ano	Título	Autores	Revista	Volume
2015	Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate	SERAFINO, Irene ; Xavier Luz, Lila Cristina	Katálysis	18
2017	Práticas intersetoriais na atenção às pessoas em situação de rua: uma atuação entre “saúde” e “assistência social”	VERIDIANO, André Leonardo; Andrade, Letícia de; Gomes, Allan Henrique	Visão	6 (2)
2011	Atenção à saúde, direitos e o diagnóstico como ameaça: políticas públicas e as populações em situação de rua	ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira	Etnográfica	15 (3)
2017	Sociedade e qualidade de serviços: direitos fundamentais das pessoas em situação de rua sob o enfoque teórico-metodológico Servqual	MIGUEL, Marcelo Calderari; SILVEIRA, Rogerio Zanon da	Acta Scientiarum	39 (6)

Quadro 9 - SciELO

Palavra-chave	Trabalhos encontrados	Possui relevância para o objeto
População em situação de rua	94	10
Superexploração	19	
População em situação de rua e Superexploração	0	-
População de rua e superexploração	0	-
Morador de rua e superexploração	0	-
Classe trabalhadora	140	16

População em situação de rua e classe trabalhadora	0	-
Política social para a população em situação de rua	13	2

Fonte: elaboração própria

Quadro 10 - Trabalhos relevantes no SciELO

Texto-Chave	População em situação de rua		
	Título	Autores	Local
"A gente tem acesso de favores, né?". A percepção de pessoas em situação de rua sobre os direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário	NEVES-SILVA, Priscila; MARTINS, Giselle Isabele; HELLER, Léo	Cadernos de Saúde Pública	Mar 2018, Volume 34 Nº 3
Representação da situação de rua no jornalismo eletrônico em textos verbos-visuais - a violência em discurso no correio brasileiro (2011-2013)	RESENDE, Viviane de Melo; GOMES, Maria Carmen Aires.	Linguagem em (Dis)curso	Jan 2018, Volume 18 Nº 1 Páginas 165 - 191
A rua como palco: arte e (in)visibilidade social	DELFIN, Lucas; ALMEIDA, Lara Aparecida Machado de; IMBRIZI, Jaqueline Maria	Psicologia & Sociedade	Jul 2017, Volume 29
Tool and ideological knowledge in Street Outreach Office working process	KAMI, Maria Terumi Maruyama; LAROCCA, Liliana Muller; CHAVES, Maria Marta Nolasco; PIOSIADLO, Laura Christina Macedo; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza.	Revista da Escola de Enfermagem da USP,	Jun 2016, Volume 50 Nº 3 Páginas 442 - 449
Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate Facebook Twitter	SERAFINO, Irene; LUZ, Lila Cristina Xavier.	Revista Katálysis	Jun 2015, Volume 18 Nº 1 Páginas 74 - 85
Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES	KUNZ, Gilderlândia Silva; HECKERT, Ana Lucia; CARVALHO, Silvia Vasconcelos.	Fractal: Revista de Psicologia	Dez 2014, Volume 26 Nº 3 Páginas 919 - 942
Access, equity and social cohesion: evaluation of intersectoral strategies for people experiencing homelessness	BORYSOW, Igor da Costa; FURTADO, Juarez Pereira.	Revista da Escola de Enfermagem da USP	Dez 2014, Volume 48 Nº 6 Páginas 1069 - 1076
Calle y Saberes en Movimiento	AGUILAR, Laura Daniela Aguirre	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud,	Jan 2010, Volume 8 Nº 1 Páginas 87 - 103
Prevalência de depressão entre homens adultos em situação de rua em Belo Horizonte	BOTTI, Nadja Cristiane Lappann; CASTRO, Carolina Guimarães de; SILVA, Monica Ferreira da; SILVA, Ana Karla; OLIVEIRA,	Jornal Brasileiro de Psiquiatria	2010, Volume 59 Nº 1 Páginas 10 - 16

	Ludmila Cristina de; CASTRO, Ana Carolina Henriques Oliveira Amaral de; FONSECA, Leonardo Leão Kahey.		
Histórias de vida de moradores de rua, situações de exclusão social e encontros transformadores	ALVAREZ, Aparecida Magali de Souza; ALVARENGA, Augusta Thereza de; DELLA RINA, Sílvia Cristiane de S. A.	Saúde e Sociedade,	Jun 2009, Volume 18 Nº 2 Páginas 259 - 272

Texto-chave		Superexploração	
Título	Autores	Local	Mês/Ano
O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência	XAVIER, Glauber Lopes.	Revista Katálysis,	Mai 2018, Volume 21 Nº 2 Páginas 387 - 395
O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência	CARCANHOLO, Marcelo Dias	Trabalho, Educação e Saúde,	Abr 2013, Volume 11 Nº 1 Páginas 191 - 205
A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes	AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias.	Revista Katálysis,	Dez 2009, Volume 12 Nº 2 Páginas 216 - 225
Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica	CARCANHOLO, Marcelo Dias.	Revista de Economia Contemporânea	Ago 2008, Volume 12 Nº 2 Páginas 247 - 272

Texto-chave		Classe trabalhadora	
Título	Autores	Revista	Local
Adeus à classe trabalhadora?	ELEY, Geoff; NIELD, Keith	Revista Brasileira de História	Dez 2013, Volume 33 Nº 66 Páginas 135 - 179
Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado	RUMMERT, Sonia Maria; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA, Jaqueline	Revista Brasileira de Educação,	Set 2013, Volume 18 Nº 54 Páginas 717 - 738
Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?	LUCE, Mathias Seibel	Trabalho, Educação e Saúde	Abr 2013, Volume 11 Nº 1 Páginas 169 - 190
O proletariado, a esperança e o sonho de uma vida boa Facebook Twitter	SOCHACZEWSKI, Suzanna	Estudos Avançados	Ago 2012, Volume 26 Nº 75 Páginas 281 - 288

A organização dos trabalhadores desempregados como mediação para a consciência de classe	FERRAZ, Deise Luiza da Silva; MENNA-BARRETO, João Alberto	Organizações & Sociedade	, Jun 2012, Volume 19 Nº 61 Páginas 187 - 207
Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora: continuando o debate	TUMOLO, Paulo Sergio.	Revista Brasileira de Educação	Ago 2011, Volume 16 Nº 47 Páginas 443 - 481
Vida, trabalho e valor no século XXI: desfazendo o nó	HUWS, Ursula Elin	Caderno CRH	Abr 2014, Volume 27 Nº 70 Páginas 13 - 30
Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo	NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria	Psicologia & Sociedade	2007, Volume 19 Nº spe Páginas 14 - 20
Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial	LINDEN, Marcel van der	História (São Paulo)	2005, Volume 24 Nº 2 Páginas 11 - 40
La lucha por la vivienda en una ciudad capitalista. El caso de la cooperativa autogestiva “El Molino”	MUNTÓ, Alejandro	Psicología, Conocimiento y Sociedad	Mai 2018, Volume 8 Nº 1 Páginas 62 - 85
Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo	TRINDADE, Hiago	Serviço Social & Sociedade	Ago 2017, Nº 129 Páginas 225 - 244
O socialismo, lutas sociais e novo modo de vida na América Latina	ANTUNES, Ricardo	Revista Direito e Práxis,	Jul 2017, Volume 8 Nº 3 Páginas 2212 - 2226
Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social	BOSCHETTI, Ivanete	Serviço Social & Sociedade	Abr 2017, Nº 128 Páginas 54 - 71
Trabalho, racionalização e emancipação: de Marx ao Marxismo, e a volta	LUCAS, Marcílio Rodrigues	Trabalho, Educação e Saúde	Ago 2016, Volume 14 Nº 3 Páginas 653 - 677
Informalidad en la estructura de clases de Argentina: Familias, trayectorias laborales e identidad de clase en el proletariado formal e informal (2007)	ELBERT, Rodolfo	Trabajo y sociedad	Jun 2016, Nº 27 Páginas 501 - 515
O Conceito Marxiano de Proletariado: uma crítica	VAN DER LINDEN, Marcel	Sociologia & Antropologia	Abr 2016, Volume 6 Nº 1 Páginas 87 - 110

Fonte: elaboração própria

Texto-chave	Política social para a população em situação de rua		
Título	Autores	Revista	Local
A construção da política para inclusão de	OLIVEIRA, Alison;	Saúde e	29 (3) 17 Ago

peças em situação de rua: avanços e desafios da intersectorialidade nas políticas de saúde e assistência social	LUBE GUIZARDI, Francini.	Sociedade	2020
<b>Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate</b>	SERAFINO, Irene; XAVIER LUZ, Lila Cristina	Katálysis	2015, vol 18

Fonte: elaboração própria